

LUCAS MAGNO

**TERRITORIALIZAÇÃO, CONFLITOS E CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES  
NO ASSENTAMENTO RURAL AURORA EM DESCALVADO-SP**

Dissertação apresentada à Universidade  
Federal de Viçosa, como parte das exigências  
do Programa de Pós-Graduação em Extensão  
Rural, para obtenção do título de *Magister  
Scientiae*

VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2011

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

M198t  
2011  
Magno, Lucas, 1986-  
Territorialização, conflitos e construção das identidades no  
assentamento rural Aurora em Descalvado-SP / Lucas Magno. –  
Viçosa, MG, 2011.  
xiii, 218f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Sheila Maria Doula.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 202-208

1. Trabalhadores rurais - Descalvado (SP). 2. Posse da  
terra - Descalvado (SP). 3. Reforma agrária - Descalvado (SP).  
4. Cultura política - Descalvado (SP). 5. Movimentos sociais -  
Descalvado (SP). I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

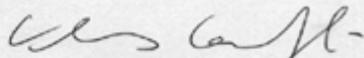
CDD 22. ed. 333.318161

LUCAS MAGNO

**TERRITORIALIZAÇÃO, CONFLITOS E CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES  
NO ASSENTAMENTO RURAL AURORA EM DESCALVADO - SP**

Dissertação apresentada à  
Universidade Federal de Viçosa, como  
parte das exigências do Programa de  
Pós-Graduação em Extensão Rural, para  
obtenção do título de *Magister Scientiae*

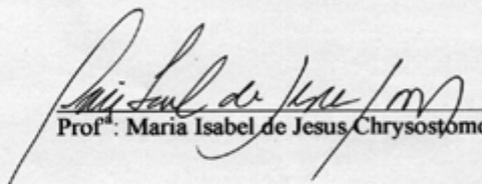
APROVADA: 08 de junho de 2011.



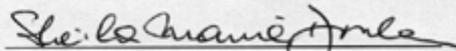
Prof. Klemens Augustinus Laschefski  
(Coorientador)



Prof. José Ambrosio Ferreira Neto  
(Coorientador)



Prof.ª: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo



Prof.ª: Sheila Maria Deula  
(Orientadora)

*Dedico esse trabalho à população do assentamento rural Aurora, pessoas com quem aprendi muito sobre reforma agrária, sobre sonhos e, principalmente, sobre a vida e suas travessias.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, Ana Maria e Carlos, que deram todo o apoio necessário para que eu chegasse até aqui e sempre confiaram em mim. Obrigado por tudo o que me ensinaram!

Aos meus irmãos, Mara e Jonas, e às minhas avós, Estela e Cida, que me surpreendem a cada dia com histórias, causos e alegrias da família Magno em Descalvado-SP. Obrigado família!

A minha namorada, amiga e companheira Aline com quem pude compartilhar alegrias, decepções, angústias, conquistas, vontades e sonhos. Não tenho palavras para falar o quanto você foi importante nessa trajetória, muito obrigado mesmo.

À prof(a) Sheila Maria Doula, minha orientadora, sou grato pelo apoio e estímulo que me acompanham desde a graduação, investindo não só neste trabalho, como na minha formação. Obrigado pela paciência, competência e também pela amizade que, acima de qualquer coisa, vou levar como o principal aprendizado desse processo.

Aos meus coorientadores, Klemens e Ambrósio, que aceitaram a construção conjunta desse trabalho. Obrigado professores!

A Isabel por aceitar o convite para participar da banca e por, indiretamente, também fazer parte desse trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e a todos os professores que dele fazem parte por me proporcionarem essa formação. Obrigado mestres!

Aos funcionários do Departamento de Economia Rural, em especial a Carminha e a Anízia que sempre estiveram prontas para ajudar, seja com questões acadêmicas, seja com coisas do cotidiano. Obrigado!

A todos os meus amigos da graduação e do mestrado por proporcionarem momentos de descontração e alegria. Obrigado companheiros!

A todas as pessoas do Assentamento Rural Aurora por me receberem e compartilharem suas histórias e também pelo carinho. Sem vocês esse trabalho não seria possível. Obrigado!

A Universidade Federal de Viçosa, por me proporcionar ensino de qualidade, e ao CNPq pela concessão da bolsa de estudos.

Por fim, agradeço de uma forma geral a todos que fizeram parte dessa caminhada.

## **BIOGRAFIA**

LUCAS MAGNO, filho de Carlos Alberto Magno e Ana Maria Paschoal Magno, nasceu no dia 11 de abril de 1986 no município de Descalvado, São Paulo.

Cursou o ensino fundamental no Centro Educacional SESI 205 e o ensino médio na Escola Estadual José Ferreira da Silva, ambos em Descalvado.

No ano de 2004 ingressou no curso de graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa (UFV) onde (des)construiu muitas saberes e sabores. Durante a graduação foi bolsista de iniciação científica e trabalhou junto a agricultores familiares na Serra do Brigadeiro, especificamente no município de Araponga, e também junto à população do bairro rural Buieieí, em Viçosa, Minas Gerais. Este último trabalho resultou na monografia de conclusão de curso intitulada “Que lugar é esse? Identidade e significados territoriais no bairro rural Buieieí”.

Além desses trabalhos de pesquisa, teve contato com a questão dos conflitos ambientais provenientes da construção de empreendimentos hidrelétricos através da participação no projeto de extensão “Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens na Zona da Mata Mineira (PACAB)”. Concluiu a graduação no ano de 2008.

Em dezembro de 2008 foi aprovado no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFV, iniciando o curso em março de 2009. Durante o mestrado continuou trabalhando com a questão dos conflitos ambientais, porém também com aqueles provenientes da expansão dos agrocombustíveis.

Em março de 2011 passou no processo seletivo para ministrar aulas no Colégio de Aplicação da UFV (COLUNI), onde construiu novas vivências importantíssimas para sua trajetória profissional.

Em junho de 2011 defendeu esta dissertação no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, marcando mais uma travessia na sua vida.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	vii
LISTA DE FIGURAS .....	viii
LISTA DE GRÁFICOS.....	x
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xi
RESUMO .....	xii
ABSTRACT .....	xiii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. IDENTIDADES E TERRITÓRIO: UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA DOS PROCESSOS SOCIAIS .....	15
CAPÍTULO 2. REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: “DA CIVILIZAÇÃO CAFFEEIRA À CIVILIZAÇÃO DA USINA”. .....	32
2.1. A civilização cafeeira .....	33
2.2. A civilização da usina.....	39
CAPÍTULO 3. A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DOS “SEM TERRA” EM DESCALVADO E AS OCUPAÇÕES DO HORTO AURORA: NOVAS RURALIDADES EM CONSTRUÇÃO.....	64
3.1. “Os sem terra de Descalvado”: das heterogeneidades do “Eu” à formação de um “Nós” relativamente homogêneo.....	67
3.2. As ocupações das terras do Horto Aurora: a territorialização do assentamento rural .....	103
CAPÍTULO 4. A(S) IDENTIDADE(S) E A(S) TERRITORIALIDADE(S) NÃO PARA(M): “VIVER NO ASSENTAMENTO É OUTRA HISTÓRIA” .....	120
4.1. Grupos de afiliações e conflitos sociais: os processos associativos e dissociativos no interior do PA Aurora.....	149
4.1.1. Os grupos formados pelo critério de parentesco. ....	161
4.1.1.1. A história dos “Macarrão”.....	161
4.1.1.2. A “Família de Sertãozinho” .....	165
4.1.1.3. Os Borges: um grupo em vias de desaparecimento? .....	168
4.1.2. A escola como ponto de encontro e espaço político.....	174
4.1.3. Os “irmãos da igreja”. .....	179
4.1.4. “Os individuais” .....	184
4.2. Quando as diferenças entre os grupos de afinidades ficam de lado: os objetivos em comum e a (re)afirmação da identidade social .....	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	202

APÊNDICES .....	209
ANEXO – Avaliação do comitê de ética da UFV sobre a pesquisa.....	218

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Principais indústrias de região Central do estado de São Paulo, segundo números de funcionários e faturamento líquido, 1990 .....	49
Tabela 2. Principais CAIs da região Central do estado de São Paulo em 1990. ....	51
Tabela 3. Colheita da cana de açúcar (toneladas) nos estados com maior produção no Brasil safra de 1998/1999 a 2000/2001 .....	58
Tabela 4. Área plantada (ha) por região administrativa e por safra 2003/2004 a 2008/2009 no estado de São Paulo. ....	58

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa da região administrativa Central do estado de São Paulo.....	44
Figura 2. Evolução das vendas de automóveis por tipo de combustíveis no Brasil de 2003 a 2006. ....	60
Figura 3. Localização do município de Descalvado, estado de São Paulo, no Brasil. ....	70
Figura 4. Territorialização da cana no Município de Descalvado em 1975.....	71
Figura 5. Territorialização da cana no município de Descalvado em 1980. ....	72
Figura 6. Territorialização da cana no município de Descalvado em 2008. ....	73
Figura 7. Usina Ipiranga localizada no município de Descalvado que a partir de 2009 passou a funcionar 24 horas para atender, além da produção de açúcar, a demanda de etanol para o mercado interno e externo.....	74
Figura 8. Placa indicativa da dupla destinação e processamento da cana no município Descalvado pela Usina Ipiranga. ....	74
Figura 9. Predomínio da cana na paisagem do município de Descalvado. ....	74
Figura 10. Espacialização dos Assentamentos rurais no município de Descalvado em 2010. ....	76
Figura 11. Placa de identificação de um dos lotes no assentamento. O nome é sugestivo da terra sagrada prometida como nas passagens bíblicas.....	96
Figura 12: Placa de identificação do nome de um dos lotes no PA Aurora que remete à esperança da conquista da terra construída na luta.....	97
Figura 13. Reportagem do jornal “O comércio” do município de Descalvado sobre a segunda ocupação dos “sem terra” na área do Horto Aurora, abril de 2007. ....	105
Figura 14: Reportagem do jornal “O comércio” do município de Descalvado sobre a segunda ocupação dos “sem terra” na área do Horto Aurora, abril de 2007.....	111
Figura 15. Acampados na construção do espaço de reuniões do acampamento com as toras de eucalipto do local (segunda ocupação da área do Horto Aurora em 2007). ....	112
Figura 16. Projeto de Assentamento Aurora – Descalvado – SP, 2008 .....	122
Figuras 17 e 18: Entorno do assentamento Aurora dominado pela cultura de cana de açúcar.....	125
Figura 19. Espacialização do nível de renda dos assentados no PA Aurora – Descalvado SP.....	130
Figura 20. Caixa d’água construída pelo INCRA no PA Aurora em Descalvado.....	135
Figura 21. Imagem do caminhão pipa da prefeitura municipal de Descalvado abastecendo um lote no PA .....	136
Figura 22. Reservatórios de água que os assentados improvisaram para receber a água dos caminhos pipas destinados pela prefeitura municipal ao assentamento. ....	136
Figuras 23 e 24. Grande presença de eucaliptos nos lotes dos assentados e máquinas e especialistas contratados pelos assentados para a retirada dos eucaliptos pela raiz.....	138

Figuras 25 e 26. Casas em construção no assentamento Aurora feitas a partir do crédito habitação. ....	142
Figura 27. Morador do PA Aurora que ainda não recebeu os créditos do INCRA e ainda reside em um barraco de lona a madeira. ....	142
Figura 28. Espacialização pensada a partir dos projetos futuros dos assentados para seus lotes no PA Aurora .....	144
Figura 29. Territorialidade dos grupos de bases no PA Aurora, 2008 .....	153
Figura 30: Sala de aula improvisada por Dona A no seu barraco, mesmo local utilizado para lavar as roupas. ....	157
Figura 31. Incêndio no barraco do assentado que denunciou o furto na reunião geral do assentamento Aurora. ....	171
Figura 32. Territorialidade dos grandes grupos familiares no PA Aurora .....	173
Figura 33. Territorialidade dos assentados que freqüentam a escola no PA Aurora.....	175
Figura 34. Distribuição de feijão aos assentados, produto doado pela prefeitura municipal de Descalvado para a subsistência e também para o plantio. ....	178
Figura 35. Igreja evangélica do PA Aurora construída na área comunitária do assentamento.....	180
Figura 36. Territorialidade dos assentados evangélicos no PA Aurora.....	182
Figura 37. Territorialidade dos assentados que não participa de nenhum grupo no PA Aurora.....	187
Figura 38. Arena pública (espaço comunitário) das reuniões gerais do assentamento rural Aurora. ....	188
Figura 39. Reunião dos assentados com representantes da prefeitura municipal para reivindicar a distribuição de água para o PA Aurora. ....	189
Figura 40. Folheto informativo que os assentados do PA Aurora distribuíram na praça “Jardim Velho” como uma reação ao preconceito sofrido pela população descaldense logo no início da construção do assentamento rural. ....	192

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Isenção Fiscal para o etanol em relação à gasolina em alguns países europeus (euros por litro em 2005).....	59
Gráfico 2. Estado de origem do responsável pelo lote no Assentamento Aurora (em % dos que se declararam responsável pelo lote).....	82
Gráfico 3. Município de origem do responsável pelo lote no Assentamento Aurora (em % dos que se declararam responsável pelo lote). ....	83
Gráfico 4. Ocupação do responsável pelo lote imediatamente anterior à vinda para o assentamento (em %)......	84
Gráfico 5. Experiência de trabalho do responsável pelo lote no município de origem (em %). ....	85
Gráfico 6. Moradia do responsável pelo lote no momento anterior à vinda para o assentamento: área rural ou urbana (em %)......	88
Gráfico 7. Participação anterior em movimentos sociais dos assentados (em % do que declararam os responsáveis pelo lote). ....	92
Gráfico 8. Motivação em participar da luta pela terra em Descalvado-SP (em % do que declararam os responsáveis pelo lote). ....	96
Gráfico 9. Distribuição dos moradores do assentamento Aurora por faixa etária (em % do total de moradores). ....	124
Gráfico 10. Caracterização da origem da renda monetária dos assentados (em %).....	128
Gráfico 11. Caracterização da renda, em salários mínimos, dos assentados (em % dos que se declararam responsável pelo lote) .....	129
Gráfico 12. Avaliação das condições de vida atual em relação à situação anterior a de assentado (em % do que responderam os responsáveis pelo lote) .....	132
Gráfico 13. Principais problemas identificados pelos assentados no PA Aurora (em % dos se declararam responsável pelo lote). ....	135
Gráfico 14. Projetos futuros dos assentados para os lotes (em %).....	143
Gráfico 15. Principais diferenças identificadas pelos assentados entre o acampamento e o assentamento (em %). ....	150

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária  
CAI – Complexos Agroindustriais  
COOPerguaçu – Cooperativa Mista do Vale do Mogi-Guaçu  
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural  
FEPASA – Ferrovias Paulista S/A  
FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo  
FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo  
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool  
ICONE – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais  
IGC – Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo  
MDL – Mecanismos de Desenvolvimento Limpo  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras  
PA – Projeto de Assentamento Rural  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PCB – Partido Comunista do Brasil  
PM – Pastoral do Migrante  
PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel  
PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool  
RIPASA – Ripasa Papel e Celulose S.A.  
SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados  
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural  
TDR – Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização  
UNICA – União da Indústria de Cana-de-açúcar  
USP – Universidade de São Paulo  
UNESP – Universidade Estadual Paulista  
UFscar – Universidade Federal de São Carlos

## RESUMO

MAGNO, Lucas; M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2011. **Territorialização, conflitos e construção das identidades no assentamento rural Aurora em Descalvado-SP.** Orientadora: Sheila Maria Doula. Coorientadores: Klemens Augustinus Laschefski e José Ambrósio Ferreira Neto.

A temática da reforma agrária no Brasil tem ganhado destaque nos últimos anos em virtude do agravamento dos conflitos fundiários e também da criação de Projetos de Assentamentos rurais (PA's). Muito embora o que tem sido feito sob esse nome esteja aquém de uma real mudança na estrutura e na concentração da propriedade de terras no país, o número de PA's vem aumentando significativamente trazendo para o espaço rural brasileiro novos sujeitos e incitando transformações econômicas e sociais. Nesse sentido, é fundamental compreender como esses novos territórios se constituem, a partir de quê e de quem e quais lições eles trazem para o debate sobre desenvolvimento rural. Nesse contexto, esse trabalho analisa como a constituição de um PA no município de Descalvado configura-se como um processo de produção do espaço com a construção de novas ruralidades e identidades. O objetivo geral foi analisar os processos de territorialização do assentamento rural Aurora e o de construção de novas identidades sociais nesse município. Trata-se de uma pesquisa descritiva e explicativa que fez uso da observação participante, de questionários e de entrevistas semi-estruturadas para a coleta de dados. Os resultados apontaram que o assentamento foi formado a partir da confluência de dois processos: um derivado da exclusão econômica dos trabalhadores bóias frias com o avanço do agronegócio da cana e da mecanização da colheita e outro como o resultado de trajetórias socioculturais dos trabalhadores que construíram estratégias de reinserção social. Assim, consideramos que a luta pela terra nesse município situa-se num processo de desterritorialização e (re)territorialização, onde a conquista da terra passa a compor o campo de possibilidades de reprodução social de um grupo e de (re)criação de espaços.

## ABSTRACT

MAGNO, Lucas; M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2011. **Territorialization, conflicts and construction of identities on a rural settlement of Aurora at Descalvado-SP.** Adviser: Sheila Maria Doula. Co-Advisers: Klemens Augustinus Laschefscki and José Ambrósio Ferreira Neto.

The agrarian reform theme in Brazil has gained the spotlight in the last few years in virtue over the aggravation of the land conflicts and also because of the creation of the Rural settlements Projects (PA's). Although what has been done in the name of that has been short for a real change in the structure and in the concentration of land property in the country, the number of PA's has been increasing significantly, bringing for the Brazilian rural space new subjects and inciting economic and social transformations. In this way, it's fundamental to understand how these new territories constitute themselves, from what and whose and what lessons they bring us for the debate about rural development. In this context, this research analyses how the constitution of a PA in the city of Descalvado sets itself as a process of space production with the construction of new ruralities and identities. The general objective was to analyze the process of territorialization the Aurora's rural settlement and the process of the construction of new social identities in this city. It's about a descriptive and explanatory research that uses participative observation, questionnaire and semi-structured interviews for data gathering. The results pointed that the settlement was formed from the junction of two processes: one derived from the day-worker's economic exclusion with the advance in cane agribusiness and of the harvest mechanization and other as the result of sociocultural trajectories of the workers who built social reinsertions strategies. So, we consider that the fight for the land in this city is located in a process of unterritorialization and (re)territorialization, where the land achievement compose a field of possibilities of social reproduction of a group and of the (re)creation of spaces.

## INTRODUÇÃO

A temática da reforma agrária no Brasil tem ganhado destaque nos últimos 30 anos em virtude do agravamento dos conflitos fundiários e também da conseqüente criação de Projetos de Assentamentos rurais (PA's). Muito embora o que tem sido feito sob o nome de "reforma agrária" esteja muito aquém de uma real mudança na estrutura e na concentração da propriedade de terras no país, o número de PA's vem aumentando significativamente, trazendo para o espaço rural brasileiro novos sujeitos e incitando transformações econômicas e sociais.

O processo de conversão de uma área, seja ela improdutiva, de um latifúndio ou mesmo pública em um assentamento, acarreta modificações no uso e na apropriação do espaço, o que implica em um (re)ordenamento territorial do município onde ele se instala. Assim sendo, é fundamental compreender como esses novos territórios se constituem, a partir de quê e de quem e quais lições eles trazem para o debate sobre reforma agrária e desenvolvimento rural no Brasil.

Nesse contexto, essa dissertação analisa como a constituição e o desenvolvimento de um projeto de assentamento rural no interior do estado de São Paulo configura-se também como um processo de reestruturação territorial e de construção de novas identidades sociais. A pesquisa foi realizada tomando como referência o PA Aurora, localizado no município de Descalvado/SP. O objetivo geral foi compreender os processos de constituição da identidade social de "sem terra" e da territorialização do assentamento rural Aurora. E os específicos foram:

- Identificar os elementos estruturadores das identidades (culturais, econômicos e territoriais) construídos na trajetória social dos trabalhadores rurais na luta pela terra em Descalvado;
- Compreender as características territoriais da organização do assentamento e verificar os símbolos associados às territorialidades que representam as diferentes identidades daquele território;
- Verificar quais indicadores culturais e econômicos (formas de trabalho, local de origem, parentescos, religiosidade e escolaridade) são utilizados para estabelecer relações de semelhanças ou de alteridades entre os próprios assentados e entre eles e o entorno do assentamento;

- Compreender as transformações nas condições de vida das famílias no assentamento numa perspectiva que envolva passado, presente e futuro.

A relevância do tema reside na explicação das relações de poder que (re)definem o espaço regional onde o assentamento se insere, bem como o do interior do projeto o que, por sua vez, influencia a construção de estratégias de desenvolvimento rural. Assim, este estudo permite pensar as possibilidades de mudança social a partir da emergência de novas ruralidades e identidades com os conflitos fundiários na região Central do estado de São Paulo, um espaço tradicionalmente ocupado por complexos agroindustriais e de atração de trabalhadores rurais migrantes; e analisar quais seriam os desafios para as intervenções sociais no novo contexto territorial criado com os projetos de reforma agrária que têm como uma das principais características a heterogeneidade social dos beneficiários.

O município de Descalvado está a 200 km da capital do estado, situado na região paulista onde se encontra o maior complexo agroindustrial (CAI) do país integrado à economia urbana (o sucroalcooleiro), o que estabelece novas relações campo-cidade. Porém, essa região, ao mesmo tempo em que integra esse moderno sistema produtivo da agricultura, é palco de numerosos conflitos socioambientais e de denúncias sobre violação dos direitos humanos de trabalhadores rurais.

A produção de cana de açúcar altamente tecnificada é o carro chefe da economia rural regional, principalmente no município de Descalvado, haja vista as atuais políticas públicas de incentivos para a produção e para o uso do etanol e o mercado crescente do açúcar. Mas, na contramão desse moderno complexo agroindustrial, a colheita da cana emprega um grande contingente de trabalhadores em condições precárias. A população empenhada nessa atividade é proveniente de outros municípios e de outros estados da federação, e não é contratada permanente, ou seja, é formada por migrantes trabalhadores volantes conhecidos como “bóias-frias”.

No entanto, atualmente o setor canavieiro de São Paulo passa por um intenso processo de mecanização, e Descalvado não foge à regra. Esse processo exige um novo perfil de empregado, isto é, exige um profissional melhor qualificado. Embora existam hoje programas das próprias usinas para a “reciclagem” do trabalhador, eles não vão atingir o montante de pessoas empregadas ultimamente no setor. Esse processo de “descarte” do cortador de cana na região é um dos principais eixos das lutas do sindicato da categoria. A Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de

São Paulo (FERAESP)<sup>1</sup>, com sede na cidade de Araraquara, está à frente das negociações. Mas, mesmo com as lutas sindicais, muitos trabalhadores sofrerão com o desemprego estrutural gerado pela mecanização no campo e também pela informatização do setor de serviços e comércio no meio urbano. Em outras palavras, vão sofrer com a exclusão dos processos produtivos provocada pela modernização mais uma vez, repetindo o experimentado nas décadas em que se processava a revolução verde.

Mas, segundo Ferrante (1991), o que se tem constatado com os bóias-frias no contexto da mecanização na região Central do estado de São Paulo, e que é apoiada pela FERAESP, é a trajetória de voltar ao campo, ou seja, de se tornarem, ou voltarem a ser, agricultores por meio das ocupações de terras e da demanda da política de criação de assentamentos rurais. Assim, o que a exclusão do trabalho está colocando no contexto regional é um processo de reentrada, ou de (re)inclusão, um sair enquanto trabalhador assalariado, e reentrar enquanto agricultor que pretende ser assentado através de políticas públicas. Nesse contexto, pode-se dizer que a FERAESP, além de ser um movimento de luta por melhores condições trabalhistas dos assalariados rurais, torna-se também um movimento socioterritorial (FERNANDES, 2005). Isto é, passa a agir como um movimento social que têm o território como condição de existência, de trunfo, de possibilidade de recriação de uma condição social. É esse o contexto em que os assentamentos rurais criados em Descalvado (PA 21 de Dezembro; PA Aurora e PA Bom Retiro) nos últimos cinco anos se inserem.

O nosso contato com o assentamento objeto dessa pesquisa, o PA Aurora, se deu ainda no ano de 2008, quando já havia sido realizada a seleção e a distribuição dos lotes para as famílias que iam ser assentadas. Nessa época, ainda de forma intuitiva, percebemos alguns problemas e particularidades surgidos à medida que o assentamento se desenvolvia, tais como: a falta de perspectivas por parte dos beneficiários dessa política pública quanto à solução de problemas de infra-estrutura do local (água, energia elétrica, etc.); a morosidade na retirada dos eucaliptos do antigo arrendatário da área para que os assentados pudessem, de maneira efetiva, ocupar o território com suas práticas agrícolas; conflitos entre os próprios assentados e entre eles e os mediadores sociais por conta da organização dos processos políticos e produtivos, dentre outros.

---

<sup>1</sup> A FERAESP é referenciada pelos assentados do PA Aurora como o “movimento”. Sendo assim, no decorrer dessa dissertação, utilizamo-nos dessa categoria nativa para fazer referência ao mesmo.

Nesse contexto, pudemos perceber que a concessão da terra e a construção do assentamento apenas encerraram uma etapa da luta pela terra e deram início a outra.

O PA se constituiu em uma mudança radical na vivência dos beneficiados, nas suas experiências e subjetividades, pois foi uma reordenação da vida que se deu a partir da condição de assentado e proprietário de terra em populações marcadas por relações de dependência de grandes proprietários, de marginalização social e de inserção precária no mercado de trabalho. Trata-se do ajustamento problemático do trabalhador a uma situação social nova, pois, de acordo com Martins (2003), o sujeito alcançado pelos programas de reforma agrária, devido à diversidade social de suas origens, experiências e aspirações, tem sido um sujeito ambíguo, desafiado pela contradição entre a situação social de trabalhador e a de proprietário e titular da renda da terra. Assim, sugere esse autor, há a necessidade de realizar uma “*arqueologia da vivência da reforma agrária*” (MARTINS, 2003: 47), pois ela permite conhecer o elenco da diversidade e das adversidades dessa experiência e pode interessar ao governo para aperfeiçoar os seus mecanismos de intervenção social na condução da reforma agrária.

E é a compreensão das motivações sociais e das implicações da (re)organização territorial com assentamentos rurais, que depende que se compreenda também a gênese do sujeito que o personifica e vivencia, que justificou essa pesquisa.

A terra, o assentamento propriamente dito, é um fim em si mesmo, um “ponto de chegada”. Essa conquista muda a condição social dos beneficiados e também a configuração territorial do município onde ele é instalado. No entanto, a conquista do território do PA, enquanto resultado de um processo de agrupamento de diferentes pessoas em torno de uma identidade social comum - a de sem terra -, coloca-se também como um “ponto de partida”, como sugeriram Leite *et al* (2004), à medida em que as relações sociais entre os assentados com trajetórias e perfis socioculturais distintos são (re)organizadas, pois se trata da formação de uma comunidade com sujeitos que, de maneira geral, não possuíam laços sociais anteriormente, o que possibilita novas (re)configurações identitárias.

Os conflitos vivenciados nas experiências de cooperação nos assentamentos rurais, evidenciados por vários autores<sup>2</sup>, indicam que, para os assentados, na terra conquistada trata-se de recriar seu modo de vida. Já para os mediadores, o assentamento

---

<sup>2</sup> A esse respeito ver Zimmerman (1994), Brenneisen (2002), Silva (2009) e D’Incao e Roy (1995).

representa a continuidade de um projeto coletivo do movimento social, tecido no fazer-se dos acampamentos ou nas ocupações de terras. Desse modo, orientados por uma utopia igualitária e informados por uma concepção de mundo diferente das dos assentados, os mediadores têm dialogado a partir de uma visão estranha ao meio rural e à população que aí reside, o que acaba por provocar conflitos de inúmeras naturezas.

A própria expressão “sem terra” é uma evidência desse desencontro. Essa forma de representação revela e oculta ao mesmo tempo. Se, de um lado, a expressão possibilitou a articulação de uma identidade de diferentes categorias sociais na luta pelo acesso à terra, de outro lado, homogeneiza a diversidade de seus projetos de vida no assentamento.

Nesse contexto, entendemos o assentamento como um espaço que expressa relações de conflitos e tensões que podem ser revelados nas práticas sociais cotidianas e nas estratégias de luta, o que significa que a “luta” não cessa com a conquista da terra. O assentamento é o lugar de (re)encontro de culturas(s), espaço de representação e legitimação dos diferentes sujeitos envolvidos nesse processo.

Assim, o termo é utilizado não somente para designar uma porção de terra, mas também “(...) *um agregado heterogêneo de grupos sociais com diversas origens geográficas*”. É justamente por isso que um assentamento rural pode ser considerado como uma “*encruzilhada social*” que possibilita uma confluência de inserções sociais num determinado espaço (CARVALHO, 1999: 05).

É a partir desse contexto, marcado por relações conflituosas entre identidade e alteridade, entre o velho e o novo no interior das práticas sociais e econômicas regionais e de um assentamento rural, que colocamos as seguintes questões: Quais os processos históricos e sociais que levaram ao surgimento do assentamento numa região onde predomina a grande propriedade altamente tecnificada e a monocultura de cana? Quais foram, no decorrer da trajetória social dos trabalhadores assentados, os elementos unificadores na conformação da identidade social na luta pela terra? Que modificações a sociabilidade e a convivência no assentamento provocaram em sua(s) identidade(s)? Quais os símbolos e que elementos da territorialidade e das identidades no assentamento permitem a formulação de um projeto coletivo para o futuro?

Assim, nesse trabalho destacou-se as relações socioespaciais na perspectiva do processo contraditório da identidade/diferença, do velho/novo, entre as velhas práticas trazidas pelos “sem-terra”, fruto de suas trajetórias de vida/trabalho, e das referências

atuais que lhes propiciaram se relacionar no interior desta nova territorialidade, carregando marcas de identidades formadas em outros lugares e que irão influir na (re)construção das sociabilidades no “novo espaço”: o assentamento rural.

Foram duas hipóteses que nortearam o projeto. A primeira era a de que a terra era o símbolo que unia as famílias na luta, constituindo-se como referência da identidade social que se colocava também como identidade territorial na construção da luta pela terra e das novas ruralidades na região. A segunda era a de que, assim que recebidos os lotes no assentamento, os beneficiários se organizariam em torno de outros referenciais como, por exemplo, os ligados à origem geográfica (em se tratando dos “de fora”), às redes sociais familiares (daqueles naturais do município e que eram parentes), ou mesmo guiados por projetos de vida individuais de cada família.

Nossas hipóteses nos conduziram, portanto, ao estudo dos processos de construção de identidades e de produção e organização do território de um assentamento rural. Assim, organizamos a dissertação em quatro capítulos.

Optamos em discutir no primeiro capítulo alguns fundamentos conceituais que nos serviram para a análise dos dados. Dessa forma, concentramo-nos na definição dos conceitos de identidade e de território empregados na pesquisa.

No segundo capítulo encontra-se um breve resgate histórico da região estudada construído a partir de dados secundários. O objetivo foi dar destaque, de forma geral, às transformações socioespaciais provocadas pelo movimento de industrialização da agricultura, que não determinou o fim de certas categorias sociais como argumentavam os defensores incondicionais do avanço do capitalismo no campo.

No terceiro capítulo, certa maneira uma continuação do anterior, apresentamos e caracterizamos os atores responsáveis pela construção do movimento que deu origem à luta pela terra em Descalvado que, por sua vez, resultou na construção do assentamento rural Aurora. Assim, delineamos alguns aspectos do processo da luta, especialmente com relação à época do acampamento, que consideramos importantes na conformação da identidade social de “sem terra”, bem como as diversas representações sociais envolvidas naquele tempo e espaço. Ou seja, nessa parte encaramos o assentamento como “ponto de chegada”, haja vista os objetivos comuns dos demandantes do projeto na construção de um “novo” espaço de socialização e trabalho.

No quarto e último capítulo analisamos o assentamento enquanto “ponto de partida” para inúmeras práticas sociais, políticas e de sociabilidades. Partimos do

pressuposto de que sua implementação legítima, ao menos por parte do Estado, as demandas feitas pelo movimento social na região, mas coloca os assentados em outro patamar de interações sociais.

Finalmente, na última parte da dissertação, tecemos algumas considerações finais sobre o trabalho realizado.

Em termos metodológicos, esse projeto partiu das premissas da pesquisa descritiva - que tem como objetivo a descrição de características de determinada população e/ou fenômeno social - e explicativa - que visa o estabelecimento de relações entre as variáveis descritas para a explicação de um fenômeno (GIL, 2002).

Como técnicas de construção de dados, utilizamos a observação participante que se insere no âmbito da pesquisa em antropologia social, comumente associada à pesquisa qualitativa, questionários do tipo censo e entrevistas semi-estruturadas.

A observação participante foi justificada como método pela natureza das questões que nos dispusemos a investigar e por fornecer uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos sociais e da cultura dos grupos.

Segundo Geertz (1989) o conceito de cultura é, essencialmente, semiótico. Esse autor acredita que o homem é um animal amarrado em teias de significados que ele mesmo teceu. Nesse sentido, a cultura passa a ser encarada como sendo essas teias, e sua análise, portanto, não é feita como uma ciência experimental em busca de leis gerais, mas como uma ciência interpretativa à procura dos significados das teias e das ações que as tecem, ou, nos termos do autor, conduzida em cima do “*discurso social*”, feito tanto de ações como de palavras do grupo que se pesquisa e dos lugares nos quais eles conduzem seus respectivos discursos.

Para um pesquisador empenhado em realizar essa tarefa, Geertz disserta em prol do método de análise e de escrita textual: a descrição densa. Para ele, o emprego desse método implica em “(...)estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante” (GEERTZ, 1989: 15).

Geertz (1989: 17) vai afirmar que o objetivo desse trabalho é compreender uma “*hierarquia estratificada de estruturas significantes*”. O entendimento é que, para o pesquisador no campo é necessário perceber as estruturas superpostas de inferências e implicações sociais das ações que são os “nossos dados”, e, sempre, construções de

construções de outras pessoas (para ele somente um “nativo” faz interpretações de primeira mão).

A análise dos dados levantados com a observação participante foi, portanto, feita a partir de escolhas entre as estruturas de significação e da determinação de sua base social e de sua importância para os objetivos da nossa pesquisa. Nesse sentido, o pesquisador inicialmente tem de apreender as significações e só depois interpretá-las. Mas, nesse ponto, Geertz faz um alerta:

Não estamos procurando, pelo menos eu não estou, tornar-nos nativos ou copiá-los. Somente os românticos ou os espíões podem achar isso bom. O que procuramos, no sentido mais amplo do termo, que compreende muito mais do que simplesmente falar, é conversar com eles, o que é muito mais difícil (GEERTZ, 1989: 23-24).

Visto desse ângulo, o objetivo da observação participante é alargar o discurso e as interações humanas, em outros termos, a comunicação. É assim que o pesquisador “inscreve” o discurso social de determinados grupos.

Nesse ponto a contribuição de Ruth Cardoso (1997) foi de extrema importância para evitar “mal entendidos” quanto à escolha desse método na pesquisa qualitativa. Essa autora aborda a questão da relação sujeito-objeto no trabalho de campo, chamando a atenção sobre as “armadilhas do campo” na realização da observação participante. Para ela o pesquisador não pode perder o horizonte social, político, científico e cultural em que o trabalho de campo se insere, para não deixar que a observação participante vire “participação observante”, ou seja, que haja uma confusão de métodos entre observação participante e pesquisa participante ou pesquisa-ação.

Cardoso também faz um retorno à Geertz (1989) para reafirmar o seu posicionamento. Para ela um bom trabalho de observação participante deve perpassar a descrição densa, para que com isso ele consiga levar o leitor para o lugar do outro, mas, ao mesmo tempo, fazer com que ele se permita a olhar para si mesmo. Ou seja, a autora defende a manutenção do estranhamento como forma primordial de se fazer observação participante. Mesmo que esse “outro” seja familiar, é necessário desconstruí-lo e reconstruí-lo, num constante movimento de (re)interpretações de si e do “outro”. Já na pesquisa participante (“participação observante”), o pesquisador faz inferenciais analíticas a partir das intervenções sociais dirigidas no e com o grupo, identificando-se plenamente com ele. São métodos diferentes, mas não, necessariamente, excludentes.

Usar um ou outro e um com o outro depende das escolhas do pesquisador e dos objetivos da pesquisa.

Haguette (1992) também defende a observação participante como método em pesquisas qualitativas nas ciências sociais. Para essa autora, tal técnica é utilizada quando as análises quantitativas não dão conta de acontecimentos complexos, e para dar mais relevância aos aspectos subjetivos da ação social, enfatizando as “razões de ser” de um fenômeno. Haguette destaca três situações às quais a observação participante é adequada: a) quando a evidência qualitativa substitui informações estatísticas relacionadas às épocas passadas; b) quando é usada para captar dados psicológicos reprimidos e que não são facilmente calculáveis; c) construir indicadores do funcionamento complexo de organizações sociais, que dificilmente responderiam a quantificações estatísticas ou a questionários. Tais situações estão em harmonia com os objetivos dessa pesquisa, o que justificou a escolha desse método.

Nesse sentido a observação participante foi entendida como:

(...) um processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados, e, em participando com eles do seu ambiente natural de vida, coleta dados. Logo, o observador é parte do contexto sendo observado e no qual ele ao mesmo tempo modifica e é modificado por esse contexto (HAGUETTE, 1992: 71).

Mas a autora também adverte que um pesquisador que aceita os princípios convencionais desse método científico, deve se esforçar para captar os dados com a mínima intervenção possível na rotina do grupo pesquisado, pois o envolvimento, inclusive com decisões políticas do grupo, acarreta riscos de induzir (sociocultural, ideológica, emocional e normativamente) os dados. Nesse contexto, segundo a autora, o método mais adequado seria a pesquisa participante.

Assim, o uso da observação participante exige uma série de preparativos que incluem, primordialmente, que o pesquisador esteja imbuído de uma capacidade subjetiva de saber se aproveitar das oportunidades certas e posicionar-se de maneira a levantar informações sem induzir as respostas, mantendo alerta a necessidade de separar discursos e práticas, o observado do falado.

Certamente o uso desse método implica em situações tensas, como alertou Turatti (2005) em se tratando de contextos de conflitos fundiários, principalmente pelo caráter invasivo concernente à presença do pesquisador no lugar de vivência do

pesquisado. Para essa autora, o “estranho bisbilhoteiro” merece desconfiança, pois seu propósito, à primeira vista, parece pouco recompensador: construir conhecimento a respeito do objeto estudado.

Nesse contexto, o pesquisador necessita de uma “porta de entrada” que facilite a criação de uma relação de confiança e aceitação do grupo estudado. Todavia, mesmo devidamente “apresentado”, a “porta” em questão pode, ela também, transformar-se em um empecilho à aceitação do pesquisador. Por exemplo: se o pesquisador “entra pela porta” do Estado em comunidades que vivem situações de conflitos com os representantes do governo, sempre há o risco de ser considerado “inimigo”. Nesse sentido, o pesquisador que faz uso da observação participante está à mercê de intempéries, não só climáticas, mas, sobretudo, humanas. Estas, tão difíceis e imprevisíveis quanto aquelas.

Essas discussões foram de extrema importância para nós, dado que, no momento da construção do projeto, fomos indagados a pensar sobre esse método de pesquisa, principalmente com relação ao caráter participante da observação. Nesse sentido, as dúvidas sobre se a observação seria ou não participantes foram, cada vez mais, fazendo parte das reflexões teóricas da pesquisa e, principalmente, do trabalho de campo.

Já com relação ao questionário, este foi entendido com uma técnica estruturada de coleta de dados que, segundo Haguete (1992), prima pela comparabilidade entre os mesmos a partir da estruturação do problema de pesquisa. Ou seja, essa técnica permite analisar somente o que o pesquisador previamente definiu.

Com o levantamento do tipo censo, pretendeu-se obter um perfil socioeconômico e as origens geográficas dos assentados, através da aplicação de um questionário mais geral e objetivo a todas as 74 famílias residentes no assentamento. O número de lotes no assentamento é de 80, mas como algumas pessoas abandonaram seus lotes e desistiram da luta, no momento da realização da pesquisa apenas 74 famílias estavam assentadas e esse foi o número levado em consideração para a condução do censo.

A partir da descrição geral do assentamento obtida pelo censo, fizemos uma amostragem que deveria ser representativa dos diferentes perfis das famílias assentadas para a realização das entrevistas em profundidade que, em princípio e em consonância com uma das nossas hipóteses, seria escolhida em função do local de origem dos entrevistados e das relações de parentesco.

Como um questionário jamais poderia captar informações que não estivessem no “*script*”, a escolha de entrevistas em profundidade possibilitou a coleta de informações que surgiam à medida que as conversas “iam fluindo”.

As entrevistas podem ser definidas, também de acordo com Haguette (1992), como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado, através de um roteiro previamente estruturado onde consta uma lista de pontos ou tópicos estabelecidos de acordo com a problemática pesquisada, e também a partir do interesse do pesquisador na conversa que vai se desenvolvendo.

Nesse sentido, as nossas entrevistas foram guiadas por um roteiro, no qual se procurou examinar as origens sociais do grupo, as experiências de trabalho anteriores e recentes, as formas de organização social pelas quais os assentados passaram até a conquista de terra, as características culturais do lugar de origem presentes ou ausentes no local de destino, a relação com a terra, o processo migratório, entre outros fatores que nos conduziam aos objetivos almejados no projeto. Além disso, à medida que iam surgindo novos elementos importantes para o trabalho nas entrevistas, a partir das conversas, muitas das quais informais, acrescentávamo-los no roteiro.

De início, ainda sem grandes preocupações com a realização das entrevistas, começamos a fazer o censo. Dividimos o assentamento em 15 quadras e começamos pela primeira, localizada na parte de baixo. Lote por lote fomos aplicando o questionário e, de maneira informal, conversando sobre os principais problemas do assentamento.

No decorrer da realização dos questionários, percebemos que a questão dos conflitos entre grupos era latente no PA Aurora, o que influenciou sobremaneira na escolha dos informantes e a remodelação dos entrevistados em função da situação posta com o trabalho de campo e em função dos grupos de afinidades estabelecidos a partir desses conflitos.

Essa parte da pesquisa foi realizada durante as primeiras três semanas de trabalho de campo. A cada dia aplicávamos em torno de 7 a 8 questionários, dependendo das conversas, dos cafés e também do tempo: quando chovia o número de questionários caía para uns 3 ou 4 por dia, dadas as más condições de conservação das estradas do local.

Nas conversas no decorrer do levantamento dos dados do censo fomos percebendo que os grupos eram divididos da seguinte maneira por conta dos conflitos: os que freqüentavam a escola da Dona A<sup>3</sup> (a professora) que é representativo de 19 lotes; os “Macarrão”, grupo pertencente à mesma família e que ocupa 7 lotes no assentamento; os “Borges”, também dividido de acordo com o critério de parentesco, porém em menor número do que os “Macarrão” (ocupam 4 lotes); os que freqüentavam a igreja evangélica (15 lotes) que, por conta mesmo das expressões idiomáticas dos freqüentadores, estou chamando de os “irmãos da igreja” (categoria nativa); o grupo mais recente no local conhecido como a “Família de Sertãozinho” que se mantém em quatro lotes; e, por fim, os que não têm grupo, aqui denominados de os “individuais” (categoria construída com a pesquisa), ocupantes de 21 lotes no assentamento. Percebe-se que somando os lotes de todos os grupos temos um montante de 80 famílias, número superior às residentes no PA Aurora e levado em consideração na realização do censo. Acontece que em alguns grupos, como no dos freqüentadores da igreja e da escola, há a participação de algumas pessoas em ambos sem grandes conflitos. Esse fato será mais bem trabalhado no capítulo quatro dessa dissertação, quando trazemos à tona os conflitos entre os assentados no PA Aurora.

Nesse contexto, direcionamos as entrevistas de acordo com a divisão dos grupos no assentamento, e não como planejado, dadas às circunstâncias encontradas no campo. Assim, entrevistamos três representantes dos freqüentadores da escola (um dos maiores grupos, por isso a necessidade de mais de uma entrevista, sendo que uma das entrevistas foi feita com a professora), um da família dos “Macarrão”, um da família dos “Borges”, dois dos “irmãos da igreja” (também um grupo grande), uma da “Família de Sertãozinho”, a matriarca responsável pela entrada dos demais membros de sua família no assentamento; e, finalmente, duas pessoas dos “individuais” também foram entrevistadas, contemplando, assim, todos os grupos existentes no assentamento e totalizando 10 entrevistas.

---

<sup>3</sup> Os nomes dos entrevistados que constam nessa dissertação não serão revelados. Essa opção foi feita em comum acordo com os assentados e demais entrevistados, que assinaram um termo de consentimento autorizando a transcrição de suas falas e a inserção das mesmas nesse trabalho, cientes de que seus nomes não seriam divulgados. Esse procedimento está de acordo com os propostos pela Comissão de Ética da Universidade Federal de Viçosa, onde submetemos nosso projeto para aprovação (Of. Ref. N° 0102/2010/Comitê de Ética, em anexo).

Essa mudança de estratégia na realização das entrevistas se deu em função do que o campo nos colocou. Ou seja, no decorrer da realização do censo, fomos percebendo que havia processos associativos e dissociativos naquele assentamento, mas que não se davam pelas características culturais dos migrantes nordestinos ou mineiros, e nem pela relação entre os “de dentro” e “os de fora” (os naturais de Descalvado e os migrantes, respectivamente). Eles aconteciam em função de outros elementos considerados importantes pelos assentados como os relativos às relações de parentesco, à religião, à moral dos que eram analfabetos e tinham confiança naqueles que os ensinavam ler, dentre outros. Nesse sentido, percebemos que ao abordarmos tais aspectos estaríamos de fato analisando as relações de poder presentes naquele território responsáveis pela existência de diferentes identidades no assentamento e, assim, não estaríamos “fugindo” dos objetivos do projeto.

Levando em consideração essas reflexões metodológicas, a pesquisa de campo foi realizada em três partes, perfazendo um total de pouco mais de um mês. As duas primeiras partes ocorreram no decorrer do mês de julho de 2010, com a presença constante do pesquisador no campo, inclusive freqüentando os lugares de lazer e diversão dos assentados como o bar no entorno do assentamento, a cachoeira do Pântano (localizada a menos de 1 Km do PA Aurora), o Jardim do Lago (uma praça urbana de um bairro próximo ao PA e onde eles esperam pelo ônibus escolar para retornarem ao assentamento) e também no próprio assentamento como a igreja e a escola.

Na primeira etapa foi quando realizamos o censo com os assentados e também a observação participante. A segunda, já no início do mês de agosto, se deu quando entrevistamos a técnica do INCRA e os representantes dos diferentes grupos existentes no local. Após essa etapa, sistematizamos as primeiras informações do diário de campo, realizamos as transcrições das entrevistas e também tabulamos os dados do censo.

A terceira e última parte do trabalho de campo se deu pouco mais de um mês depois. Em setembro de 2010 voltamos a campo para entrevistar a liderança dos assentados e da FERAESP em Descalvado: P. Essa etapa, com algumas questões já formuladas a partir das entrevistas e do censo, foi direcionada de acordo com alguns objetivos específicos, tais como a mobilização na luta pela terra, as reuniões antecedentes à ação de ocupação da área, conflitos internos no assentamento, projetos de intervenção social, perspectivas de desenvolvimento para o local, etc.

Durante toda a realização do trabalho procuramos estabelecer uma relação constante de diálogo entre as teorias e a coleta de dados, ou seja, reelaborar nossos conhecimentos prévios e também aqueles construídos a partir do campo e, com isso, chegar a novos níveis de interpretação do objeto de estudo.

Assim, o conjunto desses métodos nos possibilitou analisar o dia-a-dia do grupo, as formas como se organizam coletivamente, os conflitos, suas manifestações culturais, o processo migratório dos “*de fora*”, a formação do acampamento dentre outras coisas. Ou seja, ele nos deu a possibilidade de explorar não só o que estava dado no discurso dos interlocutores, como também nas ações práticas do dia-a-dia, que eram significativas para a compreensão da lógica dos sujeitos que as praticam.

## **CAPÍTULO 1. IDENTIDADES E TERRITÓRIO: UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA DOS PROCESSOS SOCIAIS.**

A modernidade deu origem à constituição problemática de três identidades básicas que, certa maneira, assumiram os papéis de matrizes; são elas: a de indivíduo, de nação e a de classe social. No entanto, na atualidade, essas construções identitárias estão sendo redefinidas e passam a incorporar também outros referenciais como as tradições étnicas, os valores religiosos, os laços familiares, os relacionamentos com o território, etc.

Canclini (1995) é um autor que argumenta que o novo cenário sociocultural posto com a globalização faz com que os Estados Nacionais percam poder frente aos conglomerados internacionais (principalmente de empresas multinacionais) e, ao mesmo tempo, que as identidades locais e o pertencimento ao território redefinam seus papéis. Para ele, ocorre uma revalorização do local pela massa da população, pois a perda da eficácia das formas tradicionais de relações sociais, mais “localizadas”, isto é, relativas ao lugar enquanto contexto geográfico, não é compensada pela incorporação dessas massas como consumidores ou participantes ocasionais dos espetáculos que os poderes políticos, tecnológicos e econômicos oferecem através dos meios de comunicação. Com certeza elas se reelaboram frente ao cenário de globalização, mas não necessariamente se diluem. Nas palavras do autor:

A identidade na época atual passa a ser concebida como foco de um repertório fragmentado de mini-papéis mais do que como o núcleo rígido de uma hipotética interioridade revelada apenas pelo consumismo ou pelo Estado. (CANCLINI, 1995: 39).

Nesse contexto, o autor faz uma crítica à antropologia. Para ele, essa disciplina tende a considerar os membros de uma sociedade como pertencendo a uma só cultura (como se fosse homogênea, principalmente quando estuda comunidades fechadas ou tribos). Estas tendências estiveram presentes, sobretudo, nos estudos realizados nas décadas de 60 e 70 do século passado, que emergiram da preocupação em saber se o resultado do avanço do capitalismo, em especial no mundo rural, causaria a extinção de sociedades camponesas, ou se elas conseguiriam resistir às constantes ameaças à sua reprodução social. Nesse sentido, estudavam-se apenas aspectos como aculturação e originalidade de comunidades isoladas a partir do contato com a “civilização”.

Essa visão, porém, é pouco capaz de captar situações de interculturalidades, principalmente aquelas derivadas da globalização.

A teoria do contato cultural tem estudado quase sempre os contrastes entre os grupos apenas pelo que os diferenciam. O problema reside no fato de que a maioria das situações de interculturalidade se configura, hoje, não só através das diferenças entre culturas desenvolvidas separadamente, mas também pelas maneiras desiguais com que os grupos se apropriam de elementos de várias sociedades, combinando-os e transformando-os. (...) O objeto de estudo não deve ser, então, apenas a diferença, mas também a hibridização. (CANCLINI, 1995: 142).

Mas, o que isso revela? Segundo Canclini, um duplo processo da globalização: um de homogeneização e outro agindo no sentido de criar heterogeneidades. Assim, o problema não parece ser o risco de que a globalização arrase as identidades de um lugar, mas sim entender como as identidades étnicas e de pertencimento se reconstruem em processos de hibridização e como elas “filtram” os signos e símbolos do “outro” e criam os seus próprios. Assim, categoriais como hibridismo e resistência ainda permanecem úteis.

A idéia de classe social, por sua vez, vê-se questionada como consequência de duas transformações: uma na esfera das modalidades tecnológicas e organizacionais de produzir; e outra pela paralela ascensão de uma ideologia que privilegia o indivíduo em detrimento de formas coletivas de existir e que, freqüentemente, desqualifica a instância política da vida social (CASTELLS, 1999; CANCLINI, 1995).

Na segunda transformação, especificamente, o indivíduo privilegiado não é aquele sujeito consciente de si enquanto formador de uma totalidade-mundo, através da libertação das amarras ideológicas da tradição pelo exercício da subjetivação e da racionalidade, tal como ocorrido na nascente era moderna. O indivíduo em questão é caracterizado pela exacerbação da liberdade de consumir e de se movimentar no espaço, um ser consciente de si para si, ligado principalmente a valores de mercado.

Segundo Canclini (1995), na estruturação da modernidade, o princípio regente da vida social possibilitou a subjetivação característica daquilo que se pode designar “indivíduo-sujeito”, capaz de exercer a razão e de se libertar da predominância da natureza sobre as relações sociais. Em termos de identidades relacionais a emergência desse indivíduo-sujeito se traduziu na constituição, por exemplo, das relações de produção, de classes sociais e, no âmbito de domínio territorial, nas configurações

societárias que tem no pertencimento a um espaço geográfico e a um tipo de arranjo político a constituição de Estados-Nacionais, ou seja, na idéia de nacionalidade.

Mas, no contexto atual, a subjetivação é conduzida por valores de mercado, propiciada justamente pelas transformações nos modos de produção que se tornaram mais flexíveis e globais, que possibilitaram a constituição de “indivíduos-consumidores” (CANCLINI, 1995) e à redefinição de referências identitárias antes construídas. Não o bastante, tem-se também a construção de identidades que escapam ao domínio imediato da relação capitalista-proletariado e mesmo à defesa de um Estado-Nacional: os relativos às questões de gênero, de opção sexual, de etnia e do meio ambiente são ilustrativos desse processo (CASTELLS, 1999).

Nesse sentido, no século XXI o indivíduo caracterizado pelos termos acima apresentados começa a ter seus pilares minados por novas concepções da época, o que traz implicações ao problema da construção das identidades. É nesse sentido que argumenta Canclini (1995: 54). Para esse autor:

Um carro importado ou um computador com novas funções distinguem os seus poucos proprietários na medida em que quem não pode possuí-los conhece seu significado sociocultural atualmente. Inversamente, um artesanato ou uma festa indígena em um lugar sagrado cujo sentido mítico é propriedade dos que pertencem à etnia que o gerou, se tornam elementos de distinção e discriminação na medida em que outros setores da mesma sociedade se interessam por elas e entendem em algum nível seu significado. Nesse contexto, a noção de cultura nacional pode ainda continuar servindo de referência para selecionar o exógeno, mas a de classe social talvez tenha perdido sua eficácia.

Assim, à primeira vista estamos testemunhando o surgimento de um mundo construído exclusivamente de mercados, de fluxos, de indivíduos e de organizações econômicas estratégicas - principalmente multinacionais -, governadas por modelos de expectativas “racionais”. Mas, segundo Castells (1999), pode-se observar também o surgimento de identidades que se atraem pelos “paraísos comunais”, ou seja, que se recusam a ser contraídas pelos fluxos globais e individualismos radicais e buscam na comunidade o sentido do pertencimento. Tais identidades constroem suas resistências em torno de valores como a família, a religião, a etnia e o território, diferentes dos patrocinados pela globalização econômica das relações sociais e do cidadão enquanto consumidor global.

Para Castells (1999), atualmente existem três ameaças que induzem reação de resistência neste novo milênio: a globalização, que dissolve a autonomia das instituições e organizações sociais; a flexibilidade que torna praticamente indistintas as fronteiras de participação e de envolvimento, que individualizam as relações sociais e provocam instabilidade estrutural do trabalho, do tempo e do espaço; e a crise da família que ocorre nas bases das transformações dos mecanismos de segurança social e de socialização. Assim:

Quando o mundo se torna grande demais para ser controlado, os atores sociais passam a ter como objetivo fazê-lo retornar ao tamanho compatível com o que podem conceber. Quando as redes virtuais dissolvem o tempo e o espaço, as pessoas se agarram a espaços físicos, recorrendo à sua memória histórica. Quando o sustentáculo patriarcal da personalidade desmorona, as pessoas passam a reafirmar o valor transcendental da família e da comunidade como sendo a vontade de Deus. (CASTELLS, 1999: 85)

Desse argumento de Castells é que surge uma importante característica do processo de construção de identidades atualmente de grande interesse para o nosso trabalho. Ao contrário de interpretações do senso comum e mesmo científicas, que enfatizam a aparente estabilidade dos constructos identitários, eles são sempre dinâmicos, isto é, estão sempre em curso.

A identidade nunca é construída somente a partir da diferença ou de características “próprias”, singulares, pois tem sempre um caráter reflexivo. Identificar-se implica sempre em identificar-se com alguém ou com algo, num sentido relacional, dialógico em determinados contextos. Assim, a identidade, por mais estável que pareça, é sempre múltipla e está aberta a múltiplas (re)construções. A definição de identidade de Castells se encaixa nessa perspectiva:

(...) entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. (...) Assim, defino significado como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade de uma ação praticada por tal ator. (CASTELLS, 1999: 22-23)

Nesse sentido, percebemos que o conceito de identidade não se confunde com as idéias de originalidade, de tradição ou de autenticidade, pois processos de identificação e os vínculos de pertencimento se constituem tanto pelas tradições (memória, herança, imaginário, passado, etc.) como pelas traduções (estratégias, projetos, mudanças, rumos,

etc.). As identidades, portanto, nunca são fixadas ou unificadas. Elas são construídas ao longo de práticas, discursos, posições sociais e que podem se cruzar ou ser antagônicas, numa constante relação de poder.

A identidade é sempre multidimensional, pois cada indivíduo integra, de maneira sintética, uma pluralidade de referências identificatórias que estão ligadas à sua história. Um mesmo indivíduo pode assumir, por exemplo, a identidade de mulher, de negra, de sem terra e de trabalhadora. No entanto, cada identidade entrará em cena dependendo do contexto social e de poder em que ele está imerso num determinado espaço. Nessa perspectiva a identidade é usada como um meio para atingir um objetivo, logo ela não é absoluta, mas relativa.

Esse conceito é útil para perceber que o sujeito que assume uma identidade não é desprovido de certa margem de manobra em face de uma situação social em que se encontra. No entanto, como assinala Haesbaert (2007), ao recorrer ao conceito de identidade dinâmica para analisar determinado processo social não se deve pensar que os atores sociais são totalmente livres para definir sua identidade segundo interesses do momento. A dinamicidade deve, necessariamente, levar em conta a situação social, a relação de poder entre grupos, as manobras dos outros, o contexto material, os elementos simbólicos, a trajetória histórica dos indivíduos, a estrutura econômica das relações de produção, etc.

Nesse sentido, privilegamos nesse estudo autores que prezam por esse caráter dinâmico das identidades, mas que também não “abandonam” as forças da estrutura no processo de sua constituição. Bourdieu (1992; 1996; 2004) foi um autor que consideramos estar nessa perspectiva, pois, para ele, as identidades se (re)constroem segundo as situações.

Bourdieu (1992) argumenta que qualquer mudança social, econômica e política dos sujeitos ou de um grupo, podem levar a alterações na posição social dos mesmos e, conseqüentemente, nas suas identidades. Mas, em outro trabalho, de certa maneira complementar a esse último, Bourdieu (1996) disserta que o campo de possibilidades dos constructos identitários dos sujeitos está ligado às trajetórias sociais dos mesmos, que, por sua vez, está associado ao habitus dos agentes que induziria certas disposições em participar de determinados processos sociais.

Habitus, segundo esse autor, é um sistema de disposições objetivas socialmente construídas que transforma a herança socioeconômica e cultural coletiva em herança individual, formando a fonte geradora que daria unidade ao conjunto das práticas e às ideologias características de um grupo ou de um indivíduo. Ou seja, é o processo de incorporação que se faz das disposições (passadas e presentes) que influencia as ações sociais. Nas palavras do autor:

O *habitus*, como sistemas de disposições para a prática é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas (...) as condutas geradas pelo *habitus* não têm a bela regularidade das condutas deduzidas de um princípio legislativo (...) ele obedece a uma lógica da prática, a lógica do fluido, do mais ou menos, que define a relação cotidiana com o mundo. (BOURDIEU, 1996: 98).

Bourdieu (1996) afirma que as práticas sociais são engendradas por um *habitus*, que funciona como um esquema pré-concebido de disposições que opera como uma matriz geradora de padrões culturais, mas que não necessariamente determina as ações dos agentes. O *habitus*, como uma base cultural, predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas e permite pensar o processo de constituição das identidades sociais no mundo contemporâneo colocando em destaque, ao mesmo tempo, a estrutura interna de natureza simbólica e a estrutura histórica e material em que o sujeito está envolto, a partir da inserção dos agentes em diferentes campos.

O campo “(...) é aquilo que está em jogo e que produz investimento de tempo, de dinheiro, de trabalho etc. (...). Assim, todo campo, enquanto produto histórico gera a *illusio* que é condição de seu funcionamento”. (BOURDIEU, 1996: 139). A *illusio* é o interesse que os agentes têm em participar e assumir pra si próprios que determinada conjuntura, vale investimento de tempo, de trabalho e de poder.

Segundo Bourdieu (1996:139-140), a *illusio*

(...) significa estar no jogo, estar envolvido com o jogo, levar o jogo a sério. A *illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar. (...) *Illusio* é dar importância a um jogo social, perceber que o que se passa aí é importante para os envolvidos, para os que estão nele. (...) É ‘estar em’, participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos. (...) a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social que vai ser percorrido.

Diferentemente do conceito de habitus e campo, a idéia de *illutio* é pouco divulgada nos trabalhos que se apropriam da teoria de Bourdieu. No entanto, acreditamos que ela se apresenta intrinsecamente ligada tanto à idéia de habitus como também à de campo.

Esse conceito serve para analisar a gênese de um investimento em determinado campo de relações sociais. Justamente por isso é que Bourdieu menciona o fato de existirem alvos, apostas que orientam a organização das representações sociais para a investidura em um campo. Sua composição poderia ser visualizada como um poder simbólico (BOURDIEU, 2004) que dá sentido estruturante às ações sociais e estabelece padrões em determinados campos de possibilidades.

Assim, as ações sociais podem ser interpretadas como um produto do encontro entre o habitus e um, ou mais, campo. Isto é, a ação e o interesse nessa ação (*illutio*) podem ser analisados a partir das disposições incorporadas pelos indivíduos, mas postas em prática a partir de uma determinada conjuntura socioespacial. Nessa acepção, o sentido das ações está além do tempo presente, refere-se, ao mesmo tempo, à (re)construção do passado e do futuro (projeto de vida), este analisado a partir do contexto atual.

Seguindo essa mesma perspectiva dinâmica dos constructos identitários, o conceito de economia moral de Thompson (1998) também se colocou como uma ferramenta importante para análise das relações dialéticas que articulam diferentes espaços e tempos na construção da identidade de “sem terra” e também no interior de um assentamento rural.

Thompson estudou as ações populares na Inglaterra no século XVIII, e, para ele, é possível detectar em quase todas elas certa noção legitimadora: “Por noção legitimadora, entendo que os homens e mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos e costumes tradicionais” (1998: 152). Para ele, certamente, os motins nessa época eram provocados pela alta nos preços dos alimentos, pela recente abertura econômica ao mercado internacional e também pela fome. Contudo, esse contexto operava ainda dentro de consensos populares a respeito do que eram práticas legítimas ou ilegítimas nas atividades do mercado, que, para a massa da população, ainda “funcionavam” de acordo com trocas socioculturais anteriores. Esse consenso entre os “pobres” tinha como fundamento toda uma visão de

valores morais e normas sociais tradicionais que, no conjunto, se constituíam uma “economia moral”.

Assim, a economia moral é “(...) uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos” (THOMPSON, 1998: 212). Seu emprego é limitado aos confrontos a respeito do acesso (ou direito de acesso) aos “artigos de primeira necessidade” de grupos marginalizados socialmente.

Essa reflexão ajudou-nos a compreender os valores morais que foram os móveis da luta pela terra entre os demandantes do assentamento rural, e com isso verificar se a terra era um dos elementos definidores da identidade desse grupo, ou seja, se esse recurso se caracterizava como um “artigo de primeira necessidade” dos sujeitos envolvidos na luta.

Os conceitos de Bourdieu e de Thompson foram fundamentais para pensar como se deu a formação do grupo e da luta pela terra no município de Descalvado; através da exposição do universo de significações que a terra tinha na memória e na trajetória social dos, então, “sem terra” pode-se construir o sentido da ação coletiva, pois as experiências passadas funcionaram dentro de um horizonte de familiaridade dos demandantes do assentamento e estavam atreladas a valores morais construídos nas suas histórias.

A partir dessa escolha, que preza pelo movimento no processo de construção de identidades, podemos inferir que existe sempre uma transposição de fronteiras sociais para que um grupo possa assumir determinado constructo identitário em certos momentos. Nesse sentido, esse movimento se dá como um “ritual de passagem”, no sentido definido por Turner (1974). Ou seja, a construção de uma determinada identidade social pressupõe um momento de transição do grupo.

Valendo-se do esquema proposto por Victor Turner (1974), que desenvolve o conceito de “liminaridade” representado como uma série de propriedades concernentes ao estado liminar, tais como homogeneidade, igualdade ou ausência de propriedade material que possa distinguir indivíduos em um grupo; ele aponta para o nivelamento social dos indivíduos que participam de um processo ritual de transformação social, ou seja, do processo transitório propriamente dito, que se traduziu perfeitamente na situação de acampamento em Descalvado.

Essa noção foi muito útil para o nosso trabalho, pois a identidade social de sem terra não é um dado constituído a priori, mas um produto de trocas, negociações,

decisões e conflitos entre os atores que participam de sua construção e que, na vivência da situação de acampamento, é homogeneizada em função do objetivo comum dos sujeitos: o acesso a terra.

Nesse sentido, consideramos que um dos elementos centrais que faz com que o grupo assuma determinado constructo identitário perpassa o território, este se tornando, portanto, um dos “novos” valores comunitários na (re)construção de identidades e espaços atualmente, como colocado por Castells (1999) e Canclini (1995).

Nos anos recentes o interesse pela dimensão territorial dos fenômenos sociais passa a fazer parte do repertório analítico de várias ciências sociais. Contudo, é na geografia que ele tem sua “âncora”. Isto é, essa ciência reivindica um caráter analítico e conceitual genuíno sobre os fenômenos espaciais, discutindo, inclusive, os novos usos instrumentais do conceito de território pelas políticas públicas e por outros cientistas<sup>4</sup>.

O surgimento do conceito de território tem por base as formulações de Ratzel, no contexto histórico da unificação alemã em 1871 e da institucionalização da geografia como disciplina nas universidades da Europa. O território, para ele, era uma parcela da superfície terrestre apropriada por um grupo, coletividade esta que teria a necessidade vital de um espaço com recursos naturais suficientes para sua população. E, mais importante, a concepção ratzeliana de território se aplicava apenas ao contexto dos Estados-Nacionais. Ou seja, sua unidade estaria associada a uma identidade exclusiva baseada na identificação com o solo, presumindo assim que não existiriam subdivisões territoriais ou contradições internas a um Estado (SOUZA, 2006).

A contraposição a essas idéias de Ratzel na geografia veio, sobretudo, dos trabalhos do francês Paul Vidal de La Blache. Esse autor fazia parte da escola francesa que ficou conhecida como possibilismo, que se consolidou no final do século XIX e início do XX, e produziu trabalhos que empregavam a concepção de região em detrimento da de território. Embora haja uma tradição em privilegiar os processos econômicos na construção de regiões, sem dúvida a idéia de fundo é, sempre, a de que haveria um elemento estruturador, o fundamento que serviria de “liga” na organização do espaço, seja ele a natureza, a economia ou a cultura (MORAES, 1995)<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> A esse respeito ver, por exemplo, Fernandes (2008, 2008b) e Haesbaert (2007b).

<sup>5</sup> Um pouco dessa leitura da região clássica se reproduz hoje nos debates sobre território dos cientistas sociais. Alguns elegendo o poder político, outros a base econômica, outros, ainda, as características ambientais a fim de demonstrar os fundamentos da organização espacial da sociedade.

Porém, muito tempo depois, já na segunda metade do século XX, o conceito de território volta a ser debatido como relevante na explicação da realidade. Entre os autores que retomam essa discussão cita-se Jean Gottmann (*apud* HAESBAERT, 2004) com a obra *The significance of territory*, publicada em 1973. O território, para esse geógrafo, é uma parcela do espaço definida por limites (linhas), que possui um sistema de leis e uma unidade de governo, a partir da qual as respectivas localizações e características internas são descritas e explicadas, e que, portanto, define o parcelamento do mundo em unidades territoriais (HAESBAERT, 2004).

Nesse contexto, o território tem o significado de uma fração do espaço caracterizada pela acessibilidade ou não. A fluidez, sobretudo dos grandes avanços tecnológicos do século XX, tem aumentado, em alto grau, as possibilidades de circulação de objetos (produtos e mercadorias) e de pessoas em todos os lugares do planeta. Uma circulação que apontaria, e de certa maneira ainda aponta, para a integração mundial. Tal contexto fez Gottmann (*apud* HAESBAERT, 2004) afirmar que a definição e o significado do território deveriam ser relacionais, principalmente relativos às interações econômicas, culturais e (geo)políticas entre os países no mundo em globalização, sem fazer com que as fronteiras territoriais desapareçam (HAESBAERT, 2004).

No entanto, esse debate, em termos de escalas espaciais da abrangência do conceito de território, segue a mesma linha preconizada por Ratzel. Ou seja, ainda há a primazia do território enquanto espaço do Estado-Nação; e, portanto, ele ainda se mostra limitado, como argumenta Raffestin (1993).

Esse autor foi o primeiro a publicar um trabalho que aponta as limitações do debate sobre território enquanto sinônimo do espaço dos Estados Nacionais. Raffestin fez uma crítica ao que ele denominou de “geografia unidimensional”, isto é, a uma “geografia estatal”. De forma explícita, sua análise vai ao encontro de Ratzel.

Como alternativa analítica a esse “território estatal” ratzeliano, Raffestin defende a existência de múltiplos poderes que se manifestam desde a escala dos Estados Nacionais, como também em regiões e em lugares no interior dos países. Com isso, esse autor coloca em evidência uma “geografia dos poderes”, e uma melhor significação da geografia política.

Em relação ao conceito de poder, Raffestin (1993: 53) está explicitamente calcado no pensamento de Foucault. Isso é perceptível quando o autor coloca que: “(...)

as relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito aos outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc.), mas são imanentes a elas”. Entende-se, a partir dessa passagem, que o poder é multidimensional e que a atuação do Estado encontra-se em meio a outras dimensões e manifestações de poder, incluindo-se aí as práticas e relações cotidianas da sociedade. Ou seja, o poder está em meio a todas as relações sociais e operam sobre uma base material.

Seguindo sua argumentação, Raffestin vai propor recortar o espaço em malhas, com redes e nós, elementos com os quais os agentes produtores do espaço constroem suas relações econômicas, sociais e culturais em diversas escalas, formando os territórios.

As malhas estabelecem os limites físicos, propriamente ditos, e/ou imateriais dos objetivos comuns de um grupo numa determinada área do espaço. Mas elas não são, necessariamente, homogêneas. Elas podem representar diferentes objetivos de um mesmo grupo numa porção do espaço, recortando um mesmo território em áreas de influências.

Tais objetivos, iguais ou diferenciais, precisam de centros de poder, ou seja, os atores precisam de espaços públicos para discutir posicionamentos coletivos e mesmo individuais que influenciam outras pessoas ou áreas. São esses espaços que o autor considera os nós (ou pontos) do território.

Em uma malha, porém, pode haver diversos nós que, necessariamente, se comunicam. Essa interação é explicada pelo autor com o conceito de rede. A rede é compreendida através da complementaridade flexível, pois se molda conforme as situações sociais existentes na comunicação entre, pelo menos, dois pontos. Segundo Raffestin:

Ela (a rede) depende dos atores que geram e controlam os pontos da rede, ou melhor, da posição relativa que cada um deles ocupa em relação aos fluxos que circulam ou que são comunicados nas redes (RAFFESTIN, 1993: 207).

Nas palavras acima se percebe que as relações de poder estão extremamente presentes nos fluxos das redes. Com isso o autor demonstra que no interior do território pode haver contradições de interesses, desigualdades e mesmo disputas por espaço, e que apesar de formar uma totalidade, ele forma também uma unidade não homogênea.

O entendimento é que o espaço e o tempo são suportes, portanto condições, mas também podem ser entendidos como trunfos, como recursos que antecedem e incentivam as ações sociais em diversas escalas. Há poder desde o momento em que uma organização social luta contra a (des)ordem que é antagônica aos seus interesses em um espaço. Nesse sentido, sua abordagem faz parte de uma concepção relacional de território<sup>6</sup>.

É por isso que na perspectiva de Raffestin (1993) cabe pensar sobre a existência de um processo de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR), baseado, sobretudo, no grau de acessibilidade à informação; em outras palavras, a informação, ou não, sobre símbolos e/ou significados podem fazer surgir novos territórios (territorialização), destruí-los (desterritorialização) ou reconstruí-los (reterritorialização) em diversas escalas.

Nesse sentido, o ideal do poder também é trabalhar com símbolos. É assim, por exemplo, que o espaço antecede o território. O espaço é uma matéria prima, um dado, que virá a se transformar em território a partir da construção de representações sociais sobre ele. Desse modo, à medida que se tem uma população (capacidade de transformação) mobilizada por um recurso que determina os horizontes possíveis da ação, o espaço, como uma potencialidade a ser modificada, tem-se um território. Nas palavras de Raffestin (1993):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (...). O espaço é local de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que o ator manifeste a intenção de dele se apoderar (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

O espaço é parte da realidade, portanto, ele é multidimensional. Por conseguinte o espaço é uma totalidade, ou seja, possui a qualidade de ser um todo. E é essa a identidade do espaço, sua plenitude, como demonstrado por Santos (2006: 63) na elaboração de uma definição para essa categoria:

---

<sup>6</sup> Mas é importante ressaltar que o território estatal, como utiliza Gottmann e mesmo Ratzel, não perdeu sua centralidade no cenário mundial, ele é apenas um tipo de território específico.

(...) o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único na qual a história se dá.

Nessa definição, o espaço geográfico contém todos os tipos de espaços produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre elas e a natureza, que o transforma modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Mas é importante frisar que o espaço como fragmento ou fração é uma representação.

Portanto, o território, entendido nos termos de Raffestin (1993), é uma produção a partir do espaço. E essa produção é feita através de um sistema sêmico, isto é, de representação social sob as possibilidades de apropriação. É justamente através desse sistema que se realiza a objetivação do espaço por processos sociais que, nesse trabalho, podem ser entendidos pela ocupação das terras e pela própria construção do assentamento rural.

Porém, no contexto de construção de territórios em diversas escalas, sentimos também a necessidade de definir o que se entende por territorialidade.

Alguns autores, a exemplo de Souza (2006: 99), limitam o entendimento da territorialidade à dimensão simbólico-cultural do território, especialmente no que tange aos processos relativos à construção de identidades que têm no espaço um dos principais componentes. Nesse sentido, a territorialidade é concebida como “*aquilo que faz de qualquer território um território*”, ou seja, as propriedades gerais reconhecidas necessárias à existência do território.

Já para Haesbaert (2002; 2007), a territorialidade não tem somente um caráter abstrato, simbólico-cultural como apontado por Souza (2006). Ela é considerada uma abstração no sentido ontológico, enquanto imagem ou símbolo de um território, mas ela existe efetivamente e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia política pelos grupos na organização do território. Ou seja, ela é um fenômeno social de comportamento associado à organização do território em esferas de influência.

No nosso entendimento, que compartilhou do posicionamento de Haesbaert, a territorialidade foi considerada como a forma em que as relações sociais e de poder operam no espaço, que o produzem e o molduram com base nos atributos sociais. Nesse sentido, a territorialidade pode ser definida como o conjunto de relações sociais que desenvolvem coletividades e alteridades em um espaço apropriado, revelando limites,

materiais e imateriais, dentro de um mesmo território. Ou seja, como representações territoriais junto com as práticas sociais, oriundas dessas representações.

Essa noção é muito importante para compreender a organização territorial do assentamento rural, não somente relativas aos lotes, mas, sobretudo, no que tange às interações sociais e conflitos entre os assentados que possibilitam novas configurações socioespaciais.

Com essa definição de territorialidade pode-se dar conta da dinamicidade dos territórios. Enquanto produto de relações sociais projetadas no espaço, o território pode desaparecer mesmo que o seu espaço correspondente (a forma) continue a existir. Essa situação se dá em decorrência, justamente, da existência de territorialidades móveis no interior dos territórios ou da multiterritorialidade.

Essa mobilidade dos territórios a partir das territorialidades é que, segundo Fernandes (2005), dá o sentido de trunfo ao espaço. Segundo esse autor, a expansão ou criação de territórios, processos geográficos, são ações concretas representadas por processos de territorializações. E o refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Tem-se, assim, que a territorialização é resultado da expansão ou criação do território, enquanto a territorialidade é a manifestação das relações sociais mantenedoras dos territórios que o produzem e que nele se reproduzem e o transformam.

Nesse sentido, e para interesses específicos dessa pesquisa, Fernandes (2005) vai ainda mais longe. Ele cunha o termo movimentos socioterritoriais na tentativa de contribuição com os estudos geográficos dos movimentos sociais que têm no território sua força. Para ele, uma perspectiva geográfica de análise dos movimentos sociais deve ir além das preocupações com as relações e ações sociais. É fundamental compreender os territórios e as territorialidades produzidas pelos movimentos, pois esses espaços são materializações passíveis de mapeamento.

Movimentos sociais e movimentos socioterritoriais são um mesmo sujeito coletivo que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa dos seus interesses. Não existem “um ou outro”, existem movimentos sociais numa perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais numa perspectiva geográfica (FERNANDES, 2005).

Com essa definição o autor não propõe um estudo exaustivo e descritivo do espaço apropriado pelos movimentos, mas sim das multiterritorialidades possíveis a

partir das interações sociais que se tornam, na mesma medida, interações geográficas. Assim, o que interessa ao geógrafo não é o espaço em si, mas o movimento no espaço e a transformação das territorialidades e, por conseguinte, do próprio território e das identidades ali presentes.

Deste modo, chegou-se a uma junção possível do conceito de território com o de identidade bastante interessante para o nosso trabalho. Valendo-se da perspectiva de Haesbaert (2007: 42), na qual o autor afirma que as identidades precisam ser construídas subjetiva e objetivamente, é que trabalhamos o conceito de identidades territoriais, pois “(...) as marcas da identidade não estão inscritas no real, mas os elementos sobre os quais as representações de identidade são construídas são dele selecionados”. Assim, se as identidades são simbólicas, os símbolos que as constroem não são aleatórios ou arbitrários. Eles precisam selecionar referências materiais da realidade. E esta seleção está sempre relacionada a estratégias sociais. Como afirmou Hall (2006 *apud* HAESBAERT 2007: 76):

Todas as identidades estão localizadas no tempo e no espaço simbólicos. Elas têm aquilo que Edward Said chama de suas “geografias imaginárias”, suas paisagens características, seu senso de lugar, de casa/lar (...), bem como suas localizações no tempo – nas tradições inventadas.

Adotando também a proposição de Haesbaert (2004) de que determinadas identidades são construídas a partir da relação concreta/simbólica e material/imaginária dos grupos sociais e a de Fernandes (2005) sobre o território como trunfo de alguns movimentos sociais, tem-se a construção de “identidades territoriais”. Estas são construídas pelo processo de territorialização, entendido como “as relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, as mediações espaciais do poder, em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico” (HAESBAERT, 2004: 339)

Assim, parte-se do princípio de que o território como mediação espacial das relações de poder em suas múltiplas escalas se define por um jogo contraditório entre desigualdades sociais e diferenças culturais, realizando-se de maneira concreta e simbólica, sendo, ao mesmo tempo, vivido, concebido e representado de maneira funcional pelos grupos sociais. Nesse sentido, baseado na distinção de Lefebvre (*apud* HAESBAERT, 2001) entre domínio e apropriação do espaço, Haesbaert (2001: 121) define:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, (...) uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico do espaço onde vivem (podendo ser, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: apropriação e ordenamento do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (...) Assim, associar o controle físico ou a dominação “objetiva” do espaço a uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica em discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social.

Assim, toda identidade territorial é fruto de um processo social que se traduz também como um processo geográfico.

A partir de Haesbaert (2007), o que denominamos de identidades territoriais em movimentos sociais formam (ou reconstruem) espaços que voltam a moldar as identidades. Esse tipo de manifestação identitária se caracteriza quando um grupo toma como seu referencial central o território, ou, em um sentido mais amplo, uma fração do espaço geográfico, criando novas formas espaciais em um contexto regional.

Mas, ainda segundo Haesbaert (2007), as identidades territoriais não são apenas geográficas, elas são históricas também. A densidade histórica dos lugares pelos quais passam um grupo é fundamental para compreender as manifestações identitárias e suas transformações. Este elemento é fundamental para compreender um aspecto inovador na construção identitária de migrantes que as vincula a um território, pois esse processo se dá no e pelo movimento no espaço e no tempo.

No processo de construção identitária do grupo pesquisado, operacionalizamos os conceitos de *habitus* e *illusio* de Bourdieu (1992; 1996) e de economia moral de Thompson (1998) para compreender o movimento de transformação de grupo e a vinculação do mesmo a valores que estavam além do tempo presente, relativos à trajetória social e às experiências culturais dos sujeitos, mesmo que em outros lugares. Além disso, na análise da situação do acampamento, utilizamos a proposta de Turner (1974) para identificar o momento de transição do grupo que assumiu a identidade de sem terra, almejando ser assentado.

Nesse contexto, pudemos perceber que a possível conquista da terra foi um dos elementos que guiou a ação do grupo. Assim, também assumimos a perspectiva de Haesbaert (2007) sobre identidades territoriais para compreender a formação do grupo de sem terra e o processo de territorialização do assentamento rural Aurora propiciando o aparecimento de novas ruralidades em Descalvado. Pois, como afirmou Marques (2002), a discussão sobre a construção de um “novo” espaço rural é uma condição

fundamental para que se possa repensar o urbano, na medida em que o significado proposto para a ruralidade deve comportar uma crítica à sociedade que transformou o homem e a terra em mercadorias e, portanto, ao processo de alienação que lhe é subjacente. E é por acreditar nisso que nessa dissertação estamos atentos às novas formas de organização social no campo.

A sociedade em movimento tem gestado algumas alternativas. A partir delas surgem novas experiências de luta no campo, nas quais os movimentos sociais têm buscado formas para permanecer na terra, afirmando sua territorialidade e construindo novas formas espaciais. Os movimentos sociais em geral propõem novas formas de organização, ou seja, novas formas de produzir e existir coletiva e socialmente. Marques (2002) chama a atenção para a importância do território como conceito-chave para se compreender a relação campo-cidade neste novo contexto do capitalismo mundial. É nesse sentido que empregamos o conceito de território, que é aqui entendido como um espaço socialmente construído por um determinado grupo social na produção e reprodução de sua existência. Por isso, ele não cabe apenas dentro de uma divisão político-administrativa do Estado, como já alertou Raffestin (1993).

No entanto, as identidades não param com a conquista da terra e com a construção de um “novo” espaço rural. Assim, na análise do assentamento e dos conflitos ali existentes, voltamos a empregar os conceitos de Bourdieu e Thompson para compreender quais elementos sociais, culturais, econômicos ou políticos influenciaram os processos associativos e dissociativos dos assentados, possibilitando a construção de diferentes territorialidades. Com isso, esperou-se dar conta do movimento das identidades e do entendimento das territorialidades presentes no assentamento rural Aurora em Descalvado, o que pode influenciar, sobremaneira, estratégias de intervenção social naquele espaço.

## **CAPÍTULO 2. REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: “DA CIVILIZAÇÃO CAFFEEIRA À CIVILIZAÇÃO DA USINA”.**

Segundo Milton Santos (2006), o estudo das metamorfoses espaciais contemporâneas, isto é, das mudanças propiciadas pelo *período técnico-científico-informacional* no espaço, requer o reconhecimento do estado das *técnicas* atual.

As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com as quais o homem produz espaço. Nesse sentido, elas se colocam como mediadoras das relações sociedade-natureza e também entre os grupos sociais.

Ainda conforme Milton Santos, a influência das técnicas da globalização sobre o espaço se exerce de duas maneiras e em duas escalas diferentes. A primeira se dá com a ocupação do solo por infra-estruturas modernas: estradas, portos, aeroportos, redes de telecomunicação, etc.; ou seja, pelas formas espaciais que agregam ciência, tecnologia e informação (cada qual com suas respectivas funções), que ligam a produção local ao comércio mundial. Essa integração configura o que o autor denomina de *verticalidades* do espaço. São essas infra-estruturas que asseguram as trocas comerciais entre diferentes pontos do mundo: o local, o regional, o nacional e o mundial.

Já a segunda característica se dá quando essas transformações espaciais impõem novos métodos de produção no território e de existência social. Pode-se dizer, então, que o objeto técnico é apropriado de um modo específico pelo espaço preexistente. O espaço é redefinido pelas técnicas, transformando-se (as formas e as funções) e também transformando as técnicas. Portanto, não se trata de uma simples adição das técnicas no espaço, mas do entendimento de um fato que é relacional. Essa escala de influencia no território é definida como *horizontalidades* por Santos, pois se trata da constituição de malhas territoriais que articulam no local as condições necessárias à produção de mercadorias para o comércio mundial.

Justamente por esse duplo caráter as técnicas devem ser estudadas juntamente com o seu entorno, ou seja, com o meio geográfico que as recebe. Nesse sentido, a caracterização que segue foi baseada nessa proposição: de entendimento do espaço e das técnicas como um fato relacional.

## 2.1. A civilização cafeeira

A ocupação da região Central do estado de São Paulo, também conhecida no passado por Campos ou Sertões de Araraquara, a partir da última década do século XVIII se iniciou com a abertura dos caminhos que levavam às minas de ouro de Mato Grosso, de Goiás e também de Minas Gerais pelos bandeirantes. A princípio, essa região recebia grande contingente de mineiros (trabalhadores das minas) que estavam a “caminho do ouro” e que mantinham culturas agrícolas de subsistência ao lado das grandes pastagens, paisagem agrária predominante na época no interior de São Paulo. Ou seja, a região abrigava uma população itinerante, que não se fixava por muito tempo no local.

Porém, foi com a crise da produção do café na região do Vale do Paraíba que, no início do século XIX, essa cultura começou a ser expandida para o oeste do estado de São Paulo, o que acabou por atrair também movimentos populacionais. Assim, a mudança na forma do espaço exigiu mudanças funcionais, já que o café é uma cultura que necessita de muita mão-de-obra durante grande parte do cultivo e esta acabava se fixando na região permanentemente, incitando novas transformações espaciais.

Na segunda metade desse mesmo século o café começou a ser produzido na região Central do estado de São Paulo em grande escala, e a chegada desse novo produto e o aumento progressivo de sua produção seguiu com a instalação dos trilhos das primeiras vias ferroviárias, em virtude dos esforços de fazendeiros interessados no escoamento da produção, na contínua substituição das pastagens e também nas incipientes produções de cana de açúcar que já havia no local<sup>7</sup>. Assim, a década de 1880 marcou a era do café no centro-oeste de São Paulo e o emprego de novas técnicas no espaço, que acabaram por transformá-lo.

Ao café e às estradas de ferro seguiu o surgimento dos pequenos núcleos urbanos, localizados sempre às margens das ferrovias. Com a presença de escravos libertos, imigrantes, principalmente italianos, e de trabalhadores rurais das mais diversas origens do país, começou a se constituir nas cidades da região um incipiente mercado

---

<sup>7</sup>Segundo Andrade (1994), embora a região centro oeste de São Paulo tenha tido maior importância na produção de cana de açúcar na segunda metade do século XX, ela pode ser considerada tradicional, uma vez que sua cultura foi iniciada ainda no século XVI, no começo da colonização, quando os donatários fundaram os primeiros engenhos movidos a água ou a tração animal, aos arredores das fazendas de gado. Eram, porém, pequenos engenhos voltados para o abastecimento local, visto que a distância da Europa impedia que a cana paulista competisse com a produzida em Pernambuco e na Bahia, que eram os grandes produtores de açúcar no período colonial.

consumidor, com pequenos estabelecimentos comerciais e também industriais. Nesta fase, denominada por Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) de civilização cafeeira,

(...) a configuração espacial era baseada nesta complementaridade entre cidade e campo, no seio de uma divisão social do trabalho determinada pela produção dos meios de subsistência da maioria dos trabalhadores e demais residentes no campo (SILVA, 1999: 221).

Vale destacar a importância dos imigrantes europeus na constituição das fazendas de café e das cidades da região. O final do século XIX é considerado o período de grande imigração de colonos europeus para substituir a mão-de-obra escrava em crise com a abolição da escravidão em 1888. Para os imigrantes a possibilidade de vender sua força de trabalho para os fazendeiros brasileiros apresentava-se como um meio de conquistar uma propriedade de terra, um processo que, segundo Martins (2004: 31), veio legitimar a extorsão de trabalho pelo fazendeiro, ao mesmo tempo em que criava “condições para que a propriedade fundiária substituísse o escravo como base de crédito hipotecário, como fonte de capital de custeio”.

Ainda de acordo com Martins (2004: 60):

A extensão e a abundância de terras devolutas no oeste paulista, teoricamente desocupadas, virtualmente disponíveis para serem incorporadas pela grande lavoura, tanto antes quanto na vigência da legislação fundiária, não eram fatores suficientes para dar continuidade à expansão do café. Além da abundância de terras era necessária a abundância de mão-de-obra disposta a aceitar a substituição do escravo. Trabalhar para vir a ser proprietário foi a fórmula definitiva para integrar o imigrante na produção do café.

O trabalho nos cafezais despertava interesse nos imigrantes, em primeiro lugar, porque podiam usufruir amplamente das terras em que trabalhavam, onde cultivavam gêneros alimentícios necessários a sua sobrevivência junto aos cafezais e cujos excedentes eram comercializáveis, seja com o próprio fazendeiro, seja com os comerciantes das vilas ou cidades próximas. Além disso, a colheita do café dava-lhes recursos monetários ao final do trabalho.

No entanto, quem obtinha grandes lucros com isso eram os próprios fazendeiros, pois a propriedade da terra assegurava a eles a sujeição do trabalho dos colonos e, na prática, eles arrendavam a estes partes das terras para depois pegarem os cafezais já formados de volta, bem como as áreas com os produtos alimentícios. Assim, não era o fazendeiro quem pagava ao trabalhador, mas sim o trabalhador era quem pagava com o

trabalho nos cafezais o direito de usufruir das terras para produzir alimentos durante a fase de formação da cultura perene. Segundo Martins (2004), esse era o segredo dos fazendeiros na acumulação de capital na era do café.

Com isso, a mão-de-obra disponível para o trabalho nos grandes cafezais esteve em constante circulação nesse período, com alguns colonos chegando ao país enquanto outros se tornavam pequenos proprietários de terras, que se não estavam numa efetiva relação de dependência com os grandes fazendeiros, se encontravam em lugares distantes e em terras não tão férteis; outros ainda migravam em direção aos pequenos núcleos de povoamento próximos, caracterizando um primeiro momento de migração campo-cidade e de estabelecimento dos primeiros núcleos de povoamento.

Nesse sentido, as formas e as técnicas do período, da civilização cafeeira, sobrepostas no espaço modificavam-no, mas, no processo de construção de novas funções, o espaço (a forma) voltava a modificar as técnicas. Esse processo pode ser percebido quando os imigrantes atraídos pelo trabalho nos cafezais compravam suas terras e empregavam meios de produção e de extração de renda da terra diferentes dos usados pelos fazendeiros, e, como eram pressionados por conta da expansão das fazendas através de violência física e simbólica, migravam em direção às incipientes vilas e cidades da região, voltando a incitar modificações técnicas no espaço e a construção de novas formas geográficas como novas vilas e pequenas cidades.

O município de Descalvado nasceu em meio a essa trama socioespacial. As terras desse município pertenciam a uma enorme sesmaria que começava no centro do estado de São Paulo e adentrava Minas Gerais. Esta imensidão de terras foi doada no século XVII ao bandeirante Amador Bueno da Veiga como recompensa por sua participação na Guerra dos Emboabas.

Os primeiros habitantes chegaram pelo norte do município, aproveitando o rio Mogi-Guaçu que era o caminho que levava aos sertões de Araraquara. Estabeleceram-se no centro-sul do atual município, aproveitando as áreas mais férteis. Com os recursos que trouxeram, eles puderam sustentar a posse e empregar braço escravo para trabalhar na terra em seu poder (KASTEIN, s/d).

Em 1832 foi fundada a Vila do Belém do Descalvado, no auge da expansão cafeeira na região Central do estado de São Paulo. As terras de Descalvado eram pródigas para o cultivo do café, da cana de açúcar e do fumo. Esses produtos eram cultivados em fazendas para onde foi destinada, primeiramente, a mão-de-obra

escrava, vinda de Angola e de outras regiões da África, e, posteriormente, a mão-de-obra imigrante italiana que vinha chegando para a lavoura de café.

Nesse contexto, Belém do Descalvado, nome da então vila de Araraquara, começou a ser erguida. Primeiramente com uma capelinha, rodeada por cinco casas. Porém, em pouco mais de cinco anos, já eram em torno de 80 casebres ao redor da Igreja e, em 1855, os habitantes construíram os primeiros estabelecimentos para a venda de gêneros alimentícios (KASTEIN, s/d).

A emancipação política da Belém do Descalvado se deu no dia 22 de abril de 1865. Nessa época o município passou a ser chamado apenas de Descalvado. Com a instituição da Câmara Municipal, em 1866, tiveram início a fiscalização e a organização do comércio local, bem como a elaboração da legislação municipal. Neste ano, Descalvado já tinha o aspecto de cidade. Havia no município 17 lojas de fazenda, 12 armazéns, 5 padarias, 2 tipografias, 6 hotéis, 3 farmácias, 3 fábricas de cerveja, 2 bilhares e 44 bares; a população era algo em torno de 8.257 pessoas, das quais 80% residiam na zona rural (KASTEIN, s/d).

No ano de 1878 esse município era o terceiro maior produtor de café, e os escravos se faziam presentes nas principais fazendas. Mas, com a promulgação da lei Áurea, essas fazendas já começavam a desfazer as senzalas em virtude das crescentes massas de colonos, principalmente italianos, que afluíam para lá. Ao se aperceberem das vantagens da mão de obra migrante sobre a escrava, a própria Câmara Municipal aderiu também ao movimento abolicionista. O recenseamento de 1886 informava que Descalvado ia superando a transformação do trabalho, pois aumentava, extraordinariamente, a colocação de imigrantes em propriedades agrícolas, sendo, dentro dos municípios da província de Araraquara, o que apresentava maior número de colonos italianos (KASTEIN, s/d).

Na época de 1890 a 1910 o município recebeu, aproximadamente, cerca de 3.000 famílias provenientes do norte da Itália. Com isto, a população municipal elevou-se rapidamente, atingindo quase 30.000 habitantes em 1900. A colônia italiana veio substituir o trabalho escravo, inicialmente sob obrigações de “colonos”, aparecendo, depois, a oportunidade da pequena propriedade, fato bastante auxiliado quando o governo municipal, em 1884, estabeleceu lei de “dar preferência” aos contratados para a formação de pequenas propriedades, dispondo-se a vender aos imigrantes lotes próprios para a cultura de café (KASTEIN, s/d).

Descalvado, entre o final do século XIX e início do século XX, possuía uma média de 400 prédios na cidade, que abrigavam cerca de 2.000 pessoas, sendo que a maior parte da população concentrava-se nas fazendas, cerca de 25.000 habitantes, que vinha para a cidade nos finais de semana gerando um inusitado movimento.

Em 1886, com sete milhões de pés de café atingiu-se uma produção de 6.250.000 quilos, produção esta que se elevou para doze milhões de quilos em 1896 (KASTEIN, s/d).

Porém, a crise de superprodução dessa cultura e a baixa nos preços do produto, no início do século XX, concedeu novo impulso à produção de cana e pecuária, desta vez em larga escala, e também à industrialização.

Assim, o período de 1910 a 1930 marcou a retomada da cana de açúcar e da pecuária na região. Nesse contexto de constituição de grandes canaviais e de revigoração da pecuária, começaram a ser instaladas as primeiras usinas e indústrias de transformação no interior de São Paulo, mais especificamente, na região de Ribeirão Preto<sup>8</sup>.

O dinheiro obtido pelo comércio do café foi o capital inicial investido na indústria. Junto com os imigrantes que vieram para a lavoura, havia gente vinda dos centros industriais do norte da Itália, constituindo a primeira mão de obra especializada ou semi-especializada da região. No período de entre guerras (1918-1939), desenvolveu-se a indústria leve que produzia bens de consumo. Ou seja, novas mudanças técnicas no espaço que exigiram novas funções sociais em consonância com outras transformações estruturais da sociedade no período do avanço do capitalismo industrial pelo mundo.

E é justamente essa indústria leve, cuja instalação não exigia capitais imensos e é de amortização rápida, que com a crise do café em 1929 recebeu um grande impulso e diversificou a economia local. Estabelecimentos de produtos alimentares, de bebidas, couros, vestuários e têxteis surgiram em muitas cidades originando pequenos centros industriais.

---

<sup>8</sup> Consideramos aqui a divisão político-administrativa da Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, que dividia esse estado em onze regiões até a década de 1990. A região de Ribeirão Preto era composta por oitenta municípios a nordeste do estado que comportava, até então, a região Central. O Decreto nº 32.141, de 14 de agosto de 1990, alterou essa divisão regional do estado. Com essa alteração a Região Administrativa de Ribeirão Preto foi dividida e deu origem a mais três regiões, quais sejam: Regiões Administrativas Central, Região Administrativa de Barretos e Região Administrativa de Franca. A partir de 1990, então, o estado de São Paulo passou a contar com 15 regiões administrativas.

Predominavam as pequenas indústrias ou indústrias domésticas, muitas vezes tocadas para frente somente com a mão de obra familiar, e em geral de descendência italiana. Os grandes estabelecimentos dessa cidade eram as 10 tecelagens, onde predominava a mão de obra feminina enquanto nas outras a mão de obra masculina.

Nessa época, o café, ainda cultivado em pequenas áreas, ia cedendo lugar à cultura da cana de açúcar que exigiu os mesmos solos férteis e o clima tropical. Ampliava-se também o cultivo de produtos alimentícios que deixavam de visar apenas a subsistência para lograr fins comerciais. Entre esses produtos estavam o arroz, o feijão, o algodão e o milho, bem como as hortaliças.

Em 1920 o rebanho no município de Descalvado era da ordem de 15.180 bovinos com uma produção de 225.000 litros de leite. Trinta anos mais tarde, havia aproximadamente 30.000 animais elevando a produção para 8 milhões de litros. Em 1967 verificou-se novo incremento na criação de gado, e a produção de leite elevou-se para 12 milhões de litros, o que justificou, no fim da década de 40, a instalação de 2 indústrias de laticínios no município: a Vigor e a Nestlé (KAISTEN, s/d).

Em 1955, quando surgiram as primeiras granjas, iniciou-se também a fase da avicultura na região, tendo Descalvado como um dos carros chefes. No começo os produtores eram isolados, porém aumentaram lentamente até 1960 quando chegaram a 200. Nessa época, o município já se preparava para receber uma rede de industriais para o processamento de aves para atender o mercado externo (a Cooperativa Mista do Vale do Mogi-Guaçu), tornando-se um dos maiores produtores de frango de corte do país.

Foi em meio a essa nova fase da região, da segunda metade do século XX, que houve um segundo momento em que os colonos abandonaram as fazendas, e que coincidiu com a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) entre as décadas de 1950 e 1960. Naquele momento, imigrantes e seus descendentes (para os quais não foi possível uma propriedade de terra) bem como trabalhadores rurais nacionais atraídos pela retomada da expansão da produção de cana e da industrialização em São Paulo, foram expulsos das fazendas, alojando-se fundamentalmente nos bairros fronteiriços às áreas rurais dos municípios produtores de cana.

Silva (1999) ressalta a importância do ETR no fechamento das colônias. Para ela, com o ETR o trabalho de homens, mulheres e crianças passou a ser individualizado e a produção de subsistência descontada do salário de cada trabalhador. O colonato,

então, perdia sua razão de existir e seu fim compõe o quadro da migração campo-cidade na metade do século XX.

Com o fim do ciclo do café e início do ciclo da economia canavieira e da industrialização, a territorialidade local tomou novos contornos em função de um violento processo de reestruturação espacial promovido essencialmente pela destruição das colônias e surgimento dos bairros periféricos na cidade, formado, basicamente, por trabalhadores rurais das antigas fazendas de café. Silva (1999) discute estas transformações em termos da transição da “civilização cafeeira” para a “civilização da usina” (quando a cana de açúcar e as usinas tomam conta da paisagem regional), mostrando justamente o processo de transformação estrutural do espaço de acordo com o novo contexto que se colocava com o avanço do capitalismo no país, ou seja, com a nova estrutura<sup>9</sup>.

## **2.2. A civilização da usina**

Com o desenvolvimento tecnológico pós segunda guerra mundial, a partir da intrínseca relação entre ciência e técnica, o homem pôde reestruturar os sistemas produtivos, aumentando a produtividade e reduzindo custos de produção. De tal modo, foi reorganizado um modelo econômico global que intensificou a expansão do capitalismo, transformando a sociedade e o espaço geográfico. Assim, com a mudança na estrutura política e econômica, o espaço foi pressionado para mudar as suas formas e funções, “adequando-se” ao processo de transformação do capitalismo mundial.

O atual período histórico é marcado por novas formas (empresas multinacionais, satélites, complexos agroindustriais, etc.) e por novas funções (economia-mundo, produção de commodities, consumismo, mobilidade espacial de bens e pessoas, dentre outras). Nesse contexto, esse período tem recebido diversas denominações: capitalismo de organização, sociedade de massa, capitalismo tecnológico, sociedade em rede, etc. Milton Santos (2006), porém, adota a de *Período Técnico-Científico-Infomacional* para caracterizá-lo.

Ele é científico graças à natureza de sua concepção, é técnico por sua estrutura interna, é científico-técnico porque sua produção e funcionamento não separam técnica e ciência. E é, também, infomacional porque, de um lado, é chamado a produzir um trabalho preciso – que é a informação – e, de outro lado, funciona a partir de informação. (SANTOS, 2006: 215)

---

<sup>9</sup> O termo “civilização” abarca todo um conjunto de caracteres próprios da vida social (incluindo aí as manifestações culturais), política e econômica da região.

Esse relacionamento entre ciência, técnica e informação propicia a dispersão espacial da produção capitalista, já que as características das novas tecnologias possibilitam a instalação de estabelecimentos industriais menos dependentes dos critérios que marcavam o desenvolvimento em épocas anteriores como, por exemplo, localização próxima às matérias primas, à mão de obra e ao mercado. O grande trunfo, portanto, do período técnico-científico-informacional é, segundo Santos (2006), a circulação.

A conseqüência geográfica desse novo processo técnico é a diminuição do espaço de produção e o alargamento do alcance da mercadoria, isto é, das outras instâncias do processo produtivo como a distribuição e o consumo. As possibilidades técnicas e organizacionais da globalização, que permitem transferir a longa distância produtos e informação, fazem com que o espaço econômico seja o mundo.

Nesse contexto, pode-se dizer que Brasil participa desse processo global, principalmente, a partir da reestruturação do seu espaço rural. A existência atualmente de uma “agricultura científica globalizada” em nosso país ilustra essa participação (SANTOS, 2004).

O avanço da modernização no espaço rural atribuiu ao homem, por meio do desenvolvimento das técnicas com a ciência e de sua difusão, a capacidade de alterar os dados naturais para aumentar a produtividade na agricultura. Isso aconteceu quando a produção agrícola passou a ter uma referência mundial e recebeu influências das mesmas leis que conduziam outros aspectos da produção econômica globalizada. Exigente cada vez mais de ciência, de técnicas e de sistemas de informação, a agricultura induziu o aumento crescente das quantidades produzidas em relação à superfície plantada e, por sua natureza global, conduziu a uma demanda extrema de comércio, o que, por sua vez, voltou a influenciar o ritmo da produção.

Embora se possa falar que o Brasil, desde o início de sua história econômica e da ocupação territorial, sempre teve um comércio em grande escala para exportação de produtos primários, somente há algumas décadas atrás ele apresentou mudanças radicais. Isto é, foi somente a partir das décadas de 1960 que a revolução tecnológica também atingiu a agropecuária brasileira que passou a incorporar os principais signos da produção e do consumo globalizados, em consonância com as outras transformações técnicas da sociedade no período. A essas transformações da agropecuária brasileira foi

atribuída a denominação de “Revolução Verde”, a qual modificou profundamente as formas e as funções do espaço rural nacional.

Nesse contexto, a agricultura passou a se relacionar mais diretamente com outros setores da economia, possibilitando o fim do isolamento da atividade agrícola e o incremento da produção industrial de outros ramos. Com essa interdependência ocorreram processos freqüentes de fusões entre capitais dos setores industriais, comerciais e de serviços urbanos com o setor agropecuário.

Segundo Elias (2003), coube ao Estado brasileiro adequar a produção e o território rural às exigências do meio técnico-científico-informacional e à integração com os outros setores da economia urbana. Ou seja, a modernização rural foi fortemente induzida pelo Estado, especialmente a partir de 1960, quando as políticas públicas brasileiras foram orientadas para esse fim.

A política financeira e fiscal, apoiado pelo sistema bancário público e privado, apresentou-se como um importante vetor desse processo. Em virtude do grande número de investimento necessário para viabilizar as inovações técnicas e econômicas, o Estado criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) na década de 1960. Com isso ele auxiliou a compra de máquinas e equipamentos, insumos químicos, sementes melhoradas, custeou a produção, possibilitou a construção de armazéns, etc.

Além disso, a política tecnológica do Estado brasileiro voltada para a atividade agrícola também foi importante ao processo de modernização. Por intermédio do Ministério da Agricultura, criou-se, no início da década de 1970, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Dessa forma, o Estado organizou o primeiro sistema de pesquisa e extensão rural de âmbito nacional e, em poucos anos, consolidou uma extensa quantidade de estações experimentais que resultou em respeitáveis inovações tecnológicas na agricultura (ELIAS, 2003).

Nesse contexto, podemos dizer que a partir da estrutura colocada com o período técnico-científico-informacional o processo de modernização rural brasileiro se deu com a instalação de novas formas no espaço para atender novas funções sociais de produção.

Mas, muito embora tais ações do Estado oferecessem condições de modernização rural a todo o país, ela processou-se de maneira seletiva, privilegiando territórios mais urbanizados e próximos a grandes mercados consumidores que teriam condições de mais rapidamente responder à organização de uma atividade agrícola

sustentada pelas inovações científicas e técnicas. Nessa seleção, ganhava destaque o estado de São Paulo, cujo processo de reestruturação produtiva da agropecuária se deu com grande dinamismo.

Na década de 1970 edificou-se no Brasil um padrão agrário moderno, em que o estado de São Paulo se apresentava como a principal referência, pois era ele que participava com maior parcela do valor total da produção agrícola brasileira nesse período. Segundo Elias (2003: 70):

O estado de São Paulo foi um dos que mais rapidamente se reorganizou em face às novas exigências do período técnico-científico-informacional. Desse modo, foi onde a divisão do trabalho agrícola mais se aprofundou, as trocas inter setoriais de todos os tipos mais se intensificaram, a agroindústria bem como a agricultura e toda a ordem de serviços e comércio mais se difundiram e modernizaram e onde o território mais se tecnicizou, assim como atingiu seu maior grau de fluidez, possibilitando a difusão do novo a diversas de suas regiões, que passam, por isso, a reunir as condições necessárias à realização de uma produção mais especializada.

O interior do estado de São Paulo apresentava, desde a década de 1980, um dos maiores índices de desenvolvimento econômico do país e isso se devia, em grande parte, à mecanização da produção agropecuária e ao aumento da produtividade agrícola iniciadas pouco mais de dez anos antes. Foi esse estado paulista que concentrou a maior parte das inovações técnicas e científicas do setor agrícola no país nessa época. A maior parte das indústrias produtoras de insumos assim como a maior parte dos parques agroindustriais de transformação de produtos primários também estavam ali localizadas. A sua já expressiva urbanização, quando da expansão do meio técnico-científico-informacional, se mostrou importante para a localização das inovações na agricultura.

Dentre todas as regiões paulistas, ganharam destaque a de Ribeirão Preto e a Central<sup>10</sup> (Figura 1). Nessas regiões o processo de modernização da agricultura foi um dos mais intensos de todo o país. Uma série de atividades e programas do governo federal seja em infra-estrutura, em pesquisa tecnológica, ou em destinação de créditos, patrocinou uma verdadeira revolução da atividade agrícola. E o que se verifica é que tais inovações reorganizaram o espaço regional.

---

<sup>10</sup>A região Central do estado de São Paulo, logo após sua separação da região administrativa de Ribeirão Preto em 1990, abrangeu os seguintes municípios: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Descalvado, Dobrada, Dourado, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibaté, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos, Tabatinga, Taquaritinga e Trabiçu. Porém, vale lembrar, que na época da modernização rural destacada no texto estas regiões ainda eram integradas, o que nos fez considerar os dados de ambas na descrição.

Essas regiões receberam cerca de 25% do crédito rural destinado ao estado de São Paulo no ano de 1970 (ELIAS, 2003). Com a introdução dessa variante na produção agrícola, processou-se uma contínua renovação das forças produtivas regionais que passaram a responder de maneira mais hábil às exigências da internacionalização da economia.

Como salienta Graziano da Silva (1991), é importante ao analisar o progresso técnico na agricultura levar em consideração três tipos de inovações: inovações físico-químicas que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho na agricultura; inovações mecânicas que atingem a intensidade e o ritmo do trabalho; e inovações biológicas que afetam principalmente a velocidade dos processos produtivos.

As regiões de Ribeirão Preto e Central se mostraram extremamente receptivas às três inovações citadas por Graziano da Silva, transformando o conjunto técnico de sua produção agrícola em poucos anos.

Com relação às inovações físico-químicas nas regiões em questão, segundo Elias (2003), na década de 1980, 95% de todos os estabelecimentos agropecuários utilizavam agrotóxicos, sendo que 80% destes usavam também insumos químicos para aumentar a produtividade agrícola.

A produção agropecuária também foi uma das que mais se mecanizaram no país. No Brasil a frota de tratores cresceu cerca de sessenta vezes entre 1950 e 1980. As regiões de Ribeirão Preto e Central tiveram o número de tratores dobrados somente na década de 1970. Nesse ano somava 15 mil unidades, contra 31 mil em 1980. Assim, elas concentravam 15% de toda a frota de tratores do país (ELIAS, 2003).

Se as décadas de 1970 e 1980 marcaram a difusão de insumos químicos e da mecanização agrícola, a década de 1990 marcou a expansão da informática, da automação e da robótica no setor. Segundo Elias (2003), pode-se perceber inúmeras empresas agrícolas que utilizaram tais tecnologias. A Autora cita a Agropecuária Bianco Ltda. localizada no município de São Carlos, que para controlar cada uma das suas quase setecentas cabeças de gado pelo escritório central, registrava cada animal, assim que nascido, com um número, um nome e um chip, e tinha todos os seus dados acompanhados pelo computador e também por imagens de satélites. Com essa tecnologia a empresa pode evitar muitas perdas de animais e coordenar seu rebanho para melhor utilizar as pastagens.

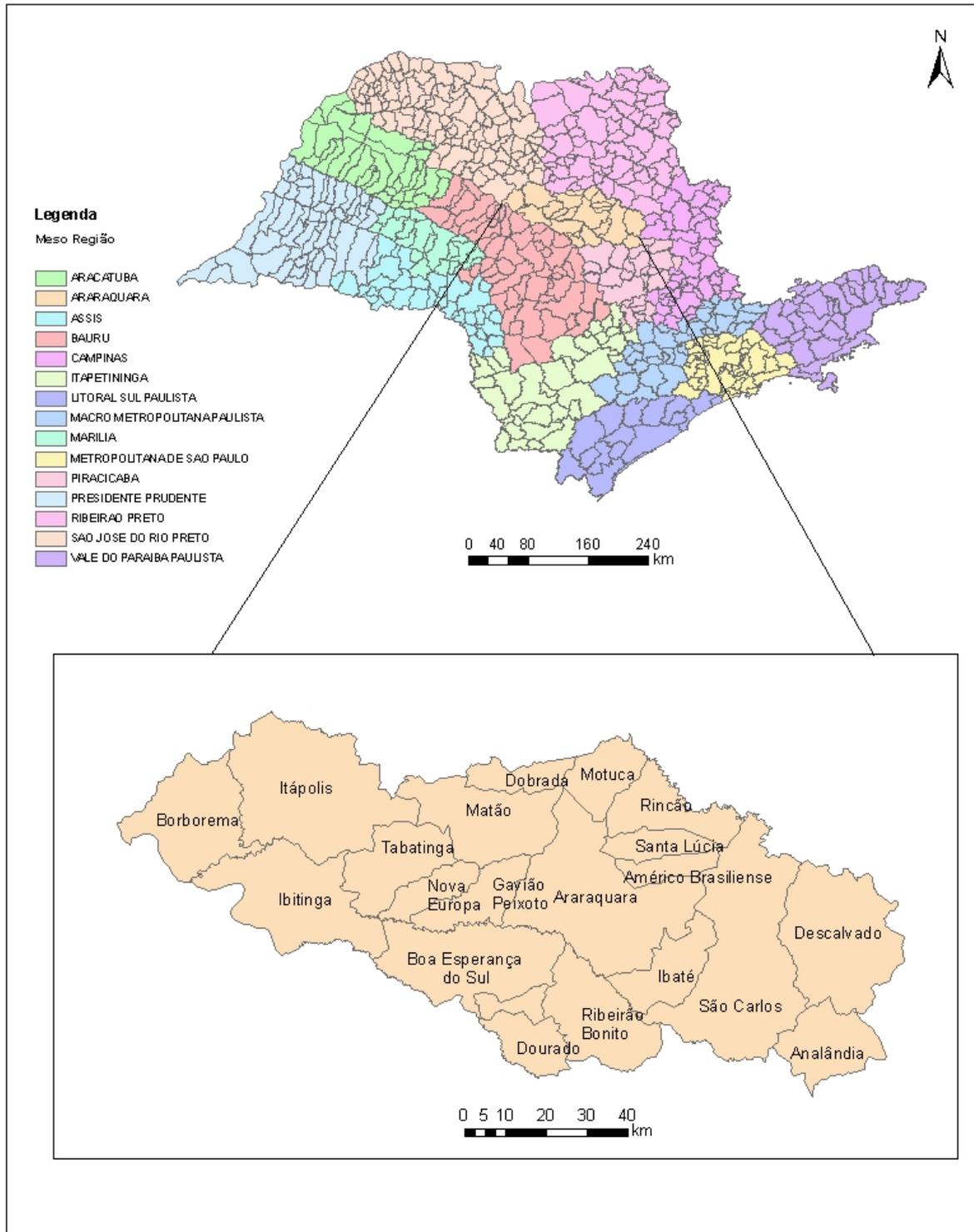


Figura 1: Mapa da região administrativa Central do estado de São Paulo.  
Fonte: IGC/SP, 2007.

A empresa Nossa Terra Agropecuária Ltda., localizada no município de Descalvado, é outro exemplo evocado por Elias. Essa empresa adotou o sistema de controle automático de temperatura nos criadouros de pintinhos. Esse sistema possibilitou o controle ideal da temperatura através de microcomputadores, e se a temperatura não acompanha os registros ideais um alarme é acionado indicando algo errado. Com essa tecnologia o ganho de produtividade foi muito significativo, aumentando de cinco para nove as criadas anuais, além de baixar a mortalidade das aves.

Com relação às inovações biotecnológicas, estas técnicas entraram na região principalmente a partir das contribuições dos institutos de pesquisa. A EMBRAPA de São Carlos, a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinária de Jaboticabal da Universidade Estadual Paulista (FCAV/ UNESP), a Universidade de São Paulo (USP), *campus* de Pirassununga e *campus* São Carlos, e a Universidade Federal de São Carlos (UFScar), *campus* de São Carlos e *campus* de Araras, foram as principais impulsionadoras dessas inovações na região a partir da década de 1960.

Com o desenvolvimento de modernas técnicas de inseminação artificial desenvolvidas por essas instituições, a pecuária e a avicultura passaram a ser planejadas no laboratório, melhorando e expandindo as potencialidades dos animais. A unidade de pesquisa em avicultura no município de Descalvado foi, em boa parte, responsável por tais inovações na região.

Do mesmo modo foram produzidas inovações biotecnológicas em algumas variedades de cana para se tornarem mais produtivas e resistentes a pragas, e também mais eficientes para produzir açúcar e etanol. Essa inovação, especificamente, se deve à instalação do Centro de Ciências Agrárias da UFScar no município de Araras, onde antes se localizava o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), do qual essa universidade incorporou dados, pesquisas, imóveis e espécies vegetais geneticamente modificadas, etc.

Fica claro, portanto, que para o interior do estado de São Paulo poder modernizar a sua produção agrícola e a pecuária foi necessária uma ação conjunta entre várias inovações técnicas e institucionais. A velocidade empreendida por essas transformações propiciou, em pouco tempo, que a atividade agrícola se organizasse e se especializasse o que, por sua vez, acabou reorganizando o espaço regional.

No início da década de 1970, a produção era mais diversificada e, basicamente, era direcionada para o mercado local, sendo o milho a cultura com maior destaque (28,5%) seguido pela cana de açúcar (21%), pelo arroz (13,5%) e pelo algodão (11%). Dez anos mais tarde, a cana predominava na paisagem (33% da área plantada), seguida da soja (20%), que em 1970 era quase que insignificante no território regional, e pela produção de citros (14,5%). Todas essas culturas destinadas ao mercado externo (ELIAS, 2003).

Especificamente com relação à cultura da cana, a década de 1970 marcou o direcionamento de uma política pública para o setor canavieiro. Com o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), lançado oficialmente pelo Governo Geisel em 1975, teve início a dinâmica de produção de etanol no país, subsidiado pelo Estado.

O Proálcool foi criado para minimizar os impactos da crise do petróleo de 1970, quando cerca de 80% das necessidades brasileiras desse recurso eram supridas pelos países do Oriente Médio que decretaram embargo ao fornecimento de petróleo para o mundo. Nesse período os postos de gasolina do Brasil foram obrigados a fornecer álcool combustível e este deveria custar 65% a menos do que a gasolina (WILKINSON; HERRERA, 2008).

Além dessa redução nos preços do combustível derivado da cana ao consumidor, outros incentivos foram subsidiados pelo governo federal para garantir que mais setores se beneficiassem da produção, distribuição e consumo desse produto.

O importante a destacar é que essa política pública teve reflexos territoriais impressionantes. A cana, a partir de 1975, tomou conta da área agricultável de vários municípios, em especial dos municípios paulistas que detinham cerca de 60% da produção de cana do país (LASCHEFSKI; ASSIS, 2006).

Com a política do Proálcool a maior parte da área plantada na região Central do estado de São Paulo estava destinada à agroindústria de cana de açúcar. A expansão dessa cultura se deu em detrimento das áreas cultivadas com arroz, milho, café e também avançando sobre as áreas de matas nativas. E mesmo com o fim do Proálcool, em 1979, a cana continuou a se expandir, porém, não somente com a finalidade de produzir etanol, mas também açúcar para exportação<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Para uma análise acerca da expansão da cana de açúcar nessa região após o Proálcool ver Magno *et al* (2010).

Independente do tipo de análise que se queira fazer sobre a expansão da cana de açúcar em São Paulo, há que se considerar o Proálcool como marco referencial desse processo, pois foi com essa política que o Estado se aproximou mais dos interesses dos usineiros. Nesse contexto, na região Central do estado centenas de pequenos e médios produtores de cana não resistiram à falta de subsídios e as grandes propriedades dos usineiros incorporavam gradativamente as menores. Com isso, as demais culturas foram sendo substituídas pela cana de açúcar, propiciando a expansão da monocultura canavieira na paisagem regional. Jose Graziano da Silva (1991) afirma, categoricamente, que o Proálcool foi responsável pela maior concentração de terras que houve em toda a história da agricultura brasileira, o que nos induz a pensar numa terceira onda de migrações campo-cidade dos proprietários que perderam suas terras para os usineiros da região.

Com a especialização da produção em algumas regiões e também com o desenvolvimento tecnológico na agricultura, foi redefinida a localização industrial no país, e particularmente no estado de São Paulo. Nos últimos 40 anos o interior do estado de São Paulo sofreu uma grande transformação na paisagem, incluindo a instalação de inúmeros estabelecimentos industriais a serviço da integração da agricultura com a indústria. Segundo Elias (2003), a partir de 1980 as regiões de Ribeirão Preto e Central do estado passaram, juntas, a deter a segunda maior concentração industrial do país, perdendo apenas para a região metropolitana de São Paulo.

Assim, ao lado de uma produção agrícola moderna, a região Central do estado de São Paulo também foi uma das que conheceram uma concentração industrial direcionada ao setor, principalmente aquela processadora de matérias primas (alimentos, bebidas, têxtil, papel, etc.) e ligada à produção de insumos para a agricultura (rações animais, química, mecânica, produtos veterinários, etc.).

Num primeiro momento do processo de modernização rural, os insumos industriais e as máquinas eram obtidos mediante importação. Posteriormente, com a implantação dessas indústrias no Brasil, apoiadas financeiramente pelo Estado como parte da política de substituição das importações, já não se precisava mais importar, fabricavam-se na própria região os insumos e as máquinas necessárias à agropecuária.

Segundo Graziano da Silva (1991), foi justamente a partir da década de 1980 que se configurou a “industrialização da agricultura”, com a inauguração de muitas indústrias dos ramos agropecuários fornecedores de insumos e de transformação dos

produtos primários advindos da agricultura e da pecuária. Ou seja, criou-se um arranjo funcional a montante e a jusante das propriedades agrícolas. A montante tinha-se a produção de insumos agrícolas e de outros fatores de produção, incluindo máquinas e implementos, tratores, combustíveis, fertilizantes, suplementos para ração, vacinas e medicamentos, sementes melhoradas, inseticidas, herbicidas, fungicidas e muitos itens mais, além de serviços bancários, técnicos de pesquisa e informação. A jusante da propriedade formaram-se complexas estruturas de armazenamento, transporte, processamento, industrialização e distribuição da produção.

Esse arranjo de formas e funções a montante e a jusante da agropecuária pode ser interpretado também como a criação das horizontalidades e das verticalidades propiciadas pela globalização (SANTOS, 2006). O primeiro como pontos que agregaram, sem descontinuidade, a produção agrícola. Esses representam as horizontalidades. Do outro lado, os pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguravam o funcionamento global da economia: as verticalidades. Enquanto as horizontalidades eram criadas através das fábricas de insumos, de fertilizantes, de maquinário dentre outras, que possibilitavam a cooperação mais limitada em um local, as verticalidades se davam, sobretudo, como outros momentos da produção (circulação, distribuição e consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica como geograficamente.

A tabela 1, abaixo, apresenta as maiores indústrias da região Central do estado de São Paulo demonstrando que, dentre elas, havia uma maior quantidade destinada ao processamento de produtos primários (indústrias de lápis e usinas de cana, por exemplo) e também daquelas produtoras de máquinas para a agricultura.

*Tabela 1.* Principais indústrias de região Central do estado de São Paulo, segundo números de funcionários e faturamento líquido, 1990.

<b>Indústria</b>	<b>Ramo</b>	<b>Município</b>	<b>Classificação entre as cem maiores de SP</b>
<b>Climax Indústria e Comércio S/A</b>	Fabricação e exportação de refrigeradores e congeladores	São Carlos	10°
<b>Lápis Johann Faber S/A</b>	Fabricação de lápis	São Carlos	30°
<b>Ometto, Pavan S/A Açúcar e Álcool</b>	Usina Álcool e açúcar	Américo Brasiliense	54°
<b>Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S/A</b>	Fabricação de máquinas e implementos agrícolas	Matão	55°
<b>Lupo S/A</b>	Fabricação, importação e exportação de meias	Araraquara	59°
<b>Cia. Brasileira de Tratores - CBT</b>	Fabricação de tratores agrícolas e peças	São Carlos	81°
<b>Citro Maringá S/A Agrícola Comercial</b>	Agricultura e citricultura	Araraquara	97°

Fonte: Adaptado de Elias, 2003.

A atividade industrial associada à agrícola, primeiramente, atingia somente a região onde ela se instalava. No entanto, muitas empresas conseguiram um estágio de produção e distribuição global. A ênfase no desenvolvimento econômico para a conquista de mercados internacionais pouco a pouco se tornou preponderante na região, o que acabou criando as condições técnicas e econômicas para a organização da atividade agrícola integrada à indústria e para realizar uma produção guiada pelo consumo mundial e não pelas condições naturais.

O resultado desse processo de integração da indústria com a agricultura e também com o mercado mundial foi a fusão e a integração de capitais desses dois campos econômicos que passaram a ser controlados por grandes empresas nacionais e multinacionais. Utilizando a denominação de vários dos pesquisadores (GRAZIANO DA SILVA, 1991; KAGEYAMA, 1990; MAZZALI, 2000), podemos afirmar que se configurou na região Central do estado de São Paulo a formação dos “Complexos Agroindustriais” (CAIs). Esses seriam compostos por diversos setores industriais que se

desenvolvem atrelados à agricultura moderna, tanto os que produzem itens que modificam sua base técnica, quanto àqueles processadores de produtos agropecuários.

Para Graziano da Silva (1991), o movimento de mudança do espaço rural brasileiro se caracterizou pela desarticulação do complexo rural, ou da “civilização do café” conforme colocou Silva (1999), para a constituição dos complexos agroindustriais, da “civilização da usina”, processo que se daria mediante a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, isto é, pela intensificação da divisão do trabalho e também com a especialização produtiva e sua respectiva integração mundial.

O cenário de transformação rural apresentado até aqui (inovações biotecnológicas, especialização da produção no setor canavieiro, apoio aos usineiros com políticas públicas, etc.) leva-nos a afirmar que tal complexo agroindustrial foi protagonizado, primordialmente, pelo setor sucroalcooleiro na região. A tabela 2 apresenta os principais complexos agroindustriais da região Central do estado, demonstrando que a produção e o processamento da cana tem sido o carro chefe desse processo, inclusive no município de Descalvado.

Assim, no final do século XX e início do século XXI, a dinâmica da agricultura científica globalizada na região Central do estado de São Paulo passou a ser comandada por esse padrão industrial de produção, ou seja, pelos Complexos Agroindustriais (CAIs) do setor sucroalcooleiro. A produção agrária não passou mais a depender apenas das demandas do comércio local, mas também de um conjunto de indústrias que tem na atividade agrícola seus comércios. Justamente por isso se pode falar em mudança do padrão agrário brasileiro e de uma “agricultura científica globalizada” (SANTOS, 2004).

*Tabela 2.* Principais CAI's da região Central do estado de São Paulo em 1990.

<b>Caracterização do CAI</b>	<b>Município</b>
<b>Usina de açúcar e álcool Santa Cruz</b>	Américo Brasiliense
<b>Usina de açúcar e álcool Santa Luzia</b>	Matão
<b>Usina de açúcar e álcool Maringá</b>	Araraquara
<b>Usina de açúcar e álcool Santa Fé</b>	Nova Europa
<b>Usina de açúcar e álcool Zanin</b>	Araraquara
<b>Usina de açúcar e álcool da Serra</b>	Ibaté
<b>Usina de açúcar e álcool Ipiranga</b>	Descalvado
<b>Destilaria da Lagoa Dourada</b>	Dobrada
<b>Companhia Muller de Bebidas</b>	Pirassununga
<b>Indústria de Bebidas Pirassununga</b>	Pirassununga
<b>Usina de açúcar e álcool Santa Rita</b>	Santa Rita do Passa Quatro
<b>Usina de açúcar e álcool Taboão</b>	Pirassununga
<b>Usina de açúcar e álcool São Luiz</b>	Pirassununga
<b>Usina de açúcar e álcool São Pedro</b>	Pirassununga
<b>Citros Maringá S/A Agrícola Comercial</b>	Araraquara

Fonte: Adaptado de Elias, 2003.

Com a globalização inaugurava-se, assim, uma nova fase na organização econômica e social da agropecuária, que acompanhava a unificação da economia pelo movimento do capital industrial e financeiro global.

Dessa forma, a reestruturação produtiva da agropecuária nessa região teve profundos impactos sobre o espaço rural que passou por um processo acelerado de reorganização (de formas e funções), mostrando-se extremamente aberto à expansão das características do período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006; ELIAS, 2006). Organizavam-se verdadeiras redes técnicas, de sistemas de objetos (de eletrificação, de armazenagem, de irrigação, de transportes, de telecomunicações, de bancos, de indústrias, de pesquisa, etc.), voltadas para a finalidade de dotar o espaço agrícola de fluidez para as empresas do setor e para suas mercadorias, revelando o dinamismo da produção do espaço resultante da reestruturação produtiva da agropecuária na globalização e a dupla influência das técnicas no espaço.

Isso nos ajuda a revelar inúmeras redefinições regionais ocorridas no Brasil nas últimas décadas como parte da dinâmica da globalização. Uma dessas redefinições diz respeito ao crescimento de várias “cidades do agronegócio”, mostrando um Brasil agrícola com áreas urbanas (ELIAS, 2006).

Essas cidades vêm se desenvolvendo atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais que as circundam, cuja produção e o consumo se dão de forma globalizada. Ou seja, cada vez que a região Central do estado de São Paulo era (re)organizada para atender as demandas dos complexos agroindustriais superpondo novas formas no espaço, aumentava-se a complexidade dos demais sistemas de objetos e, entre eles, as cidades. À medida que a região respondia à agricultura científica globalizada, mais era empreendida uma urbanização corporativa sob o comando desses CAIs (ELIAS, 2003).

O crescimento e o incremento industrial da produção agrícola para o comércio internacional intensificaram as trocas entre cidades do país, ensejando uma integração do território nacional. Esse processo ampliou as relações da região Central com a metrópole de São Paulo, com a cidade de Santos para o escoamento da produção agrícola pelo maior porto do Brasil, e com outras mais no intuito de uma cooperação ampla para modernizar de forma intensa a agricultura.

Atualmente a região Central do estado de São Paulo é considerada uma das mais modernas do Brasil, com expressivo desenvolvimento de áreas urbanas e cujo nexos se deve, em boa medida, à integração da atividade agropecuária aos ditames do período técnico-científico-informacional. A atividade agropecuária globalizada redefiniu o consumo do campo e o deixou mais produtivo, criando demandas até então inexistentes como de insumos químicos, créditos, mecanização, mão de obra especializada, etc. As cidades dessa região têm, portanto, seu desenvolvimento atrelado à agricultura e à produção de bens industriais para essa atividade, especialmente no tocante ao setor terciário.

O resultado foi uma completa (re)organização do campo e das cidades, onde se destaca, de forma crescente, a integração entre esses espaços. A larga difusão de tecnologias no setor agropecuário regional aumentou a divisão territorial do trabalho e as funções administrativas. Paralelamente, alteraram-se as funções, onde se observou marcantes transformações no mercado de trabalho e na repartição de empregos, assim

como no número da população no campo e na cidade. E o que se verificou foi um acelerado processo de urbanização, crescimento e multiplicação de cidades.

Os dados relativos à população total da região em 1980 mostravam um crescimento de 82,3%, passando de, aproximadamente, 985 mil habitantes em 1950 para 1.796.925. Especificamente com relação à população urbana, verificava-se, no mesmo período, um crescimento de 294,25%, quando essa passou de 384.373 para 1.515.414 habitantes. Já os dados relativos à população rural evidenciam um declínio de 64%, sendo que esta passou de 601.244 em 1950 para 281.511 habitantes em 1980. Se considerarmos somente a década de 1970, quando as inovações na agricultura foram intensas, observa-se o maior percentual de evasão da população do meio rural, quando 122.800 mil pessoas deixaram o campo (ELIAS, 2003).

No período técnico-científico-informacional as cidades do agronegócio se multiplicam no país e passam a desempenhar muitas novas funções. Transformam-se em lugares erguidos pelo agronegócio globalizado que resultaram em muitas novas territorialidades. Assim, a *cidade do agronegócio* é aquela cujas funções de atendimento às demandas do capital do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções (ELIAS, 2003).

Em virtude dessas cidades se organizarem para atender às demandas das atividades econômicas do meio rural, o resultado foi uma total remodelação do território e a organização de um novo sistema urbano, hoje muito mais complexo do que há trinta anos.

Os elementos estruturantes dessas novas relações espaciais entre campo e cidade são ilustrados com o êxodo rural que marcam uma urbanização precária e o inchaço dos serviços públicos, a especialização produtiva que confronta com outras formas produtivas “tradicionais”, com a reestruturação industrial nas cidades para atender as demandas dessa agricultura globalizada que, por sua vez, exige mão de obra qualificada, com a instalação de instituições de pesquisa que atraem outros investimentos, etc. Ao mesmo tempo, a dinamização do setor terciário e, conseqüentemente da economia urbana, evidenciam que é na cidade que se realizam a regulação, a gestão e a normatização das transformações verificadas no espaço rural. Essas transformações estão em consonância com a argumentação de Marques (2002: 107), quando essa autora afirma que:

O movimento urbano relacionado ao processo de industrialização é responsável pelo surgimento de novas atividades econômicas para estruturar a circulação das mercadorias e para organizar e administrar todos os sistemas relacionados à atividade econômica. A cidade torna-se a sede destas novas funções técnicas e administrativas e da atividade de preparação de quadros para desempenhá-las por meio da difusão de cultura e de ensino. A cidade torna-se o lugar onde se concebe a gestão do espaço ao mesmo tempo em que perde o significado de centro político. A centralidade se espalha no espaço que ela cria, nas relações de produção e em sua reprodução.

Assim, cada vez que o território brasileiro é reelaborado para atender à produção dos complexos agroindustriais, novas formas se sobrepõem à natureza, e, desse modo, amplia-se a complexidade dos sistemas técnicos e das funções do espaço.

A reformulação do espaço regional, impulsionada principalmente pelo setor canavieiro, necessita de grande volume de mão-de-obra para o trabalho agrícola, especificamente no que tange à colheita da cana. Como os moradores rurais da região migram para as cidades em expansão, esse trabalho passa a atrair migrantes de diversas regiões do país contratados temporariamente, caracterizando a formação de trabalhadores sazonais empregados somente na época da safra da cana: os bóias-frias. Segundo Povoá-Neto (1994: 21):

Todo esse processo de transformação econômica liga-se a uma nova articulação inter-regional que é consolidada por movimentos migratórios. As áreas açucareiras e algodozeiras-pecuaristas tradicionais, como a nordestina, expulsam trabalhadores para a Amazônia, sendo os mesmos empregados no extrativismo da borracha ou em obras como a ferrovia Madeira-Mamoré. A virada do século é, alias, o momento da exaltação do sertanejo nordestino como 'antes de tudo um forte', elogio no qual se sugere que o seu caráter resistente pode ser empregado, com proveito, para trabalhos que exigem pouca ou nenhuma qualificação. Simultaneamente, os migrantes nordestinos que se dirigem para o sul participam da transição que se dá, nas primeiras décadas do século, de uma economia baseada principalmente na mão-de-obra imigrante, para uma utilização intensiva do trabalho nacional. Apesar de desprezados como pouco afeitos ao trabalho, indisciplinados, errantes e tendentes ao banditismo e ao fanatismo, os nordestinos vão ocupando postos de trabalho na região mais dinâmica da economia capitalista nacional.

Assolados pelas condições do clima, pela privatização contínua dos elementos naturais necessários para o plantio (como a água), pelo abandono político-econômico que sempre privilegiou os investimentos seletivos em determinadas regiões, os nordestinos, especialmente os do sertão e do agreste, viram-se suscetíveis à migração para as áreas mais desenvolvidas do país, onde se pensava conquistar uma condição de trabalho mais segura, como o assalariamento.

Assim, no quadro dos anos de 2001-2003, a Pastoral do Migrante – entidade ligada à igreja católica que vêm acompanhando a trajetória de vida e trabalho de migrantes de diversas regiões do país para o sudeste – apontou a forte presença de nordestinos nas lavouras de cana na região Central do estado de São Paulo, número que estaria para além de 100.000 pessoas (PASTORAL DO MIGRANTE, 2004).

Com o transcorrer do estabelecimento da “civilização da usina” na região observou-se, em um primeiro momento, a migração dos expropriados da terra para as áreas urbanas, configurando uma etapa da migração campo-cidade. Este movimento ainda se mantém, embora em níveis reduzidos, fundamentalmente em virtude da migração de trabalhadores sazonais (num período que varia de seis a dez meses no ano) do nordeste do país, caracterizando um segundo momento da migração inter-regional.

Dentre os migrantes sazonais, existem aqueles que se estabelecem de forma permanente nas cidades de destino. Muitas vezes, a oportunidade de construir a casa própria é a razão da fixação destes migrantes no sudeste, sendo o trabalho e a moradia as necessidades consideradas vitais. Estes migrantes “estabelecidos”, portanto, compõem uma nova situação no tocante à disponibilidade de mão-de-obra, pois não são mais considerados exército de reserva para as agroindústrias, mas, com a necessidade premente de manutenção dos seus pequenos patrimônios, tornam-se mão-de-obra disponível para qualquer atividade, seja ela urbana ou rural, estável ou eventual. Transitam, muitas vezes, entre o emprego agrícola e industrial, trabalhando na colheita da safra da cana-de-açúcar por um período e em atividades de outra natureza nos períodos de entressafra. Neste movimento de intensa “plasticidade” entre as diferentes formas de realização do trabalho há uma generalização do processo de exclusão/inclusão precária dos pobres. E, assim, já não há mais distinção entre pobreza rural/urbana (SILVA, 1999).

Para aumentar a complexidade desse quadro de exclusão social, a Lei estadual nº11.241/2002, que regulamentou a queimada da palha da cana para a colheita, prevê que ela seja eliminada até o ano de 2017 em todo o estado de São Paulo, o que ocasionará a mecanização completa do setor sucroalcooleiro e demissões em massa dos trabalhadores rurais, pois essa prática é empregada por eles para facilitar a colheita (SÃO PAULO, 2002). Nesse contexto, os migrantes trabalhadores rurais vão sofrer outro processo de exclusão do sistema produtivo, o que trará novas conseqüências para a organização espacial regional. Esse processo é, inclusive, o principal eixo de luta da

categoria. A Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) está em constante negociação com as usinas.

Além disso, no contexto mundial, uma profunda discussão em torno da necessidade de se desenvolver fontes alternativas de energia, motivadas pelas crises ambiental, econômica e social, levou à realização de diversos estudos sobre os impactos causados pelos combustíveis fósseis, principal fonte de gases agravantes do Efeito Estufa. Essa preocupação levou, na II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco'92) realizada no Rio de Janeiro, à elaboração da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Poucos anos depois, em Quioto, no Japão, foram firmadas ações no sentido de minimizar as emissões de poluentes na camada de ozônio, paulatinamente, até 2012. Essas ações são caracterizadas como Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), e entre elas destaca-se o Mercado de Carbono (LASCHEFSKI, 2005).

O Mercado de Carbono, segundo Laschefski (2005), é a comercialização de equivalentes de redução de emissões de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) entre os países menos poluentes, aqueles considerados em desenvolvimento, e os maiores poluidores, as nações desenvolvidas, colocando-se como um meio de internalizar as condições ecológicas e os valores ambientais nos processos de crescimento econômico através do comércio internacional de “créditos verdes”. Isto é, o mercado de carbono é a apropriação do discurso da crise ambiental (re)significado, que justifica a criação de novas demandas para o desenvolvimento econômico através da capitalização da natureza.

A conjuntura de mercado internacional criada com os MDL, tem se constituído como o principal argumento para uma nova expansão da produção de etanol no Brasil. Considerado uma “energia limpa”, devido ao menor lançamento de Gás Carbônico (CO<sub>2</sub>) na atmosfera com o aproveitamento do bagaço da cana, o etanol é alvo de negociações comerciais internacionais. Entretanto, esse “mercado verde” é acompanhado de muitas discussões sobre a real sustentabilidade socioambiental desse produto.

A ampliação da produção para a exportação do etanol no Brasil está diretamente relacionada ao plantio da cana de açúcar - principal produto do qual se extrai o etanol brasileiro - em novas áreas agrícolas, o que vem ocasionando mudanças na paisagem ambiental e, novamente, (re)ordenando o espaço rural do país.

A expansão da cana no Brasil segue um histórico de violenta concentração de terras e que durante o período do Proálcool não foi diferente. Diversos estudos já expuseram a maneira como a monocultura da cana-de-açúcar se “especializa” dando uma feição particular ao território<sup>12</sup>, isto é, territorializa-se monopolizando o espaço. O modelo agroindustrial da cana na região Central do estado de São Paulo exposto nesse capítulo revelou um processo concentracionista da posse e propriedade da terra, bem como do uso agrícola do espaço. E atualmente não é diferente.

Na primeira década do século XXI, os preços do petróleo novamente atingiram um patamar econômico insustentável, já que, em 2008, o barril custava cerca de US\$ 150 (Weid, 2009). Além disso, ainda enfrentamos a busca por alternativas mais sustentáveis de recursos renováveis a um curto espaço de tempo. A corrida pela sustentabilidade iniciada com o Clube de Roma em 1968, depois com a Conferência de Estocolmo em 1972, seguido de tantos outros acordos e encontros internacionais realizados incessantemente pelo mundo, faz com que cada vez mais se invista em fontes de energias alternativas ao petróleo para diminuir a emissão de gases agravantes do efeito estufa e em programas de produção de energia limpa para atingir o conclamado desenvolvimento sustentável.

E é nesse quadro de escassez de recursos energéticos e crise ambiental global que o governo brasileiro sancionou a Lei nº 11.097/2005, que introduziu em sua matriz energética o biodiesel a partir do etanol (ASSIS; ZUCARELLI; ORTIZ, 2007). Nesse contexto o Brasil lança, mais uma vez, um programa para a produção de etanol a partir da cana: o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).

Criado oficialmente no ano de 2003, o PNPB está entre os setores da economia brasileira com previsão de gigantescos investimentos. Segundo a União das Indústrias de Cana de Açúcar (UNICA, 2010), está projetado para o país, até 2012, a construção de 86 usinas de cana - sendo que 58 já se encontram em processo de construção -, mostrando que além das 325 usinas já existentes, o setor prevê um crescimento de 71% na produção de etanol. Nesse período a meta é ampliar a produção de 425,7 milhões de toneladas de cana em 2007 para 727,8 milhões de toneladas até 2012, quando o objetivo do governo federal é conquistar o mercado mundial de agrocombustíveis. No final do século XX e no início do século XXI, como na década de 1970, São Paulo concentra a maior percentagem da produção (safras 1998/1999 a 2000/2001), como demonstrados

---

<sup>12</sup> A esse respeito ver Gonçalves (2008) e Laschefski e Assis (2006).

pela Tabela 3, sendo que a Tabela 4 representa a distribuição da produção entre as diferentes regiões administrativas desse estado (safra de 2003/2004 a 2008/2009).

*Tabela 3.* Colheita da cana de açúcar (toneladas) nos estados com maior produção no Brasil safra de 1998/1999 a 2000/2001

<b>Cana de açúcar (toneladas)</b>						
<b>Estado/Produção</b>	<b>1998/1999</b>	<b>(%)</b>	<b>1999/2000</b>	<b>(%)</b>	<b>2000/2001</b>	<b>(%)</b>
<b>Alagoas</b>	17.345.105	5,51	19.315.320	6,29	21.618.069	<b>8,57</b>
<b>Pernambuco</b>	15.588.250	4,95	13.320.164	4,34	13.138.516	<b>5,21</b>
<b>Minas Gerais</b>	13.483.617	4,28	13.599.488	4,43	10.634.653	<b>4,21</b>
<b>São Paulo</b>	<b>199.521.519</b>	<b>63,35</b>	<b>194.234.474</b>	<b>63,28</b>	<b>148.226.228</b>	<b>58,73</b>
<b>Paraná</b>	24.224.519	7,69	24.351.048	7,93	19.320.856	<b>7,66</b>
<b>Mato Grosso</b>	10.306.270	3,27	10.110.77	3,29	8.669.533	<b>3,44</b>
<b>M.G. do Sul</b>	6.589.965	2,09	7.410.240	2,41	6.520.923	<b>2,58</b>
<b>Brasil</b>	<b>314.969.182</b>	<b>100,00</b>	<b>306.965.623</b>	<b>100,00</b>	<b>252.373.659</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Adaptado de Laschefski e Assis, 2006.

*Tabela 4.* Área plantada (ha) por região administrativa e por safra 2003/2004 a 2008/2009 no estado de São Paulo.

<b>Região Administrativa</b>	<b>Área plantada hectares/ano</b>					
	<b>2003-2004</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2005-2006</b>	<b>2006-2007</b>	<b>2007-2008</b>	<b>2008-2009</b>
<b>Araçatuba</b>	224.483	246.895	262.278	294.83	397.915	<b>512.603</b>
<b>Barretos</b>	219.826	236.329	261.661	295.766	333.037	<b>385.591</b>
<b>Baurú</b>	299.799	314.488	329.911	352.225	422.091	<b>474.151</b>
<b>Campinas</b>	393.862	408.429	436.434	453.052	489.618	<b>511.023</b>
<b>Central</b>	<b>320.410</b>	<b>329.345</b>	<b>341.649</b>	<b>366.443</b>	<b>394.313</b>	<b>431.312</b>
<b>Franca</b>	355.024	376.335	390.467	417.093	449.431	<b>489.061</b>
<b>Marília</b>	241.325	253.262	266.29	289.144	369.02	<b>405.879</b>
<b>Presidente Prudente</b>	116.681	133.281	151.382	179.796	235.155	<b>327.067</b>
<b>Ribeirão Preto</b>	416.882	422.11	433.387	447.351	457.315	<b>471.440</b>
<b>São José do Rio Preto</b>	280.693	303.658	331.878	396.945	502.555	<b>632.039</b>
<b>Sorocaba</b>	133.691	141.244	159.367	167.51	208.472	<b>232.745</b>
<b>Total</b>	<b>3.002.676</b>	<b>3.165.387</b>	<b>3.364.704</b>	<b>3.661.155</b>	<b>4.249.922</b>	<b>4.873.940</b>

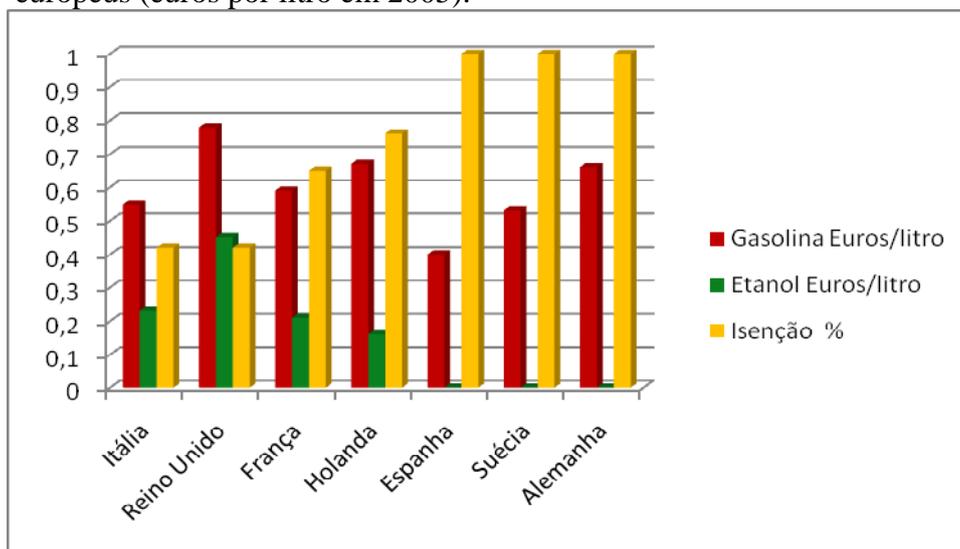
Fonte: Adaptado de Gonçalves, E. C, 2009

Apesar de constatar, a partir da análise da tabela 4 acima, que a região Central do estado de São Paulo teve uma expansão canavieira menor em relação, por exemplo, às regiões de São José do Rio Preto e de Araçatuba, temos que levar em consideração que a paisagem naquela região já era formada pela cana. Ou seja, a cana e a

agroindústria sucroalcooleira são formas espaciais tradicionais do contexto dessa região só que destinadas à produção de açúcar e, embora se verifique menor expansão no período analisado, ela continua a se desenvolver, no entanto, agora também para a produção de etanol.

Nesse contexto de nova expansão canavieira na região para a produção de agrocombustíveis, novas adequações técnicas e políticas mundiais estão sendo implementadas para assegurar que os novos usos do espaço redefinam o mercado internacional política e tecnicamente como, por exemplo, com as isenções fiscais para “produtos verdes” em países desenvolvidos que chegam a 100% e também com o aumento da produção de automóveis bicompostíveis no Brasil pelas indústrias automobilísticas multinacionais, quando há uma diminuição da fabricação dos veículos movidos apenas à gasolina e um aumento consideravelmente alto na produção de veículos tipo flex (ver gráfico 1 e figura 2, abaixo).

*Gráfico 1.* Isenção Fiscal para o etanol em relação à gasolina em alguns países europeus (euros por litro em 2005).



Fonte: Adaptado de Gonçalves, 2008; ICONE, 2006.

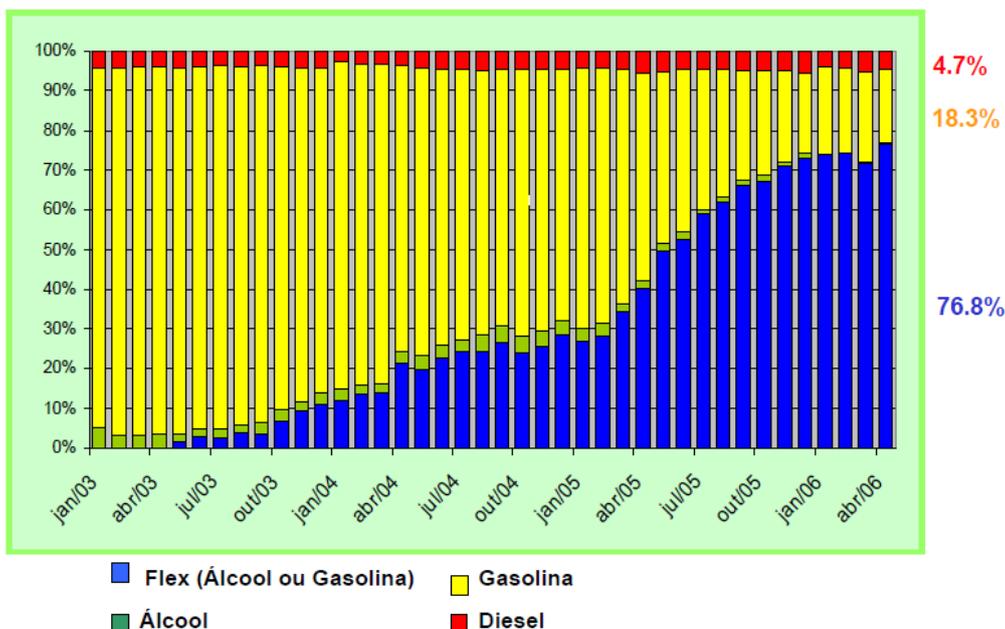


Figura 2. Evolução das vendas de automóveis por tipo de combustíveis no Brasil de 2003 a 2006. Fonte: Gonçalves, 2008; ICONE, 2006.

E esse processo é conduzido levando em consideração os preceitos do desenvolvimento sustentável discutidos no âmbito mundial, mas que não consideram os impactos locais de tal tecnologia.

Nesse contexto, apesar de caracterizar a região Central do estado de São Paulo, onde se insere o município de Descalvado, como espaço privilegiado da modernização agrícola e do circuito de valorização do capital, retratada sob a ótica dos excluídos desse processo e também da devastação ambiental que ele promove, ela sugere instigante revisita ao campo, por meio da qual se procure mostrar que a referência preponderante aos atributos de determinações estruturais da industrialização da agricultura corre o risco de naturalizar processos e relações sociais, determinando o fim de certas categorias, e de justificar a devastação ambiental pela monocultura que promove a perda da biodiversidade, mas utilizando-se da rubrica do desenvolvimento sustentável.

O período técnico-científico-informacional está transformando o nosso mundo, possibilitando a melhoria da capacidade produtiva, a ampliação dos mercados consumidores e o potencial de comunicação entre os lugares. Mas, segundo Milton Santos (2004), a análise de sua expansão no espaço ficaria incompleta se, após reconhecer os fatores que o possibilitam, apenas nos detivéssemos a eles.

Apesar de a globalização característica do período (re)organizar as formas do espaço e as funções sociais preexistentes para abrir caminho para a modernização, o que se deve observar, paralelamente, é a criação de novas desigualdades.

No início do século XXI vive-se uma quebra dos principais paradigmas da relação homem-natureza e reforçam-se os questionamentos sobre a viabilidade do modelo global de produção. Nenhum outro padrão de acumulação promoveu tanta pobreza, desigualdade e degradação ambiental em tão pouco tempo; nenhum outro provocou uma crise no campo e nas cidades, ao evidenciar a associação entre crescimento econômico e deterioração da situação social e ambiental.

Assim, ao mesmo tempo em que vivenciamos uma situação completamente nova em termos socioespaciais, a sociedade está sendo privada de direitos básicos à sobrevivência. Na medida em que as instituições do Estado e as organizações da sociedade civil fundamentam-se na aceleração do tempo e na diluição das fronteiras territoriais através da abstração do poder em uma rede informacional (desterritorializadora), elas vêm, por outro lado, desintegrando os mecanismos atuais de reprodução social e econômica de alguns segmentos sociais (SANTOS, 2004).

É com o advento da globalização que as ciências sociais redescobrem o papel do território na configuração da sociedade, na maioria das vezes, para enfatizar seu desaparecimento, ou seja, os processos de desterritorialização.

Um dos discursos mais difundidos dessa corrente “desterritorializante” é o que propõe a emergência de uma sociedade dos fluxos, atemporal e a-espacial, em detrimento de uma sociedade territorial: o mundo dos territórios, muito mais estável, se contraporia ao mundo das redes, mais instável, performático e fluido (HAESBAERT, 2004).

A debilidade do discurso da desterritorialização na globalização, a do “alto”, está em não perceber a desterritorialização por “baixo”, fruto do mesmo processo da expansão do meio técnico-científico-informacional. Ou seja, a desterritorialização se dá em dois níveis: um primeiro se refere a aqueles processos que possibilitam a instantaneidade, a velocidade e a virtualidade; o segundo, por sua vez, está ligado a grupos sociais que não usufruem dessas “imaterialidades” da globalização e estão sendo privados do acesso ao território no seu nível mais elementar, no sentido de terra como base da reprodução social (HAESBAERT, 2007).

A promessa de que as técnicas contemporâneas pudessem melhorar a existência de todos é posta em xeque, e o que se observa é a expansão acelerada do reino da escassez criando mais excluídos. Uma boa parcela da humanidade não pode usufruir das leis, das normas, das regras e das técnicas do período técnico-científico-informacional. Daí a proliferação dos “ilegais”, dos “informais” e dos “irregulares” (SANTOS, 2004).

E é justamente desse fato novo que decorre uma das caracterizações feita por Santos (2004) sobre a globalização: a fábula. Por intermédio do dinheiro global e de uma idéia de linearidade do tempo e do espaço mundial pode-se, teoricamente, levar a toda a parte um nexos contábil que pretende ser mediador de todas as relações sociais, um pensamento único presidido pela razão instrumental. Essa tirania do dinheiro e da informação fornece as bases do sistema ideológico mundial. Mas, é justamente esse sistema responsável por outra característica que assistimos com a globalização: *as perversidades*.

Ou seja, alicerçadas sobre esse sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas das empresas e Estados, detentores das técnicas de informação na globalização, é veiculado um discurso único do mundo e da história, que o autor vai chamar de *globalitarismos*, mas que, na verdade, aprofundam as desigualdades sociais.

Atuando em direção à homogeneização, a globalização age no espaço concebendo-o como o que ele aparentemente e materialmente é: um campo para a ação instrumental. Pode-se falar de racionalização do espaço a partir do momento em que se pode mecanizá-lo e o dotá-lo de fluidez para determinados objetivos, pois a eficácia da ação econômica depende do grau de certeza com que é exercida. Assim é que as noções como a de *Just-in-time* e de *Just-in-place* são amplamente divulgadas nesse processo de modelação no espaço ao meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006).

Porém, ante essa racionalidade instrumental desejosa de tudo modernizar e homogeneizar pode-se falar também, segundo Santos (2006), de um ponto de vista dos sujeitos que não são beneficiados por ela, de *contra-racionalidades*.

O fato de que a produção limitada de racionalidade é associada a uma produção ampla de escassez conduz os atores que estão fora do círculo da racionalidade hegemônica à descoberta de sua exclusão e à busca de formas alternativas de racionalidades, indispensáveis à sua sobrevivência. Segundo Santos (2006: 310)

O momento que estamos vivendo – e a racionalização do espaço é esse limite – aponta para essa perda da razão. Mas, ao mesmo tempo, e felizmente,

aponta para a possibilidade da construção de um novo sentido, a partir justamente da elaboração das contra-racionalidades que a análise geográfica revela nos comportamentos atuais do campo e da cidade.

Essas contra-racionalidades se localizam, por exemplo, entre os “sem-terra”, os migrantes trabalhadores volantes, as populações desterritorializadas, populações tradicionais e os incluídos precariamente na modernidade.

A riqueza desses “não possuidores” é a “prontidão dos sentidos” (SANTOS, 2004: 130), ou seja, a necessidade de suprir demandas fundamentais à sua sobrevivência. É com essa força que eles vão em busca de bens infinitos como a liberdade e a autonomia na conformação de agentes de sua própria história.

É na experiência comunicacional que intervêm processos de interação que criam, alimentam e restabelecem os laços sociais e a sociabilidade entre indivíduos e grupos sociais que partilham os mesmo quadros de experiência e identificam as mesmas características históricas de um passado comum.

Tais laços sociais serão tão mais intensos quanto maior for a proximidade entre as pessoas envolvidas. Segundo Santos (2006), o espaço inclui essa “conexão materialística” de um homem com o outro. Conexão esta que está sempre tomando novas formas. Pois, no território – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum.

No plano global, as ações, mesmo “desterritorializadas”, constituem normas de uso dos sistemas localizados de objetos, enquanto no plano local, o território, em si mesmo, constitui uma norma para o exercício das ações (SANTOS, 2006). No primeiro caso, a solidariedade é produto da organização. No segundo caso, é a organização que é produto da solidariedade.

Passemos agora a entender como se dá essa (re)organização espacial vista a partir dos excluídos do processo produtivo na região Central do estado de São Paulo. Para isso, selecionamos um assentamento rural constituído, em maior parte, por migrantes trabalhadores rurais expropriados dos meios de reprodução social: o Assentamento rural Aurora no município de Descalvado.

### **CAPÍTULO 3. A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DOS “SEM TERRA” EM DESCALVADO E AS OCUPAÇÕES DO HORTO AURORA: NOVAS RURALIDADES EM CONSTRUÇÃO.**

Wanderley (2001) argumenta que o desfecho das interações campo-cidade não é o fim do rural ou a urbanização completa do campo, mas sim a transformação deste com a emergência de novas ruralidades. Para essa autora, ao trabalhar com o que tem de novo o rural, o importante é registrar as diferenças, não somente no nível do acesso aos bens materiais e produtivos, mas fundamentalmente no plano das identificações e das reivindicações da vida cotidiana daqueles que vivem ou que almejam viver nesse espaço.

Marques (2002) disserta na mesma direção. Essa autora, a partir da análise do significado da ruralidade em meio às novas realidades da relação campo-cidade ao longo do desenvolvimento do capitalismo na história, argumenta que para compreender o que há de novo no espaço rural brasileiro atualmente deve-se levar em consideração o conceito de território como um espaço de vida e cotidianidade de grupos que ali vivem. Segundo ela, revelar as mudanças econômicas dos usos do espaço rural pode ser um caminho para descrição das dinâmicas capitalistas, contudo, caracterizar tais mudanças como novos elementos desse rural é não se dar conta do processo de desenvolvimento capitalista no campo ao longo do tempo. Assim, para ela, apropriações econômicas do rural para o turismo e também para novas atividades produtivas não-agrícolas, conduzidas e analisadas sobre o prisma das mudanças ocorridas na Europa, dificultam a compreensão das novas ruralidades típicas do nosso país, como a dos movimentos sociais por exemplo.

(...) o significado proposto para a ruralidade deve comportar uma crítica à sociedade que transformou o homem e a terra em mercadorias e, portanto, ao processo de alienação que lhe é subjacente. Novos movimentos sociais em geral propõem novas formas de organização social, ou seja, novas formas de produzir e existir coletiva e socialmente, novas territorialidades. (...) Daí a importância do território como conceito-chave para se compreender a relação rural-urbano neste novo contexto. O território é aqui entendido como um espaço socialmente construído por um determinado grupo social na produção e reprodução de sua existência. (MARQUES, 2002: 110).

Pretende-se construir a argumentação desse capítulo na mesma direção de Wanderley (2001) e Marques (2002). Especificamente o objetivo é analisar o processo que consideramos de renascimento do campo fundamentado na escala de análise

territorial do projeto de assentamento rural Aurora e nas interações sociais da vida cotidiana dos assentados no município de Descalvado. Ou seja, o foco de análise recai em um “espaço aparentemente fora do lugar”, pois, para alguns autores<sup>13</sup>, os assentamentos rurais acabam por se tornar territórios sem sentido em meio a uma região de grande desenvolvimento econômico, principalmente no que tange à agricultura.

Assim, para entender o que realmente tem de novo o rural em Descalvado não basta somente analisar a vinculação desse espaço às redes econômicas transnacionais dos CAIs. É necessário também, em outra escala de análise, compreender a formação de grupos cuja construção de suas identidades (em boa parte como alternativa à exclusão dos processos produtivos desencadeados pela modernização rural) implicam em disputas por territórios no sentido político administrativo (de dominação) e simbólico cultural (de apropriação), que acabam conferindo novos significados e formas ao espaço rural desse município. Ou seja, consideramos os assentamentos rurais existentes atualmente em Descalvado como frutos da confluência de dois processos: o primeiro derivado da exclusão econômica do avanço do capitalismo no campo e o segundo como resultado de construções culturais que motivaram ações coletivas.

Segundo Bergamasco e Norder (2009), as lutas sociais que levaram à constituição dos primeiros assentamentos rurais no interior do estado de São Paulo emergiram de uma pluralidade de relações de trabalho e conflitos pela posse da terra. Em alguns casos, os assentamentos surgiram da luta de posseiros, arrendatários, parceiros e sitiantes atingidos por barragens. Todas essas situações se caracterizavam pelo fato de que os trabalhadores já ocupavam uma determinada área, mas foram expropriados, seja por grandes obras de infra-estrutura, seja pelo avanço da grande propriedade. Em outros casos, tem-se a luta de trabalhadores rurais e urbanos sem terras que perambulavam pelo estado de São Paulo e a partir dos anos 80 passaram a compor movimentos sociais politicamente organizados como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> A exemplo de Zander Navarro (2008), que considera que a questão agrária não é mais uma demanda representativa de todo o território brasileiro, mas apenas de algumas regiões como o semi-árido nordestino e o norte de Minas Gerais. Para ele, a reforma agrária seria uma política necessária apenas para essas áreas, diferentemente do restante do território nacional que já consolidou uma agricultura empresarial ou a agroindústria familiar.

<sup>14</sup> Fernandes (1996) analisa com detalhe o surgimento e o desenvolvimento das ações dos movimentos sociais no campo paulista que foram decisivos para a constituição do MST nesse estado, particularmente, e no país de maneira geral.

Mas, ainda conforme Bergamasco e Norder (2009), mais recentemente os assentamentos rurais em São Paulo também se originam da luta de trabalhadores rurais migrantes, principalmente dos cortadores de cana, que vivem em condições precárias de vida e de trabalho e vêm na conquista da terra uma alternativa socioeconômica.

A precarização do trabalho e da vida dos bóias-frias é parte da formação histórica da região Central do estado de São Paulo, quer ela seja ou não reconhecida. Mas é necessário perceber que no mundo desses sujeitos se constroem alternativas de inserção social e econômica na sociedade moderna. Dentre essas alternativas, a luta pela terra é uma das mais recorrentes.

Segundo dados do INCRA (2010), a região administrativa Central do estado de São Paulo abriga, atualmente, 18 projetos de assentamentos rurais, com mais de 2.000 beneficiários, formados, em sua maioria, por migrantes ex-cortadores de cana. Esses projetos estão localizados nos seguintes municípios: três (3) em Araraquara, quatro (4) em Araras, três (3) em Motuca, três (3) em Descalvado, dois (2) em São Carlos, um (1) em Caconde, um (1) em Matão e um (1) em Casa Branca.

Nesse contexto, Ferrante (1994) argumenta que a possibilidade da conquista da terra na região Central do estado de São Paulo se constitui como um dos principais eixos de luta dos bóias-frias e de demais categorias sociais excluídas. Para a autora, isso se configura como um fato novo na história dos movimentos sociais no país, exigindo remodelações de interpretações lineares e teleológicas das ações de classe social, pois o movimento de proletarianização da população do campo excluída se mostra insuficiente nesses casos.

O movimento sindical rural não encampava a discussão da organização dos bóias-frias em torno da luta pela terra, posição respaldada pela própria estrutura proposta pela FERAESP (principal movimento social rural atuante na região Central do estado de São Paulo), criada em 1989, e segundo a qual não deveriam ser incluídos em sua base trabalhadores com qualquer forma ou relação de posse com a terra. Entretanto, a maioria dos assentamentos na região Central desse estado teve, no processo de luta e na organização inicial dos projetos, o apoio da FERAESP (FERRANTE, 1991). Nesse contexto, há uma (re)estruturação da proposta de atuação do movimento.

A FERAESP passa também a agir, principalmente a partir de 2003 quando ela começa de fato a investir suas ações em projetos de reforma agrária, como um movimento social que produz um processo geográfico, de apropriação e conquista de

frações do espaço, podendo, portanto, ser considerada como um movimento socioterritorial nos termos de Fernandes (2005), pois o território assume uma posição de destaque na construção da identidade dos sujeitos envolvidos na luta pela terra e também do próprio movimento.

Assim, parece-nos falacioso identificar os expropriados e a modernização rural à fabricação de operários e à homogeneização espacial. A reivindicação da terra por parte dos já proletarizados (caso dos bóias-frias) situa-se num processo de desterritorialização e (re)territorialização, onde a conquista da terra passa a compor o campo de possibilidades de reprodução social desse grupo e de (re)criação de espaços.

Esse contexto exige um repensar sobre trabalhadores rurais na luta pela terra nessa região, pois há um alargamento das reivindicações e da participação política, entremeios até então atribuídos a outras categorias como alternativas de reinserção social.

Assim, impõe-se a discussão da transformação possível dos trabalhadores e sua constituição social em proprietários ou candidatos a uma porção de terra na condição de assentados. Exige-se, igualmente, a compreensão do perfil atual da demanda por terra na região, do significado das ações dos sujeitos nela envolvidos em suas experiências, em suas decisões de submeterem-se às regras de pontuação e seleção propostas pelo Estado, assim como a discussão da concepção de luta e das formas de organização política propostas pelos mediadores sociais nesse complexo processo.

### **3.1. “Os sem terra de Descalvado”: das heterogeneidades do “Eu” à formação de um “Nós” relativamente homogêneo.**

A partir da década de 1970, como foi descrito no capítulo anterior, a modernização rural atingiu com maior intensidade a região Central do estado de São Paulo, quando as estratégias de desenvolvimento do governo tinham entre seus objetivos a expansão industrial e o aumento da produtividade na agricultura. No interior da chamada “revolução verde”, o espaço rural do país, em especial do interior do estado de São Paulo, foi radicalmente transformado frente à incorporação mais intensa dos processos produtivos capitalistas.

A prioridade historicamente concedida, tanto pelas políticas públicas (a exemplo do Proálcool) quanto pelos agentes de governo, aos fazendeiros e a agricultores tidos como “dotados de maior capacidade de resposta a estímulos modernizantes” foi bastante

nítida para endossarmos qualquer tese que apele para as causas técnicas e econômicas na explicação da propriedade e da concentração de terras em São Paulo. Mas, é necessário tocar na questão da exclusão social daqueles que não participaram desse processo “modernizante”, como apontado por Santos (2004).

Nesse contexto de exclusão dos bóias-frias ou, segundo Martins (1989), de inclusão precarizada na modernização rural, o que se pode constatar em Descalvado, e em vários outros municípios da região Central do estado de São Paulo e também em parte do Triângulo Mineiro, foi um levante desses trabalhadores na busca de direitos e/ou da democratização do acesso à terra.

Existe uma bibliografia muito rica sobre o histórico recente de manifestações coletivas de trabalhadores rurais em São Paulo e em Minas Gerais que culminou em greves e no fortalecimento dos movimentos sociais rurais<sup>15</sup>. Está contemplada nestes estudos a questão da fundação dos primeiros sindicatos e movimentos de luta pela terra nesses estados; da importância e a força de partidos políticos, em especial do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na organização dos trabalhadores; da opção da sindicalização em detrimento da luta pela terra em algumas regiões; do fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e as retaliações do regime militar; da participação de setores progressistas da igreja na luta pela terra e na assistência aos trabalhadores rurais, dentre outros temas.

Com esta bibliografia já consolidada, nos limitamos, para interesse específico dessa dissertação, a retomar algumas questões essenciais para prosseguirmos com nossa argumentação. Segundo Gomes (2004: 113),

Os STRs (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais), criados como estratégia governamental para exercer o controle sobre as organizações de trabalhadores rurais, institucionalizando-os ao passo que enfraquecia os movimentos sociais, passam nos anos 1980 por uma significativa reformulação política. O sindicalismo rural, que foi fortemente vinculado a uma política assistencialista e atrelado às elites locais no decorrer da década de 1970, passa a priorizar, nas décadas de 1980 e principalmente na de 1990, a democratização da terra, a politização dos trabalhadores rurais e a manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas da classe (2004: 113).

---

<sup>15</sup> A esse respeito ver Fernandes (1996), Silva (1999), Welch (2010) e Ferreira Neto (1999).

Nessa passagem do trabalho de Gomes é válido destacar o parcial rompimento do sindicalismo com uma “política assistencialista” vinculada às elites, que se fez através de duas modalidades de “lutas”.

Em um primeiro momento, os trabalhadores rurais, principalmente aqueles migrantes envolvidos no corte da cana, motivados pelos sindicatos e agentes da pastoral do migrante, organizaram manifestações reivindicando direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho e salário. A greve de Guariba no ano de 1984, na “Califórnia brasileira” (região de Ribeirão Preto) (SILVA, 1999) se tornou um marco dessa luta.

Posteriormente, tanto a partir dos grupos já formados em torno das reivindicações trabalhistas e de greves quanto da aglutinação de pessoas que nunca haviam se envolvido em revoltas e reivindicações, começam a surgir os conflitos em torno da democratização do acesso à terra. Esse momento da luta dos trabalhadores passa a ser mais nítido a partir da década de 1990, quando surgem muitos assentamentos rurais nas regiões de Ribeirão Preto e Central de São Paulo, e que no interessa mais especificamente. A fala da liderança da FERAESP no município de Descalvado, transcrita abaixo, é uma importante fonte para essas aferições:

A bandeira de luta principal da FERAESP hoje é a reforma agrária. Ela nasceu em 1989 porque ela viu que os assalariados rurais estavam sendo massacrados naquele tempo. Naquele tempo tinha a FETAESP que agregava tanto os assalariados como também os pequenos produtores, aí a FERAESP nasce pra atender os assalariados, só os assalariados. Só que eles viram que o futuro dos assalariados estava comprometido né, por causa do desemprego que ia ser gerado com o agronegócio em São Paulo e a mecanização ia tomar conta do campo e precisava ter um outro meio de luta, e a gente sempre acreditou que ai atender o pessoal através da reforma agrária. O futuro dos assalariados tinha que ser o acesso a terra, a luta pela terra. Tanto que era verdade que hoje a mecanização no estado tá quase 100% e os trabalhadores não estão tendo lugar de trabalho, a terra, a luta pela terra é a saída. Eles falam em qualificação profissional dos assalariados da cana, mas isso não resolve, pode ajudar uns 20% só, mas o restante não vai dar não. Pode qualificar o tanto que for que não vai dar conta de todos, então o futuro dos assalariados vai ser mesmo a luta pela terra (...). Se por um lado os assalariados estão ficando desempregados, a luta pela terra ta crescendo na região. (P, liderança local da FERAESP, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Se, conforme colocado por Thompson (1998), as situações históricas concretas são resultados das relações sociais entre os atores em uma determinada estrutura, consideramos fundamental retomar aqui como os atores sociais construíram e conceberam todo esse processo em Descalvado. Assim, descrevemos a emergência do movimento social e dos grupos que tiveram participação significativa na conquista da

terra nesse município; sobre quais foram e que papel tiveram os envolvidos no processo e qual a participação e importância de suas trajetórias sociais para o desencadeamento da criação do assentamento rural Aurora.

Para tanto, privilegiamos dados sobre a percepção de alguns dos atores envolvidos desde o começo da construção da luta nesse município e também àqueles relativos ao censo para, de maneira geral, apresentar algumas características do grupo que consideramos fundamental para extrair pistas capazes de compor um quadro sobre a história da luta pela terra em Descalvado e da construção de novas ruralidades e identidades sociais. Antes, porém, se faz necessário caracterizar, de maneira sucinta, a configuração do espaço rural desse município, para posteriormente fazermos aferições sobre novas ruralidades construídas em relação às antigas.

O município de Descalvado (Figura 3), localizado na depressão periférica paulista - região centro-oeste do estado de São Paulo e de grande diversidade biológica por ser uma zona de transição entre cerrado e mata atlântica -, fica distante 240 km da capital e a menos de 100 km dos municípios de Ribeirão Preto e Araraquara.

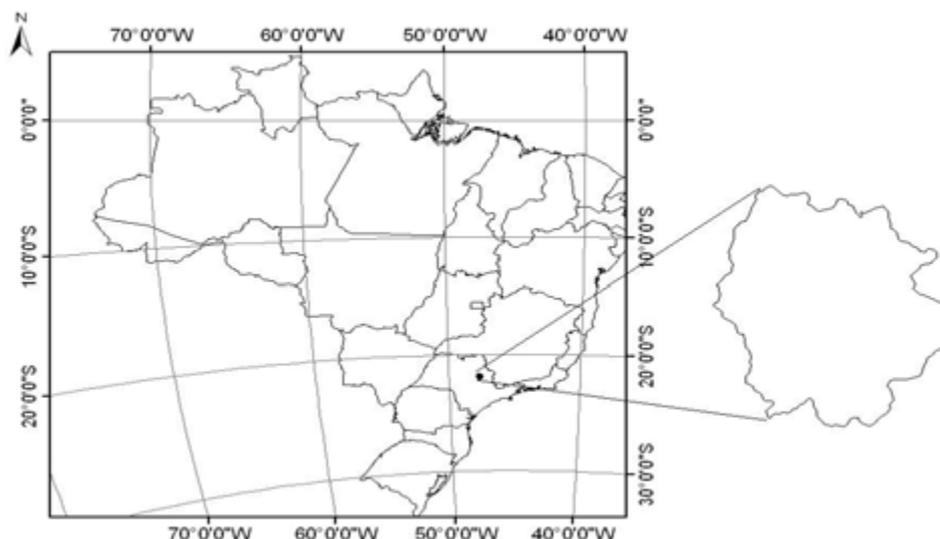


Figura 3. Localização do município de Descalvado, estado de São Paulo, no Brasil.  
Fonte: Magno, *et. al*, 2010.

Esse município, até meados da década de 1990, era conhecido como um dos maiores produtores de aves e de gado leiteiro do país. No entanto, nos anos mais recentes a produção avícola e a agropecuária municipal entraram em crise e vários produtores ligados a essas atividades e também demais trabalhadores rurais indiretamente relacionados a elas arrendaram suas terras para os usineiros produtores de

açúcar, já que a cana estava em franca expansão influenciada pelo Proálcool e pela valorização do açúcar no comércio mundial.

A figura 4, abaixo, representa o território do município de Descalvado e a territorialização da cana na época do lançamento do Proálcool, em 1975. Os dados obtidos através das análises feitas por sensoriamento remoto nos mostram que, em 1975, a cana ocupava uma área de 50.242 ha nesse município.

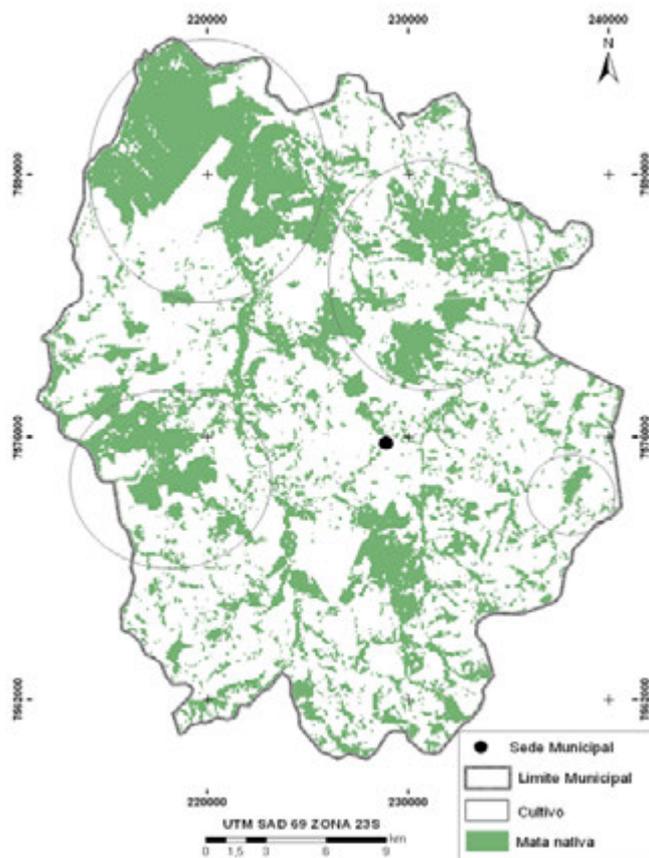


Figura 4. Territorialização da cana no Município de Descalvado em 1975.  
Fonte: Magno *et al*, 2010.

No final dos anos de 1970, porém, os preços do petróleo caíram drasticamente e deixaram os preços dos combustíveis de origem fóssil e vegetal quase que equiparados. Assim, na mesma década que o Proálcool nascia, pouco menos de cinco anos depois, ele entrava em colapso.

Mas as plantações de cana não deixaram de compor a paisagem nacional. Nessa mesma época, do fim do Proálcool, o açúcar tornava-se uma atraente saída para os produtores de cana, principalmente para os produtores paulistas. De tal modo, a produção foi direcionada para a fabricação de açúcar para a exportação. Essa re-

organização no sistema produtivo da cana para a fabricação de açúcar também se refletiu na expansão da sua produção no espaço.

Em Descalvado, ao invés de diminuir a área plantada de cana com o fim do Proálcool, ocorreu o inverso, a expansão. A Figura 5 mostra que a área plantada com cana saltou de 50.242 ha em 1975 para 51.430 ha no ano de 1980. Nessa figura pode-se notar ainda a diminuição das áreas florestadas destacadas anteriormente na figura 4, onde se localizavam alguns dos maiores fragmentos de vegetação natural que foram suprimidas para o cultivo de cana (MAGNO, *et al*, 2010).

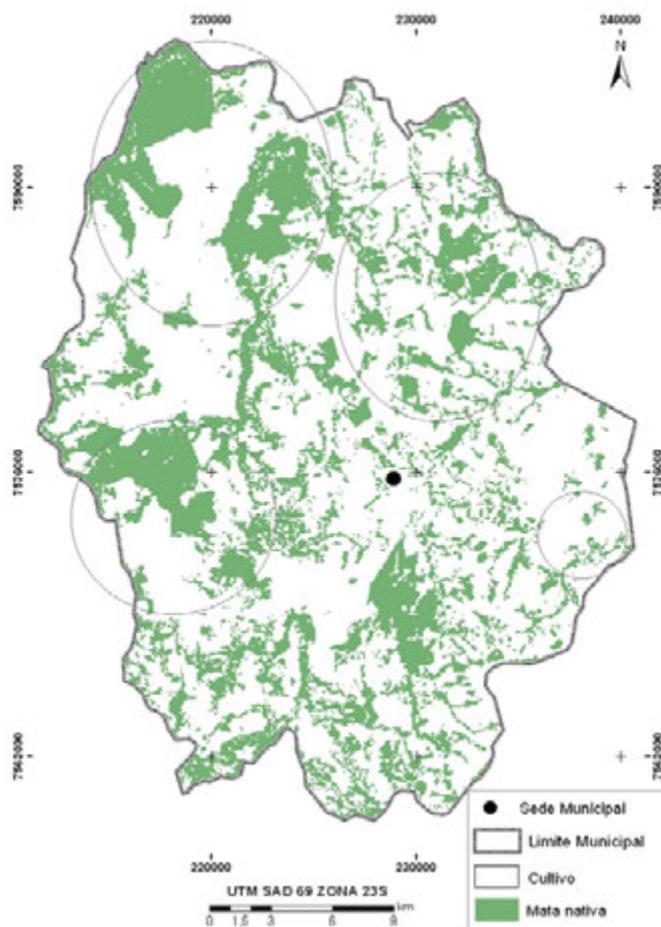


Figura 5. Territorialização da cana no município de Descalvado em 1980.  
Fonte: Magno *et al*, 2010.

Atualmente, como já descrito no capítulo anterior, há a demanda para a produção do etanol para o comércio mundial e, nesse contexto, o governo brasileiro lançou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Nesse sentido, muitos produtores de cana que fabricavam açúcar redirecionaram suas safras para produzir etanol, repetindo o processo experimentado com o Proálcool. De maneira geral, esse movimento pode ser observado em todas as regiões produtoras de cana no

país, mas no estado de São Paulo é onde se deu a maior mudança, já que ele era o maior produtor de açúcar do país. E em Descalvado não foi diferente.

Após cinco anos do lançamento oficial do PNPB, a situação pode ser avaliada da seguinte maneira em Descalvado: em 2008 os dados das áreas de vegetação natural apresentam um declínio de mais 60% em relação a 1975, passando de 25.356 ha em 1975 para 10.551 ha em 2008, e se restringem às áreas de encostas escarpadas, matas ciliares e zonas com relativa declividade; já as áreas cultivadas com cana aumentaram nas mesmas proporções, sua extensão territorial em 2008 corresponde a 65.047 há (MAGNO, *et al*, 2010) (Figura 6, abaixo).

Assim, partir desse panorama geral do município de Descalvado pode-se dizer que a produção de cana é a principal responsável pelo cenário de degradação dos ecossistemas desse município e o carro chefe da produção agrícola (Figuras 7, 8 e 9).

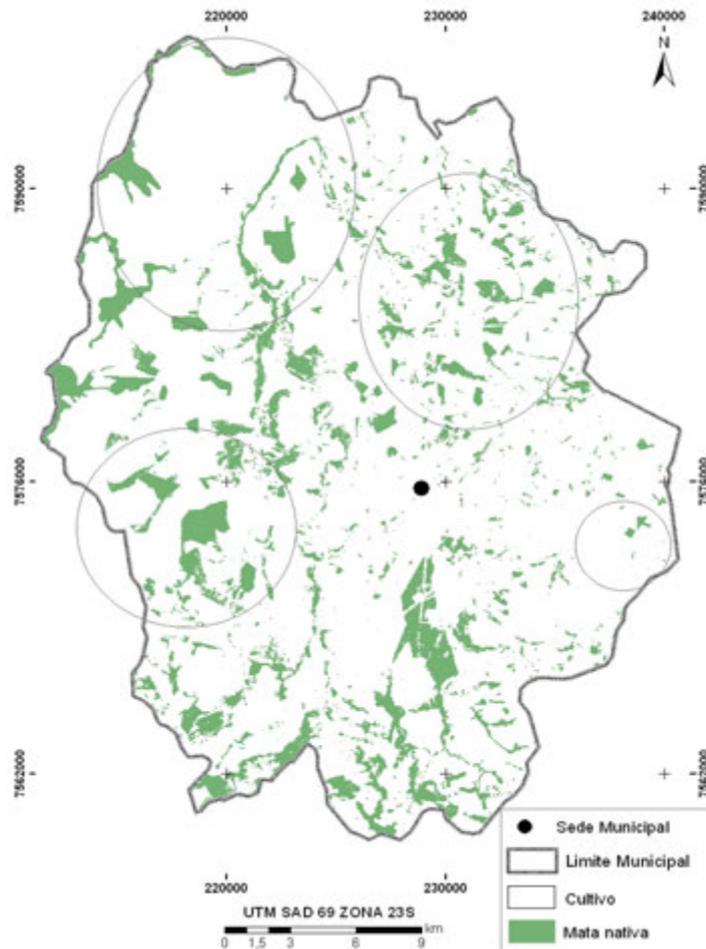


Figura 6. Territorialização da cana no município de Descalvado em 2008.  
Fonte: Magno *et al*, 2010.



Figura 7: Usina Ipiranga localizada no município de Descalvado que a partir de 2009 passou a funcionar 24 horas para atender, além da produção de açúcar, a demanda de etanol para o mercado interno e externo.

Autor: Lucas Magno, 2010.



Figura 8: Placa indicativa da dupla destinação e processamento da cana no município Descalvado pela Usina Ipiranga.

Autor: Lucas Magno, 2010.

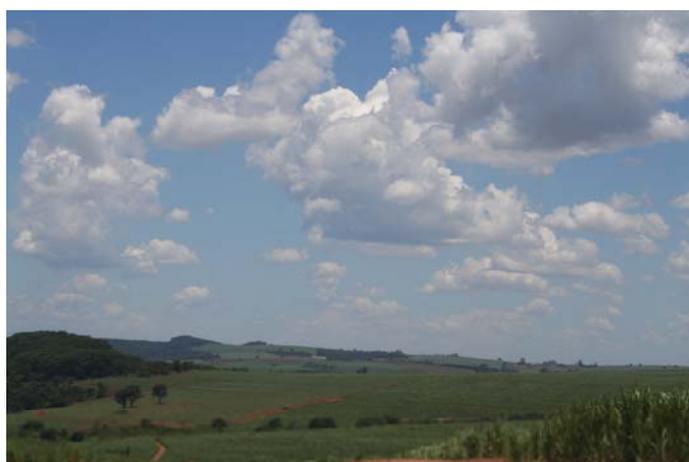


Figura 9. Predomínio da cana na paisagem do município de Descalvado.

Autor: Lucas Magno, 2010.

A reestruturação pela qual passa o setor sucroalcooleiro em Descalvado visa desenvolver um aparato gerencial que cria novas tecnologias para atender a proposta de desenvolvimento sustentável do mercado mundial. Essa forma de ordenamento territorial tem transformado a realidade do meio rural desse município, possibilitando a expansão capitalista no campo, mesmo que revestida do discurso da “energia limpa”; nesse sentido, a agroindústria canavieira é uma forma moderna de produção de fontes alternativas de energia, mas também uma potencial fonte de agravamento da questão agrária nacional e dos conflitos ambientais brasileiros.

O mercado de bioenergia estimulado pelo governo brasileiro para contenção de mudanças climáticas é visto pelos órgãos públicos e por empresários do agronegócio como uma grande chance para estimular o crescimento econômico nacional. Porém, a breve descrição da expansão do setor canavieiro em Descalvado indica que o discurso da suposta ameaça maior, representada pelas mudanças climáticas, é utilizado para justificar a expansão de monoculturas aos custos de outros usos da terra e ecossistemas como o Cerrado e a Mata Atlântica. Como os critérios do MDL prevêem o estímulo a projetos de desenvolvimento sustentável, as usinas de cana passaram a adotar aspectos do “paradigma da adequação ambiental” (ZHOURI; OLIVEIRA; BARROS, 2005), para atestarem a viabilidade social e ambiental das suas atividades.

Contudo, essa forma de tratar a questão ambiental não consegue resolver as contradições inerentes aos sistemas de produção de biomassa em larga escala, que continuam baseados nos princípios do latifúndio, da monocultura, da racionalização técnica e da orientação aos mercados externos. Nesse contexto, esse modelo aumenta as possibilidades de conflitos ambientais, de desigualdade social e da perda de ecossistemas brasileiros.

Além disso, considerando a legislação paulista que prevê a mecanização completa do setor sucroalcooleiro no estado, podemos dizer que um montante de trabalhadores rurais estarão vulneráveis à pobreza, já que seus postos de trabalho estão, rapidamente, sendo extintos.

Segundo Elias (2006), a difusão do agronegócio (incluindo o do etanol) globalizado em pequenos municípios no interior do estado de São Paulo, vem promovendo diversos impactos de inúmeras naturezas. Dentre esses impactos, a autora destaca a crescente desarticulação da agricultura de subsistência, a expansão da monocultura e, conseqüentemente, a diminuição da biodiversidade, a mudança no

sistema técnico agrícola local com a difusão de um pacote tecnológico dominado por uma produção oligopolizada global, o aumento da concentração fundiária com a expropriação de agricultores que não detêm a propriedade da terra e de trabalhadores assalariados do processo produtivo que, por sua vez, aumentariam as pressões por reforma agrária.

Esse último impacto destacado pela autora é justamente o que está sendo experimentado em Descalvado. O que se observa com as pessoas excluídas do processo produtivo da cana é a trajetória de voltarem ao campo, no sentido de se tornarem agricultores assentados por meio das ocupações das terras em Descalvado. Atualmente, existem nesse município três assentamentos rurais formados, basicamente, por migrantes ex bóias-frias, quais sejam: assentamento 21 de Dezembro, assentamento Aurora e assentamento Bom Retiro (figura 10).

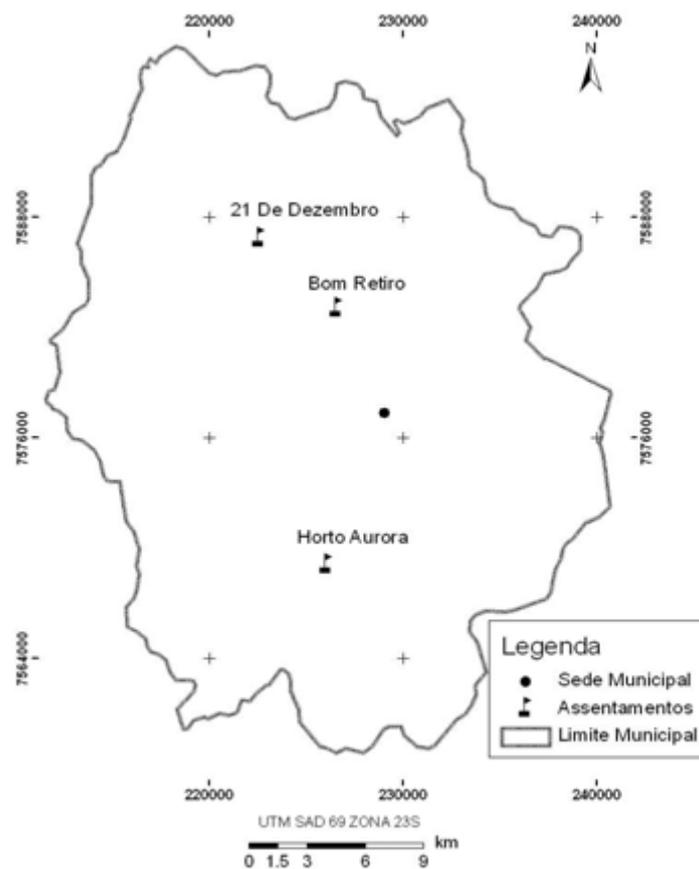


Figura 10. Espacialização dos Assentamentos rurais no município de Descalvado em 2010. Fonte: Magno et al, 2010.

As terras ocupadas pelos trabalhadores estavam concedidas à RIPASA<sup>16</sup>, uma empresa de papel e celulose que na década de 1970 conseguiu o direito de uso e exploração daquele recurso por 30 anos, mas que depois desse período voltou ao controle da União. Foi quando elas passaram a ser alvo dos “sem terra” com fins de territorialização de assentamentos rurais<sup>17</sup>.

O testemunho da técnica da INCRA<sup>18</sup>, que é filha de um assentado em Descalvado, revela alguns elementos importantes para começarmos a compreender o processo de reinvenção do campo com a territorialização dos assentamentos rurais e do surgimento da categoria “sem terra” nesse município. Segundo ele, “tudo começou quando”:

(...) um amigo do meu pai falou com ele no trabalho: “olha, ta acontecendo isso em Descalvado”; que eram as organizações para as ocupações que P (liderança local da FERAESP) estava fazendo nas fazendas aqui e da região. Isso era em 2005 ou 2006, não lembro certo. Mas sei que foi aí que meu pai se interessou por esse negócio de luta pela terra, foi assim que começou o contato do meu pai com P e com as outras pessoas que ele estava organizando aqui e na região. Eles ficaram muito amigos, eles marcaram uma reunião aqui em casa, e depois todas as reuniões anteriores às ocupações também eram aqui em casa na cidade. Aqui era o centro de comunicação do pessoal, minha casa era uma coisa de louco, mas estava dando certo. Foi assim que o assentamento e tudo foi começando em Descalvado. (ER, técnico do INCRA no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

A articulação e mobilização social da liderança local do movimento e as reuniões como rituais preparatórios que antecedem a ação coletiva da ocupação, marcam a início da construção da luta e do ator coletivo no município. Ou seja, a história do assentamento Aurora começa antes da ocupação das terras propriamente dita.

Como conta uma assentada, na primeira reunião, realizada na casa de seu pai, em abril de 2006, compareceram poucas pessoas.

Nós não sabíamos o que discutir no começo, ficamos esperando alguém falar alguma coisa para dar um “pontapé inicial” sabe. Esperamos o P, era ele que sabia das coisas certas pra informar. Ficamos uma meia hora esperando ele, pois ele quem entendia de reforma agrária, a gente só tinha ouvido falar, não

---

<sup>16</sup> RIPASA papel e celulose s. a., empresa privada que arrendou as terras do Estado onde os sem terra estavam planejando a ocupação

<sup>17</sup> O processo de ocupação das terras da RIPASA pelos “sem terra” e da reconversão da área em assentamento rural, especificamente com relação ao PA Aurora, será discutido ainda nesse capítulo, no subtópico 2.2.

<sup>18</sup> O serviço de ATES (Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária) no PA Aurora é terceirizado pelo INCRA, portanto, a técnica entrevistada não é funcionária dessa instituição.

sabíamos ao certo. Quando ele chegou a reunião não durou muito. Fizemos uma apresentação de quem éramos e ele dele, conversamos algumas coisas sobre como poderíamos nos encontrar para continuar mantendo a luta e também da necessidade de trazer mais gente, pois ali tinha pouca né, acho que umas 20 pessoas na primeira reunião. (...) Se eu não me engano, essa reunião foi dia 7 de abril de 2006, não lembro bem, sei que foi em abril e no ano de 2006 (A, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Nessa ocasião, conforme a fala transcrita, eles decidiram aglutinar mais gente para a próxima reunião. E nesta, para a surpresa de muitos, compareceram cerca de 100 pessoas.

(...) ah, na segunda reunião a história foi diferente. Veio tanta gente que ninguém sabia de onde, tinha umas oitenta pra cem pessoas. Foi muito boa, lá esclarecemos muitas coisas né, muita gente que estava lá não sabia o que era uma ocupação, eles falavam até invasão, inclusive eu. Mas depois, com o tempo e nas outras reuniões, as coisas foram esclarecendo pra nós né, o pessoal que já tinha um conhecimento, que vieram de outros acampamentos que estavam dando certo iam falando primeiro das experiências deles. Depois o P falava sobre a situação da terra aqui que a gente estava querendo. E era assim, reunião após reunião a gente se encontrava para ir devagar decidindo tudo, as pessoas não iam fazer nada que não entendesse direitinho o que era, ainda mais que quase ninguém se conhecia, tinha muita gente de Descalvado que se conhecia, mas também tinha muita gente de fora que ninguém nem nunca viu. (A, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

É muito interessante observar como as reuniões foram se tornando rituais de preparação para a ação coletiva. A primeira delas como uma preparação e apresentação para o processo de construção de uma proposta conjunta de atuação. Já a segunda e as demais como uma espécie de “formação” para a luta.

A prática militante da liderança local que realizava, primeiramente, uma dinâmica para a organização e mobilização dos sujeitos possíveis candidatos à beneficiários de política de reforma agrária e, posteriormente, já nas reuniões, demonstrava, com a presença de acampados de outra área de atuação do movimento, as ações que estavam sendo realizadas e que caminhavam para a construção de um projeto de assentamento rural. Nesse momento, P apresentava também aspectos legais e institucionais que respaldavam a ação do grupo em Descalvado e de toda a política de reforma agrária.

Assim, de um modo geral, as mobilizações e reuniões eram instrumentos de discussão dos assuntos de interesse de quem as promoviam e as protagonizavam. Foi através delas que o “pessoal que não tinha informação” foi tomando conhecimento da estrutura territorial erguida no município e da legislação agrária.

A articulação e a mobilização social da liderança local da FERAESP, bem como as reuniões têm, portanto, papéis decisivos na compreensão da luta pela terra no município, pois é a partir delas que diferentes pessoas com uma diversidade de experiências geográficas e sociais criam uma nova categoria social em Descalvado: “os sem terra”.

Mas, como e por que a FERAESP, mais especificamente a liderança local, começou a encampar tais discussões em Descalvado? Visando responder a essa questão entrevistamos P, e em sua fala, que versa sobre sua trajetória social por movimentos sociais e também sobre a sua chegada ao município, permite extrair alguns elementos para pensarmos a esse respeito.

Nasci no Piauí né, em Teresina, fiquei lá quando criança. De lá eu fui para o Acre com meu pai que trabalhava lá. Eu fui embora de Teresina ainda novo né, morei sempre na região norte. Aí no Acre eu ajudava meu pai no trabalho. Só acompanhava porque ainda era novo. Mas cresci no Acre. De lá eu vim pra São Paulo passar um fim de ano com uns parentes e acabei ficando. Na capital mesmo. Aqui eu trabalhei com montagem industrial. Foi em São Paulo que eu conheci o MST e comecei a acompanhar o trabalho do movimento e entrei também para a militância. Nesse período a gente fazia trabalho de base na capital mesmo, na periferia e com os moradores de rua, quando tinha ocupação do MST a gente levava o pessoal pra lá. Eu fiz alguns cursos do MST. Fiz no Mato Grosso, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, essas formações do movimento né. Fiz bastante. Fiquei militando de 1994 até 1999 em São Paulo, tudo na capital. Em 99 eu vim para uma ocupação em Matão aqui na região de Descalvado mesmo, trouxemos um monte de pessoas de lá da capital, do Brás principalmente, e ocupamos uma terra em Matão, junto com o MST. E nessa ocupação foi que eu acabei ficando aqui no interior mesmo. De Matão eu fui pra Barretos e lá houve muito desvio da finalidade da militância do MST, principalmente de um pessoal novo que estava mais na frente, aí a gente viu aquilo né, a própria comunidade viu aquilo e foi cobrando posição deles. Nesse tempo eu era do setor da educação dos assentamentos, eu mais um padre, nós íamos conversando com umas pessoas e vimos que estava desagradando, foi aí que decidimos sair fora do MST. Nessa época foi um racha, muita gente saiu. Nessa época eu fiquei independente, sem participar de nenhum movimento mais de um ano. Isso foi em 2000 ou 2001, não me lembro direito. Aí em 2002 a gente conheceu a FERAESP, foi através de um despejo de um acampamento que a gente estava em Barretos, e viemos pra Colina, e lá a gente conheceu o trabalho da FERAESP na região e foi quando eu ingressei no movimento. Senti que não conseguia mais ficar fora de um movimento social, e a FERAESP tinha uma proposta legal de atuação com os trabalhadores da cana. Foi nisso que entrei de cabeça na proposta, ainda mais que eles incentivavam minha participação por eu já ter experiência com luta pela terra com o MST, e eles estava começando aqui na região com isso. Aí eu vim pra Araraquara, onde é a sede da FERAESP. Lá a gente conheceu o trabalho em Araraquara, de vários assentamento, do Bela Vista principalmente. De lá até a gente chegar aqui foi um longo caminho, passamos por vários acampamentos. De Araraquara a gente foi pra Pitangueiras em outro acampamento, de lá voltamos pra Matão num

assentamento do ITESP<sup>19</sup>, daí fomos pra Boa Esperança do Sul no acampamento Cachoeirinha, de lá fomos pra São Carlos numa área que o processo era parecido com aqui em Descalvado, só depois que viemos pra Descalvado. Em 15 de novembro de 2005 com um grupo que veio com a gente desde lá de Barretos, foi a primeira ocupação aqui em Descalvado, para esse assentamento aqui, para o 21. Mas daqui de Descalvado quase num tinha gente na época pra realizar as ações do movimento, eles não sabiam o que era o movimento. A gente ocupou o Horto Aurora pra tentar já garantir aquela área e também pra construir um espaço de luta aqui em Descalvado que tinha terras pra virar assentamentos aqui arrendadas para a RIPASA, que não eram poucas e a FERAESP sabia disso. A ocupação no Aurora nessa época foi pra chamar a atenção mais, porque a gente precisava manter aqui um espaço político que a gente sabia que aqui tinha área pra destinar pra reforma agrária, era importante manter esse aspecto político aqui do movimento, a luta ia apenas começar aqui e tinha perspectiva de crescer bastante. Na primeira ocupação do Aurora aqui pra construir esse espaço político a gente foi despejado, mas fomos até Araraquara e ocupamos o INCRA lá pra reivindicar isso, até a gente ocupar essa área aqui no dia 21 de dezembro de 2005, aqui onde hoje ta o assentamento 21 de Dezembro. Daí depois que a gente garantiu essa área aqui, que construímos esse espaço político aqui pro pessoal de Descalvado mesmo e da região começar a procurar a gente pra saber mais o que era isso, pra saber como é que funcionava né, foi aí que a gente começou a fazer um cadastro dos interessados pra saber quem eram. Nessa época a gente tinha em torno de 450 pessoas interessas na luta aqui, de Descalvado e região. Foi aí que a gente começou a fazer o trabalho de base, fizemos durante 8 meses, de 2006 a 2007 com esse pessoal que num tinha noção nenhum do movimento e era importante o trabalho de base aqui em Descalvado. Aqui eu comecei a fazer o mesmo trabalho que eu fazia no MST, parecido né, mas com a FERAESP. Fazíamos reunião pra organização do pessoal pra levar pro Aurora. Foi quando a gente viu que o pessoal já estava se esportando no que era a luta e que tinham condições de fazer uma ocupação, e a gente fez no Horto do Aurora. (P, liderança local da FERAESP, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Percebe-se, através da transcrição acima, a mudança de estratégia da FERAESP, corroborando o argumento de Gomes (2004) quando esse autor fala da modificação de estratégia do movimento sindical rural a partir da década de 1990 em São Paulo e no Triângulo Mineiro.

A entrada de P no movimento foi fundamental para essa ampliação da atuação da FERAESP na região Central do estado, principalmente por sua experiência na luta pela democratização do acesso à terra. Nesse contexto, desde seu ingresso no movimento, P foi incumbido da tarefa de “formação de base”, ou seja, do trabalho de mobilização social de mais pessoas para participar da luta e também da realização de reuniões informativas em diferentes acampamentos da FERAESP na região. Ele passou por Matão, Barretos, Boa Esperança do Sul e São Carlos antes da vinda pra Descalvado. Quando chegou a este último município, sua “missão” foi a de construir um espaço local de participação política no que tange à luta pela terra, pois, como ele afirmou,

---

<sup>19</sup> Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

“aqui em Descalvado não tinha um negócio desses fazia tempo e as pessoas não sabiam o que era”; entretanto, havia terras passíveis de desapropriação para a reforma agrária.

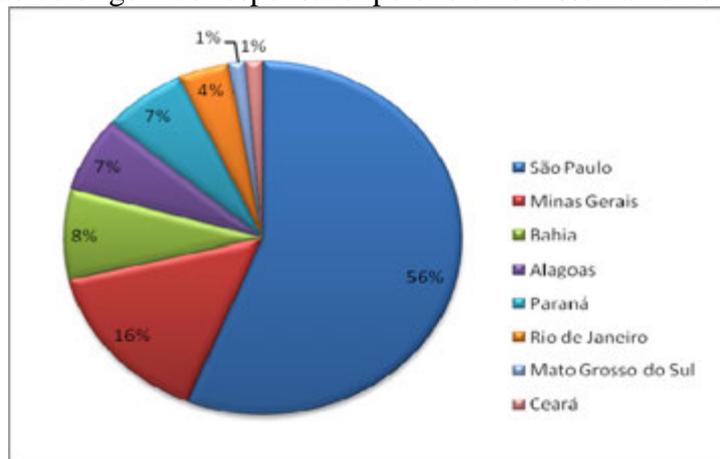
A presença de terras públicas sob concessão irregular somada à mudança de estratégia de “luta” da FERAESP veio a ser o contexto perfeito para a atuação da liderança do movimento em Descalvado. Ele chegou a esse município no ano de 2005, quando iniciou a luta pela área que veio a ser o primeiro assentamento rural do local: o PA 21 de Dezembro. Assim, como ele afirmou na transcrição acima, foi erguido um espaço social de reivindicação política da reforma agrária no município, que começou a ter respaldo da população, não só descaldadense como também de toda a região.

A partir dessa primeira conquista do movimento em Descalvado é que P começou a fazer propriamente o “trabalho de base” para nova ação. É nessa “segunda etapa”, vamos dizer assim, da luta pela terra no município que a área do Horto Aurora começa a ser disputada. Primeiramente através das mobilizações, depois das reuniões para, finalmente, ter início ao conflito fundiário propriamente dito.

Levando-se em conta o entorno socioeconômico regional baseado na exploração da cana de açúcar em grande escala pelas usinas com mão de obra fundamentalmente migrante e também das atividades cada vez mais especializadas das cidades próximas a Descalvado, a maioria das famílias que participavam das reuniões e mobilizações ou era de migrantes de outros municípios e de outros estados que tem uma trajetória imediatamente ligada ao trabalho na cana, ou era de pessoas que se aposentaram justamente do trabalho assalariado rural, ou ainda era formada por aquelas que, desempregadas e por falta de perspectiva de trabalho em outras cidades, queriam mudar de vida e recomeçar no meio rural.

O gráfico 2 apresenta a origem, por estados brasileiros, das famílias do assentamento Aurora, demonstrando a sua diversidade e colocando-se também como um indicativo da origem geográfica dos sujeitos que participavam das reuniões e mobilizações da liderança da FERAESP em Descalvado.

Gráfico 2. Estado de origem do responsável pelo lote no Assentamento Aurora (em %).



Fonte: dados da pesquisa de campo, 2010.

Na análise do gráfico pode-se observar que, de um total de 73<sup>20</sup> entrevistados responsáveis pelo lote, mais da metade é do estado de São Paulo (56%), 16% são ocupados por famílias mineiras, 8% dos entrevistados vieram da Bahia, 7% são naturais de Alagoas. Temos ainda que outros 7% são naturais do Paraná, 4% vieram do Rio de Janeiro, 1% do Mato Grosso do Sul e 1% do Ceará.

Com relação à origem dos assentados em termos municipais, o Gráfico 3<sup>21</sup> reafirma ainda mais a heterogeneidade do grupo. Nele estão representados 22 lotes (30%) que são ocupados por famílias naturais de Descalvado, três famílias (4%) são naturais do município de Pirassununga, uma (1%) de Peruíbe, uma (1%) de Guaíra, uma (1%) de Indaiatuba, uma (1%) de Corumbataí, duas famílias (3%) são da capital do estado, duas (3%) são de Conchal, duas (3%) de São Carlos, uma (1%) de Gavião Peixoto, outra (1%) de Porto Ferreira e quatro lotes (5%) são ocupados por pessoas de uma mesma família de Sertãozinho, todos esses municípios do estado de São Paulo.

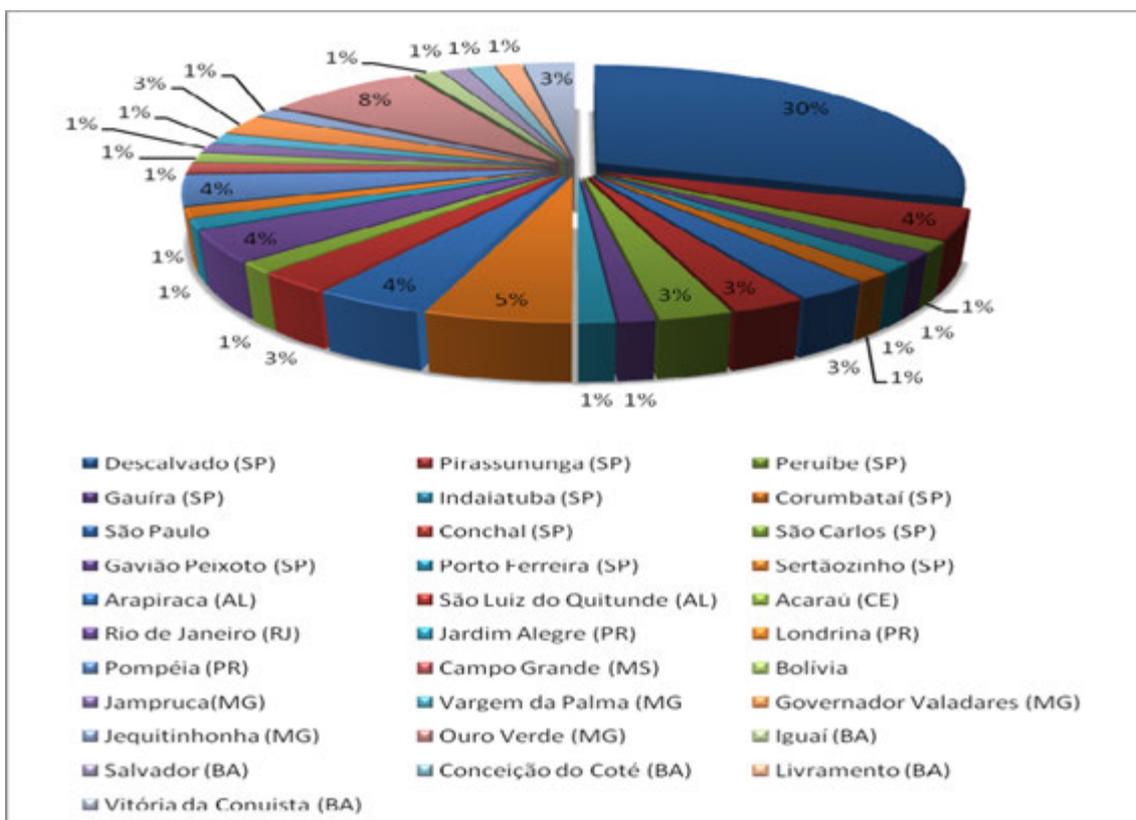
Os outros lotes são ocupados por famílias de diferentes estados e por um Boliviano (1%), quais sejam: cinco lotes com famílias alagoanas (três famílias - 4% - do município de Arapiraca e duas - 3% - de São Luiz do Quitunde); uma família (1%) do município cearense de Acaraú; três famílias (3%) são cariocas; cinco lotes são ocupados por famílias dos municípios paraenses de Pompéia (4%), Londrina (1%) e Jardim

<sup>20</sup> Nesse gráfico estão representadas 73 famílias das 74 entrevistadas no censo. Isso se deu devido a um lote ser ocupado por um boliviano, e foi justamente ele que não consideramos na construção desse gráfico que representa a origem em termos de estados brasileiros.

<sup>21</sup> Nesse gráfico foi incluído um assentado boliviano, embora não se tenha conseguido informações a respeito do lugar (município) de origem do mesmo, dado que no momento da pesquisa de campo ele estava hospitalizado. As informações referentes a esse lote foram obtidas com o vizinho do mesmo.

Alegre (1%); uma família (1%) de Campo Grande no Mato Grosso do Sul; os mineiros são de Jampruca (uma família - 1%), Vargem da Palma (uma família - 1%), Jequitinhonha (uma família - 1%), Governador Valadares (duas famílias - 3%) e de Ouro Verde (seis famílias - 8%); os baianos são de Vitória da Conquista (duas famílias - 3%), Salvador (uma família - 1%), Livramento (uma família - 1%), Iguai (uma família - 1%) e Conceição do Coté (uma família - 1%).

Gráfico 3. Município de origem do responsável pelo lote no Assentamento Aurora (em %).



Fonte: dados da pesquisa de campo, 2010.

Já o Gráfico 4 representa a experiência de trabalho dos beneficiados imediatamente anterior ao assentamento, revelando a trajetória do trabalho como assalariados agrícolas, permanentes ou temporários, de 26% dos responsáveis pelo lote entrevistados, mesmo quanto aos aposentados (32%) que declararam, em sua maioria, ter se aposentado trabalhando em atividades agrícolas assalariadas na região (71% destes). Quanto à questão dos membros aposentados terem declarados serem responsáveis pelos lotes, acreditamos que eles não têm seus nomes na titulação dos mesmos, haja vista que o INCRA não concede terras a pessoas aposentadas. Assim,

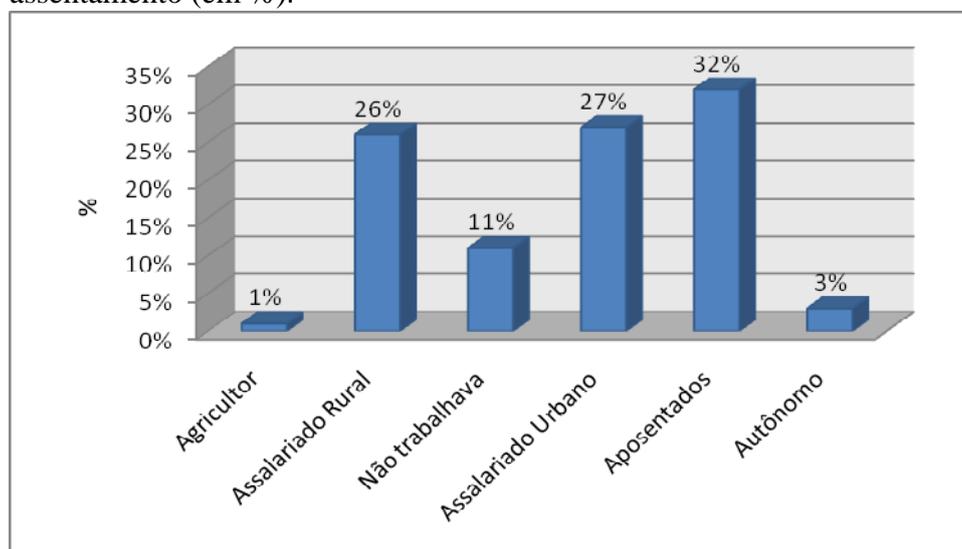
provavelmente eles sejam mesmo os responsáveis pelo lugar (pelo plantio agrícola, pela limpeza do quintal e da casa, por cuidar das criações, etc.), mas a titularidade dos lotes esteja em nome de outras pessoas como, por exemplo, de seus filhos ou mesmo no de suas esposas que não se consideraram aposentadas.

Além desses, temos ainda que 35% dos 27% considerados assalariados urbanos são oriundos do trabalho em uma cooperativa de frango de corte de Descalvado, a Cooperguaçu (Cooperativa Mista do Vale do Mogi Guaçu), que faliu. Esses viram na luta pela terra uma forma alternativa de reinserção social e econômica.

Com relação especificamente aos entrevistados que estão caracterizados como assalariados urbanos, 65% (14 entrevistados) dos 27% representados no gráfico tinham atividades no setor de serviços na cidade de Descalvado ou em outras cidades da região como São Carlos, Porto Ferreira e Araraquara, mas que queriam construir outro lugar pra viver e por isso ingressaram na luta pela terra. Além desses, temos ainda que 11% dos entrevistados não trabalhavam em emprego formal, apenas realizavam “bicos”; uma família (1%) se considerou agricultora e perdeu suas terras por causa de dívidas.

O restante (3%) era composto por autônomos, incluindo-se nessa categoria comerciante e prestadores de serviços em geral.

*Gráfico 4.* Ocupação do responsável pelo lote imediatamente anterior à vinda para o assentamento (em %).



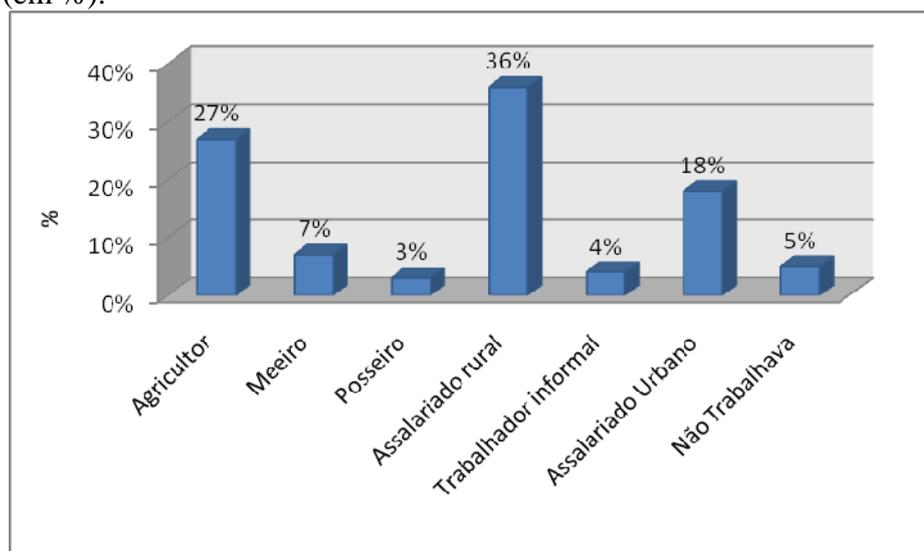
Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

O que esses gráficos apresentam é justamente a questão do assentamento ser formado por migrantes, incluindo aqueles considerados naturais do estado de São Paulo,

que têm na trajetória, em média<sup>22</sup>, a passagem por três municípios antes de chegarem a Descalvado. Assim, o perfil da população assentada no projeto analisado reflete a problemática agrária nacional, indicando claramente que o assentamento possibilitou o acesso a terra por parte de uma população historicamente excluída dos processos de trabalho, mesmo existindo entre os beneficiários aqueles que mantinham algum tipo de inserção no mercado, mas o faziam em condições bastante instáveis e precárias.

Outro dado que construímos no assentamento Aurora, que também é reflexo do processo de exclusão e expropriação a qual vem comprometendo a reprodução social da agricultura de pequeno porte e familiar no país de maneira geral, é com relação à ocupação dos assentados no local de origem, antes do processo migratório para Descalvado, como demonstrado no Gráfico 5.

Gráfico 5. Experiência de trabalho do responsável pelo lote no município de origem (em %).



Fonte: dados da pesquisa de campo, 2010.

A grande maioria das famílias assentadas já vivia ou trabalhava na zona rural nos municípios de origem, seja como agricultor (27%) seja como meeiro ou posseiro (7% e 3% dos entrevistados, respectivamente) ou ainda como assalariados rurais (36%) e com o trabalho informal (4%), estes são os volantes que trabalham no corte da cana. Esses dados se referem principalmente aos trabalhadores migrantes, o que nos leva a acreditar que muitos dos assentados possivelmente experimentaram o processo de

<sup>22</sup> O número máximo de município que os assentados passaram foi 7. Não foram contabilizadas nesses dados aquelas famílias que são naturais do município de Descalvado (22 famílias).

expropriação de terras e dos meios de trabalho levado à cabo nos anos de 1970, 1980 e 1990, quando os projetos desenvolvimentistas do Estado ganharam a cena no espaço rural nacional de maneira geral. Esse processo, por sua vez, levou os trabalhadores à experiência da migração para outras regiões do país, tendo passado, inclusive, pela experiência de trabalho urbano, e voltado ao campo através da luta pela terra. As entrevistas também são fontes importantes para essas aferições:

Porque a gente tinha uma idéia na cabeça né, do que eram os “sem terra”, que eles eram uns vagabundos, que “sem terra” não valia nada, essas coisas né. Mas agora que fui uma, minha concepção mudou completamente. Mas eu acho que sem o P para mudar isso muita gente aqui não tinha entrado na luta. Ele me chamou, na época que eu morava na cidade de Sertãozinho, pra ir lá em Motuca em outro assentamento, mas eu num gostava por conta disso que eu te falei, eu num sabia o que era “sem terra”, tinha muito medo. Mas ele me chamou e eu fui. Fui com outra irmã que também estava interessada. Eles me falaram muita coisa sobre a luta e da possibilidade de ter uma terrinha, e eu pensei muito. Mas em Motuca eu num queria ir não. Foi quando elas me falaram que ia ter uma ocupação aqui em Descalvado, foi aí que eu vim. Pensei muito em vir, mas vim e acabou que gostei e fiquei muito bem aqui. Depois de mais de 20 anos trabalhando na cana, mais num sei quantos de empregada doméstica na cidade, de ter voltado pra cana e ver que não dava mais por conta das máquinas e agora ter minha terra própria, isso é a maior alegria da minha vida. (C, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Meu marido, como ele nasceu e se criou na roça, ele é pernambucano e cortava cana lá em Pernambuco, já trabalhava duro na roça lá, mas depois de um tempo perdeu o emprego e aí viemos pra São Paulo. Em São Paulo ele falava isso comigo: “Olha, já morei aqui em São Paulo 25 anos, mas meu sonho é voltar pra roça mesmo”. Aí queríamos ir embora pra roça, e eu concordei né, era um jeito de viver de novo na roça que eu queria mesmo, adorava minha vida que tinha em Acaraú (Ceará) e aqui em São Paulo a gente estava meio desanimado mesmo e a vida de trabalhador em São Paulo é muito difícil. Foi aí que saímos de São Paulo. Em São Paulo a vida estava ficando muito difícil pagando aluguel, você sabe que aluguel em São Paulo é muito caro, a vida foi ficando muito difícil. Eu concordei pra nós irmos embora, mas também não queria voltar pro Ceará, lá também não é fácil viver. Foi aí que resolvemos vir para o interior e aqui eu conheci o P. Quando a gente chegou em São Carlos a gente tinha um amigo nosso que participava de acampamentos, lá perto do 29 em São Carlos (outra área que se transformou em assentamento na região Central do estado). Aí nós fomos lá também ficamos acampados tentando uma terra. O sonho meu e do meu marido era uma terra aqui em São Paulo mesmo. Mas nós não agüentamos lá, achamos que iria demorar muito e como a gente tinha casa em São Carlos preferimos sair do movimento e voltar pra cidade. Aquela época a gente precisava de sustentar os filhos né. Achamos que ia demorar de mais e que ficar lá não dava sem dinheiro pra sustentar a família. Aí esperamos até aparecer outra oportunidade, aqui na região mesmo, tinha que ser aqui porque a gente gostava muito daqui da região de São Carlos. Aí a gente ficava sempre de olho onde ia ter acampamento, nossos amigos da fazenda sempre falavam pra gente. Foi quando surgiu ali na estrada indo pro Broa, perto de

São Carlos também. Nós fomos pra lá. Lá eu estava disposta a lutar até o fim pra realizar meu sonho de ter uma casa e minha terra, ter um lugar pra criar raízes e meus filhos. Eu falava assim: “Agora eu consigo, aqui é meu lugar”. Mas num deu de novo. Foi quando a gente ficou sabendo aqui de Descalvado, o P avisou a gente que aqui o processo estava mais rápido e que ia sair os lotes mais rápido aqui. A gente gostou da idéia de vir pra Descalvado, aqui é um lugar bom, aí viemos pra cá né. Já conseguimos o nosso lote e ficamos aqui mesmo (M, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

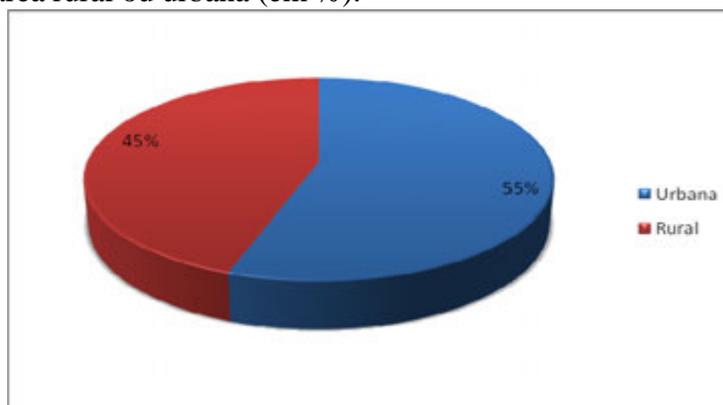
Já com relação aos 18% dos entrevistados que declararam ter ocupações assalariadas urbanas, estes são aqueles que já residiam em cidades e são basicamente os naturais do estado de São Paulo, indicando que outras categorias sociais como moradores de periferias, trabalhadores descontentes com a vida na cidade e mesmo moradores de rua da região mais urbanizada do país vêm na luta pela terra uma oportunidade de mudar de vida.

Apenas 5% dos entrevistados declararam não trabalhar no local de origem; esta pequena parcela refere-se aos assentados relativamente mais jovens do assentamento, que na terra natal se consideraram membros não remunerados da família rural.

Outro dado que, à primeira vista, parece contraditório quando comparado aos outros referentes ao trabalho anterior dos assentados, foi com relação à residência da população no momento anterior ao assentamento.

No gráfico 6 estão representados os locais de moradia do responsável pelo lote no momento imediatamente anterior à vinda para o assentamento, e nele pode-se perceber que 55% dos assentados viviam na zona urbana e 45% na rural. Acontece que boa parte dos assentados que se consideraram trabalhadores assalariados rurais trabalhavam principalmente nos canaviais da região. Devemos levar em conta que a maioria dos trabalhadores rurais da cana no estado de São Paulo, quando não moram nos alojamentos das usinas, reside em periferias das cidades ou no que alguns autores chamam de “cidades dormitórios”, que são as pequenas cidades onde a atividade das usinas e a mão de obra migrante são predominante como economia e força de trabalho, principalmente nas épocas de safra da cana; assim, esses dados indicam que os assentamentos abrigaram esses trabalhadores rurais e outras pessoas que residiam nas cidades.

*Gráfico 6.* Moradia do responsável pelo lote no momento anterior à vinda para o assentamento: área rural ou urbana (em %).



Fonte: dados da pesquisa de campo, 2010.

Todos esses dados demonstram, portanto, que os beneficiários diretos do assentamento Aurora têm experiências bastante diversificadas. Do ponto de vista do trabalho, ao longo da trajetória de vida dos assentados observam-se agricultores desterritorializados, meeiros e posseiros também na mesma situação, assalariados rurais e trabalhadores volantes, os chamados bóias-frias, assalariados urbanos completamente integrados ao mercado de trabalho e aqueles que não estavam trabalhando.

Com relação à vivência, estão contidos naquele espaço migrantes com longas andanças por diferentes lugares em busca de “melhores dias”, verdadeiros errantes, moradores de periferia de grandes e pequenas cidades e pessoas naturais do local.

Nesse sentido, os nossos dados reafirmam o posicionamento de Martins (2003), que argumenta que os assentamentos de reforma agrária no país estão possibilitando a ressocialização de categorias sociais que foram inseridas precariamente nos processos produtivos de maneira geral. Para esse autor, a reforma agrária brasileira, mais do que uma correção das tendências concentracionistas do regime fundiário, tem por objetivo corrigir os efeitos sociais danosos nas relações de trabalho. Nas palavras do autor:

A reforma agrária seria pobre se se limitasse a concretizar a demanda modesta dos que falam e pressionam em nome dos pobres e dos que sofrem, não raro sem clareza do que efetivamente é e sem clareza quanto aos limites com que se defrontam. Mais do que uma reforma no regime de propriedade, a reforma agrária é uma reforma social que tem por objetivo, por meio da redistribuição de terras, ressocializar populações deixadas à margem do desenvolvimento econômico e social ao longo de décadas, já para não falar em séculos. Desse modo, seu objetivo é o de criar efetivos mecanismos de integração e participação sociais (MARTINS, 2003: 33).

Com isso o autor sugere que, ao contrário do que a categoria homogeneizadora “sem terra” pressupõe, existe uma diversidade de origens dos assentados, revelando que a massa de clientes dos programas de reforma agrária brasileiro é construída pelos resíduos de várias categoriais sociais que se desagregaram em consequência das transformações econômicas, especialmente na agricultura, nos últimos 50 anos: colonos das fazendas de café, pequenos arrendatários e trabalhadores migrantes bóias-frias em São Paulo; moradores dos engenhos de cana-de-açúcar no nordeste; pequenos agricultores e proprietários expropriados do sul; e a essas categoriais também se agrega a população das cidades, com muitos segmentos que tiveram origem e experiências rurais. E nossos dados corroboram tal assertiva, sobretudo nos últimos anos.

Portanto, nas diversas regiões do país, marcadas pelas peculiaridades próprias do processo de crise e transformação das relações econômicas e de emprego, surgiram específicas condições de gênese do que veio a ser a difusa massa daqueles que nada mais têm senão a demanda de terra para nela trabalhar e morar, mesmo que em outros lugares que não o de origem.

Assim, podemos deduzir que no trabalho de mobilização dos possíveis candidatos a se beneficiarem da política de reforma agrária pela liderança local do movimento, se dava nas fazendas de cana de açúcar, de laranja, nas periferias das cidades da região e também no próprio município de Descalvado. Nesses locais P fez um trabalho de reconstituição, no sentido de trazer à tona elementos da vida dessas pessoas que têm significação cultural ligadas à vivência no meio rural e que possibilitem a construção conjunta de um processo de mudança social. As falas de alguns dos assentados e da liderança transcritas abaixo também são representativas desse trabalho e importantes fontes para tais aferições.

(...) nessas andanças pra lá e pra cá e gente conheceu o P, que fazia parte do movimento, aí foi quando eles chamaram a gente para participar, pra lutar por terra. Ele falava muita coisa pra gente, se a gente já tinha morado na roça, se tinha afinidade com o trabalho pesado, essas coisas. A gente estava querendo mesmo sair do trabalho na fazenda né, largar de ter patrão e começar a ter uma coisa nossa, era o sonho da gente. A terra não tinha mistério pra nós, já vivemos dela. Então meu filho se animou. A gente num tinha muita idéia do que era isso aqui não, mas estávamos lá, começamos a participar de reuniões e foi quando a gente começou ver realmente o que vinha pela frente. Num sei, mas foi aí que deu mais vontade de conquistar uma terra aqui. (...) lá eu estava com minha mãe também, mas “minino” minha mãe estava mais animada do que eu para o acampamento, pra ela era tudo uma aventura. Ela era a mais animada pra conseguir a terra, ela mora aqui comigo hoje, mas a terra pra ela era tudo, como se fosse uma

oportunidade de voltar ao passado, de ter a vida dela do sítio lá de Adamantina de volta, a vida que a gente tinha né. Minha mãe cismou com o movimento, ela queria por que queria a terra. Então o P tinha convencido minha mãe e meu filho, pronto! Foi quando eu comecei a perceber que a terra era a felicidade da minha família. To aí até hoje lutando por essa felicidade. (A, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Aqui em São Paulo não, tinha em Minas Gerais como falei pra você, mas perdemos a terra lá. Aqui em São Paulo nunca tivemos terra não. Nesse período que viemos aqui pra Descalvado a gente morou um tempo na cidade, mas ainda sim meus irmãos trabalhavam na laranja e na cana. Nós vivemos lá um bom tempo, mas a família foi casando e se separando, mas sempre morando aqui em Descalvado. Foi nessa época que a gente ficou meio distante, mas foi quando um dos meus irmãos ficou sabendo que ia ter uma ocupação aqui. Ninguém sabia disso, as pessoas em Descalvado não sabiam. Então nessa época que meu irmão ficou sabendo no trabalho, quando o P juntou uma turma e falou do que iria ser feito aqui, foi quando ele ficou sabendo. Através dos colegas dele também ele ficou sabendo e trouxe para a minha família. Aí o pessoal adorou a idéia de morar na zona rural de novo, mas agora numa coisa que podia ser nossa de verdade. Ter terra era um dos sonhos de minha mãe e nosso também. Foi nessa época que a gente começou a participar de reuniões na cidade, participamos das ocupações e ficamos muito empolgados com a idéia de ter uma terra. Nessa época muita gente trabalhava registrada, mas aí eles largaram o serviço e vieram pra cá no sonho de ter uma terra, mas também por que nessa época estava difícil na fazenda era pouco o serviço e a gente não ganhava bem como antes. Eu não queria vir aqui, tinha muito medo de largar as coisas que tinha pra vir aqui pra uma coisa que era incerta. Mas minha irmã falava comigo pra vir que o negócio ia sair sim e que era a chance de juntar todos da família de novo. Sempre minha irmã ficou aqui, desde o início, com alguns irmãos. Foi então que resolvi vir também lutar por meu canto perto da família. (R, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Pesquisador: P como era o trabalho de base aqui em Descalvado?

Na verdade, teve uma hora que a gente abria o cadastro e o pessoal já chegava aqui e cadastrava, mas no início era nos locais de trabalho dos cortadores de cana, nas periferias mesmo aqui da região, a gente fazia o trabalho nesses cantos aí. No começo foi muito difícil, o pessoal nunca participou de nenhum movimento e não acreditava muito na gente né, mas continuávamos o trabalho de base falávamos do problema da terra aqui, do problema do desemprego da cana que ia gerar e também do passado deles, eles já tiveram uma experiência com a terra no passado, mas mesmo assim era difícil. Mas quando eles viram que uma área aqui deu certo, que foi a área do “21 de Dezembro”, o primeiro assentamento aqui de Descalvado, aí depois eles mesmo chegavam e vinham aqui procurar a gente, viram que a luta dava certo. Aí eles vinham aqui e cadastravam e depois de um tempo a gente marcava as reuniões em vários lugares pra tentar agregar mais gente e aí o pessoal vinha, inclusive veio muita gente de fora. As reuniões, a grande maioria, eram em uma casa no bairro Morada do Sol e na Vila Albertina, todas na cidade que era um jeito de encontrar todo mundo, inclusive o pessoal que vinha de fora só pra participar das reuniões. (P, liderança local da FERAESP, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Tais artifícios permitem a redefinição social de agentes mobilizados pela liderança que, em geral, são grupos heterogêneos, em torno de reivindicações de condições para produzir e sobreviver, isto é, do acesso à terra. Conforme afirmou Neves

(1999), esse trabalho de mobilização permite, a partir da confluência de processos socioculturais, uma ação coletiva que é invenção de condutas mutuamente concatenadas, cujo objetivo é obter a intervenção do Estado na gerência de conflitos e no direcionamento da política de reforma da estrutura fundiária.

Em outro trabalho, Neves (1997) argumentou que esses momentos de encontro e de discussão sobre futuros possíveis permitem reordenações mais intensas da vida social dos agentes mobilizados, pois as formas de estruturação e de representação tornam-se mais facilmente perceptíveis e têm respaldo de outras pessoas na mesma situação. Com isso, a ação dos grupos que se funda nesse processo permite desnaturalizar modos de condutas sob os quais se encontravam inseridos, e o mundo social por eles (re)ordenados, ainda que a princípio esteja no nível da representação, faz emergir articulações sociais decorrentes dos encontros e concorrências pela objetivação de políticas públicas. Esse foi, por exemplo, o processo de (re)construção da imagem do “ser sem terra” feita pela liderança local do movimento entre os participantes das mobilizações.

Como afirmou um assentado em uma conversa informal no seu lote “(...) eu planto feijão, milho, mandioca, essas coisas aqui no meu lote, P não. Ele planta famílias na terra”. Enquanto uma liderança da ação coletiva, a eficácia do seu trabalho depende do engajamento e da convergência entre as representações sociais dos agentes envolvidos com a mudança almejada. Por conta disso, o trabalho de produção e da ativação de sentidos sociais através do imaginário sobre a vida no meio rural e do patrimônio que a terra representava, presente, inclusive, na memória de muitas das pessoas que a liderança mobilizava, foi de extrema importância. Além disso, o trabalho de desconstrução de representações antigas com relação ao “ser sem terra” também foi, na mesma medida, fundamental.

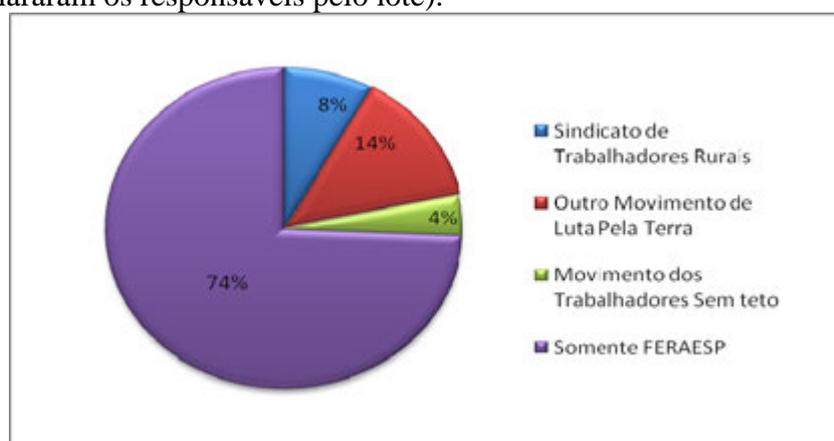
Nas análises das formas de luta pela terra que originaram os projetos de assentamentos rurais em diversas regiões do país, Leite *et al* (2004) revelam que o que tem pesado na implementação destes é a presença de conflito por terra, no sentido de ocorrência de ocupação das áreas, iniciativas dos trabalhadores e, principalmente, dos movimentos sociais. Segundo esses autores, evidentemente que nem todas as características da organização dos assentamentos decorrem da sua associação histórica com as ocupações ou com o conflito propriamente dito, mas são fortes as indicações de que essa característica marcou a experiência social anterior dos assentados.

A partir dessa constatação investigamos quais foram as experiências dos assentados no Aurora em termos de participação anterior em movimentos sociais ou em conflitos por terra como sendo um dos impulsos para a luta no município de Descalvado.

Na análise do gráfico 7 podemos ver que apenas 26% da população teve alguma experiência com movimentos ou com conflitos sociais: 8% participou de sindicatos de trabalhadores rurais; 14% de outro movimento de luta pela terra que não a FERAESP; e apenas 4% participou do movimento dos trabalhadores sem teto na capital paulista. A maioria dos entrevistados (74%) participou apenas dessa ação do movimento.

Esses dados nos mostram que na luta pela terra em Descalvado o que influenciou muito na construção da identidade social de “sem terra” foram justamente as mobilizações locais. Não partiram das experiências anteriores da população com movimentos sociais, mas sim do trabalho da liderança com a realização das reuniões e com a (des)(re)construção de representações sociais, como já descrito. Nesse sentido, a grande maioria da população assentada no Aurora nunca tinha participado de nenhum outro tipo de movimento social; entraram no conflito em Descalvado através da mobilização de P ou de familiares e amigos que já estavam no processo de luta pela terra.

Gráfico 7. Participação anterior em movimentos sociais dos assentados (em % do que declararam os responsáveis pelo lote).



Fonte: dados da pesquisa de campo, 2010.

Evidentemente que a participação anterior em movimentos sociais ajuda nessa empreitada, mas a experiência com esse tipo de processo não se caracteriza como a principal referência dos assentados no município de Descalvado. O que não significa

dizer que ela não tenha tido importância, haja vista que a própria mobilização incluía trocas de experiências com outros assentados e acampados em outras áreas e projetos encabeçados pelo mesmo movimento e também da presença, embora em menor proporção, de pessoas que já passaram por algum tipo de movimento social.

O trabalho de mobilização e articulação, portanto, foi uma das bases da eficácia da luta pela terra em Descalvado. Ele construiu símbolos de luta e aglutinação social. A fala de P transcrita abaixo também é uma fonte importante para essas considerações.

No Aurora praticamente todos, quase todos, nunca participaram mesmo de nenhum movimento social, por isso o trabalho das reuniões era muito importante, o trabalho de base, tanto antes da ocupação quanto no acampamento. Se não tem esse trabalho muito mais gente tinha desistido da luta por conta de não saber o que é a luta realmente. E a gente sabia que a maioria nunca tinha passado por um processo como esse, por isso a gente insistia no trabalho de base devagar e nas reuniões como a principal forma de fazer a luta acontecer em Descalvado. (P, liderança local da FERAESP, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

A convergência social em torno de uma mesma identidade só se tornou possível pela capacidade que os agentes têm de apresentar intenções de cooperação e solidariedade no reconhecimento de suas reivindicações. Portanto, a construção dos possíveis clientes da política de assentamentos rurais nesse município exigiu a incorporação de práticas, regras e representações sociais sobre o conflito agrário, sobre a vida no meio rural e, principalmente, sobre o “poder simbólico” do ter um pedaço de terra.

Do mesmo modo, houve a necessidade de desconstrução de certas representações sobre o “ser sem terra” que aqueles possíveis candidatos a beneficiários da reforma agrária tinham, desnaturalizando uma imagem de “os vagabundos”, “os preguiçosos” e “os criminosos” dos seus imaginários influenciados pela mídia.

Para tanto, foi fundamental a intervenção da liderança, certa maneira como um agente externo, nas reuniões, especialmente no início do processo. O efeito desse movimento de (re)construção identitária do grupo foi a elaboração de novos sistemas classificatórios, de novas visões de mundo e de outras possibilidades de (re)inserção social. Assim, redefinindo socialmente os “outros”, o proprietário das terras que era alvo dos sem terra e também aqueles que se opunham à luta, o grupo se reconstrói simbolicamente e também define objetivos comuns que garantem o pertencimento e colocam em prática as alternativas de vida.

Segundo Neves (1997), valorizar o papel do agente externo no processo de luta pela terra é também reconhecer a importância do entendimento da construção de relações de força, de incitação de instrumentos cognitivos e de quadros de percepção legais do problema e das possibilidades de mudança de modo a dotar o grupo da crença em seu poder de ação, de confrontação e no valor moral e legal da contestação. Ou seja, apesar de os agentes mobilizados se encontrarem sob posições sociais extremamente diferentes (eram trabalhadores rurais assalariados, moradores de periferias, desempregados, “de dentro” do município, migrantes “de fora”, etc.) e nunca terem participado de movimentos sociais anteriormente, eles se engajam em um mesmo *campo* de disputas e interesse comum que permitiu a constituição de um ator coletivo com um único objetivo, ou como apontou Bourdieu (1996), com uma *illusio* comum: o acesso à terra.

Assim, a identidade social de sem terra foi assumida a partir de mudanças econômicas, sociais e culturais dos sujeitos envolvidos nesse processo. Mas, para que essa investida identitária fosse vista como um campo de possibilidade, ela esteve, de alguma forma, vinculada ao passado das pessoas mobilizadas por P. Ou seja, o trabalho da liderança nessa fase da luta foi realizado explorando o *habitus* (BOURDIEU, 1996) dos envolvidos. As experiências passadas de trabalho e vida no meio rural, reavivadas por P, foram decisivas para que as pessoas que participavam das mobilizações e, posteriormente, das reuniões, assumissem tal identidade social para a construção de um ator coletivo em Descalvado.

Essas experiências sociais e culturais dos sujeitos funcionaram como um esquema pré-concebido de disposições e operaram como uma matriz identitária naquele momento, isto é, como uma base que predispôs os indivíduos a fazerem suas escolhas em uma estrutura espaço temporal.

O campo em que os demandantes de terra iam ingressar é representado com o conflito pelo território, já que o que estava em “jogo” nesse momento era a posse da terra. Vale ressaltar que esse era o interesse dos sujeitos na luta naquele momento, se colocando, portanto, como uma situação em que a *illusio* (BOURDIEU, 1996) é representada como o principal elemento definidor da identidade justamente pelo objeto de desejo comum: a terra.

Portanto, consideramos que a identidade que “falou mais alto” foi territorial, pois se remeteu aos aspectos passados dos sujeitos no meio rural, a um modo de vida

específico e ao trabalho na terra. Enfim, esse recurso era visto não somente como um meio material de sobrevivência imediata, mas, sobretudo, como significação simbólica e cultural que estava além do tempo presente. Ou seja, a construção do território possível do assentamento rural foi, primeiramente, visualizada como uma representação social (como um sistema sêmico) que deu sentido à identidade social de “sem terra” e começou a delimitar um território, como alertou Raffestin (1993).

Mas, é somente a partir da intencionalidade criada com a representação do espaço que se produz o território propriamente dito, que é o local apropriado e dominado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir do poder. Essa intencionalidade vai ser exaltada com a ação de ocupação das terras, que será tratada mais adiante ainda nesse capítulo.

Portanto, o território, que foi entendido nos termos de Raffestin (1993), é uma produção a partir do espaço, material e simbolicamente. E essa produção é feita através de um sistema sêmico, isto é, de representação social sob as possibilidades de apropriação. Estes, por sua vez, se dão com a construção da identidade territorial dos sujeitos. Segundo Fernandes (2005), ela é que dá o sentido de trunfo ao espaço. Portanto, a expansão ou criação de territórios, processos geográficos, são ações concretas representadas por processos de territorializações conduzidos por grupos portadores de identidades específicas ligadas ao espaço; assim, são, na mesma medida, processos sociais de transformação identitária e do espaço.

Não é por outra razão que a liderança da FERAESP buscou com o trabalho de mobilização aguçar a utopia do “engenho liberto” (SIGAUD, 2005), no sentido de conquistar a autonomia a partir da luta pela terra e da constituição de um patrimônio familiar, e não mais da dependência do patrão. O ideal de autonomia e da terra enquanto patrimônio foram as principais motivações que os assentados disseram ter com a participação na luta pela terra em Descalvado, além da vontade de retornar a uma condição social, a de agricultor, que alguns já tinham experimentado no passado. Por isso encaramos esse constructo identitário como tendo a conquista do território como a principal referência. No Gráfico 8, representamos as motivações dos assentados em participar da luta, que são fontes importantes para essa argumentação.

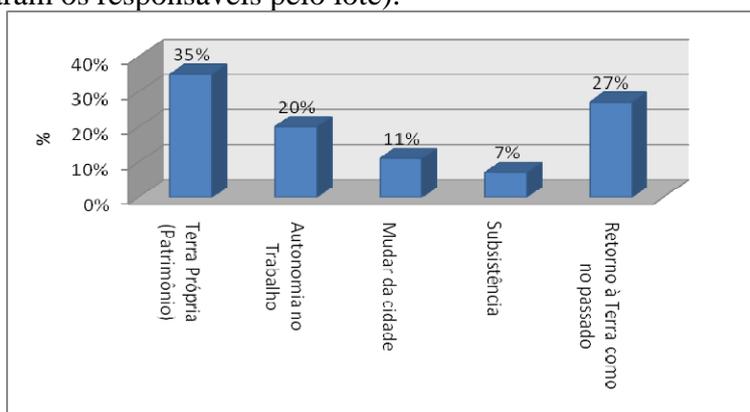
A principal motivação identificada foi a conquista de uma terra própria, no sentido de patrimônio para as futuras gerações, representativo de 35% dos entrevistados, seguida de 27% que declararam ser a oportunidade de reconquista da condição social de

agricultor; 20% alegaram ver na luta pela terra a chance de conquistar autonomia no trabalho, de deixar a condição de trabalhador assalariado e dependente de patrão e passar a ser dono do próprio tempo de trabalho.

Além desses, temos ainda que 11% declararam participar da luta pela terra porque queriam mudar da cidade, no sentido de mudar do urbano, e recomeçar uma nova vida no meio rural; somente 7% viam a luta pela terra e a conquista do lote como uma chance de subsistência, de viver apenas da terra.

Nesse sentido, a partir desses dados, inferimos que a terra passou a figurar como o principal elemento motivador da luta, representativo de 69% dos entrevistados. As figuras 11 e 12 que mostram o viés religioso dos nomes dos lotes (chamados de sítios) e também a esperança em ter a terra própria e falas transcritas abaixo são também dados importantes para essas considerações.

*Gráfico 8.* Motivação em participar da luta pela terra em Descalvado-SP (em % do que declararam os responsáveis pelo lote).



Fonte: dados da pesquisa de campo, 2010.



*Figura 11.* Placa de identificação de um dos lotes no assentamento. O nome é sugestivo da terra sagrada prometida como nas passagens bíblicas. Autor: Lucas Magno, 2010.



*Figura 12:* Placa de identificação do nome de um dos lotes no PA Aurora que remete à esperança da conquista da terra construída na luta.  
Autor: Lucas Magno, 2010.

É, foi isso mesmo. Mas primeiro a gente veio trabalhar na fazenda com gado, como falei, mas depois a gente vai conversando com o pessoal do trabalho, da redondeza né, conhecendo um e outro até a gente encontrar o movimento. Pensava que eu ia conseguir minha terra assim lutando mesmo, sabe. Foi por isso que eu e minha família paramos em Descalvado, estávamos atrás desse sonho de ter a terra própria mesmo. Lutando. Ah, eu pensava assim, e só para eu plantar, criar o que eu gosto né, criar os filhos mesmo na terra, porque na cidade é muito difícil, tudo tem que ter dinheiro e a violência é muita né. Eu queria uma terra pra mim ter paz e ver o futuro dos meus filhos na terra como foi o meu em Acaraú. Diferente né, com mais trabalho e força pra vencer todas as dificuldades que a vida colocar pra eles. Apesar de eu querer ter a terra pra mim, a gente preocupa muito com os filhos né, então pra mim a terra não é só minha, é dos filhos também. Viver como no passado, mas pensando num futuro melhor pra eles. (M, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

Ah, terra significa pra nós trabalhar, plantar e criar. Viver da terra né. Isso que eu queria aqui no assentamento. Pra mim é minha vida a terra, daí eu tiro tudo o que eu preciso. Se você mora na cidade num tem como criar e plantar, aqui não. Aqui você tem todas as possibilidades de fazer o que quiser na terra né. Criar, plantar e viver da terra. Eu conquistei isso aqui pra minha família, e estamos aqui ainda. (S, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

Minha vida de volta. Queria ter um lugar pra poder criar meus filhos com tranquilidade. Longe da cidade grande e da violência. Não queria que eles sofressem o que eu sofri na vida, então eu via a terra como uma possibilidade disso. De dar uma reviravolta na vida, mas uma reviravolta meio que voltando ao passado, no passado que eu trabalhava na terra, sabe, viver da terra e longe dos absurdos da cidade grande. Hoje meus filhos adoram isso aqui, apesar de ser esse barraco aqui, mas é meu, lutei por isso aqui sozinha e consegui, isso é meu. (J, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

Tudo né, é um sonho que desde pequena eu queria pra mim, tem mulher aí que reclama de ter que morar na terra, eu não, pra mim isso aqui é minha vida, eu adoro ter minhas plantações, minhas criações. Isso aqui é minha vida, sem isso eu acho que eu morro. Desde pequeno eu queria ter uma terra minha mesmo, porque meu pai antes trabalhava de empregado pros outros, e

trabalhar pros outros você nunca constrói nada pro você. (MC, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

Pesquisador: P, você explorava no trabalho de base a vivência das pessoas no meio rural?

Era nas reuniões, lá que a gente conversava bastante e apareciam as expectativas de todos. Nas reuniões quando esta todo mundo junto é mais fácil criar condições de luta, condições política né. Na verdade não tivemos muita dificuldade, era um único objetivo que tínhamos ali, apesar de muitos desconhecem a luta, mas eles sabiam que podia dar certo. Aí não foi muito difícil, juntamos todos com sonhos parecidos, sonhos que foram feitos já no passado deles. Você viu lá, muita gente não é de Descalvado e tiveram histórias da roça, historias de vida na zona rural. Mesmo aqueles daqui (de Descalvado), eles também já viveram na zona rural. Então não foi difícil falar da importância que tinha a terra, a conquista da terra. O mais difícil foi fazer com que eles tirassem da cabeça a imagem dos sem terras que a mídia passa. Isso foi complicado, eu acho isso até um crime. Mas no fim acabou que deu certo. (P, liderança local da FERAESP, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

Não é surpreendente que o “sistema de morada” esteja no centro das motivações e aspirações de acampados e assentados e constitua o referencial do seu imaginário para a entrada na luta pela terra. Segundo Wanderley (2009), ele é um identificador da cultura rural brasileira, nele é que se têm os mecanismos de reprodução social da família e da sociabilidade do campo, principais definidores da ruralidade. Desse modo, na opinião dessa autora, o que está em questão é o confronto entre concepções distintas de propriedade. Por um lado, a propriedade capitalista, absoluta, da terra e, por outro lado, o sistema de posse, praticado por pequenos agricultores, sobre o controle dos processos de trabalho, dos seus instrumentos e, sobretudo, dos resultados da produção e de integração social de sua família. Essa é, portanto, a construção social que incita novas ruralidades na região: a terra como fator de identidade.

Em outro trabalho Wanderley (1996) argumenta que a terra é o símbolo que une as famílias em um processo de luta, colocando-se como a condição moral de manutenção e organização da categoria sem terra, pois a conquista desse recurso garante a sobrevivência da família beneficiária. A história dos camponeses na luta pela terra no Brasil pode ser definida, segundo a autora, como o registro das lutas por espaços de autonomia econômica dentro da sociedade.

(...) parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. (...) as lutas (pela terra) são por espaços produtivos, pela constituição de um patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família (WANDERLEY, 1996: 8).

Klaas Woortmann (1990) também disserta em prol do referencial identitário camponês que é a terra. Esse autor afirmou que a conquista de um “território familiar”, de um novo espaço no qual o trabalhador se instala com seu grupo, representa a tentativa de reconstruir um espaço próprio de vida e de trabalho necessário à sua reprodução social e condição moral de existência dessa categoria social, fazendo parte, nos termos do autor, da “campesinidade”<sup>23</sup>. Essa característica cultural, segundo Woortman, não se coloca apenas para populações rurais, ela faz parte também da lógica de grupos urbanos que migraram em busca de melhores condições de vida na cidade, mas que não abandonaram certas características culturais da vida no campo, e que, posteriormente, ingressaram no processo de luta pela terra. Nesse caso, a campesinidade é “(...) um projeto, um vir a ser ao mesmo tempo novo e velho” (WOORTMAN, 1990: 14). Situação que é ilustrada, de maneira exemplar, no processo de construção da luta pela terra em Descalvado, quando os protagonistas da luta revelam a terra como um “artigo de primeira necessidade”. Nesse aspecto, especificamente, a noção de economia moral de Thompson (1998) também foi de grande valia.

Podemos dizer que a subsistência e a reprodução material e simbólica do grupo dependia do acesso a terra. Esta está no centro das análises dos costumes relativos ao espaço e ao direito de acesso à moradia, trabalho, alimento, etc. Assim, a reflexão de Thompson (1998) ajuda-nos a compreender os valores morais que foram os móveis da luta pela terra entre os demandantes do assentamento rural, e com isso reafirmar que a posse da terra é um dos elementos definidores da identidade desse grupo. Ou seja, esse recurso se caracterizou como um “artigo de primeira necessidade” dos sujeitos envolvidos na luta e fez parte de uma economia moral dos mesmos, legitimando suas ações.

Em meio à diversidade e às adversidades sociais os “sem terra” compartilhavam uma crença: a de que uma vez debaixo da lona preta poderiam, no curto prazo, melhorar suas condições de vida assim que conquistada a terra. Tratava-se de uma alternativa nova, mas ainda assim uma alternativa como qualquer outra. Mas, como ressaltou Haesbaert (2007), as identidades territoriais não são apenas geográficas, elas se colocam também como sendo produto da(s) história(s). Por isso a necessidade de reconstrução

---

<sup>23</sup>Perspectiva que considera que o campesinato não vê a terra somente enquanto objeto de trabalho, mas como expressão da sua moralidade, de valorações éticas, como patrimônio familiar sobre o qual se faz também o trabalho, mas este enquanto construtor e garantia de reprodução da família. Nesse sentido a campesinidade tem como pano de fundo a reprodução social do patrimônio familiar (Woortman, 1990).

das trajetórias sociais a partir dos dados sobre migração, origem geográfica, formas anteriores de trabalho e vivência dos assentados se fez fundamental para a compreensão desse processo cultural e de produção do espaço.

Interpretando-a dessa forma, pode-se melhor explicar fatos que permaneceriam obscuros se encarássemos a ida para os acampamentos como produto de uma “conversão imediata à luta de classe”.

Nesse sentido, as reuniões preparatórias realizadas pela liderança do movimento se constituíram em um momento privilegiado para pensarmos essa (re)construção social de habitus e *illutio* para adentrar em um campo e no campo de/em disputas. Elas se colocavam em um quadro mais geral, como um espaço público privilegiado onde afluíam as diferenças, mas também as confluências sociais. Sua função principal foi a de criar condições para a construção de aspectos morais, construídas a partir das representações sociais dos mobilizados, e explicações legais, a partir de uma base constitucional que a figura da liderança apresentava e que permitiram a elaboração de estratégias adequadas à situação, instigando os participantes a pensarem sobre o futuro. Assim sendo, estimularam a construção de valores que ordenaram as ações do grupo e que o “moldava” à construção identitária de sem terra e também às novas ruralidades que viessem a ser edificadas em Descalvado.

A construção do espaço público das reuniões foi justamente a materialização do espaço de socialização política do qual falava a liderança, pois foi nesse espaço comunicativo que os indivíduos se conheceram, fizeram reflexões a respeito das possibilidades com a luta e articularam seus interesses (seus habitus e *illutio*). Isto é, foi nesse espaço que se construiu um “Nós”, uma identidade social.

Portanto, os espaços públicos das reuniões evidenciaram um “nós” necessário para a constituição de cada “eu”, de cada indivíduo, e que atestava para a construção de uma identidade social que não surge somente a partir de dentro, do privado em si, mas principalmente a partir de fora, da constituição de um espaço público de diálogo. Ou seja, estamos entendendo as reuniões como um ritual de acordo mútuo, onde se iniciou o processo de reconhecimento recíproco (dos habitus dos agentes) e onde se desenvolveram as diferentes estratégias de luta visando atingir objetivos coletivos, mas que, concomitantemente, se traduziram em objetivos individuais (*illutios*).

Comerford (2008) estudou as reuniões em assentamentos rurais que, para além de um significado estritamente econômico que o acesso à terra tinha, possibilitava a

significação de certas condições políticas, sociais e culturais que os participantes tinham “bloqueadas”. Nesse sentido elas liberavam um saber-fazer anterior que, na condição social, temporal e espacial atual permitiram ser (re)avivadas.

Apesar de o autor trabalhar as reuniões no assentamento enquanto um território já constituído acredita-se poder fazer um paralelo com a situação analisada, quando as reuniões se colocaram como um instrumento que possibilitava a intervenção no espaço. Pois, mais do que um momento ou um meio para que o grupo resolvesse seus problemas e tomasse suas decisões no assentamento, as reuniões anteriores à ocupação tiveram a função de construção de um grupo enquanto tal, com uma identidade social definida, a de “sem terra”, e do objetivo comum, o acesso à terra.

As reuniões acabaram por ter uma série de efeitos sociais imprevistos e que foram fundamentais na luta pela terra e na dinâmica das relações em que estavam envolvidos os participantes, tendo em vista que a base do grupo era heterogênea sem laços enquanto coletividade e, ainda que houvesse parentes entre eles, as experiências anteriores eram bastante diversificadas, por isso sem uma identidade comum. Nesse sentido, a fala da técnica do INCRA, mais uma vez, é ilustrativa:

Pesquisador: Quem vinha aqui nas reuniões?

Quem o P chamava, era o pessoal que está hoje ali morando no Aurora mesmo, tudo aquela gente. Eu até ficava meio preocupada né, eu tinha uma visão errada do que era os “sem terra”, aquilo que a mídia passa né. Mas eles vinham aqui e discutiam tudo, como ia ser as ocupações, as estratégias deles, discutiam tudo aqui em casa. Naquela época parecia até que não tinha conflito entre eles como agora você viu lá<sup>24</sup>. Parecia que aqui em casa eles eram todos unidos. Na verdade aqui em casa era o centro de comunicação, aqui em casa o pessoal da FERAESP se comunicava com as pessoas que tinham interesse em participar da luta (ER, técnico do INCRA no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

Dessa forma, considera-se que as reuniões tinham o poder de dotar o grupo de certos atributos morais e legais para conduzirem um investimento em um campo de disputas, reforçando sua identificação a uma causa. As falas de dois assentados são representativas desse processo.

Aqui (a terra do assentamento) estava arrendado para mais ou menos 20 anos, então P sabia desse contrato de arrendamento e que esse contrato estava prestes a vencer, aí foi que a gente sabia que essa terra é da União, do governo né, então se é uma terra do governo, por que arrendar para uma

---

<sup>24</sup> A questão dos conflitos no assentamento vai ser objeto de análise no capítulo 4.

empresa grande que tem dinheiro para arrendar terras de particulares e não destinar ela pra reforma agrária? A gente sabia que poderia ser destinada para a Reforma Agrária, além do mais, a gente sabia que o contrato com a RIPASA estava pra ser vencido, então também a gente não estava fazendo nada contra a lei já que o contrato iria acabar e só estávamos querendo outro fim para a terra que não novamente para a RIPASA tirar seu lucro. Era melhor colocar gente que trabalhe na terra aqui e que vai tirar seu sustento da terra do que uma empresa de eucalipto que vai acabar com a terra e não vai colocar ninguém morando aqui. Então era isso que a gente discutia e pensava antes de realizar a ocupação aqui, nas reuniões. A gente sabia de tudo o que era aqui antes. Foi onde que começou a luta nesse pedaço de terra (...). Então você viu que a gente, a FERAESP, faz uma pesquisa anterior para saber para quê é a terra e de quem é, a gente num vai entrando em qualquer terra sem mais nem menos. As reuniões anteriores à ocupação são muito importantes pra gente saber dessas coisas, o P sabia e falou com a gente lá. (SI, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Naquele momento o grupo tava se fortalecendo, tava discutindo ainda a possibilidade de fazer uma ocupação de terra. O que significava ocupar terra em Descalvado. Então, o que a gente chamava de trabalho de iniciação, hoje nós falamos em trabalho de base. O trabalho de base é reunir as famílias, tá explicando como funciona a luta, tá levando as pessoas a tomar consciência do que ela vai fazer, como é que ela vai ingressar naquele grupo de saber sobre suas experiências com o trabalho rural, pra ver se ela tem afinidade com a terra né, essas coisas. (A, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

Como é evidente na fala acima, a entrevistada concebe essas reuniões como um “trabalho de base”, como momentos oportunos de fazer a “iniciação” dos trabalhadores. Esse processo, muito parecido com um ritual propriamente dito, serve para construir redes de sociabilidades que fazem circular informação, interesses, valores, medos, etc; para o grupo de uma maneira geral.

Nesse sentido, as reuniões serviram para a estruturação de um sistema de regras que prepararam uma ordem cognitiva dos agentes envolvidos na construção de uma identidade coletiva e também para apresentar as bases institucionais legais que dariam respaldo à ação do grupo. A mobilização da liderança local não poderia ter legitimidade sem a construção de um espaço público onde eram colocadas as aflições, as expectativas, as dúvidas e os projetos dos sujeitos que ele mobilizava tinham. Nesse sentido, as reuniões se colocavam justamente como esse espaço de socialização que interligava tais sentimentos, produzia uma identidade social e legitimava a ação coletiva.

Consideramos que as pessoas envolvidas nesse processo atuaram na construção da realidade a partir dos seus habitus, como uma organização das linguagens, das imagens e das representações sociais que eles tinham do e no mundo, para os quais a ação de ocupação e a luta pela terra passaram a ter um sentido histórico, cultural e

social. A participação nas mobilizações e nas reuniões produziu uma renovação dessas representações e dos valores dessas pessoas. Essa renovação não se reduziu a uma atualização momentânea, como resultado, por exemplo, da unidade exigida pelo contexto de privações, ameaças e medo do acampamento, mas em ressignificações que modificavam as representações e a própria consciência, que recriavam identidades e espaços. Assim, o envolvimento nas mobilizações e nas reuniões possibilitou a reorganização das diversas representações sobre eles próprios e também sobre territórios, provocando alterações da percepção do mundo e da própria identidade social.

### **3.2 As ocupações das terras do Horto Aurora: a territorialização do assentamento rural.**

A área onde hoje está localizado o assentamento Aurora possui aproximadamente 533,36 hectares e pertencia à Ferrovia Paulista S/A (FEPASA) uma empresa pública de estradas de ferro do estado de São Paulo, mas que foi extinta após ser incorporada à rede ferroviária federal. Com o declínio do transporte ferroviário no Brasil de maneira geral, e nesse estado em particular, as áreas da FEPASA foram sendo gradativamente concedidas para terceiros que teriam o direito de exploração desse recurso natural (a terra) por um tempo de 21 anos, suscetíveis de renovação por igual período.

A empresa que obteve a permissão para o uso da área da FEPASA no município de Descalvado foi a RIPASA S/A CELULOSE E PAPEL, uma indústria de Limeira (município da região administrativa de Campinas), que na data de 06 de novembro de 1986 firmou o contrato de concessão para o cultivo de eucalipto no local, matéria prima de sua produção.

Findada a concessão no ano de 2007, a RIPASA não realizou a renovação do contrato com o governo, e a primeira ocupação dos trabalhadores na área do Horto Aurora iniciou-se nesse ano.

A partir das mobilizações e das reuniões realizadas no ano anterior, foi deliberada e organizada a primeira ação do grupo. No dia 13 de janeiro de 2007 aproximadamente 200 pessoas se reuniram para discutir o fim da concessão das terras à RIPASA. Nesse momento, também articularam as principais estratégias para a luta, e,

entre elas, a primeira ocupação da área que se deu na madrugada dessa mesma data, como pode ser observado nas falas de alguns entrevistados transcritas abaixo.

Na reunião desse dia veio muita gente. Parece que quando a coisa tá pra sair mesmo junta muito mais gente. Aí essa reunião foi demorada e bastante complicada. Muita gente tava com medo né, não sabíamos o que nos esperava. Mas, mesmo assim, foi resolvido que iríamos ocupar naquela noite. Foi tirado um monte de dúvidas do pessoal, com relação à polícia se ela chegasse como a gente ia reagir. Foi quando o P falou que não era pra reagir, era pra negociar. Então, a ocupação era mais pra isso, pra gente negociar a terra e a reforma agrária lá. (A, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

No dia da ocupação eu fui na reunião sim. Iiiii foi muito difícil, um pessoal que ia ocupar com a gente desistiu porque estavam com medo, mas eu não. Sabia que ia dar certo desde o começo. Nesse dia já peguei algumas coisas minhas lá em Sertãozinho e vim de mala e cuia pra Descalvado. Assim que acabasse a reunião eu ia esperar na casa de alguém pra gente sair de noite na ocupação. Fomos a pé do Morada do Sol (bairro do município distante cerca de 13 Km da área do Horto) até lá. Já fui pensando em ficar mesmo e nem lembrava que podia ser complicado. Eu tinha uma crença né, da terra ser minha mesmo. (C, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

Antes do acampamento a gente já tinha definido como ia ser esse tempo lá. O P tinha falado em reunião que tinha que fazer comissões, que tinha que buscar apoio fora daqui com outras pessoas. Então a gente estava preparado pra um monte de coisa. A última reunião foi muito importante pra isso, pra gente decidir as coisas certinho. Eu estava no Porto Ferreira (município vizinho a Descalvado) e vim de bicicleta pra participar da invasão. Depois que veio minha família, quando a situação já estava mais calma. (S, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

A partir dessa ação, portanto, pode-se dizer que o território passou a ser também objeto de dominação pelo grupo, pois as representações sociais construídas anteriormente nas reuniões sobre as possibilidades que a conquista da terra poderia lhes auferir foi materializada com a ocupação. Ou seja, nesse momento o território era, ao mesmo tempo, e conforme colocou Haesbaert (2001), objeto de apropriação e dominação, pois envolvia uma dimensão simbólica, construída por meio das representações sociais dos “sem terra” nas reuniões, e uma política de reivindicar uma área através da ação de ocupação.

Assim, logo após a entrada no Horto Aurora, os participantes da ação buscavam se organizar para construir um espaço de reivindicação e, ao mesmo tempo, um lugar onde pudessem ter o mínimo de condições de sobrevivência. Aos poucos, os “sem terra” cortavam os eucaliptos para com eles montar suas barracas e para fazer as fogueiras onde cozinhavam a comida; na mata ao lado da área ocupada eles buscavam água para o consumo e para se refrescarem, pois ficar em baixo da “lona preta é muito desgastante e quente”; faziam postos de vigilância em cima das árvores onde revezavam os turnos de

trabalho, mas sempre mantendo pelo menos uma pessoa no posto; as barracas eram alinhadas umas com as outras de modo a formarem ruas e, no centro, o local para as reuniões do acampamento. Enfim, construíam um território, mesmo que num curto espaço de tempo, com diversos pontos de significação política, estratégica e social: o acampamento.

A partir da consulta ao acervo da biblioteca municipal de Descalvado, mais especificamente aos arquivos dos jornais da cidade, encontramos a seguinte reportagem sobre a ação de ocupação no jornal “O comércio” do dia 27 de janeiro de 2007 (figura 13):



Figura 13: Reportagem do jornal “O comércio” do município de Descalvado sobre a segunda ocupação dos “sem terra” na área do Horto Aurora, abril de 2007.

Fonte: Arquivo público da Biblioteca Municipal de Descalvado. Acesso: outubro, 2010.

Tal reportagem, feita uma semana após a área ter sido ocupada, apresentava os sem terra como “invasores” do patrimônio alheio, e, certa maneira, como transgressores das leis e da propriedade privada, ou seja, invadiram as terras de uma pessoa jurídica respeitada no município que, na defesa de seus interesses, contra atacava. O que, de certa maneira, contribuiu para o abandono da luta de algumas pessoas, pois se viam como transgressoras, como será visto a seguir ainda nesse capítulo.

Percebe-se também que havia certo despreparo dos policiais para lidar com uma situação como essa. Os registros das falas dos acampados e policiais entrevistados pela imprensa são fontes importantes para destacar os primeiros conflitos vivenciados no acampamento entre os demandantes da terra e o poder local logo nos primeiros dias que “os sem terra de Descalvado” se apresentaram ao público. Aliás, a questão do município de origem foi um dos elementos que se destacou na reportagem.

Os demandantes da terra reafirmavam, constantemente, a naturalidade descaldense da maioria dos que ali estavam. Essa pode ter sido uma das estratégias do grupo para “facilitar” a negociação com a justiça e, principalmente, com o poder público local no que tange à legalização das terras ocupadas, já que havia eleitores entre eles. Porém, sem sucesso.

A juíza local encaminhou o processo de desocupação da área pelos “invasores”, e esta deveria ser realizada até à tarde de domingo do dia 28 de janeiro do mesmo ano. Sem o intuito de quererem “maiores problemas”, os acampados desmancharam suas barracas e se dirigiram para as margens da estrada vicinal que liga a área do Horto Aurora à cidade de Descalvado.

A partir desse evento, o *campo* (BOURDIEU, 1996) de luta e reivindicação dos assentados se ampliou: saiu do nível das representações e do conflito com o empresário para adentrar no institucional. Com esse movimento de ampliação o papel da liderança também se modificou, pois ela passou a ser também um mediador social, um elo entre diferentes estruturas institucionais e pessoas, e por isso tinha que se apresentar como um interlocutor do movimento (dos sem terra) com o Estado.

A partir desse primeiro confronto muitas pessoas desistiram da luta por medo, cansaço e também pela falta de crença nas possibilidades de conquista daquelas terras legalmente. Com isso, o número de participantes variava no decorrer dos dias acampados, podendo ir de mais de 150, como no dia em que foi realizada a ação de ocupação propriamente dita, e também diminuir bastante, como quando a polícia

chegou intimidando os “invasores” e da ação de despejo. Portanto, depois de erguido o acampamento, o número de acampados podia variar de acordo com os eventos que ocorriam no processo de luta entre os assentados e os agentes externos.

Esse fato é importante, na medida em que inerente a esta construção socioespacial de luta existe toda uma disputa em torno de classificações e nomeação das diversas formas de ação possíveis, que por sua vez, dizem respeito à legitimação ou deslegitimação da própria mobilização e da ação de ocupação. Nesse sentido, é notória a polêmica em torno das “ocupações” ou “invasões” de áreas rurais ou órgãos públicos. Entre as organizações de representação e assessoria dos trabalhadores rurais, a discórdia sobre a legitimidade deste tipo de ação marcou algumas cisões e diferenciações importantes no processo de luta pela terra.

Para os “sem terra de Descalvado”, acampar, ocupar ou, como ainda falam alguns, invadir a área de uma empresa e disputar essa área com ela, não fazia parte do horizonte de possibilidades das pessoas que ali se encontravam até então. Eles só adentravam numa área como a do Horto se fosse a pedido de um patrão para realização de um serviço. Ou seja, os trabalhadores na luta pela terra em Descalvado tinham costumes, que também fazem parte da *economia moral dos pobres*, de respeito à propriedade privada como um patrimônio construído com muito “suor e trabalho”. Assim, ocupar, invadir ou acampar, passou a figurar como práticas ilegais por alguns desses sujeitos que não compreendiam muito bem o processo de desapropriação de uma área para reforma agrária e, muito menos, a atuação dos movimentos sociais de luta pela terra com ações de enfrentamento.

Assim, conforme Wanderley (2009), entre os demandantes da reforma agrária as “ocupações” de terras não são formas de ação naturalmente válidas e legítimas a todo o grupo, sobretudo quando elas beiram a fronteira do que é considerado transgressão por eles. De fato é comum entre alguns deles haver um sentimento de vergonha “*por invadir algo que é dos outros*”. Os que decidem por este modelo de enfrentamento, mesmo contrariando seus valores morais, o fazem geralmente a partir de uma grande tensão interna (subjéctiva) e não sem o apoio e compreensão por parte de seus companheiros de luta e de outros atores envolvidos nesse processo (assessores do movimento social, instituições de pesquisa, etc.).

É necessário que se faça esta reflexão para evitar uma percepção linear e unívoca das condutas e discursos adotados pelos atores envolvidos na luta pela terra.

Nesse contexto, alguns indivíduos não permaneciam no acampamento o tempo todo, pois ainda mantinham vínculos trabalhistas nos canaviais do município e da região ou mesmo na cidade realizando atividades temporárias para a manutenção da família e também para ajudar o acampamento na compra de mantimentos, isto é, com o que eles consideravam práticas legais na sua moral.

Existiam ainda aqueles que trabalhavam fora, mas também não deixavam suas barracas vazias. Sempre alguém da família permanecia no local para “*marcar território*”, no sentido de mostrar que ali havia gente dominando aquela área. Havia também outros que passavam muito tempo longe das barracas por conta do trabalho em outros municípios e deixavam-na sob responsabilidade de algum parente ou amigo próximo que estava participando do acampamento. Esses, periodicamente retornavam e reafirmavam os laços com os demais.

No interior do acampamento havia uma divisão do trabalho organizada em comissões, como a das mulheres encarregadas da barraca da cozinha onde faziam a comida para os acampados; os encarregados pela segurança que zelavam pelo local, sobretudo à noite, estes eram principalmente homens; os responsáveis pelas negociações com os representantes da empresa e também do município, dentre outras. A liderança também permanecia o tempo todo no local, e era encarregada de conseguir com os órgãos governamentais e com o próprio movimento alimentos, roupas e outros produtos que os acampados precisassem e que fossem considerados indispensáveis para a viabilidade do acampamento.

Assim, percebemos que a organização do acampamento no Horto Aurora estava em consonância com a descrição feita por Sigaud (2005) quando ela tratou das ocupações na zona da mata pernambucana:

Os acampamentos eram, portanto, muito mais do que a mera reunião de pessoas para reivindicar a desapropriação de um engenho. Compreendiam técnicas ritualizadas de realizar a ocupação, uma organização espacial, uma etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras para ali conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo, como a bandeira e a lona preta, que constituíam os marcos distintivos. Essa combinação de aspectos modelares constitui uma forma, a *forma acampamento* (SIGAUD, 2005: 260).

Todas as “regras de etiqueta” da *forma acampamento* foram estabelecidas em comum acordo com os participantes nas constantes reuniões do grupo. As transcrições de parte das entrevistas abaixo são representativas desse processo.

(...) ele (o filho) pegou a barraquinha que a gente tinha de camping e trouxe para o acampamento. Ele falou que ia construí uma casa no alto, em cima dos eucaliptos. Era uma estratégia também, a gente tinha que ter uma visão melhor do lugar pra saber quem estava vindo mesmo. Meu marido e meu filho revezavam na segurança lá em cima. Muitos outros também iam lá. (...) Todo mundo se unia. Onde você estivesse o povo se ajudava, em tudo o que você puder imaginar, na construção dos barracos, na alimentação, nas noites de frio, em tudo (A, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

No dia de ocupar a área mesmo que o P decidiu ocupar tudo pra não perder a área e dar a idéia de que a gente tem gente o bastante pra ficar nessa área toda. Foi quando a gente se dividiu, todos os acampados, em grupos, de cada família né, pra ocupar a área, cada família distante 50 metros da outra para que as pessoas vejam que todo a área tem gente e também ver uma a outra. Foi quando a minha família ficou junta também. Nesse dia, nessa divisão dos grupos pra ocupar a área toda, a gente como família grande e unida tendeu ir todos para um mesmo lado e ocupamos mais essa área aqui de cima mesmo. (R, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

No acampamento eram mais as assembléias de conscientização da luta. Na verdade o pessoal que fez a ocupação a grande maioria não sabia o que era a luta pela reforma agrária. Mas a gente fazia esse trabalho lá. Ainda hoje muitos lá não sabem, mas continuávamos com o trabalho de base no acampamento e até hoje no assentamento. Aí no acampamento fazíamos esse trabalho, do porque ocupar essa área, quais os nossos direitos, dos possíveis confrontos com a polícia e com a prefeitura e a empresa, essas coisas que a gente fazia no acampamento. Muitos ali não sabiam nada dessa judicial, só queriam saber se iam liberar a terra pra eles ou não, aí é importante o trabalho no acampamento nesse sentido. Daí é nesse espaço do acampamento que começam aparecer algumas pessoas que se interessam mais em conhecer a luta e o movimento, aí você vai vendo as lideranças no local, do pessoal mesmo. Fazíamos um trabalho pra mudar também um pouco a idéia que eles tinham sobre o que era ser sem terra, já que eles estavam sendo um. Daí a FERAESP no acampamento vem como um apoio da luta, pra apoiar eles nessas questões, desde o campo político e de direitos até na auto-estima deles (P, liderança local da FERAESP, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Porém, muitas pessoas se dirigiram ao local depois de certo tempo da ocupação e da montagem de novo acampamento nas margens da estrada, sem ter o conhecimento nítido das “regras”, mas que logo se “enturmavam”. A partir desse movimento de aglutinação é que os acampados começaram a perceber que a ação coletiva estava tendo respaldo por outros grupos, principalmente se esses que se agregavam eram “de fora”, de outros municípios que, segundo eles, revelavam o “*tamanho da ação e seu alcance*”. A fala de uma assentada é representativa desse processo:

(...) a gente encarou meio como uma aventura né, é uma novidade, era a primeira vez que íamos fazer um negócio desses. Como minha família estava aqui, todo mundo, aí eu tive mais confiança, vi que não estávamos brincando não, que a gente tinha mesmo possibilidades de conseguir uma coisa aqui mesmo. Também quando a gente via que mais gente de fora ia chegando, ficávamos mais animados, era um sinal que estava dando certo que o

tamanho da ação estava tendo alcance. O objetivo era chamar mais gente também, claro que não dava pra todos conseguir terra, mas naquele momento era importante chegar mais gente. E também as reuniões com o P eram muito boas, a gente acreditava mesmo no que ele falava. Medo a gente não tinha muito não, o maior medo era não conseguir meu chão aqui, porque medo de polícia a gente sabia o que ia acontecer, e aconteceu, mas o P sempre deixou claro o que poderia acontecer e que se eles chegassem com um mandato pedindo pra gente sair, a gente saía, não precisa brigar. Isso não deu medo não, o maior medo era não conseguir minha terra aqui. Era só não cansar da luta mesmo, teve muita gente que desistiu por cansaço da luta, não agüentaram ficar em barracos aqui, muita gente da cidade que achava que era só chegar aqui e pegar uma terra. É assim, no acampamento você vive na esperança, com um objetivo, uns desiste outros não. Então no acampamento todo mundo estava na mesma expectativa e nesse momento tem uma união maior do povo que está na luta. Existe essa união porque todos estão ali procurando a mesma coisa, ganhar em conjunto. Ainda mais que era a primeira vez, aí que você tinha ajuda de todo mundo mesmo, estávamos todos no mesmo barco (R, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Passados mais de dois meses de acampamento na estrada e da agregação de mais pessoas na luta, os acampados elaboraram novas estratégias e buscaram junto ao movimento outros respaldos legais para nova ação de ocupação da área do Horto. E esta aconteceu no dia 6 de abril do mesmo ano, como demonstrado por outra reportagem do mesmo jornal com data de 17 de abril de 2007, com o subtítulo: “Impasses entre detentora das terras e famílias continua; sem terras garantem que vão permanecer no local” (figura 14).

## Mais de 200 famílias estão alojadas no Horto da Aurora

*Impasse entre detentora das terras e famílias continua; sem-terras garantem que vão permanecer no local*

**Por Jaqueline Fonseca**

Cerca de 200 famílias invadiram na última sexta-feira, 06, as terras localizadas no Horto da Aurora, onde atualmente encontram-se acampadas. Diferente do que foi veiculado, as famílias são descaldasenses, de acordo com representantes do Movimento, devendo uma ou duas apenas, serem da região.

Segundo informações, as famílias não são as remanescentes da Fazenda Batalha que, no dia 29 de janeiro, tiveram que deixar o Horto (a invasão neste caso aconteceu no dia 13 de janeiro) por força de um mandado expedido pela justiça local, mediante o pedido de reintegração de posse por parte da arrendatária – a Ripasa, fabricante de celulose e papel.

Até a quinta-feira, dia 12, nenhum agente do INCRA ou mesmo autoridades locais tinha ido até o local, porém, líderes representantes das famílias teriam ido até a cidade de Araçuaia, para buscar uma solução, pois conforme os invasores, a pretensão é permanecer no local.

"Estamos aqui em busca de um pedaço de terra, em busca da nossa subsistência. Todos aqui, ou não têm condições de pagar aluguel, ou estão desempregados. Ninguém está aqui porque quer, mas porque precisa de uma oportunidade", disse uma senhora que falou à reportagem.

Essa foi a segunda in-



vasão das terras do Horto da Aurora, somente este ano, mas a propriedade é constante alvo de famílias sem-teto. Todos os invasores são unânimes quanto àquela propriedade (que na verdade é do Governo do Estado, mas está arrendada à Ripasa), tratar-se de uma área disponível, já que após o incêndio ocorrido em meados de agosto do ano passado, ela foi considerada 'inadequada' para o cultivo do que hoje é produzido lá, ou seja, eucaliptos (sendo a empresa inclusive, segundo as famílias, ter sido ressarcida através de seguro, pelo estrago causado pelo incêndio).



Figura 14: Reportagem do jornal "O comércio" do município de Descalvado sobre a segunda ocupação dos "sem terra" na área do Horto Aurora, abril de 2007. Fonte: Arquivo público da Biblioteca Municipal de Descalvado. Acessado: outubro de 2010.



*Figura 15:* Acampados na construção do espaço de reuniões do acampamento com as toras de eucalipto do local (segunda ocupação da área do Horto Aurora em 2007).

Fonte: Arquivo pessoal de Willian Cruz, filho de um assentado no PA Aurora.  
Autor: Willian Cruz, 2007.

Novamente a empresa RIPASA pediu a reintegração como ilustrado na transcrição abaixo feita a partir do processo judicial que conseguimos com os assentados e que, além de adjetivações negativas relegadas aos sujeitos da luta pela terra e confusões no que se refere ao movimento responsável pela ação, desqualificava um possível projeto de desenvolvimento rural através do assentamento no município:

(...) 9) Tendo a posse mansa e pacífica das áreas do Horto Florestal situado na cidade de Descalvado, eis que, veio a ser surpreendida com uma nova invasão pelo Réu em partes das terras onde está desenvolvendo o seu trabalho no dia 18/04/2007, tudo isso por uma das mesmas pessoas que já invadiram o Horto Aurora na data de 13/01/2007, e que já fora objeto de ação própria, tendo Vossa Excelência deferido o r. liminar (SIC) para desocupação, após a ilustre manifestação do Ministério Público em consistindo no que segue: (DOCS. 06/07), CONFORME BOLETIM DE OCORRÊNCIA ANEXO, SOB N° 351/2007, DA DELEGACIA DE POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO, onde consta textualmente que:

9.a) “Comparece nesta DelPol o Sr. S. F., representando a empresa RIPASA, informando que na manhã da presente data, um grupo de pessoas ligadas ao MST, liderada por F. D. C., vulgo “P”, invadiu o local dos fatos, área arrendada à empresa que representa, onde já montaram suas barracas. Informa que as pessoas que lá se encontram, são as mesmas que invadiram o local em outra data conforme BO 302/07 (...)”

10) (...) além do que, se vencido estivesse (o contrato), também não poderia ser objeto de invasão, visto que voltaria ao Estado a sua posse e a este

compete a destinação ou não das áreas para assentamentos rurais e não ao requerido ou ao MST (...).

14) Além do mais, sendo esta mais uma invasão dos membros do Movimento Sem Terra no município de Descalvado, passa a representar uma grande preocupação, eis que, todas as áreas na cidade são produtivas, pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas, que trazem o progresso para a cidade e região. (Transcrição de parte do processo judicial de reintegração de posse feito pelos representantes da RIPASA, 2007)

Nesse sentido, segundo Wanderley (2009b: 38):

(...) atenção especial deve ser dada às particularidades da ação do Estado, como ator social presente no mundo rural. Por meio de políticas públicas, ele interfere diretamente no processo de (re)distribuição dos recursos produtivos e dos bens sociais aos demais atores rurais, bem como no reconhecimento dos sujeitos de direito desse mundo rural. Essa atuação, por sua vez, é resultado das relações predominantes no interior do próprio Estado, que o definem como um campo de disputas entre forças sociais e políticas distintas, que defendem concepções igualmente distintas de desenvolvimento rural.

Assim, no *campo* de luta institucional, o papel do mediador social com a assessoria jurídica foi de fundamental importância para a continuidade da luta. Na procura de novos respaldos legais para nova ação de ocupação, P passou a assumir o papel de mediador propriamente dito, sendo um dos nomes indicados no processo judicial encaminhado pela RIPASA para “negociar” com o Estado (aqui representado com o poder público municipal). Desse modo, o projeto identitário coletivo que estava, até então, no campo da representação social dos demandantes da terra, se fez reconhecer também no campo institucional. Destarte, a luta a partir desse reconhecimento político e institucional dos “sem terra” com o Estado passou a ser uma luta de apropriação (simbólica) e de dominação (político e disciplinar) do território. Ou seja, foi quando o espaço físico (com fronteiras e limites, tanto sociais como territoriais) do assentamento começou, efetivamente, a ser delineado em outro *campo* de disputas: o jurídico.

Nesse contexto, a decisão de continuar com a luta decorreu da situação vivida, das mobilizações e agregações de mais pessoas, dos exemplos vitoriosos de luta na região que vinham se concretizando e, principalmente, da afirmação da identidade de “sem terra” perante o Estado, no campo institucional. Esses esforços culminaram na (re)articulação dos sujeitos com o projeto identitário ligado à conquista de um território, aliando os seus interesses contra outros que diferiam dos seus na disputa pelo uso do espaço.

A homogeneização obtida nesse processo de enfrentamento encontrou seu auge, principalmente, durante o segundo acampamento no Horto. Nessa fase, em meio ao aguçamento do confronto com a polícia, com o poder judiciário e com os representantes

da empresa arrendatária da área em disputa, os “sem terra” começaram a ter maior clareza do comportamento que os subordinavam. E é justamente nessa fase que, segundo Zimmermann (1994), ocorre o aumento da percepção crítica, tanto através das ações de integração (reuniões, da própria ocupação, deliberações, organização das comissões, proximidade com o movimento social, etc.) como também por aquelas induzidas pelos agentes externos, os “inimigos”, que fomentam a dissociação das famílias acampadas (ações de reintegração de posse, repressão policial, preconceito do poder público local, etc.). Nesse sentido, as falas dos assentados entrevistados e do mediador social do movimento são referências:

Nada me assustava não, só quando os “homi” (a polícia) chegava com as armas. Mas num aconteceu nada mais do que isso não. Eles chegaram aqui falando mal da gente, mandando a gente sair. Mas a gente sabia que a terra aqui estava irregular com o governo. Aí nós ficamos mesmo, aí que deu mais vontade de lutar junto do povo. (S, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

Só quando ocupa a terra a gente tem medo, depois não. É por que a gente num sabe o que vem pela frente, ainda mais do que já tinha acontecido da outra vez. Pode ter até morte né, na primeira vez uma pessoa passou muito mal e foi levada ao hospital, e na segunda podia dar até morte por causa de insistência nossa. Mas depois que as coisas se acertam acaba o medo. Então só na ocupação. Ah, mas o acampamento é uma família só, todo mundo junto e aí o medo vai embora. No acampamento a gente era mais unido mesmo do que agora no assentamento. (M, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

Tive medo da primeira vez que a gente entrou aqui, disseram que a polícia estava vindo, com armas, aí eu tive medo, eu num queria morrer, só pensava nisso. Porque eles são uns bandidos, eles num separam mulher, criança, eles saem atirando, achando que a gente aqui é bandido. Eles batem em todo mundo. Mas nós resistimos e ficamos aqui, sabíamos do nosso direito até por isso é que ocupamos de novo. O P sabia e falou com a gente, nisso também o movimento é importante, eles são informados dos direitos do povo, a gente que nunca estudou num somos, eles são. Mas a união do acampamento fez tudo dar certo. (A, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Na primeira ocupação, quando o pessoal ainda não sabia direito da luta, tinha umas 350 pessoas, todas na expectativa de conseguir a terra logo, aí eles viram que num ia ser fácil né. Já na segunda ocupação o número diminuiu, tinha acho que umas 250. Só continuou mesmo quem estava muito querendo a terra, que o sonho da terra estava batendo na cabeça. Na segunda vez já tinha um povo que estava mais seguro do trabalho do movimento e do meu principalmente, aí acho que a união foi maior, apesar de ter menos gente do que tinha no passado aqui na primeira ocupação. A segunda ocupação a preocupação com a diminuição do pessoal na luta fez com que a gente começasse de novo o trabalho com as reuniões, pra tentar trazer gente de novo, pra novamente levantar um grupo pra continuar a luta. Esse é o trabalho de base, ele não para. E aí o pessoal juntou de novo, viemos pra ocupação no Aurora, a gente entrou na Aurora novamente. Dessa vez a resistência foi maior, a gente sabia do contrato da área que tinha acabado e aí nós não saímos mesmo. Nessa época o confronto com a polícia foi maior, até com a RIPASA também, mas nós resistimos. Foi quando a gente começou a chegar num acordo com o pessoal da RIPASA, eles admitiram que o contrato

tinha acabado e foi quando a gente começou a negociar o assentamento lá. A RIPASA pediu um tempo pra retirar os eucaliptos né, pra limpar a área e entregar de novo pra o Estado, pra entregar a área tinha que estar limpa. Foi quando acordamos com a situação e ficamos na expectativa do assentamento, não saímos de lá, saímos da área onde tinha eucalipto que a empresa ia retirar, mas da área não. Foi entregue a área pro Estado e após a entrega a gente ocupou novamente pra fazer pressão no INCRA. Foi quando o INCRA veio e assumiu a área, já não estava mais na mão da RIPASA. Aí foi quando a gente começou a fazer a seleção das famílias. (P, liderança local da FERAESP, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

Percebe-se, nas falas acima, que o sentimento de pertencimento ao grupo foi aguçado no acampamento. As frases como “*no acampamento era uma família só*” e “*tinha mais união no acampamento*”, são reveladoras de uma situação de coesão da população, diferentemente do que é hoje no assentamento, quando esse sentimento de pertencer ao grupo parece diminuir<sup>25</sup>.

Assim, podemos inferir que a “forma acampamento” se colocava como um *ritual de passagem*, no sentido dado por Turner (1974), como um momento de transição do grupo e quando a identidade social homogênea se traduzia pela união e também através do objetivo comum a todos. Ou seja, o acampamento foi o estado *liminar* da luta pela terra com uma série de aspectos inerentes a ele que, segundo Turner, se coloca com a homogeneidade, a igualdade e a ausência de propriedade material que possa distinguir indivíduos em um grupo. Todas essas situações poderiam ser ilustradas no acampamento: todos estavam sob a “*lona preta*”, havia ajuda mútua para manter a segurança e a organização no local, havia também a exaltação da união como forma de pertencimento a um grupo que visava um objetivo comum, e havia, finalmente, a posição “marginal” em relação ao resto da sociedade.

Assim, esse estado de transição aponta para o nivelamento social dos indivíduos que participaram de um processo ritual de transformação social e identitária. Todavia, ainda conforme a proposta de Turner (1974), foi com o conceito de *communitas* que se encontrou a melhor tradução do estado liminar. Segundo esse autor:

É como se houvesse (...) dois modelos principais de cor-relacionamento humano, justapostos e alternantes. O primeiro é o da sociedade tomada como um sistema estruturado, diferenciado e freqüentemente hierárquico de posições político-jurídico-econômicas, com muitos tipos de avaliação, separando os homens de acordo com as noções de “mais” ou de “menos”. O segundo (*a communitas*), que surge de maneira evidente no período liminar, é o da sociedade considerada como “comitatus” não estruturado ou rudimentarmente estruturado e relativamente indiferenciado, uma

---

<sup>25</sup> A questão das diferenças entre o acampamento e o assentamento será analisada no capítulo 4.

comunidade, ou mesmo uma comunhão de indivíduos iguais que se submetem à autoridade geral dos anciões rituais. (TURNER, 1974: 118-119)

A *communitas* é, no nosso entendimento, o momento intersticial em que se coadunam as multiplicidades de indivíduos, e que deixam transparecer certa homogeneidade do grupo em função mesmo dos objetivos iguais. Esse também se configura como um momento de (re)significação de valores, moldando novas relações sociais e projetos para uma nova realidade que possa vir a ser concretizada, principalmente com o apoio da liderança, o “ancião”, aquele que tem o conhecimento do processo de reforma agrária.

Assim, é necessário ressaltar a existência de uma sociabilidade específica no acampamento. As reuniões, as comissões, as batalhas e a união propiciavam interações sociais consideradas por eles mais intensas do que as atuais. Uma série de fatores contribuía para isso. O objetivo comum a todos de conseguir se assentar em um lote dava ao grupo uma coesão particular. Em torno deste desejo e expectativa, os atores resistem juntos a toda uma série de hostilidades, precariedades e sofrimentos.

Não devemos considerar esse momento da luta como um recorte demográfico e geográfico apenas, mas também como uma construção político-ideológica, flexível, móvel e com diversas facetas formadas no próprio processo de luta. De um ponto de vista sociológico, o que importa é que essa crença (política e ideológica da conquista da terra) passou a figurar no horizonte de possibilidades dos sujeitos. As ocupações de terras com montagem de acampamentos constituem uma linguagem simbólica, um modo de fazer afirmações e ganhar visibilidade por meio de atos, e um ato fundador de pretensões à legitimidade: o domínio do território. E essa linguagem é bem compreendida por todos: o INCRA entende que há um pedido de desapropriação e pode desencadear o processo de regularização fundiária e o arrendatário percebe a possibilidade de ficar sem suas terras e age na defesa de seus interesses, solicitando a reintegração de posse.

Com o ato de ocupar, os movimentos legitimam suas pretensões à desapropriação e ao reconhecimento de que aquela área é sua. Ao montar sua barraca, o trabalhador diz que quer a terra. Essa afirmação está dirigida ao INCRA, que no momento de selecionar os futuros beneficiários irá contabilizar os que se encontram debaixo da lona preta; ao movimento, que o incluirá em suas listas a serem apresentadas ao INCRA; às universidades que fazem pesquisas no local; e aos demais que se

encontram no acampamento, que irão reconhecê-lo como alguém que quer a terra. Ou, conforme ressaltou Sigaud (2005): a barraca legitima a pretensão a “pegar terra”.

Assim, essa manifestação deve ser lida como expressão pública do grupo em torno de objetivos e identidades comuns. A identidade que vinha sendo construída, através da participação diferenciada nas reuniões, nas mobilizações e no acampamento dos diversos atores envolvidos no processo, tinha como eixo principal um projeto de vida com sustentação através representação social que a conquista da terra amparava. Suas fronteiras eram percebidas e explicitadas e o contraste com o exterior (com os “inimigos”) se tornou um fator estruturante de suas unidades e especificidades. Assim, todo grupo está em contato e em concorrência com outros grupos. Dessa forma, devem ser vistos como conjuntos de relações vividas a partir do reconhecimento coletivo de uma auto-imagem que fundou uma espécie de comunhão ideológica em torno de objetivos compartilhados pelos seus integrantes.

Nesse complexo contexto, a vitória dos demandantes da política de reforma agrária foi conquistada. Depois de um longo processo de enfrentamento e de resistência, tanto política e cultural como material das condições precárias e instáveis de vida no acampamento, saiu a proposta do INCRA de criação de um Projeto de Assentamento Rural no local, beneficiando 80 famílias (cerca de 250 pessoas) e reconhecendo a legitimidade das intervenções no espaço dos atores envolvidos na luta e iniciando o processo de construção uma nova forma de ruralidade no município. Assim, concordamos com Wanderley, quando essa autora afirma que:

A sociedade brasileira parece ter hoje um olhar novo sobre o meio rural. Visto sempre como a fonte de problemas - desenraizamento, miséria, isolamento, currais eleitorais etc. - surgem, aqui e ali, indícios de que o meio rural é percebido igualmente como portador de “soluções”. Esta percepção positiva crescente, real ou imaginária, encontra no meio rural alternativas para o problema do emprego (reivindicação pela terra, inclusive dos que dela haviam sido expulsos), para a melhoria da qualidade de vida, através de contatos mais diretos e intensos com a natureza, de forma intermitente (turismo rural) ou permanente (residência rural) e através do aprofundamento de relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre os habitantes do campo (WANDERLEY, 2001: 31).

Wanderley (2009b) também traz uma argumentação que retomamos aqui, pois acreditamos poder fazer um paralelo com o caso estudado. Segundo ela:

Seja na fronteira ou nas áreas tradicionais, é, sem dúvida, a agricultura familiar, realizada dentro ou fora dos grandes estabelecimentos, isto é, com pequenos proprietários ou agricultores sem terra, que dá vida às áreas rurais, criando espaços comunitários, dispendo de certa estabilidade. A esse

respeito, o contraste é enorme entre áreas ocupadas por agricultores familiares, de tradição camponesa (...), e aquelas compostas por grandes propriedades extensivas, que esvaziam o campo de sua população (WANDERLEY, 2009b: 43).

Fernandes (2008b), que trata da problemática do embate territorial entre agricultores assentados e agronegócio no Pontal do Paranapanema (também no estado de São Paulo), argumenta que o território dos assentamentos rurais é organizado primeiro para a existência da população assentada, isto é, um espaço onde se desenvolvem as dimensões da vida de uma comunidade; já o território do agronegócio é organizado fundamentalmente para a produção de mercadorias (no caso analisado, de etanol e açúcar). Para o autor, a paisagem também é marcadamente diferente: enquanto no território do assentamento ela é bem diversificada, pois, nesses espaços coexistem produção agrícola, escolas rurais e muitas pessoas habitando, o território do agronegócio apresenta uma paisagem bastante homogênea, com enormes extensões de cana e sem presença humana.

Procurando finalizar a discussão desse capítulo, podemos afirmar que a política de assentamentos rurais se constrói como um resultado de uma luta social e de um processo de intervenção dos poderes públicos e dos atores envolvidos em um espaço. Ou seja, se constrói no interior de um campo de forças no qual se encontram e se confrontam seus principais atores: os sem terra (com suas diversas trajetórias e concepções de mundo), seus aliados e representantes (que frequentemente elaboram e organizam os discursos e a atuação dos sujeitos) e os próprios poderes públicos e privados. Essa arena de conflitos permite aprofundar os espaços de viabilidade para a implantação dos projetos demandados como também podem colocar-se como um empecilho à sua efetivação.

Buscando, portanto, entender como os “sem terra” acampados na área do Horto Aurora, enquanto sujeitos de suas próprias histórias, participaram efetivamente na dinâmica do processo de territorialização de um assentamento rural, procuramos entendê-los como portadores de afinidades que, inseridos em redes sociais estabelecidas ao longo do tempo entre os próprios demandantes e entre eles e as organizações mediadoras, construíram estratégias identitárias para a intervenção, por parte do Estado, em uma situação de conflito por território e na condução de uma proposta de mudança social. Assim, não os tratamos como um sujeito coletivo, historicamente determinado e com uma identidade de classe social para si especificamente estruturada.

A estratégica construção de redes de relações sociais, de grupos, da própria luta e também a descrição da estrutura econômica agrária regional, nos ofereceu subsídios para pensarmos esses aspectos dinâmicos da identidade de grupos excluídos social e economicamente da sociedade. Se as redes e grupos foram construções móveis e flexíveis criadas no processo de luta, sobre a identidade social dos hoje assentados podemos concluir, em primeiro lugar, que ela foi parcialmente gerada no passado pelos *habitus* e *illusio* dos sujeitos. Assim a luta, o processo de mobilizações e reuniões (os *campos*) bem como o reconhecimento institucional da demanda, foi responsável por reforçar laços de solidariedade, união e proximidade e durante a qual os atores envolvidos construíram importantes alianças que garantiram o entendimento e o atendimento de suas primeiras demandas.

Em segundo lugar, a identidade social dos assentados é também construída no presente. Um presente marcado, de acordo com Santos (2004), pelas crescentes presenças de movimentos de racionalização do sujeito e do espaço, principalmente no que tange aos aspectos econômicos, mas que para alguns grupos não necessariamente perpassem apenas essa esfera da vida.

Vale insistir que mesmo neste momento instável que é o acampamento, no qual os conflitos e divergências internas parecem não existir, são as diferentes posições ideológicas e estratégias adotadas pelos atores envolvidos que, paradoxalmente, definem os contornos e preposições do grupo ao qual pertencem. Mas, é importante frisar, isso não significa que assim que conquistada a terra tal unidade continuará existindo. Como será visto no próximo capítulo, no “*assentamento é uma outra história*”.

#### **CAPÍTULO 4. A(S) IDENTIDADE(S) E A(S) TERRITORIALIDADE(S) NÃO PARA(M): “VIVER NO ASSENTAMENTO É OUTRA HISTÓRIA”.**

O assentamento Aurora foi criado oficialmente através da Portaria INCRA SP0327000, de 7 de janeiro de 2008, com 80 parcelas de tamanho variando entre 3 e 4 ha, além da área de reserva legal e comunitária, totalizando um total de 533ha. As reservas de preservação permanentes são divididas em três áreas que, somadas, equivalem a aproximadamente 107 ha constituídos como “domínio de caráter comunal”, não pertencendo, portanto, individualmente a qualquer família<sup>26</sup>.

Como no acampamento havia mais famílias do que a área destinada à criação do PA comportava, foi realizada uma seleção dos que seriam beneficiados por essa política pública no local. O processo de seleção foi feito em assembléia, onde participaram dois representantes do INCRA, um da FERAESP e cinco dos acampados. Com relação aos representantes dos “sem terra”, a escolha foi conduzida em uma votação no acampamento. Segundo o depoimento de uma assentada que fez parte da mesa de seleção, reproduzido abaixo, a escolha tinha que garantir a representatividade tanto dos naturais de Descalvado como também dos “de fora”, isto é, dos migrantes de outras localidades.

Eu fiz parte da mesa né, com gente do INCRA, com técnicos do INCRA e da FERAESP e algumas pessoas que estavam aqui na luta também. Aí como tinha muita gente que era de fora a gente organizou a mesa com gente de fora também, não só daqui de Descalvado, pegamos gente de fora também. Aí foi formada a comissão aqui dos acampados, com os próprios moradores, e o pessoal elegia quem estava na mesa. Essa eleição era realizada dividindo quem estava no acampamento em grupos. Aí eu fui eleita por um grupo. Era assim, duas pessoas do INCRA que a gente não conhecia, uma da FERAESP, que era o P, e cinco aqui do assentamento, que na época era ainda acampamento. Depois disso, tinha uma lista, era a lista dos nomes das pessoas que estavam querendo terra e que ficaram no acampamento. Dessa lista foi feito um sorteio das pessoas que iam ficar com a terra aqui no Aurora, os outros que não fossem sorteados iam ver se ficavam na luta, porque ia ter outra ocupação aqui em Descalvado mesmo só que em outro local, ou se iam embora mesmo. Aí sorteava e via se enquadrava nos critérios do INCRA. (A, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

*Pesquisador: E quais eram os critérios do INCRA para poder conceder a terra?*

Era não ter antecedentes criminais, entender um pouco de roça né, ter aptidão com o trabalho na agricultura, gostar de trabalhar na terra, vim realmente morar na terra e o maior, que foi o mais difícil mesmo e que tirou muita gente daqui foi a hora que o pessoal falou que teria que desistir do emprego lá fora, essa foi a parte mais cruel. Nessa hora muita gente foi embora, muita gente desistiu. E o salário né? teve gente que tinha um bom salário, uns três salários

---

<sup>26</sup> Ver figura 16 na página 126.

mínimos, essas pessoas não puderam pegar terra aqui, isso foi cruel porque tinha gente que estava aqui desde o início, na esperança de ter uma terra que ajudava o povo com água, trazendo água na camionete, eles mereciam aqui, mas não deram a chances pra essas pessoas, eles excluíram essas pessoas. (A, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

Nesse depoimento, além de evidenciar como foi feita a votação dos representantes dos acampados para compor a mesa de seleção, também destaca os requisitos demandados pelo INCRA para que um acampado pudesse ser beneficiário do assentamento. Alguns desses critérios foram, inclusive, motivos de desagrado de muitas pessoas que estavam na luta desde o início e que vieram a abandonar o sonho de ter a terra própria por não concordarem em deixar o emprego assalariado rural ou urbano. Mas, em meio aos (des)acordos, essa foi a maneira encontrada pelos diferentes atores para realização da seleção e para iniciar a territorialização dos “sem terra” no assentamento Aurora.

Assim, o território, conquistado no campo jurídico e também no da representação social (portanto, apropriado e dominado ao mesmo tempo), começa, de fato, a ser delineado no espaço, primeiramente elegendo seus respectivos beneficiários. Depois, com a intervenção técnica do INCRA, “recortando” o território: área total, divisão dos lotes, das reservas ambientais e da área comunitária. Ou seja, repartindo o território de maneira disciplinada, impondo limites, criando redes e formas de uso, como apontou Raffestin (1993) (Ver figura 16 abaixo).

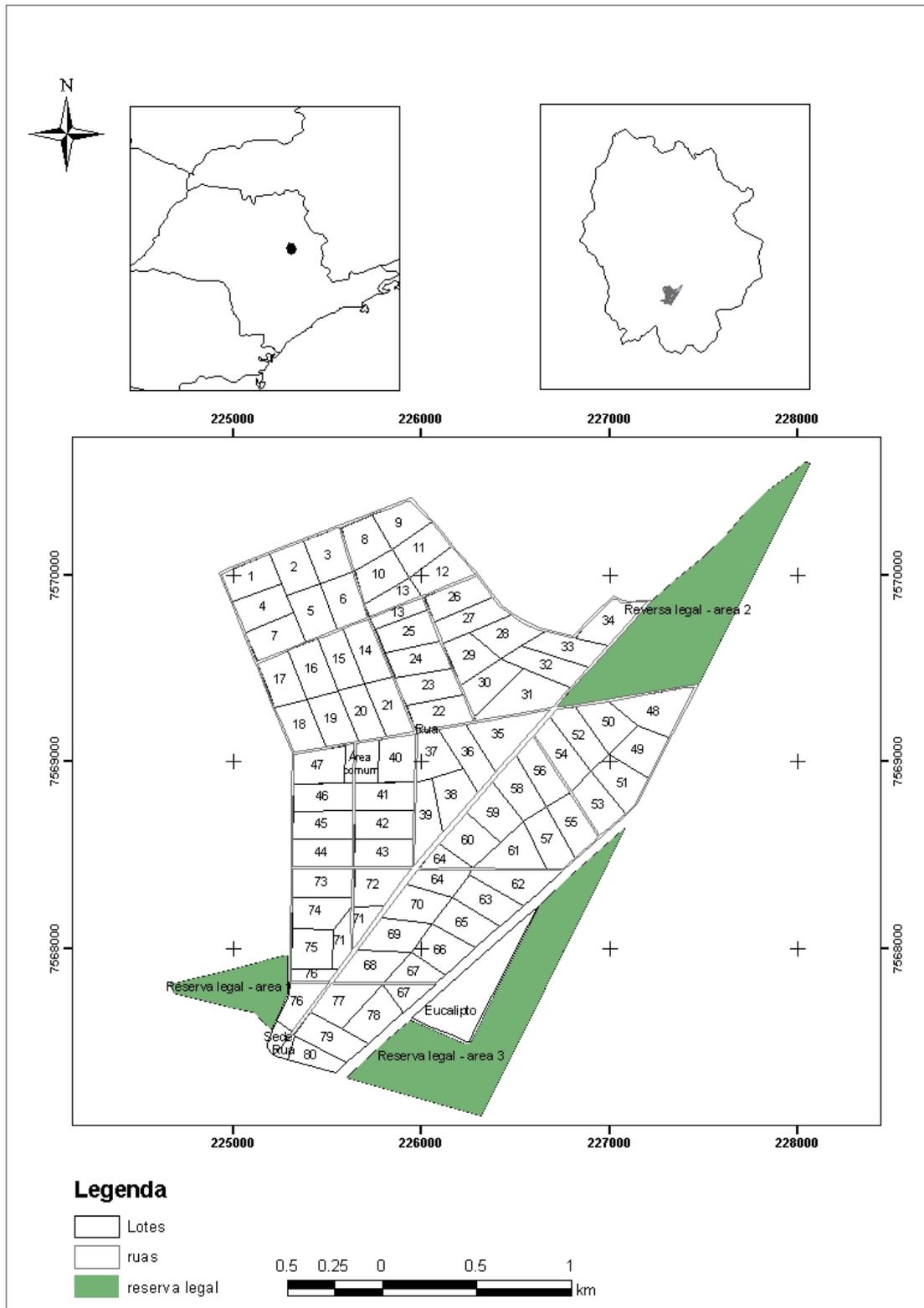


Figura 16: Projeto de Assentamento Aurora em Descalvado-SP.

Fonte: MDA/INCRA; GEOMINAS;

Pesquisa de campo, 2010.

Autor: Lucas Magno.

Percebe-se, ao sul do mapa próximo à área 3 de reserva legal, uma porção de terras que ainda não tem uma definição de uso pelo INCRA, ela continua sendo área de plantio de eucalipto. Segundo os assentados, ela vai ser convertida em mais três lotes para beneficiar outras famílias no assentamento, mas que no momento da realização da pesquisa ainda não tinha sido definido.

Portanto, o INCRA conduziu o processo de territorialização do assentamento baseando-se nos aparatos técnicos do Estado para o ordenamento territorial: igualdade no tamanho dos lotes, capacidade de suporte da população na área desapropriada, áreas de preservação ambiental, delimitação de usos dos recursos hídricos, etc. Fazendo um paralelo com a proposta de territorialização de Raffestin (1993), podemos dizer que esse órgão dividiu o território a partir de um tipo específico de representação social, a técnica e institucional, em malhas com redes e nós.

As malhas são os limites físicos da área, separando o que é assentamento e, conseqüentemente quem é assentado, do que não é, isto é, do entorno. Esse processo marca, ao mesmo tempo, a identidade (a de assentado, agora beneficiário de uma política pública) e a alteridade (quem não é beneficiário do assentamento e dos créditos do INCRA). Ou seja, ele delimita fronteiras, tantos territoriais como sociais. Além disso, se tem também as malhas territoriais de uso coletivo, dos assentados e da população em geral, que são as reservas legais.

O nó é representado com a área comunitária, local de encontro e de discussão entre os assentados e ente eles e os agentes mediadores, que simboliza, na visão do INCRA, o local político coletivo por excelência do assentamento.

E as redes, por sua vez, foram pensadas em termos de ligação e fruição de pessoas, mercadorias e serviços, e que podem ser visualizadas com as estradas, tanto as velhas que foram aproveitadas como vias principais e que ligam as extremidades do assentamento, bem como aquelas recém abertas em meio aos eucaliptos para maior integração de alguns lotes localizados nos limites do PA com a área central.

Nesse espaço delimitado pelo INCRA, temos que a população total assentada foi de 270 pessoas (80 famílias<sup>27</sup>) entre crianças, jovens, adultos e idosos. A maioria dos moradores tem entre 31 a 60 anos<sup>28</sup> (59%), distribuído mais ou menos

---

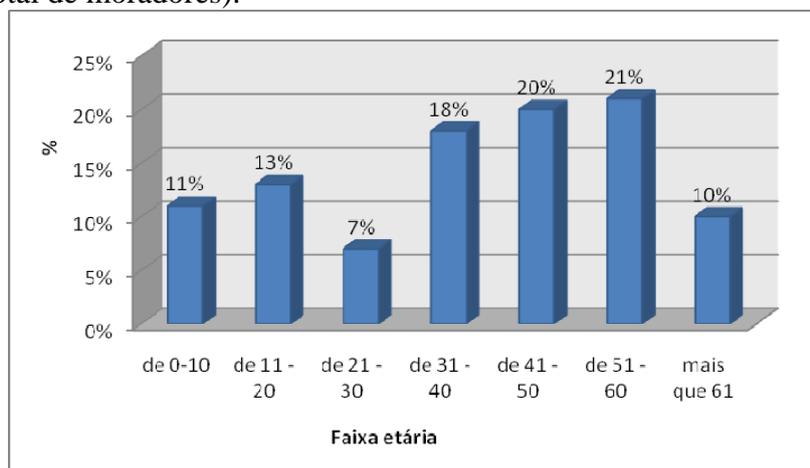
<sup>27</sup> Lembrando que no momento da realização da pesquisa apenas 74 famílias se encontravam presentes no assentamento, número este levado em consideração para a realização do censo e para a descrição dos dados ora apresentados.

<sup>28</sup> Os idosos maiores de 61 anos respondem por 10% da população do local.

equitativamente nas diferentes faixas etárias: entre 31 a 40 anos são 18%, de 41 a 50 anos são 20% e de 51 a 60 anos são 21%; indicando a presença de uma população em idade ativa de trabalho, apesar de haver, como já descrito no gráfico 3, um considerável percentual de aposentados. Estes, porém, não pararam de exercer a atividade agrícola no local, por isso consideramo-los em idade ativa de trabalho. As crianças (de 0 a 10 anos de idade) representam 11% da população total do PA Aurora.

Um dado que chama a atenção quando representamos a idade dos moradores do assentamento no gráfico 9, diz respeito ao futuro do território, à sucessão familiar no assentamento, já que apenas 20% dos moradores são jovens (com idade entre 11 e 30 anos). Tal fato nos chamou a atenção, mesmo não sendo objetivo desse trabalho, haja vista que, levando-se em conta o entorno do assentamento baseado na monocultura de cana, há possibilidades de novos embates territoriais e processos de cercamentos pelas usinas dos lotes no PA, principalmente aqueles ocupados pela população mais velha que, sem descendentes, não darão continuidade à agricultura, repetindo um processo de expropriação dos meios de produção da população do campo e de êxodo rural (Figuras 17 e 18). Esse processo já é parte da realidade de alguns assentamentos na região, como demonstrado por Ferrante (2008), e pode não tardar a chegar ao PA Aurora.

*Gráfico 9.* Distribuição dos moradores do assentamento Aurora por faixa etária (em % do total de moradores).



Fonte: dados da pesquisa, 2010.



Figura 17 e 18: Entorno do assentamento Aurora dominado pela cultura de cana de açúcar.  
Autor: Lucas Magno, 2010.

No que se refere ao sexo do responsável pelo lote há uma ligeira predominância de mulheres (55%) em detrimento dos homens (45%). Esse dado representa uma mudança de postura do INCRA no que se refere à titulação dos lotes que antes era dada, majoritariamente, aos homens, como demonstrado na pesquisa sobre impactos dos assentamentos no Brasil feita por Leite *et al* (2004) que apresentou um dado referente às *manchas* (regiões com alta incidência de projetos de assentamentos no país) por eles estudadas, quando mais de 85% dos lotes estavam em nome dos homens.

Essa prática tem sido debatida através de estudos sobre as relações de gênero no meio rural e mais recentemente tem se consolidado como um exercício do INCRA, equiparando as relações de poder entre homens e mulheres nos projetos de assentamentos rurais no que se refere à titulação dos lotes. Um dos elementos que pode evidenciar essa mudança de postura da instituição que percebemos nas conversas informais com as assentadas é o fato de que, segundo elas, as mulheres serem aquelas que realmente investem os recursos financeiros em projetos para o desenvolvimento do lote e na família. Para elas, “(...) *os homens, tem horas, são muito irresponsáveis gastam todo o dinheiro em coisas desnecessárias como nos bares da cidade. A mulher não, ela pensa em primeiro lugar é na família*”.

Com relação aos níveis de escolaridade dos assentados<sup>29</sup>, os maiores percentuais estiveram nos níveis dos “Sem instrução Formal” (15%) e “Ensino Fundamental Incompleto” (66%). Praticamente todos os moradores mais antigos do assentamento se consideraram analfabetos. Os adultos entre 30 a 40 anos estudaram, em média, até a quarta série primária, e os moradores mais jovens declararam estar estudando.

---

<sup>29</sup> Fizemos um quadro considerando todos os moradores do lote e seus níveis de escolaridade no questionário aplicado ao responsável pelo lote.

Entre aqueles que não tinham nenhuma instrução formal suas falas revelam a dificuldade que tiveram de ter acesso ao estudo e a importância que atualmente lhes atribuem:

Antigamente não tinha aula pra gente não, era só trabalho. (AC, assentado do PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Na nossa época era difícil! Só pegávamos na enxada mesmo! Comecei a trabalhar muito cedo. Estudar é bom, hoje sinto falta quando tenho que assinar algum documento, às vezes a gente nem sabe o que está assinando, por isso estou na escolinha aqui pra aprender, isso é muito importante é uma benção de Deus saber ler e escrever. (MC, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010). Meu estudo foi na roça, trabalhando pra sustentar a família. Mas hoje eu to aprendendo e quero ler e escrever, isso é dignidade. (S, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

O fato de não terem conseguido “aprender” foi, quase sempre, visto como sendo um problema do indivíduo que, “cabeça dura”, é incapaz de apreensão dos conhecimentos que àquela época lhes foram repassados, ou mesmo por não darem importância ao estudo quando o *“trabalho era quem trazia o sustento da casa”*.

Apesar dos percentuais mais expressivos estarem relacionados ao segmento dos moradores que possuíam o ensino fundamental incompleto, muitos destes nos disseram ter estudado pouco e hoje só saber assinar o nome, ou seja, não aplicaram no decorrer da vida já que o que realmente tinha valor naquela época era o trabalho. Muitas dessas pessoas ainda estão estudando na escola do assentamento, pois querem *“saber mais e não passar vergonha quando tiver que ler e assinar algum documento”*.

Dos 270 moradores do assentamento Aurora 9% deles tem o ensino fundamental completo, aproximadamente 8% estão no ensino médio ou pararam de estudar nesse nível de escolaridade, e apenas duas pessoas estão cursando o ensino superior no município, com a ajuda da prefeitura que destina bolsas de estudos à população carente na universidade particular de Descalvado.

Portanto, como vimos ao longo desse trabalho, os assentados são, basicamente, migrantes de outros municípios de São Paulo e de outros estados brasileiros, apesar de haver entre eles considerável número de pessoas naturais de Descalvado; têm baixa escolaridade e enfrentaram, em momento anterior à instalação do assentamento, uma instável inserção no mundo do trabalho tanto rural/agrícola como urbano/industrial. Quando assentadas, há uma expectativa, tanto do Estado como da sociedade de maneira geral, de que essa população desenvolva estratégias de reprodução social no próprio lote, associando às atividades agrícolas várias outras no próprio assentamento

e no entorno do mesmo. Nesse sentido, consideramos importante investigar a origem da renda dos assentados e a quantidade, em salários mínimos, que ela representa, pois esse era um dado que, à primeira vista, seria representativo do sucesso da política de assentamentos rurais em Descalvado.

O trabalho agrícola no lote é predominantemente familiar, e a maioria dos membros da família em idade de trabalhar, segundo o responsável pelo lote, está nessa atividade. Apesar de não ser ela a atividade de origem da renda monetária das famílias (nenhuma família do assentamento comercializa alimentos ainda), essa é a principal forma de trabalho desenvolvida, ligada à imediata subsistência do núcleo familiar. Os principais gêneros alimentícios produzidos nos lotes são: mandioca, frutas (principalmente mamão, banana e maracujá), hortaliças e legumes como cenoura, quiabo e abóbora, grãos de maneira geral, dentro outros.

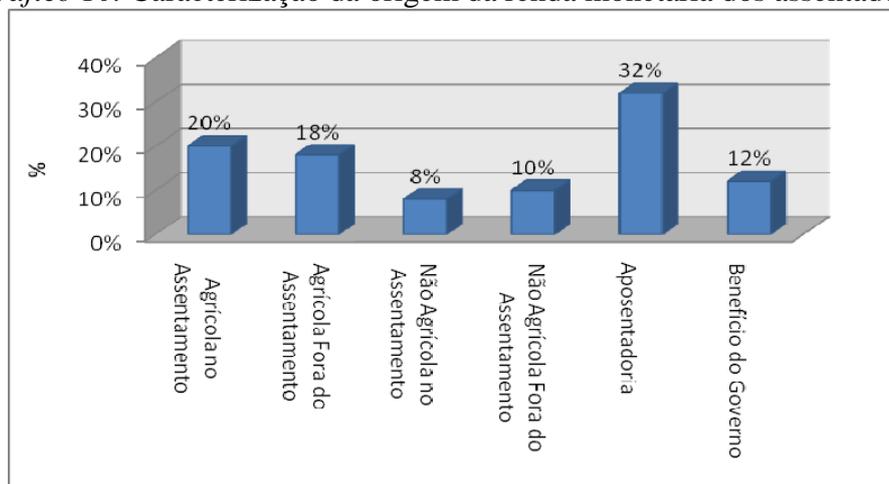
No gráfico 10, que representa a origem da renda da população após a entrada no assentamento, podemos ver que uma das principais atividades desenvolvidas e de onde provem, em boa parte, a renda dos assentados é a agrícola no lote. Porém, ela caracteriza-se pela venda do eucalipto desenvolvida por 20% dos assentados. Ou seja, a principal atividade agrícola exercida atualmente pelos assentados está relacionada com a retirada e venda das toras de eucaliptos do antigo arrendatário da área. Apesar desse percentual dos assentados que declararam exercer essa atividade, acreditamos que ela seja uma das principais formas de obtenção de renda da maioria das famílias do assentamento atualmente, justamente pelo fato de que a área do lote ainda estar coberta com eucaliptos, o que impede o cultivo de outros produtos agrícolas básicos.

Além dessa atividade, a maioria dos lotes tem sua renda monetária originária da aposentadoria dos mais velhos (32%); 18% deles, além do trabalho no lote, têm outra atividade agrícola (por dia de trabalho ou por empreitada) fora do assentamento ligada ao corte da cana, à colheita da laranja ou ainda como diaristas nas fazendas do entorno do assentamento na manutenção de pastagens e na conservação de cercas; 8% tiram sua renda monetária de atividades não agrícolas no assentamento. Nessa categoria estão aqueles trabalham como pedreiros ou ajudantes de pedreiro na construção das casas dos moradores que ainda estão morando em barraco, alugando caminhão para transporte das toras cortadas dos eucaliptos ou ainda se consideraram cuidadoras de idosos e de crianças para famílias que trabalham fora e não tem membros o dia todo no lote; 10% têm a renda monetária originária de atividades consideradas não agrícolas fora do

assentamento como no caso de uma família em que a mulher é auxiliar de enfermagem no posto de saúde municipal e também daqueles que realizam “bicos” na cidade ou trabalham no comércio em Descalvado. Temos ainda representado nesse gráfico que 12% dos entrevistados declararam ter sua renda monetária vinda apenas dos programas do governo como o Bolsa Família e o Bolsa Escola.

Todos esses dados indicam, portanto, que o trabalho no lote é insuficiente para prover a reprodução social dos que ali vivem, apenas suprem alguns produtos ligados à imediata sobrevivência dos assentados e que, uma vez inserida em um projeto de assentamento, a população encontra ocupações não somente no PA, mas também fora dele, muito embora tais formas de trabalho, de maneira geral, sejam instáveis e temporárias.

Gráfico 10. Caracterização da origem da renda monetária dos assentados (em %)



Fonte: dados da pesquisa, 2010.

A partir da descrição da origem da renda dos assentados, construímos o gráfico 11 e a figura 19, onde estão representadas as rendas, em salários mínimos, da população do assentamento.

De acordo com o gráfico podemos perceber que a maioria dos entrevistados (36%) ganha um salário mínimo, sendo estes dados representativos, principalmente, daquelas famílias que têm membros aposentados no lote e que a renda é proveniente apenas deles; 23% recebem menos de um salário (são aqueles que têm a renda proveniente principalmente de programas do governo ou ainda aqueles que vendem os eucaliptos ou realizam atividades temporárias no assentamento ou fora dele, sendo essas as principais atividades da família); 15% recebem entre um e dois salários mínimos e são os assentados que além de ter um membro aposentado na família, exercem outra

atividade agrícola como diarista fora do assentamento. Temos ainda que 22% declararam em média receber dois salários mínimos mensais caracterizados por aquelas famílias que também têm pelo menos um membro aposentado, ou em outros trabalhos como os de pedreiros ou ajudantes de pedreiros no assentamento, ou ainda fazendo “bicos” na cidade; 3% declararam ter rendimento mensal entre dois e três salários mínimos, representativo das famílias em que pelo menos um membro exerce atividade assalariada não agrícola em Descalvado (geralmente o conjugue do titular do lote); apenas uma família declarou ter renda mensal maior que três salários mínimos, essa, especificamente, tem dois membros na família aposentados e um no trabalho assalariado na cidade de Descalvado.

Vale lembrar que pode ser que houve uma subdeclaração no que tange ao percentual da renda dos assentados nos questionários, principalmente daqueles que trabalham fora do lote, visto que, no geral, esse procedimento não é aceito pelo INCRA, que exige o trabalho agrícola no lote para ter acesso a terra, pelos mediadores representantes dos assentados como a FERAESP e também por algumas pessoas do próprio assentamento, pois já tinham demonstrado a insatisfação com esse critério na seleção das famílias que iam ser assentadas.

*Gráfico 11.* Caracterização da renda, em salários mínimos, dos assentados (em % dos que se declararam responsável pelo lote)



Fonte: dados da pesquisa, 2010.

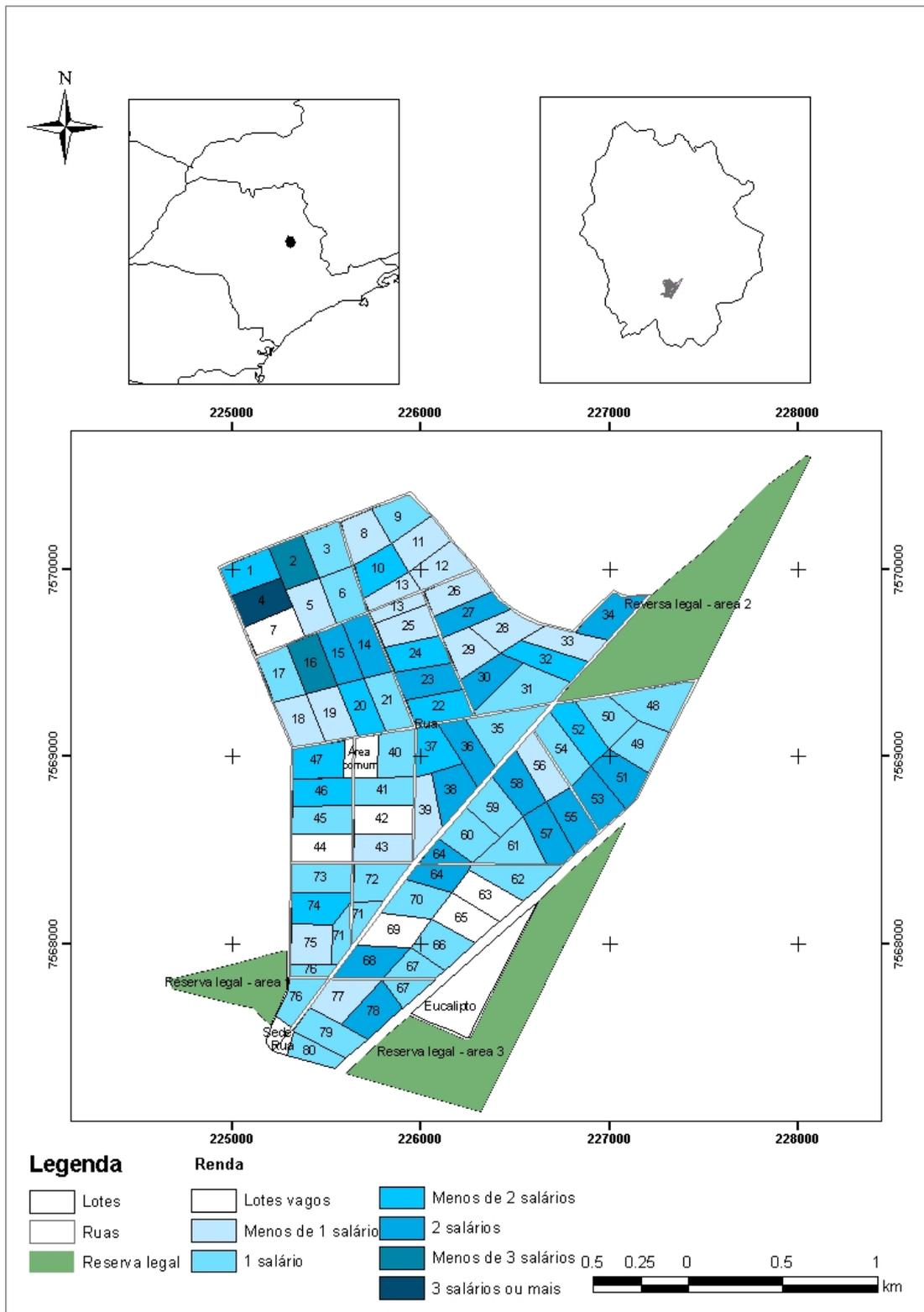


Figura 19: Espacialização do nível de renda dos assentados no PA Aurora.

Fonte: MDA/INCRA; GEOMINAS; Pesquisa de campo, 2010.

Autor: Lucas Magno.

Esses dados evidenciam que o assentamento gera trabalho para as famílias nos lotes, sendo este essencialmente para a subsistência, e que os assentados também empregam outras formas, eventuais e temporárias, como estratégia de reprodução social e, principalmente, de sobrevivência em um contexto de tantas privações; mostrando que o trabalho agrícola no lote é insuficiente para isso já que não lhes auferem renda monetária. E esta é essencial para a aquisição de alguns alimentos que, a princípio, eles não produzem em suas propriedades, para a compra de roupa, de novos materiais para o trabalho agrícola, etc.

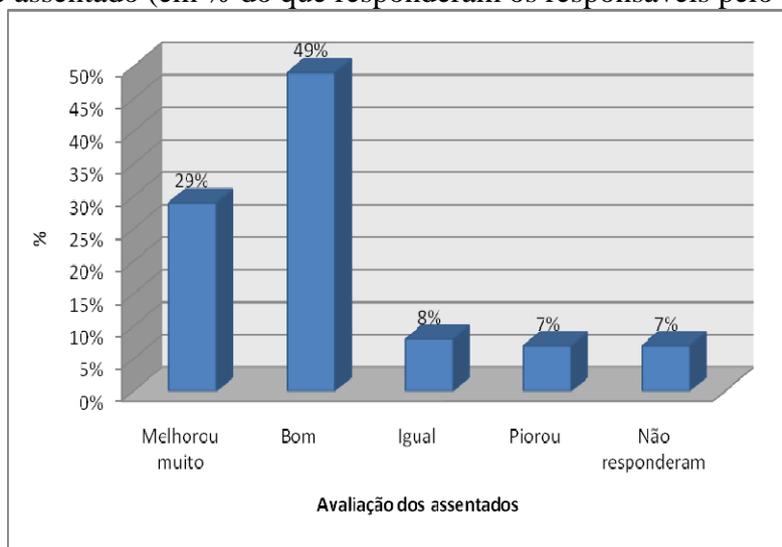
Embora haja entre os assentados um nível considerável de aposentados que garantem boa parte da renda das famílias, não podemos dizer que o assentamento não gera trabalho agrícola para os beneficiários, visto que mesmo os aposentados exercem esse tipo de atividade nos lotes para o sustento imediato da família e complementam a renda com suas aposentadorias, sendo esta considerada uma “garantia de sustento” caso a agricultura “não dê conta” dessa tarefa.

Essa é uma das estratégias de reprodução social de algumas famílias no PA Aurora, pois como as terras do assentamento ainda estão recobertas com eucaliptos e o solo necessita de “correções” para começarem de fato o plantio agrícola para o provimento integral da família e caso gere excedentes para a comercialização, os outros membros mais jovens da casa vão em busca de emprego na cidade para tentar aumentar a renda imediata de suas famílias enquanto os aposentados ficam na casa cuidando dos afazeres domésticos, e entre eles a atividade agrícola. Com essa estratégia os assentados garantem “melhores dias”, o que em outras palavras significa trazer mais alimentos para casa, melhores roupas, ferramentas de trabalho e rações para as criações.

Mesmo o trabalho, agrícola ou não-agrícola (dentro e fora do PA), rendendo pouco em termos econômicos, um dado que diz respeito à avaliação dos assentados quanto às condições de vida atualmente no assentamento revela a positividade, em termos de melhoria da qualidade de vida, que o PA ocasionou em suas trajetórias sociais. Do total dos responsáveis pelo lote entrevistados, 29% disseram que sua vida melhorou muito depois de assentado, 49% afirmaram que o assentamento representou uma boa melhoria na qualidade de vida; 8% consideraram ter as mesmas condições que tinham antes da vinda ao assentamento; 7% avaliaram que suas condições pioraram no assentamento em função da diminuição da renda, que antes era maior do que na atual situação social e também pelo não acesso a infra-estruturas básicas como água encanada

e energia elétrica; e 7% não responderam essa questão, conforme pode ser visualizado no gráfico 12.

*Gráfico 12. Avaliação das condições de vida atual em relação à situação anterior a de assentado (em % do que responderam os responsáveis pelo lote).*



Fonte: dados da pesquisa, 2010.

Quando questionados sobre a razão da melhoria, observamos que os argumentos se reportam à conquista da terra e à liberdade adquirida com a autonomia no trabalho, referindo-se à questão de não ter patrão e trabalhar para si e para a família, o que nos remete, novamente, à questão das representações sociais construídas anteriormente à conquista da terra, nas reuniões e mobilizações. Ou seja, o assentamento foi o sonho de liberdade e autonomia realizado, mesmo que o retorno econômico seja inferior ao da situação social anterior à de assentado; esse dado, especificamente, nos faz pensar nas razões que fizeram com que os “sem terra” se empenhassem na luta, demonstrando que o fator econômico não foi preponderante para essa escolha de “ser sem terra”. Ela esteve atrelada a outros valores morais e culturais desse segmento da população brasileira: liberdade, terra para o trabalho autônomo, tranquilidade da vida no campo, não dependência total do dinheiro nas relações sociais, oportunidade de ter um patrimônio familiar, etc, que, nos termos de Woortmamm (1990), são característicos da *campesinidade* da população do campo brasileiro e importantes fatores construtores de identidade desse segmento social, mesmo que em outro espaço e tempo.

Já com relação às questões dos que declararam que as condições de vida pioraram, as razões concentram-se na falta de infra-estrutura básica (água e energia),

falta de condições de produção por conta da presença dos eucaliptos no local, problemas decorrentes da ausência de posto de saúde no PA e à redução na quantidade de recursos econômicos (renda) que era maior do que atualmente. A ênfase na falta de recursos é reveladora também da frustração das expectativas em relação ao apoio de políticas públicas que os assentados criaram ao adentrarem no assentamento. As falas transcritas abaixo são importantes referências para as aferições, tanto dos que declararam que as condições de vida melhoraram e que demonstram as tradições de outro tempo e espaço aliadas às traduções do novo contexto territorial, quanto daqueles que não estão satisfeitos com as mudanças socioespaciais propiciadas com o assentamento rural.

Gosto muito daqui mesmo. Ah, tive tanto tempo de luta e por fim eu conquistei aqui. Eu quero mais é ver isso aqui prosperar né, quero ver meus netos e bisnetos aqui onde eu conquistei. Então eu num quero voltar atrás pra viver aquela vida oprimida que eu tinha em São Paulo, de dificuldade, onde precisava do dinheiro pra tudo. Aqui não, se não tem dinheiro se vira com o que tem, e a gente tem tudo aqui no lote, então pode faltar dinheiro, mas comida não. Aqui eu tenho muita liberdade, muito mesmo, porque aqui eu to sentido mais alegre. Aqui eu realizei meu sonho. Minha qualidade de vida melhorou muito por isso, to com uma paz dentro de mim que me faz muito bem. Parece que a vida melhorou que ela renovou voltando como era no passado né, com a terra e na roça, como era no Ceará com o resto da minha família. Hoje eu posso dizer que sou muito feliz aqui (M, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

É minha terra aqui, ate morrer eu fico aqui. Esse negócio eu conquistei, então tenho que ficar firme aqui né. Até eu morrer eu fico aqui. Não mudo daqui de jeito nenhum. Eu num pretendo mudar não porque até hoje eu nunca tive nada meu, nem casa e nem terra. Hoje isso aqui é meu, conquistei na luta. Não saio daqui não. Se eu tivesse oportunidade de comprar uma casa na cidade eu comprava, mas não pra mim morar, eu ia alugar lá pra ter uma outra renda, mas moraria aqui mesmo, prefiro isso aqui. É minha vida né, morar na terra e plantar nela era um sonho, a qualidade de via aqui é muito melhor do que na cidade, por isso acho aqui que minha vida tá boa (S, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Liberdade, minha liberdade e de meus filhos também, isso aqui é isso que significa pra mim. Saber que amanhã ou depois meus filhos estarão aqui sobrevivendo da terra e não dependendo de ninguém, acho que foi isso que fui buscar no movimento, liberdade de ser o que quiser ser. Estou muito feliz aqui, minha vida está ótima agora. Nossa, no passado eu não era nada, eu vegetava, num tinha dinheiro pra comprar nada. Hoje ta muito melhor, não tenho dinheiro, mas tenho terra e da terra eu consegui tirar a minha comida, ainda tá devagar, mas logo logo você vai ver. (J, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Só se for pra um lugar que a terra é melhor né, aí eu mudaria. Porque olha a terra aqui, ta ruim de plantar, ainda mais sem água e sem energia. É complicado, né. Acho que por conta disso eu mudaria sim daqui, sem essas coisas básicas a gente num tem qualidade de vida boa. (SI, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

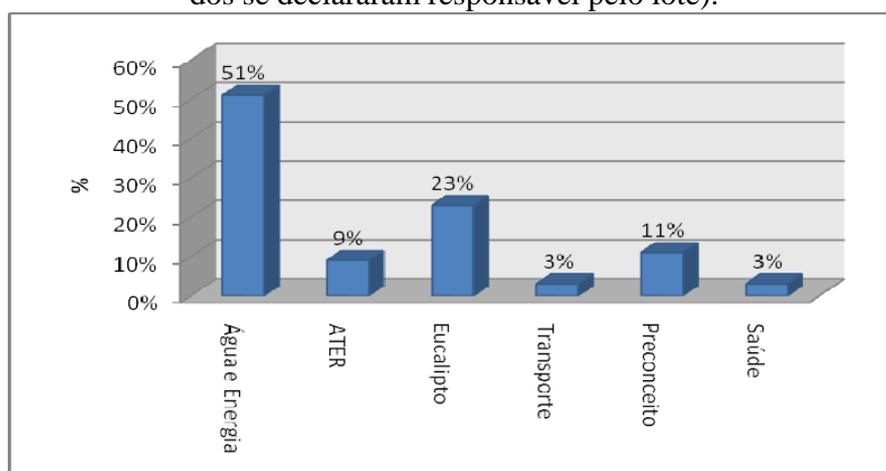
Gostar assim daqui eu num gosto não, porque lá quando eu morava na cidade eu tinha mais coisas que tenho aqui. Tinha geladeira, hoje tudo que tenho que comprar tem que pensar que tem que ser coisas que não vão precisar de geladeira, por que se não estraga. Televisão, o menino meu sente falta disso, e a água né, como é que vive sem água? Então, essas coisas na minha vida pioraram, espero que ainda esse ano muitas delas mudem, diz que vem a água pra gente e a energia ainda esse ano, vamos ver. Então é isso, vim aqui pra tentar melhorar minha situação de vida, mas por enquanto estou só esperando (O, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

De um modo geral, a partir da avaliação dos assentados no que se refere às condições de vida, é possível afirmar que as diversas famílias tenham conseguido estabelecer melhoria na qualidade de vida (representativo de 78% da população do assentamento), ainda que precária, mas melhor daquela anterior à vinda para o assentamento. Ou seja, melhor do que ser morador de rua, trabalhador bóia-fria, sem teto ou ainda trabalhador volante sem residência fixa.

Com relação aos problemas de infra-estrutura nos assentamentos, considerados serem aqueles que refletem diretamente a relação com o Estado - pois ao criar um projeto ele tem a obrigação de viabilizá-lo - e as insatisfações com o assentamento por parte de alguns beneficiados, percebemos, de maneira geral, uma situação bastante deficiente, corroborando a argumentação de Leite *et al* (2004) quando esses autores descrevem as condições de infra-estrutura nas regiões com grande quantidade de assentamentos por eles estudadas.

Assim, dois elementos cruciais na instalação do assentamento e importantíssimos para a sobrevivência das famílias nos lotes, bem como para a organização das atividades produtivas, são a disponibilidade de água e de energia elétrica, as duas de responsabilidade do Estado. Esses dois elementos vitais para o sucesso do PA Aurora são justamente os que os assentados consideram como os principais problemas do local (51% dos entrevistados), seguidos da retirada do eucalipto (23%), do preconceito das pessoas da cidade (11%), do oferecimento dos serviços de ATES (9%), da oferta de transportes (3%) e da ausência de um posto de saúde no local (3%), conforme representado no gráfico 13.

Gráfico 13. Principais problemas identificados pelos assentados no PA Aurora (em % dos se declararam responsável pelo lote).



Fonte: dados da pesquisa, 2010.

A água não é distribuída aos assentados de forma igualitária. Existe um reservatório construído pelo INCRA para o fornecimento de água ao local (figura 20), porém este é destinado apenas ao suprimento do consumo imediato e doméstico da população e, com frequência, há falta de água para as famílias cujos lotes se localizam distantes da caixa d'água e na parte de relevo mais alta. Além dessa forma de distribuição do recurso, a prefeitura também disponibiliza água através de caminhões pipa que vão semanalmente ao local abastecer as caixas d'águas improvisadas nos lotes (figuras 21 e 22). Entretanto, o recurso destinado pela prefeitura, segundo os assentados, é impróprio para o consumo, sendo esta utilizada apenas para a higiene pessoal, no cuidado das criações de animais e, quando sobra, na agricultura de subsistência.



Figura 20. Caixa d'água construída pelo INCRA no PA Aurora em Descalvado.

Autor: Lucas Magno, 2010.



Figura 21. Caminhão pipa da prefeitura municipal de Descalvado abastecendo um lote no PA Aurora.  
Autor: Lucas Magno, 2010.



Figura 22. Reservatórios de água que os assentados improvisaram para receber a água dos caminhões pipas destinados pela prefeitura municipal ao assentamento.  
Autor: Lucas Magno, 2010.

Por conta da deficiência no abastecimento de água, que compromete a organização dos sistemas produtivos agrícolas no assentamento, alguns assentados, mesmo contrariando o INCRA e a prefeitura municipal no que tange à outorga da água, fazem poços artesanais nos seus lotes que, segundo eles, “*significa a sobrevivência no local*”. Essa situação já foi motivo de muitos conflitos entre os assentados, o INCRA e a prefeitura. Mas essas instituições perceberam que não tinham como controlar os assentados no que tange à construção dos poços, já que eles precisam da água cotidianamente. Assim, o INCRA e a prefeitura diante desse impasse, segundo os

assentados, fazem “vista grossa” quanto à utilização dos poços artesianos no assentamento, pois se fiscalizarem com maior rigor, provavelmente a população assentada ficaria sem água e abandonaria os lotes.

A ausência de rede elétrica também é indicativa da precariedade em que vivem as famílias no Aurora. Segundo os assentados, esta deveria ser instalada no segundo semestre do ano de 2010, pela a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), o que ainda não aconteceu. A ausência de eletricidade compromete inclusive a dinâmica social e política do local, pois quando há reuniões mais à tarde, quando boa parte das pessoas já realizou seus afazeres, elas muitas vezes têm que terminar mais cedo, sem que eles tenham debatido e encaminhado todas as propostas, já que sem energia elétrica não há como fazer as atas, elaborar propostas reivindicatórias dos assentados para os agentes externos, lista de presença, etc; enfim, os procedimentos por eles legitimados nesses espaços ficam comprometidos à noite.

Outro problema fundamental para o desenvolvimento do assentamento, relativo principalmente ao sistema produtivo, está atrelado à presença dos eucaliptos no local. Durante mais de 20 anos, o fim econômico e ambiental da área destinada à instalação do projeto de assentamento rural esteve diretamente ligada à capacidade de produzir eucaliptos, matéria prima para fabricação de papel e celulose pela RIPASA, seguindo um modelo de produção predatório ao meio ambiente e intensivo no que diz respeito ao uso de defensivos agrícolas. Nesse sentido, a agricultura dos assentados se vê diante de enormes desafios, quais sejam: como recuperar o solo de uma área onde se cultivou eucaliptos por mais de 20 anos com recursos escassos? Quais são as espécies pioneiras a serem introduzidas na transição do uso do solo entre as fileiras de eucaliptos? Como combater a intensa presença de formigas cortadeiras que estão destruindo os incipientes cultivos destinados à alimentação da população? Quais são os mediadores responsáveis pela retirada dos eucaliptos do local?

A reconversão de uma área de eucalipto pós-corte, seja para mata nativa ou para a produção agrícola, é um dos principais desafios técnicos a ser enfrentado no assentamento Aurora, porque não basta cortar de forma superficial a madeira para romper o círculo vicioso do eucalipto que, depois desse tipo de extração, rebrota com enorme vigor. Além disso, o solo do local está muito comprometido, haja vista que tal cultura exige enormes quantidades de água no cultivo, o que “seca a terra”, transformando o solo em areia, sem muitos nutrientes. A situação ainda é pior quando

chove, pois ocorre um processo de lixiviação (escoamento superficial dos nutrientes dos solos) que afeta de maneira significativa o desenvolvimento das culturas pioneiras para a recuperação da área.

Assim, a presença dos eucaliptos impede que a população do Aurora desenvolva outros sistemas produtivos por eles planejados, já que “*não há espaços para plantar, tudo aqui é eucalipto ainda*”. Esse fato é motivo de muitas revoltas da população assentada contra os agentes de mediação que, segundo eles, “*nunca resolvem nada quando falamos dos eucaliptos*”. Além disso, os recursos dos primeiros créditos destinados aos assentados pelo INCRA estão sendo utilizados para a contratação de serviços especializados e de máquinas para a retirada “do mal pela raiz”, o que em outras palavras quer dizer: erradicar os eucaliptos nos lotes (figura 23 e 24)



Figura 23 e 24: Grande presença de eucaliptos nos lotes dos assentados e máquinas e especialistas contratados pelos assentados para a erradicação da cultura.

Autor: Lucas Magno, 2010.

Assim, os assentados estão empenhando os primeiros créditos para a retirada dos eucaliptos, pagando cerca de 150 reais à hora do serviço prestado e do aluguel do maquinário, o que acaba comprometendo o desenvolvimento das atividades agrícolas, fim para o qual os créditos foram destinados.

Portanto, consideramos esses três elementos (a água, a energia e os eucaliptos), expressos como sendo os principais problemas na visão dos assentados, e que estão ligados à imediata sobrevivência da população. A falta de assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária (ATES), segundo os assentados, está ligada também ao manuseio do solo após a retirada dos eucaliptos, por isso esse serviço será “bem vindo” somente após a retirada da antiga cultura do local, e que agora não teria sentido organizar a produção sem ter onde produzir e sem água para irrigação. Muitos foram os

que ressaltaram que após a chegada da água, da energia e da retirada dos eucaliptos seria necessário um técnico para ajudá-los a recuperar a área para somente depois iniciar de fato um processo produtivo, como ilustrado nas falas dos assentados transcritas abaixo:

Água, energia, eucalipto e depois, em último lugar, é a assistência na produção. Porque sem água, sem tirar os eucaliptos num tem como produzir né. (J, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

A falta de água né, primeiro lugar é isso. Faltou água atrapalha em tudo né, sem água num dá pra plantar e nem ter criação. Faltou água faltou tudo. Depois da água acho que podia tirar os eucaliptos, antes da luz até, porque esses eucaliptos aqui atrapalham de mais a gente produzir. Tem formiga demais aqui por conta deles. Depois acho que a energia seria bom. Ah, depois disso acho que o INCRA podia ajudar o povo a produzir, ta faltando isso aqui também, ajudar a agricultura do pessoal, mas acho que antes de plantar temos que fazer um trabalho pra recuperar a terra, os eucaliptos acabaram com ela. (MC, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Já com relação ao transporte e à saúde, problemas de menor relevância identificado pelos assentados e reproduzido no gráfico 12, estes são serviços prestados pela prefeitura municipal, mas, segundo os assentados, poucas vezes no dia.

O transporte, apesar de ser feito diariamente para levar as crianças à escola e os assentados poderem usar, é feito apenas no início do dia, nas primeiras horas da manhã. Não existe transporte público além do escolar no local e muitos assentados informaram que vão e voltam a pé até a cidade para fazer compras ou para procurar trabalho temporário. A existência de transporte público e estradas decentes são determinantes na vida do assentamento, seja para aspectos cotidianos da vida da população, como, por exemplo, na relação com a cidade (compras, educação, etc.), seja para aspectos relativos à comercialização da produção e de compra de insumos, considerando que a imensa maioria dos assentados não possui veículo próprio.

O atendimento de saúde é feito quinzenalmente no próprio local através de uma unidade móvel do município, mas que não atende regularmente, o que leva essa população a procurar também os postos na cidade. A procura dos assentados pelo sistema de saúde na sede urbana municipal implica em mais pressões nos já deficientes sistemas públicos municipais e regionais, implicando em novas reivindicações ou a engrossar as já existentes. Justamente por conta disso os assentados reclamam um posto de saúde mais próximo, não necessariamente no assentamento, mas num bairro adjacente ao PA.

No entanto, mesmo com todas as dificuldades de infra-estrutura, não podemos afirmar que a criação do assentamento não possa ter alterado a situação precária em que viviam anteriormente as pessoas beneficiadas com essa política, pois só o fato de serem atendidas por uma política pública já as instigam para certas reivindicações, pressionando os poderes públicos municipais, estadual e federal.

Leite *et al* (2004) afirmam que são justamente os assentados, nos municípios com projetos de assentamentos rurais, os principais atores da cena política local, no sentido de constituírem a população que mais têm feito reivindicações de condições mínimas de infra-estrutura e saúde, despertando, como num efeito dominó, outras comunidades que até então viviam nas mesmas condições e não se atentavam para certas reclamações e possibilidades de reivindicações. Nas palavras dos autores:

A potencialidade das demandas trazidas pelos assentados relaciona-se com sua capacidade organizativa e com a conjuntura política local em que se inserem, resultando, ao longo de sua constituição, quer no reforço dos tradicionais mecanismos de clientela, comuns em situação de precariedade, quer na constituição de novas lideranças que passam a disputar espaços públicos. Entre esses pontos, são múltiplas as potencialidades políticas dos assentamentos (LEITE *et al*, 2004: 87).

Assim, a fase inicial da instalação do assentamento rural foi bastante difícil porque tudo, absolutamente tudo (em termos materiais), estava por fazer: casas, estradas, rede de esgoto, abastecimento de água, retirada do eucalipto, energia elétrica, etc. A população assentada, já muito sofrida com o processo de luta pela terra, aturou novo desgaste econômico e social no início do assentamento, levando, em muitos casos, à desistência do lote e ao abandono da luta por alguns assentados.

E ainda há muito o quê fazer como, por exemplo, retirada do eucalipto, preparo do solo, escolha da cultura, plantio, cuidados agrícolas, combate às formigas, instalação da rede elétrica, do sistema de captação e distribuição de água, as casas, etc. o que demanda muito investimento de recursos e de trabalho por parte dos assentados e, principalmente, do poder público em suas diversas instâncias. É justamente nesse sentido que Leite *et al* (2004) abordaram as condições mínimas de inserção social, econômica e produtiva para a viabilização dos projetos de assentamentos rurais no país, e nesse quadro tem grande importância o acesso aos créditos (Apoio Inicial, Fomento, Adicional do Fomento e Habitação) que deveriam atender a todas as famílias no momento da chegada ao assentamento.

O primeiro crédito é o Apoio Inicial, destinado à subsistência imediata dos assentados, um auxílio para a compra de alimentos e para a compra das primeiras ferramentas de trabalho (enxada, “enxadao”, foice, etc.) básicas. O segundo é o Fomento, destinado aos investimentos no lote, nas primeiras culturas e na compra de animais para suprir o consumo doméstico (porco, galinha, gado, sementes, mudas, etc.). É esse crédito, especificamente, que os assentados do PA Aurora estão utilizando para a retirada dos eucaliptos do local.

O terceiro crédito, o mais recente na política do INCRA, é o Adicional do Fomento, colocando-se como um complemento do anterior, que é destinado à manutenção das condições de produção iniciadas com o crédito Fomento, pois, normalmente, as condições físicas do ambiente onde se instalam os assentamentos necessitam de certo investimento para viabilizá-las para o cultivo (defensivos agrícolas, adubos, etc.). O último a ser liberado é o crédito Habitação, quando são destinados cerca de 15.000 reais aos assentados para a construção de suas casas.

No que se refere ao grau de cobertura dessas políticas no assentamento Aurora, verificamos que mais de 80% das famílias assentadas foram atendidas pelos créditos, sendo que os 20% não beneficiados são justamente os assentados que chegaram há pouco no local, em decorrência do abandono dos lotes de outras pessoas. Quando levamos esse dado em consideração temos também, segundo Leite *et al* (2004), que analisar o tempo de recebimento dos mesmos pelos assentados, pois esse elemento é de vital importância para a manutenção das famílias no local.

No PA Aurora, em média, esse tempo variou entre 8 e 12 meses após a data de criação do projeto, e que se comparada com as situações analisadas por Leite *et al* (2004), principalmente no sertão cearense e no sudeste do estado do Pará, aponta para uma relativa agilidade desse processo em São Paulo. As figuras abaixo (25 e 26) mostram os investimentos do crédito Habitação pelos assentados, enquanto que a figura 27 mostra um morador mais recente do local ainda residindo sob a “lona preta” (barraco), pois, até o momento da realização da pesquisa, não tinha sido atendido com os subsídios do INCRA.



*Figuras 25 e 26. Casas em construção no assentamento Aurora feitas a partir do Crédito Habitação.  
Autor: Lucas Magno, 2010.*



*Figura 27. Morador do PA Aurora que ainda não recebeu os créditos do INCRA e ainda reside em um barraco de lona e madeira.  
Autor: Lucas Magno, 2010.*

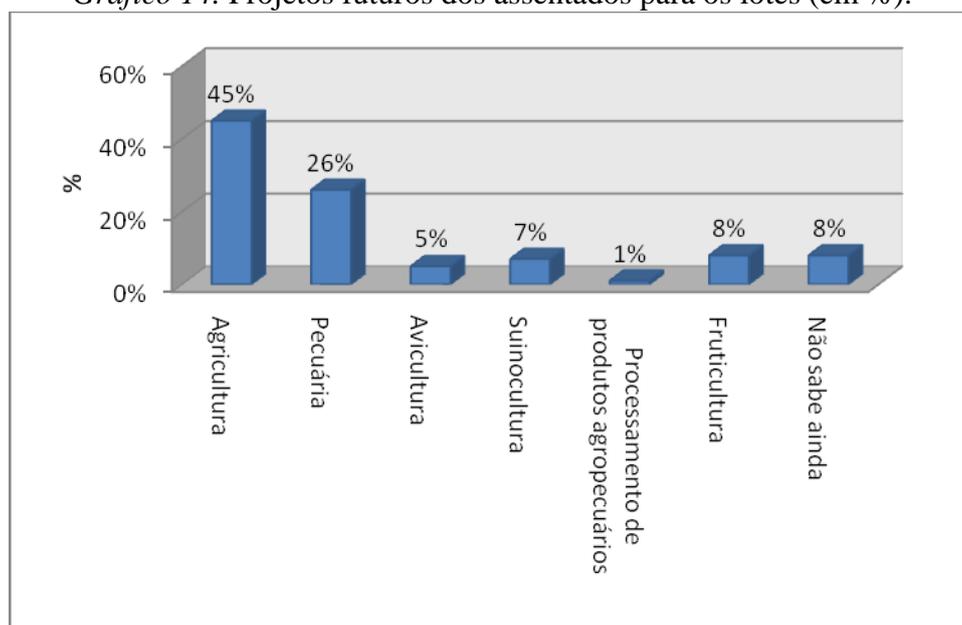
É nesse cenário que os assentados fazem seus projetos futuros para os lotes. No questionário aplicado a todas as 74 famílias assentadas no PA Aurora, investigamos quais eram esses projetos.

Segundo o gráfico 14 (sendo que a figura 28 apresenta a espacialização a partir desses dados), 45% dos assentados almejavam trabalhar com a produção agrícola de gêneros básicos para a alimentação e, caso gere grandes excedentes, também para a comercialização; 26% pretendiam empenhar-se na pecuária, principalmente de gado

leiteiro; apenas 5% queriam desenvolver a avicultura no local. Temos ainda representado nesse gráfico que 7% desejavam desenvolver a suinocultura nos lotes, apenas um lote (1%) pretendia beneficiar produtos agropecuários como o leite para fabricação de queijo e a mandioca para produzir farinha e 8% almejavam trabalhar com a fruticultura. Os outros 8% restantes ainda não sabiam ao certo em que investir, estavam aguardando melhores condições no assentamento para poder planejar melhor suas atividades.

Esses dados apontam que, assim que recebido o lote, os assentados têm um projeto de vida voltado para a agropecuária, como esperado pelas instituições que atuam junto aos assentamentos e a sociedade de uma maneira geral. Mas, que demoram a ser concretizados por conta dos problemas ligados, principalmente, à infra-estrutura no local como já descrito.

*Gráfico 14. Projetos futuros dos assentados para os lotes (em %).*



Fonte: dados da pesquisa, 2010.

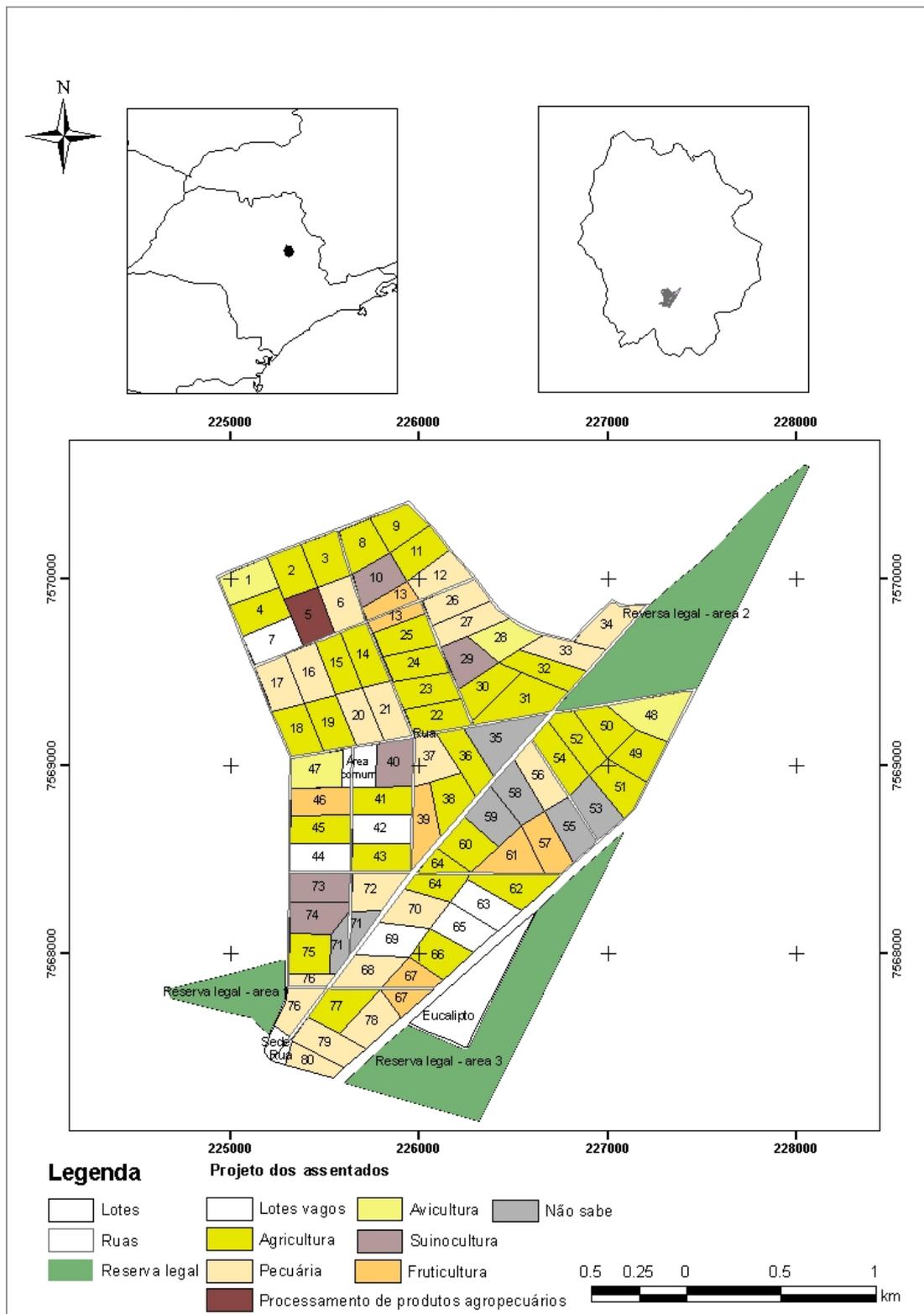


Figura 28. Espacialização pensada a partir dos projetos futuros dos assentados para os lotes no PA Aurora.

Fonte: MDA/INCRA; GEOMINAS; Pesquisa de campo, 2010.

Autor: Lucas Magno.

A expectativa com o futuro é evidente nas palavras dos assentados. Praticamente todos esperam “dias melhores” pela frente e, para isso, se empenham no trabalho no lote para possibilitarem sustento e “forças” para seguir lutando. O futuro, mesmo que incerto, se mostra como a principal motivação para o trabalho na terra, esta que é, principalmente para os mais velhos, o bem maior a ser deixado para os filhos e netos. Ou seja, o projeto de vida começa a ser idealizado tendo a terra como bem e patrimônio a ser deixado para as futuras gerações.

Através dessa descrição geral do assentamento e de seus beneficiários podemos dizer que o processo de criação de projetos de assentamentos rurais não deve ser analisado sob uma ótica em que seu objetivo seja somente a conquista da terra. Após a construção do assentamento em si desdobram-se outras frentes de luta e negociações dos assentados com o Estado por crédito, assistência técnica, infra-estrutura, saúde, educação, etc.

Bergamasco e Ferrante (1994) argumentam que a criação dos projetos de assentamentos rurais significa também o início de um novo processo conflitivo, cujos resultados estão em aberto e dependerão do jogo de interesses e das relações de poder envolvidas. Para as autoras isso acontece em um contexto em que a ação dos movimentos sociais sobre o Estado, em suas diversas instâncias, busca a elaboração de políticas públicas que atendam as necessidades dos assentados, possibilitando a viabilidade econômica e social dos projetos. Assim, a criação de um assentamento não pode ser tratada como uma ação final e definitiva, mas como um processo que se desdobra em novos conflitos e que ultrapassam a questão fundiária.

Portanto, os assentamentos rurais expressam um ponto de inflexão entre dois processos políticos e sociais e uma transição histórica mais complexa do que apenas o ato institucional de sua criação. Neste momento, encerra-se um determinado processo político-social, quando o monopólio da terra e o conflito fundiário localizado são superados com a intervenção do Estado, e imediatamente inicia-se outro: o da constituição de uma nova organização social, política e econômica naquela área.

Assim, é no interior do assentamento que se acentuam os problemas enfrentados pelos assentados, pelas lideranças dos movimentos e também pelos mediadores sociais que atuam nesses espaços, pois o acesso à terra não põe fim às demandas desses sujeitos. As dificuldades relativas ao alto custo da produção e da recuperação da área degradada, à complexidade tecnocrática do modelo nacional agrário e à falta de infra-

estrutura produzem conflitos de inúmeras naturezas entre os diferentes atores sociais que atuam nesses espaços, pois eles já estão se cansando com as demoras.

De tal modo, os assentados enfrentam grandes dificuldades econômicas e de organização social. Como resposta surge uma série de comissões (saúde, transporte, educação, comercialização, etc.) entre os beneficiários dessa política pública, com a proposta de viabilização do uso das terras ocupadas e também de garantir condições mínimas de existência social. Acrescenta-se a esse quadro de conflitos os de ordem política e cultural advindos de diferentes experiências e das mais variadas trajetórias de vida e de trabalho dos sujeitos envolvidos no processo de organização e de formação dos assentamentos rurais, bem como dos diferentes projetos de vida dos beneficiários.

Nesse contexto, as pesquisas mais recentes sobre a formação dos assentamentos voltam-se, com maior intensidade, para as relações sociais no interior dos projetos. No entanto, de modo geral, como alertou Maria Aparecida de Moraes Silva (2009), muitos dos pesquisadores que se debruçam sobre essa temática produzem uma concepção que representa muito mais as suas ideologias do que o assentamento propriamente dito, mostrando um espaço sem conflitos e sem problemas. Nesse sentido, o assentamento é concebido como uma realidade nova, sem heranças e vínculos com o passado, e onde tudo está por fazer, inclusive a identidade de assentado, o que, para a autora, não é totalmente verdade.

Silva assinala a importância das redes sociais e dos projetos de vida no interior dos assentamentos rurais no processo de construção das identidades dos assentados. Para ela, o fato de serem clientes da reforma agrária não é fator de identidade social, como pode ter sido no passado a condição de sem terra e como seria supostamente a condição de classe social quando eles eram assalariados rurais. Para a autora:

(...) a compreensão do assentamento como espaço social em processo de construção, onde distintas temporalidades - passado, presente e futuro - acham-se imbricadas e que são resultantes das ações dos sujeitos em determinadas circunstâncias, permite o entendimento de que as ações ali produzidas não se reportam à finalidades objetivas, predeterminadas e sempre previsíveis como querem os mediadores sociais, mas ao campo de possibilidades, de alternativas, do acaso colocados nos assentamentos. Essa concepção permite o entendimento das distintas ações no mesmo espaço social. Em vários momentos da pesquisa de campo constatou-se a existência de inúmeras clivagens entre os assentados. Há aqueles que ascenderam socialmente, os que abandonaram os lotes, os que utilizaram de estratégias não condizentes com os projetos de reforma agrária, os que recorrem ao assalariamento, sem contar as clivagens de gênero e idade. (SILVA, 2009: 109).

Na perspectiva da autora são os vínculos de parentesco, as redes sociais de vizinhanças anteriores à vinda para o assentamento dos beneficiários “nativos” do município onde o projeto se instala, a vivência ou não da “forma acampamento” em outras ações do movimento e os diferentes processos produtivos encabeçados pelas famílias que definem a organização social no projeto Bela Vista no município de Araraquara-SP. Diante disso, conclui ela:

A identidade de acampado e de assentado é forjada pelos mediadores; são estes os seus representantes, os seus porta-vozes. Produz-se, nesse contexto, uma rede de relações de dependência muitas vezes caracterizada pela outorga e clientelismo. Os relatos referentes ao momento anterior à chegada ao assentamento revelam as “infinitas” reuniões com as lideranças, as promessas feitas por elas, as idas e vindas, as viagens de um lugar para o outro, enfim, a personalização das relações ocupa um lugar central nesse contexto. Mas, depoimentos dos diferentes grupos no assentamento dão conta da fragmentação que se reproduz ainda hoje por intermédio de novas divisões e subdivisões, desavenças interpessoais, violências e até morte: há três anos, um jovem foi assassinado por outro durante um baile, em função dos conflitos anteriores. (SILVA, 2009: 117).

Assim, para a autora, aspectos culturais e as sociabilidades dos assentados ganham relevância para se pensar estratégias de viabilidade social e econômica dos assentamentos rurais, elementos que estão além de questões de infra-estrutura dos projetos.

Outra autora que fez com que pensássemos a organização interna dos assentamentos foi Zimmermann (1994), que discute a dinâmica interna do processo de organização produtiva no assentamento da fazenda Annoni, localizado no Rio Grande do Sul. Esse projeto é estudado enquanto um espaço onde se constroem novas relações sociais, pois é onde as características heterogêneas individuais de cada família homogeneizadas no acampamento ressurgem com novo ímpeto. Diante disso, a autora observa os mecanismos associativos e dissociativos que interferem no cotidiano dos assentados e na formação de suas identidades: os descendentes de três ou quatro gerações de imigrantes alemães e italianos, denominados “os de origem”; e os com ascendência lusa, espanhola e indígena, conhecidos como “caboclos”, “brasileiros” ou ainda “bugres”, quando há a predominância de características indígenas. Os de origem profissionalizaram-se, por meio de qualificações na esfera do trabalho, e familiarizaram-se com as culturas e insumos modernos; já os caboclos ou brasileiros, em sua maioria, permaneceram meeiros em propriedades que não usam os produtos modernos de forma intensiva.

Zimmermann propõe uma análise que leve em conta não apenas os confrontos individuais e coletivos no assentamento, mas também o “ser colono”, que tem uma dimensão de concepção de mundo, de valores culturais, de relações de compadrio, de parentesco e outras. Segundo ela:

Os depoimentos das famílias entrevistadas levam à compreensão de que o móvel da luta pela terra que empreenderam foi a busca da efetivação do projeto de ser colono, ou seja, ver viabilizada uma forma de apropriação da terra e ter sob seu controle a organização e os resultados da produção. É nessa remontagem de um novo modo de vida que padrões fundamentais do processo produtivo e da vida social da família camponesa se explicam (ZIMMERMANN, 1994: 208).

A socióloga destaca ainda os conflitos pela liderança entre as famílias e para o surgimento da discriminação étnica que envolve os grupos dos caboclos e os grupos de origem. Porém, embora a questão étnica seja um dos elementos para processos dissociativos, ela não deixa de demonstrar que em outros grupos de caboclos e de origem houve aproximações por conta de outros elementos como o parentesco, a vizinhança e também aqueles relativos à produção agrícola. Assim, para ela

São os elementos estruturais das famílias (capacidade produtiva, parentesco) e conjunturais (trajetória de vida, de trabalho e as condições naturais do lote recebido no assentamento) que explicam a efetivação e viabilidade dos arranjos grupais (ZIMMERMAN, 1994: 214).

É o que Romano (1994), comentando o trabalho de Zimmerman, chama de *lealdades primordiais* que influenciam na delimitação de grupos de afinidades e, assim, a organização produtiva dos assentados, e as *continuidades* e *descontinuidades* das relações sociais nos assentamentos rurais, revelando diferentes relações de poder.

Com esse argumento, Romano observa que os mediadores sociais e os assentados se encontram em meio a uma trama de tensões que tem seu limite nas práticas sociais coletivas induzidas pelo movimento social e, vez por outra, pelo próprio Estado. Nesse contexto, os sujeitos envolvidos aparecem frente a uma sociedade com regras pré- estabelecidas, com espaços hierarquizados, que influenciam a reprodução social, a permanência e até a expulsão dos assentados dos lotes. Assim, para ele, as estratégias dos mediadores, em boa parte, aparecem como uma negação da realidade na qual querem intervir.

Autores como Silva (2009), Zimmerman (1994) e Romano (1994) contribuem de forma bastante significativa para o aprofundamento do nosso trabalho, especificamente com relação a esse capítulo da pesquisa. Levando-se em conta suas metodologias, críticas e análises sobre os desafios dos assentados e suas formas de organização do espaço nos assentamentos rurais, esses autores ainda demonstram que pelo estudo dos processos de construção de identidades e alteridades entre os assentados e entre eles e os mediadores sociais, pode-se perceber a dramaticidade e a dinamicidade das relações estabelecidas no interior dos assentamentos, que são fundamentais para conduzir estratégias de desenvolvimento.

Portanto, a partir da leitura desses autores, percebemos o quão importante é refletir sobre os tensionamentos e os limites da ação dos sujeitos no interior dos projetos de assentamentos rurais que, de maneira geral, se encontram precarizados em termos de infra-estrutura; e perceber em que sentido as estratégias coletivas inspiradas na luta pela terra ou nos programas do Estado podem entrar em atrito com outras formas de organização inspiradas na posse da terra, nas relações de parentesco, nos projetos individuais e na cultura dos assentados. Nesse sentido, é importante avaliar a possibilidade de o indivíduo ou a família optar por estratégias a serem adotadas e considerar o surgimento de novas formas organizativas e de cooperação a partir da inserção individual no mercado, ou da proximidade com núcleos urbanos, ou ainda os relativos às redes sociais, a valores culturais e também aqueles tocantes às relações de parentesco utilizadas pelos assentados para se manterem no território.

Assim é que estabelecemos nesse capítulo a tarefa de discutir o processo de (re)construção de identidades no interior do PA Aurora, compreendido como fruto de relações sociais multifacetadas, decorrentes, justamente, das mais variadas trajetórias de vida e de trabalho que se expressam nos valores morais, nos símbolos, nos desejos e nos projetos futuros que permeiam o imaginário e as atitudes dos sujeitos beneficiários dessa política pública.

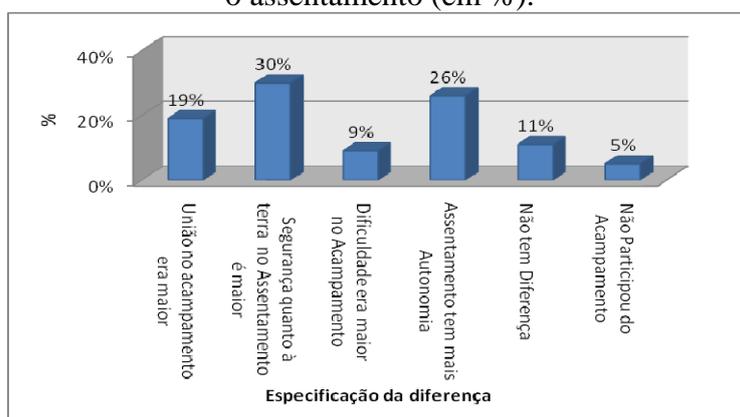
#### **4.1. Grupos de afiliações e conflitos sociais: os processos associativos e dissociativos no interior do PA Aurora.**

Consideramos, no terceiro capítulo dessa dissertação, que o território do PA Aurora foi construído, inicialmente, por um grupo de pessoas que, em determinado tempo e espaço, se identificaram a partir de um objetivo em comum: o acesso a terra;

este compôs o que denominamos de identidade territorial dos “sem terra” de Descalvado. No entanto, essa identificação, inicialmente de caráter política e cultural, é redimensionada com o desenvolvimento do assentamento.

O gráfico 15 abaixo é indicativo de como os assentados percebem as mudanças entre a forma acampamento, de quando eles “eram sem terra”, e o território do assentamento (quando são assentados), este entendido como um espaço já constituído em termos de domínio e apropriação.

*Gráfico 15.* Principais diferenças identificadas pelos assentados entre o acampamento e o assentamento (em %).



Fonte: dados da pesquisa, 2010.

A maioria dos assentados (30%) avaliou que no assentamento a segurança com relação à posse da terra é maior, pois cada família já recebeu seu lote e, assim, não têm mais insegurança com relação a ações de desapropriação. Ou seja, a união do acampamento, que se dava em decorrência dos objetivos individuais serem os mesmos e que garantia a identidade comum de “sem terra”, diminuiu em função do acesso a terra pelos, agora, assentados (redimensionamento da identidade social); 26% disseram que o PA possibilitou maior autonomia no que tange ao emprego de formas de trabalho das famílias, e que no acampamento ela ainda era, em grande parte, subordinada ao assalariamento rural ou urbano que possibilitava a reprodução do grupo. 9% identificaram que suas condições de vida e reprodução social são melhores no assentamento do que no acampamento, etapa esta em que as dificuldades em termos de alimentação, trabalho e conflito com agentes externos eram mais latentes. 19% revelaram que no acampamento a união era maior do que no assentamento, pois no assentamento há muitas “brigas” e divergências quanto às propostas de desenvolvimento para o local; 11% afirmaram não ter diferenças, e apenas 5% disseram

não ter participado do acampamento e não saber identificar diferenças entre os dois momentos dessa trajetória.

Esses dados revelam alguns elementos importantes para pensarmos a dinâmica organizativa do assentamento Aurora. Carvalho (1999) chama atenção para que nos assentamentos o fato de todos os que estão ali serem assentados não garante a conformação de uma identidade social homogênea como foi, por exemplo, na etapa do acampamento. As diferentes origens e trajetórias sociais possibilitam a formação de uma comunidade extremamente heterogênea no assentamento; este seria um espaço, portanto, onde os atores passam a construir novas relações sociais entre si, contribuindo para o aparecimento de novas tipificações identitárias.

Nesse sentido, de acordo com Bourdieu (1996), as possibilidades de aparecimento de novos agrupamentos sociais, isto é, de novas identidades em um novo espaço, é fruto do que cada indivíduo traz consigo na história incorporada que se cristalizou nas representações simbólicas e nas coisas materiais (nos *habitus*), e que na interação social (sempre estaremos precisando de um “outro” para nos identificarmos) é posta em comum na construção de novos processos identificatórios.

No PA Aurora, após a entrada nos seus respectivos lotes, os assentados usam das mais diversas estratégias de reprodução social, empenhadas de acordo com as poucas possibilidades que lhes aparecerem tanto dentro do assentamento como fora dele. Porém, tais estratégias não condizem necessariamente com as sugeridas pelo movimento social, que geralmente segue com proposições coletivas de organização territorial, seguindo a orientação do acampamento.

A FERAESP teve uma proposta de (re)organização territorial tomando como base estratégias políticas que possibilitassem a comunicação e interação entre diferentes grupos no assentamento, haja vista as distâncias de muitos lotes e com isso a dificuldade de locomoção de alguns assentados para participarem das reuniões na área comunitária definida pelo INCRA. Assim, a proposta dos “grupos de base”, que reúne as famílias de uma determinada área em pequenos grupos (ou subgrupos) com um coordenador que participa da reunião geral do assentamento para, posteriormente, realizar novas reuniões nos grupos menores e repassar as informações e para tomada de decisão, foi elencada pelo movimento como principal forma de organizar as relações sociais e de comunicação entre os assentados. Essa maneira de organizar o

território também pode ser interpretada de acordo com os preceitos definidos por Raffestin (1993).

A estratégia foi implementada da seguinte maneira no PA Aurora: o assentamento foi dividido em 13 quadras (as malhas), e cada quadra representava um subgrupo que tinha em um lote, geralmente o do coordenador eleito, o ponto de encontro (os nós do território); cada subgrupo era formado levando em consideração relações como proximidade física dos lotes e vizinhança (as redes agora não são apenas técnicas, mas fundamentalmente sociais). Nesse sentido, em cada quadra existia um coordenador que era eleito numa votação no subgrupo, e esse representante ficava incumbido de participar das “reuniões gerais” (o ponto de encontro “maior”) do assentamento, seja com o INCRA, seja com o poder público local, ou mesmo com o movimento social para, posteriormente, retornar aos grupos menores e realizar novas reuniões para repassar as informações e votar cada assunto discutido. Após esse processo, novas reuniões gerais eram realizadas para que cada coordenador pudesse apresentar as decisões dos seus respectivos subgrupos. A transcrição de parte da entrevista com a liderança do movimento social em Descalvado e figura 29 abaixo são ilustrativos de como foram organizados os grupos de base (as territorialidades) no assentamento Aurora pelo movimento.

Quando foi feito o assentamento nós da FERAESP tínhamos uma proposta de organização, que era a mesma do MST, a dos grupos de bases. Esses grupos funcionam como uma rede com vários pontos. É como se tivesse um espaço maior onde os coordenadores dos grupos menores participam e depois levam de volta para seus grupos menores. Lá no Aurora, se eu não me engano, eram 13 grupos, um por quadra de lotes, em cada um tinha um coordenador que era meio que responsável pelo grupo e pela organização do seu grupo. A gente pensava que era importante, pois a FERAESP não poderia estar lá o tempo todo, aí tínhamos que formar algumas lideranças no Aurora para que elas comessem a reivindicar também, e esse era o processo que a FERAESP estava fazendo em outros assentamentos para formar lideranças. Então, achávamos que ia dar certo por que eles já tiveram uma experiência coletiva no acampamento, mas não foi o que aconteceu (P, liderança local da FERAESP, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

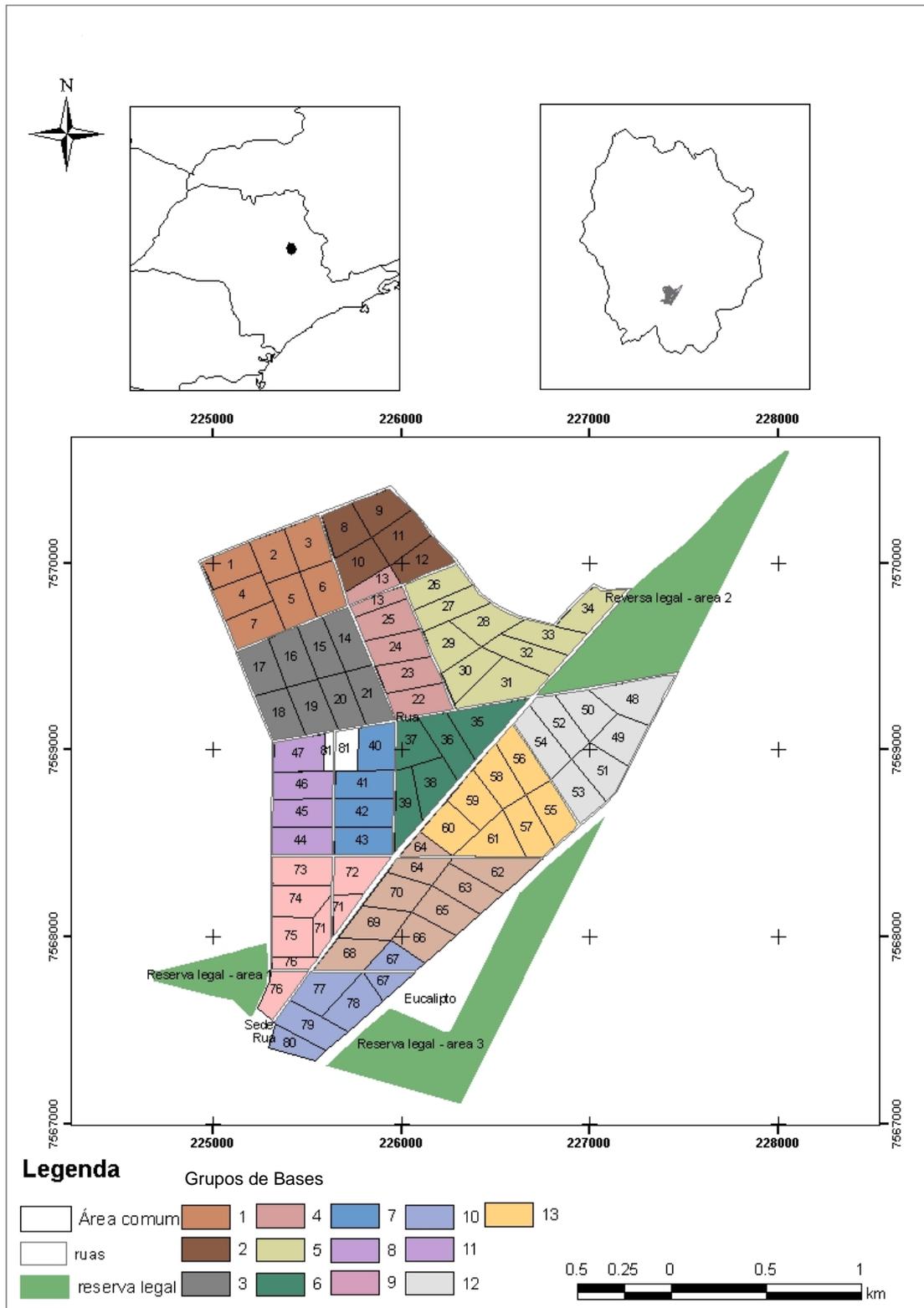


Figura 29. Territorialidade dos grupos de base no PA Aurora, 2008. Fonte: MDA/INCRA; GEOMINAS; Pesquisa de campo, 2010. Autor: Lucas Magno.

Com essa estratégia, como pôde ser observado na fala transcrita, o movimento pretendia formar algumas lideranças no local que assumiriam alguns processos políticos do assentamento, pois nem sempre a FERAESP poderia estar presente para assessorar os assentados nas reuniões com os mediadores sociais. Além disso, ainda a partir da transcrição da entrevista acima, podemos aferir também que esta estratégia partiu exclusivamente das experiências que o movimento vinha incorporando no seu *habitus* com outros assentamentos rurais na região. Ou seja, não houve uma negociação para sua implantação no PA Aurora, mesmo porque a maioria dos assentados não sabia como era o processo de organização social propriamente dito em um assentamento rural, haja vista que a maioria nunca participou de outro movimento que não a FERAESP; assim, estavam à “mercê dos comandos” do movimento em quem confiavam pelo fato de ter “ajudado” na conquista da terra. No entanto, tal tática não obteve sucesso, como P mesmo observou em sua fala. A entrevista com uma assentada, transcrita abaixo, revela algumas das causas do fracasso dessa estratégia no PA Aurora.

Teve muito conflito na época de coordenação do assentamento, dos grupos de bases, agora não tem muito mais não. Tinha uma senhora que ela nem está aqui mais, ela trabalhava como coordenadora de um dos grupos, mas não tinha uma visão de grupo, trabalhava só pra ela mesma. Ela queria mandar nos outros do grupo dela como se eles fossem empregados dela. Mas as pessoas aqui não estão aqui porque são empregados de ninguém, pelo contrário, acho que a grande maioria aqui tá na luta justamente pelo contrário, pelo fato de querer sua terra e não ter patrão, né. A gente da minha família não engolia isso dela, a gente sempre entrava em conflito com ela, e ela queria controlar as pessoas pra colocar a gente contra todo o resto das pessoas, principalmente contra aquelas que eram mais simples que hoje estão mais na parte de baixo, aqueles que nem ler e escrever sabiam. Acho que até nisso ela enganava as pessoas. Eram coisas que a gente não gostava, achávamos um absurdo e brigávamos mesmo com ela por causa disso. Como uma coordenadora de um grupo podia se achar a dona do grupo? Não é assim não. Nas reuniões saiam as brigas né. Como a gente debatia com isso, com esse erro, pra mim era um erro isso ela querer mandar, e como muita gente tinha medo de perder o lote se entrasse em conflito com os coordenadores, a gente falava mesmo. Teve época aqui que ela até dava dinheiro para outras pessoas assinar o caderno para outros que não estavam nas reuniões, fingindo que eles estavam. Isso era absurdo né, a gente não aceitava mesmo não. Não é justo (...). “Iiii” foi aí que começamos as brigas, no começo colocaram fogo no meu barraco aqui. Ninguém viu, mas como tinha essa implicância dela aqui, a gente acredita que tenha sido ela que mandou ou mesmo ela quem fez isso ou o marido dela (...). Mas a gente denunciou isso. Ela não conseguiu ficar no lote por conta disso e o marido dela foi expulso do assentamento em uma das reuniões por causar danos aqui, ninguém queria gente assim que brigava e tacava fogo em barraco por não saber conversar e acertar as coisas do jeito certo. Eles foram expulsos e as pessoas que eles enganavam ficaram muito envergonhadas depois que descobriram o que ela fazia realmente. No começo do assentamento então era mais conflito por causa disso, da organizando dos grupos de base que não estava dando certo em alguns lugares, por causa dessas confusões daqui com essa coordenadora, e também por ser uma família grande eles achavam que a gente tava mandando só pra nossa família. Mas hoje não tem mais nada disso não, agora as pessoas estão “espertando” mais. Quando a pessoa está sofrida já, que passa um tanto de dificuldades ela cansa né, aí estoura mesmo (R, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Tendo em vista as situações colocadas pelo depoimento acima, podemos construir interpretações sobre os limites da proposta de organização territorial feita pelo movimento no PA Aurora. Pois, como indicou Geertz (1989), a interpretação da cultura é conduzida levando em consideração os lugares de onde as pessoas fazem seus *discursos sociais*, que são diferentes do realizado pelo todo, ou seja, pelo grupo de uma maneira geral que tenta construir uma idéia de unidade sobre aquilo que, na realidade, é um todo heterogêneo.

Os lugares específicos de cada grupo dentro de uma estrutura, encarados como sendo os bastidores do assentamento, revelam diferentes ângulos (*visões de mundo*) de participação dos sujeitos, tanto no que se refere às decisões políticas nas reuniões gerais do assentamento, como às ligadas a aspectos de organização social e territorial do PA.

Na avaliação da FERAESP, que acreditava que o ajustamento a uma modalidade coletiva de organização social se daria mais facilmente após a vivência da forma acampamento, os grupos de bases eram a melhor solução de arranjo territorial do PA, pois seguiriam os preceitos da participação social e equidade política na votação das propostas coletivas nos diversos grupos. Já na visão da assentada entrevistada, o modelo de organização proposto pela FERAESP apresentava falhas, não por parte do movimento, mas fundamentalmente por conta da não consciência coletiva de alguns dos coordenadores eleitos nos subgrupos.

Nas palavras da assentada, pôde-se observar que alguns coordenadores não compreenderam muito bem a proposta de gestão coletiva do movimento social. Para ela, a coordenação de alguns subgrupos foi conduzida de forma autoritária e desrespeitosa. Os assentados coordenados dessa forma não reagiam pelo fato de muitos deles não terem instrução que os possibilitassem contestar o trabalho da coordenação e também a documentação que a coordenação trazia para as discussões nos subgrupos, ou mesmo por não saber ao certo quais eram os critérios para a permanência no lote, achando que o coordenador tinha o poder de retirar ou colocar alguém no assentamento quando achasse conveniente. Assim, alguns assentados, descontentes com essa situação, contestaram a maneira como estava sendo conduzido o trabalho em determinados grupos de bases e, em reação, houve retaliações violentas (queima de barracos) da parte do acusado de cooptação e de irregularidades.

Essa situação de tensão entre diferentes grupos foi o estopim para novas discussões políticas sobre a legitimidade e viabilidade do modelo de organização proposto pelo movimento. Nessas discussões, que teve respaldo dos demais, inclusive dos que eram “enganados”, vamos dizer assim, foram tomadas algumas providências, de forma coletiva e em reunião geral, para amenizar a situação de tensão.

A saída da referida coordenadora e de sua família do assentamento foi a medida encontrada para diminuir a situação de conflito no local. Essa punição teve apoio da população assentada que encaminhou a denúncia ao INCRA e este órgão, por sua vez, acatou a decisão da população do PA Aurora. Ou seja, “traição, “enganação” e cooptação, foram consideradas práticas imperdoáveis pelos assentados, pois elas ferem o que também podemos chamar de economia moral, no sentido dado por Thompson (1998), ou de “ethos”, no sentido dado por Geertz (1989), já que a organização política era considerada fundamental para a negociação por melhores condições de vida em termos de infra-estrutura e de acesso à serviços no assentamento. Portanto, feriram possibilidades de conquistas de direitos e processos políticos e econômicos fundamentais aos assentados e, com isso, colocaram em xeque a viabilidade da territorialidade pretendida pelo movimento.

Após esse evento, a organização social e política no assentamento Aurora passam por uma nova reformulação. Nessa reordenação o papel da liderança da FERAESP no local também vai ser redimensionado. P, novamente, passa a ser o mediador social, porém agora do movimento com o assentamento, começando um trabalho de formação no local e dando condições para que os interessados em assumir algumas funções de lideranças participassem de discussões do movimento no município de Araraquara, mais especificamente, na sede da FERAESP.

Nesse contexto, o mediador social, nas reuniões do assentamento, fazia um convite para os assentados interessados em participar da construção conjunta de uma nova proposta de organização para o PA Aurora, a partir de cursos e do conhecimento de outros assentamentos que a FERAESP vinha organizando. Os interessados que participavam dessas atividades eram incumbidos, após os cursos e encontros em Araraquara, de “puxar” tais discussões para o PA Aurora.

Foi através desse processo que algumas pessoas do assentamento se dispuseram a participar e a assumir algumas funções políticas de liderança no local. As principais formações realizadas por esses assentados junto à FERAESP dizem respeito à educação

no campo, agroecologia, cooperativismo e acesso a políticas públicas de comercialização como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Porém, nem todos os assentados interessados levaram a cabo tais cursos. Uns desistiam no decorrer dos mesmos em função de outras atividades relacionadas à organização familiar da produção nos lotes; outros, cansados de “politicagem” como eles dizem, paravam de frequentar as formações que “*era sempre a mesma coisa e nunca resolvia nada*”.

Apenas uma pequena parcela continuou participando desse processo, e duas pessoas tiveram destaque: Dona A, que realizava o curso de educação de jovens e adultos para começar um trabalho de alfabetização no assentamento, e R que participava de cursos sobre cooperativismo.

Essas duas assentadas, após várias idas a Araraquara para realizarem os cursos de formação política, começaram a por em prática no PA Aurora o aprendizado construído junto ao movimento. Dona A montou, nas dependências de seu barraco (figura 30), uma sala de aula para começar um trabalho de alfabetização dos assentados sem instrução formal e também daqueles que não sabiam ler e escrever nada além de seus respectivos nomes. R, por sua vez, tentou organizar uma horta comunitária para construir uma proposta de produção coletiva e comercialização de alguns produtos que não demorariam muito a “amadurecerem”, e que tinham maior mercado como hortaliças e alguns legumes.



Figura 30: Sala de aula improvisada por Dona A no seu barraco, mesmo local utilizado para lavar as roupas.

Autor: Lucas Magno, 2010.

Dona A teve um grande respaldo dos assentados em seu trabalho, pois alguns deles já tinham sido enganados uma vez, e um dos motivos era justamente por conta de

não saberem ler nem escrever. Já R não teve tanto sucesso. Sua proposta ficou restrita à organização apenas de seus familiares, também residentes no local, o que inibia a participação de assentados sem o vínculo de parentesco. Além disso, seu projeto não obteve financiamento de materiais e sementes para iniciar a produção, o que acabou atrapalhando o desenvolvimento do mesmo.

Nesse contexto, cada vez mais essas duas pessoas foram assumindo posições de lideranças no assentamento. Mesmo com o insucesso de R na condução da horta comunitária, ela ainda se manteve como uma importante referência política do local. O objetivo do movimento e do mediador estava sendo alcançado: formavam-se novos líderes no assentamento.

Porém, esse processo não estava isento de novos conflitos, já que alguns assentados, que não eram beneficiados pelas intervenções dessas “novas” lideranças no assentamento, estavam descontentes com o papel por elas desempenhado.

Tomando como referência, novamente, a interpretação de Geertz (1989), agora especificamente com relação à briga de galos balinesa, podemos fazer as seguintes aferições sobre o processo organizativo no PA Aurora.

As reuniões gerais dos assentados se colocam como momentos privilegiados onde se pode perceber a luta política pela liderança no local, nos termos de Geertz, o ritual propriamente dito sem hierarquias estruturadas em termos de condição econômica e cultural, como a arena e o ritual da briga dos galos em Bali.

Nesses espaços, que são momentos em que não há uma nítida separação entre os assentados em termos de renda, escolaridade, idade e formas de trabalho, há a oportunidade de inversão de papéis. Isto é, é o momento em que pode haver uma valorização de certas pessoas no que se refere à representação política, em detrimento de outras características que ela possua como baixa escolaridade, baixa renda, etc. Vale lembrar que Geertz enfatiza que nas situações e nos momentos rituais os indivíduos são igualados e despidos de suas localizações hierárquicas, que regem o mundo “lá fora” das relações cotidianas. No caso específico da briga de galos analisada pelo autor, ele conclui que nessa contenda qualquer galo pode sagrar-se campeão, seja ele de propriedade do rei ou do mais subalterno de seus súditos. Dessa forma, o que o ritual garante é a igualdade das condições de disputa. Mas, como o ritual também serve para modificar o status do indivíduo, a nova condição de vencedor, adquirida nesse momento, é assimilada e mantida na retomada da vida cotidiana.

Assim, nessa ocasião outros grupos iam se formando no local para que seus interesses pudessem ter representatividade na “arena pública” do assentamento. Esses grupos falavam de “seus respectivos lugares” nas reuniões gerais, isto é, sobre seus pontos de vista do todo e sobre suas necessidades e que não estavam sendo atendidas pelos “novos” líderes. Nesse sentido, demandavam representatividade política nas reuniões, ou seja, exigiam igualdade no encaminhamento de uma proposta vencedora.

Tais grupos iam surgindo a partir de certas afinidades como parentesco, escolaridade e religião. Assim, foram formados, a partir desse conflito na arena pública do assentamento, seis grupos diferentes que queriam ter voz e defender suas necessidades imediatas no PA, quais sejam: o da família “Macarrão”, tendo como uma das principais mensageiras R; o da família Borges, que era representado pelo indivíduo mais antigo da família; o da “Família de Sertãozinho”, representado pela matriarca; o dos participantes da igreja no local, que apesar de não terem uma liderança no assentamento definida, tomam suas decisões após consultar o líder religioso; o grupo dos que freqüentavam a escola, tendo na figura de Dona A a liderança; e, por último, aqueles que não têm grupo definido, ou seja, que preferiram não estar afiliados a nenhum desses grupos identificados na pesquisa e que por isso mesmo estamos denominando de “os individuais”. Estes últimos participavam das reuniões de forma solitárias, sendo suas decisões influenciadas pelas discussões dos diferentes grupos no local e seu posicionamento ora influenciado por um, ora por outro. Nos termos de Geertz (1989) eles seriam os “apostadores”, sem fidelidade demarcada.

Assim, no novo contexto sociopolítico do PA Aurora, processos associativos e dissociativos marcam a organização territorial do assentamento. E essa (re)organização é conduzida levando em consideração as trajetórias sociais dos assentados, tanto aquelas relativas às redes sociais de parentesco, como aqueles que prezam pelo fator cultural (religião e escolaridade) e também pela liberdade individual na realização de seus projetos de vida e organizações (ou não) sociais. Ou seja, cada grupo foi formado levando em consideração *habitus* e *illusios* específicos para a investidura no novo *campo* (BOURDIEU, 1996): as reuniões coletivas do assentamento. Assim, o diálogo no assentamento se faz por grupos e entre grupos, numa disputa não só por princípios gerais de organização, mas por normas sociais e regulamentações formalizadas de projetos de futuro e de afinidades entre diferentes pessoas.

Coelho e Botelho (2000: 10-11) estudaram um assentamento na região do Rio Doce em Minas Gerais (leste do estado) e também perceberam processos associativos e dissociativos (re)construtores de identidades e com o qual podemos fazer um paralelo, resguardando as devidas especificidades. Essas autoras argumentam que:

Nota-se que, nesse espaço (nos assentamentos), os impasses morais estão conscientes para alguns agentes e foram de difícil solução. Por isso, quando se indaga sobre os momentos mais difíceis, uma liderança diz serem “*os momentos de decisão, porque a gente ficava pensando sempre, mas será que vai dar certo?! Era uma aposta, e a gente se sentia responsável por aquilo.*” A transformação de uma norma em regra geral é um processo social que se faz por momentos de diálogo, mas também de disputas e exclusão na definição dos laços de afinidade e formas de solidariedade que, por sua vez, dependem não só das representações conceituais e das perspectivas de futuro internalizadas pelos agentes, ou por intelectuais, mas das condições de vida concretas existentes entre os assentados.

Assim, se, por um lado, os assentados se igualaram com uma identificação comum no processo de luta pela terra e por melhores condições de vida, por outro, eles possuem características heterogêneas forjadas nas suas diferentes trajetórias sociais desde o momento das desagregações dos locais de origem até o assentamento, como alertou Carvalho (1999).

Dessa maneira, o assentamento se torna o lugar de construção de novos elementos e de possibilidade de outros arranjos grupais, conduzidos a partir de outros fatores de identificação. Nesse sentido, também de acordo com Carvalho (1999), os assentamentos passam a ser *encruzilhadas sociais*, onde novas formas de socialização, novos saberes e novos valores são adquiridos, muitos dos quais foram se acumulando nas trajetórias dos assentados e que, na nova situação territorial, são reproduzidos.

O assentamento de reforma agrária é uma encruzilhada social onde a interação social entre as pessoas e famílias de grupos socialmente heterogêneas alcança considerável intensidade e ganha novidades (CARVALHO, 1999: 13).

Mas, para a compreensão desse processo, consideramos necessário o delineamento de cada grupo de modo particular, a fim de perceber quais *habitus* e *illusios* moveram consensos e dissensos no PA Aurora. Esse é o objetivo dos próximos subtópicos.

## 4.1.1 – Os grupos formados pelo critério de parentesco

### 4.1.1.1 – A história “dos Macarrão”.

Para compreender a trajetória social desse grupo acreditamos que parte da entrevista com R é de fundamental importância.

*Pesquisador: Onde você nasceu?*

Eu nasci no Espírito Santo, mas fui registrada e morei mesmo em Minas Gerais. Minha Família veio toda de Minas Gerais. Mas minha família, apesar de vir de lá, nasceu um pouco em cada estado do Brasil. Tem mato grossense, tem paranense, um pouco em cada canto, paulista. Porque Meu pai era gato, turmeiro que a gente chama aqui né, então ele ia de um estado pra outro, ele ia pra onde estava dando mais dinheiro na época. Ele trazia o pessoal pra trabalhar e nessas idas e vindas ele ia fazendo uns filhos espalhados por aí. A gente é em 10 irmãos de sangue e tem mais dois que veio pra São Paulo com a gente que é de criação, mas tem mais dois que ficaram em Minas. Então, a gente é em 14 irmãos.

*Pesquisador: Como era esse trabalho do seu pai?*

Ele era aquele que desmatava para fazer lavoura, para fazer pasto no Mato Grosso. Ele quem trazia o pessoal primeiro pra trabalhar nas fazendas. O pessoal que ele trazia era pra fazer esse trabalho. A maioria do serviço dele foi feito no Mato Grosso, que é um estado que tinha mais coisas pra ser feita, isso é o que meus irmãos contam quando eles foram pra lá.

*Pesquisador: Mas quando sua família veio de Minas para São Paulo?*

Foi nesse período que minha mãe separou, porque ele era bem bagunceiro, ele gastava muito com bebida, essas coisas né. A gente era bem pequeno, ele, meu pai, teve muita coisa, teve sítio, teve muita coisa mesmo e com essas coisas de bebidas e de outras mulheres ele foi perdendo tudo. Foi quando ele separou da minha mãe. Foi quando os meus irmãos vieram para São Paulo trabalhar. Mas não foram todos os homens que foram pra São Paulo na época. Quatro dos meus irmãos, os mais novos ficaram com meu pai, os mais velhos ficaram com minha mãe. Eles que tomaram a frente da família né. Esses mais velhos vieram fazer uma safra de cana aqui em São Paulo, conheceu São Paulo trabalhando na cana, bem precário. Mas eles trabalhavam na safra aqui e voltavam pra Minas Gerais. Só meus irmãos vinham aqui pra São Paulo e minha mãe ficava em Minas, em Ouro Verde com as filhas. Sempre que eles vinham para a safra da cana aqui em São Paulo eles voltavam falando muito bem daqui, eles acharam diferente de lá né, falavam que aqui era bem melhor pra trabalhar e pra crescer. Aí foi quando eles vieram para uma safra e voltaram, mas voltaram para buscar minha família em Minas. Nessa época foi que veio minha mãe, eu e minhas outras duas irmãs que estavam em Minas. Foi quando a gente veio morar num sítio aqui na região de Ribeirão Preto mesmo, em Taquaral.

*Pesquisador: E nessa época seus irmãos continuavam trabalhando na cana?*

Então, eles trabalharam muito tempo na cana, mas até quando a gente estava em Minas, minha mãe e minhas irmãs. Mas quando ele foi e buscou a gente e veio a família todo aí a gente foi morar nesse sítio em Taquaral. Nessa época meus irmãos e minhas irmãs se empregaram no sítio mesmo, mas também trabalhavam de diarista na cana, pra fazer um “dinheirinho” a mais sabe. Nessa época eles largaram a cana um tempo, só dois irmãos meus é que ficaram na safra da cana, mas faziam a safra e voltavam pro sítio onde a gente estava. Daí a gente começou a trabalhar em sítio e fazendas, mudava de sítio pra fazenda e sempre trabalhando com isso.

*Pesquisador: Mas com o que vocês trabalhavam nessas fazendas aqui em São Paulo?*

Nessa primeira vez que viemos acho que foi com laranja. Depois fizemos de tudo né, essas coisas de sítio mesmo, porco, cuidar da casa, das coisas do quintal, vaca, de tudo um pouco. Mas a principal tarefa nossa era na laranja mesmo. Depois dessa época, um irmão meu casou e veio morar em Descalvado, depois disso foi que ele trouxe minha mãe e os irmãos para morar aqui em Descalvado também. A gente morou numa chácara. Nessa época a gente morou um tempo na cidade antes, a gente alugou uma casa na cidade e foi nessa época que os meus irmãos foi buscar os outros irmãos que ficaram com meu pai no Mato Grosso, minha mãe estava já a 7 anos sem vê-los. Então foi bastante tempo. Nessa vez, tinha 4 com meu pai né, vieram os 3 mais velhos e o menor, era de menor mesmo, o meu pai não deixou trazer. Ou seja, nessa época a família se juntou mais aqui em Descalvado, dos 12 irmãos, 11 estava aqui em Descalvado. Minha mãe queria trazer todos, mas o meu pai não deixou trazer um. Nisso também meu pai já tinha outros filhos no Mato Grosso também, então a gente já tinha outros irmãos que eu nem conheço, mais é por parte de pai. Eu sou a mais nova, então eu não conheço esses irmãos mais novos não.

*Pesquisador: Então todo mundo estava aqui?*

Isso, todo mundo estava aqui mesmo. Todo mundo veio trabalhar aqui na laranja na fazenda que na época chamava Bocaiuva, hoje se eu num me engano ela mudou de nome, agora chama Colorado. Nessa época foi que a família se juntou de novo, como era em Minas, ou quase né, faltou um irmão que meu pai não deixou trazer de jeito nenhum e ficou em Mato Grosso, irmão de pai e mãe, os outros irmãos por parte de pai não vieram não. Nessa época também foi quando meus irmãos mais velhos conseguiram alugar uma casa aqui em Descalvado e colocou todo mundo pra morar junto. Você pode ver que minha família sempre foi cuidada pelos irmãos mais velhos né. Depois que os outros foram crescendo a responsabilidade de cuidar da família ia passando pra os mais novos, mesmo porque os mais velhos iam casando e tendo suas famílias.

*Pesquisador: Então sua família sempre trabalhou na roça, mesmo em outros estados. Mas, vocês nunca tiveram uma terra própria em São Paulo?*

Aqui em São Paulo não, tinha em Minas Gerais como falei pra você, mas perdemos. Aqui em São Paulo nunca tivemos não. Nesse período que viemos aqui pra Descalvado a gente morou um tempo na cidade, mas ainda sim meus irmãos trabalhavam na laranja. Nós vivemos lá um bom tempo, mas a família foi casando e separando, mas sempre morando aqui em Descalvado. Foi nessa época que a gente ficou meio distante né, mas foi quando um dos meus irmãos ficou sabendo que ia ter uma ocupação aqui. Em Descalvado não tinha coisas desse tipo fazia tempo. Ninguém sabia disso, as pessoas em Descalvado não sabiam. Então nessa época que meu irmão ficou sabendo, no trabalho, quando o P juntou uma turma e falou do que iria ser feito aqui, foi quando ele ficou sabendo. Através dos colegas dele também ele ficou sabendo e trouxe para a minha família. Aí o pessoal adorou a idéia de morar na zona rural de novo, mas agora numa coisa que podia ser nossa né. Ter terra era um dos sonhos de minha mãe e nosso também. Foi nessa época que a gente começou a participar de reuniões na cidade, participamos das ocupações e ficamos muito empolgados com a idéia de ter terra. Nessa época muita gente trabalhava registrado, aí eles largaram o serviço e vieram pra cá no sonho de ter uma terra, mas também por que nessa época estava difícil na fazenda, era pouco o serviço e a gente num ganhava bem não como antes. Eu não queria vir aqui, tinha muito medo de largar as coisas que tinha pra vir aqui pra uma coisa que era incerta. Mas minha mãe falava comigo pra vir que o negócio ia sair sim e que era a chance de juntar todos os filhos dela de

novo. Sempre minha mãe ficou aqui, desde o início, com alguns irmãos. Foi então que resolvi vir também lutar por meu canto perto da família. Nesse período minha sogra também conheceu o movimento e veio também, ou seja, a gente estava agregando muita gente também pra luta, gente nossa. Um dos motivos de ter muitos lotes aí da Família “Macarrão” como o pessoal fala é isso. Minha família sempre andou junta e aí também foram chegando outras pessoas: cunhados, sogra, todo mundo aí veio pra luta. Outra coisa que fez com que a gente ficou aqui junto foi por causa do dia de ocupar a área mesmo que o P decidiu ocupar tudo pra não perder a área e dar a idéia de que a gente tem gente o bastante pra ficar nessa área toda. Foi quando a gente se dividiu, todos os acampados, em grupos de cada família né, pra ocupar a área, cada família distante 50 metros da outra para que as pessoas vejam que todo a área tem gente. Foi quando a gente ficou junto também. Nesse dia, nessa divisão dos grupos pra ocupar a área toda, a gente como família grande e unida tendeu ir todos para um mesmo lado. Por isso que o pessoal lá de baixo fala que a gente ocupou tudo no lado de cima. Mas não foi por isso, a gente se sentiu seguro junto sabe, e quando dividiu os lotes já no assentamento a gente preferiu ficar assim mesmo, tudo de um lado só e perto um do outro. Quando foram divididos os lotes a gente manteve os lotes, ficou desse jeito mesmo, a minha família aqui tudo junto. A minha família ainda é muito criticada aqui por ser uma família muito grande, a gente tem peso nas reuniões né, quando a gente acha que tem alguma coisa errada aqui e gente quer tentar consertar. Só que o povo acha que a gente é ruim, que a gente só quer saber de colocar nossa família aqui, mas não é isso. Nós estamos, todo mundo aqui da minha família está aqui desde o começo da luta, e na mesa de seleção um dos critérios que pesou na distribuição dos lotes foi esse, de que deveria estar aqui desde o começo da luta de enfrentar os barracos e minha família sempre esteve aqui desde o início com criança pequena na luta e foi por isso, pela luta nossa que conseguimos nosso pedaço de terra.

*Pesquisador: Qual o significado da terra pra você?*

Conquista né. Mas acima de tudo é uma volta a um passado que a gente já teve e era muito bom. Isso que a gente viu aqui na terra, a reconstrução de um passado para a família toda de novo. Mesmo que a gente não melhore financeiramente, aqui a qualidade de vida é melhor, é um lugar melhor pra criar e crescer com minha família. Acho que não se compara aqui com a cidade. Aqui é muito melhor. Viver é aqui na terra mesmo (R, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Pode-se perceber, a partir da entrevista transcrita acima, que a trajetória social desse grupo esteve atrelada à junção do núcleo familiar nos diferentes espaços que eles percorriam ao longo do tempo. Ou seja, as redes sociais de parentesco foram um elemento de destaque na formação desse grupo no PA Aurora.

Esse elemento esteve presente o tempo todo na trajetória dessa família, desde quando eles moravam em Minas Gerais e os filhos vinham para São Paulo para o corte da cana e, logo que retornavam, abasteciam a família com recursos provenientes do trabalho sazonal nos canaviais; até a mudança definitiva para Descalvado, quando eles dividiam uma mesma casa, tanto quando moravam no meio rural, como quando foram para a área urbana do município.

Essa trajetória tem final, pelo menos para interesse dessa pesquisa, com a chegada ao assentamento, isto é, com a conquista da terra por todos os núcleos familiares dos membros da “Família Macarrão”, esta entendida como a “Família Grande” que incluía cunhados, sogra e netos.

Nesse sentido, foi principalmente pelo critério de parentesco que o grupo dos “Macarrão” foi formado no assentamento Aurora. Essa associação foi pensada desde a época em que eles estavam acampados, como também pôde ser evidenciado na entrevista de R transcrita acima. Nessa fase da luta pela terra, quando o objetivo era ocupar o território de maneira uniforme para que o movimento “se fizesse presente”, esta família preferiu tomar lugares no acampamento que possibilitassem a proximidade entre os membros familiares. E essa forma de organização social foi mantida após a territorialização do assentamento propriamente dito.

Assim, a organização social que, com o assentamento delimitado, passa a ser também territorial, favoreceu a união dos membros da família “Macarrão” em um grupo e também no espaço, com relação à proximidade física dos lotes.

Somente a título de curiosidade, indagamos sobre o apelido de “os Macarrão”, dado por todos no assentamento para os membros desse grupo familiar e que também é aceito por eles sem problemas, e a resposta que obtivemos foi:

*(risos)* Foi porque uma vez, aqui em Descalvado mesmo, meu irmão mais velho se envolveu numa briga, e na época ele tinha um cabelo enrolado, e era igual macarrão “miojo” sabe, todo enroladinho, aí um pessoal começou a tirar onda com ele, chamavam ele de “miojo”, mas com o tempo passou a ser macarrão mesmo. Depois dessa briga, meu irmão bateu num cara aí que ninguém conseguia desafiar ele, desde então ele ficou conhecido como o “Macarrão”. Aí quando a gente chegou no assentamento, quando o pessoal de Descalvado que conhecia a gente me viu, por que eu cheguei primeiro que meu irmão, eles sabiam que eu era irmã do “Macarrão”, aí ficou, “os Macarrão”, os da turma dos “Macarrão” (R, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Vale destacar também, para análise posterior, que esse grupo, em função de sua composição numérica e coesão interna, é representado pelos demais assentados como “gente ruim”, o que pode ser reforçado pelas duas ocasiões em que o irmão da entrevistada “se meteu” em brigas com o uso da violência física.

#### 4.1.1.2 – A “Família de Sertãozinho”.

A história da formação desse grupo no assentamento, do mesmo modo que a dos “Macarrão”, esteve ligada às redes sociais de parentesco. Os integrantes dessa família nasceram no interior do estado de São Paulo, mais especificamente no município de Jardinópolis, e de lá migraram para a cidade de Sertãozinho (região de Ribeirão Preto) em busca de melhores oportunidades de trabalho. Esse movimento também se deu, como destaca C, em decorrência da violência doméstica que os 8 irmãos sofriam na casa com o pai.

Segundo C, a mais velha da família no assentamento,

Eu nasci em Jardinópolis, e minha infância foi boa uns tempos, até uns 6 anos de idade. Depois foi ficando ruim, porque minha mãe foi embora, abandonou a gente e nós ficamos com o nosso pai. Morávamos na roça, num sítio. Nós ficamos com meu pai e num foi muito boa, num foi uma infância que a gente quer guardar na memória né, num foi uma infância que quando a gente cresce quer ficar na lembrança. A gente apagou a infância. Meu pai era muito ruim, batia muito na gente e num gostava muito de nós, eu acho né, essa foi a impressão que eu guardei dele. A gente começou a trabalhar muito cedo. A gente saiu de Jardinópolis e fomos pra Sertãozinho, meu pai não, saímos meio que fugindo dele. Ele ficou. Lá em Sertãozinho eu comecei a trabalhar eu tinha 9 anos, a vida num era fácil lá. Eu mudei pra Sertãozinho eu tinha 8 anos e comecei a trabalhar com 9 pra dar conta de cuidar dos meus irmãos (C, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Nessa empreitada, os irmãos “fugidos” foram procurar trabalho muito cedo, ainda crianças, para se sustentarem e, como na época não existia muitos instrumentos de regulação e fiscalização do trabalho infantil, a lavoura de cana foi o destino dos membros dessa família, como ilustrado pela transcrição abaixo feita a partir da entrevista com C.

Aí depois com 10 anos a gente foi trabalhar na lavoura, a gente cortava cana por dia. Nós éramos em 8 irmãos 5 trabalhavam na cana ou na “panha” de algodão. Então a gente tinha irmão pequeno e tínhamos que trabalhar pra ajudar eles a ter um futuro melhor que o nosso, dos mais velhos. Nessa época todo mundo trabalhava cortando cana, era um trabalho muito difícil, naquele tempo era muito difícil as condições de trabalho. Eram piores de todos os trabalhos que já fiz. Mas era o único emprego que tinha né, que a gente sabia fazer e que eles empregavam a gente criança ainda. O caminhão pau de arara pegava a gente no ponto na cidade e levava pra roça trabalhar na cana e só voltava de “noitinha”. (C, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

*Pesquisador: e a senhora ficou muito tempo na cana?*

Criei todos os meus filhos na cana, com o salário que eu ganhava no corte da cana. Muito tempo, mais de 20 anos. Um bom tempo com carteira assinada. Mas teve muitas vezes que não, eles não assinavam a carteira da gente não. Tinha vez que eles falaram que se a gente trabalhasse sem carteira assinada a

gente ganharia um pouquinho a mais, e era só falar de dinheiro que o povo trabalhava sem carteira mesmo (C, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Durante esse tempo em que C trabalhou na cana, ela e seus 7 irmãos foram construindo suas vidas de forma diferente. Uns casaram e foram morar em outras localidades atrás de melhores condições de trabalho e vida, outros ficaram por Sertãozinho mesmo, aposentaram-se no trabalho rural e fincaram raízes nessa cidade. Mas, uma das irmãs teve contato com a FERASEP em uma das campanhas de mobilização que o movimento fazia nos canaviais da região. A partir desse contato, ela e seus filhos entraram na luta pela terra e tentaram influenciar seus irmãos. Segundo depoimento:

Lá em Sertãozinho mesmo, quando eu ainda estava trabalhando com a cana, a gente sabia que num ia durar muito tempo mesmo, por causa da mecanização, as máquinas hoje dão conta do trabalho que uns 100 homens fazia antigamente. Mas minha irmã foi lá em Sertãozinho visitar a gente um dia. Minha irmã trabalhava na cana também, mas nessa época que estou te falando ela num trabalhava mais não, ela era assentada em Motuca (município do estado de São Paulo). Aí ela foi lá falar da experiência dela e que tinha dado certo a luta dela. No começo nós não gostamos muito da idéia não, achávamos estranho esse negócio de “sem terra”, a gente num sabia direito o que era. Mas ela tinha ido pra Motuca pelo mesmo motivo que eu estou aqui, o sonho de ter uma terra e voltar a ser o que era no passado quando minha mãe estava com a gente, a melhor época nossa. Porque num é fácil morar na cidade e nem trabalhar na cana né. A gente quiz sair fora dessas coisas.

*Pesquisador: e ela te influenciou a ir para o movimento?*

Sim, ela quem me falou o que era e como se organizava o pessoal. Mas em Motuca eu num queria ir não. Foi quando elas me falaram que ia ter uma ocupação aqui em Descalvado, foi aí que eu vim. Pensei muito em vir, mas vim e acabou que gostei e fiquei muito bem aqui (C, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

A partir desse primeiro contato com o movimento, através da influência da irmã, C começou a contar com outras possibilidades futuras para a família, em especial para os filhos. Como ela afirmou no depoimento acima, a terra própria era o sonho dela e da irmã, pois representava a conquista de um passado, ou pelo menos da parte boa dele. Além disso, a conquista da terra poderia lhes auferir melhores condições de vida, principalmente para os filhos que no futuro teriam um lugar melhor para se viver.

Porque eu num tinha nada. A terra, eu nunca tinha dinheiro pra ter uma terra. Quando eu trabalhava na cana eu num tinha dinheiro pra comprar uma terra. Eu num fui morar na cidade porque eu queria, mas porque não tinha como ficar no sítio que eu morava, num era nosso e com meu pai era complicado. Mas eu adorava morar no sítio. Meu sonho era ter uma terra. Meus filhos tinham que ser criados no sítio igual eu. Pra mim essa foi uma oportunidade.

E também porque na cana num é vida, num tem como viver, e a terra aqui foi uma forma de ter meu trabalho, de controlar e fazer o que eu quero aqui, sem patrão, sem hora de trabalhar, poder plantar o que eu quiser aqui. Isso é mais pra mim morrer aqui e ficar com meus filhos e netos. Isso aqui é o futuro da minha família, eu ganhei o futuro. Terra pra mim é isso (C, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Assim, C, como matriarca, foi investir em melhores oportunidades para os filhos e netos, e a luta pela terra começou a figurar como a principal forma de alcançar esse projeto. A princípio, ela ingressou sozinha nessa empreitada. Enfrentou o acampamento, os conflitos, a desapropriação e todo o processo inicial de luta pela terra de maneira solitária. Às vezes um filho ia fazer uma visita no acampamento, convidando-a a abandonar essa vida de “sem terra”, pois achava que ela não ia “levar a nada”. Sem desistir e nem se importar com a preocupação dos filhos, C suportou todas as dificuldades no acampamento e conseguiu o acesso à terra, isto é, realizou o seu sonho.

Na situação de assentada, ela ainda ficou solitária no PA Aurora por algum tempo. Mas, com o assentamento já institucionalizado pelo INCRA, seus filhos passaram a vislumbrar também a oportunidade de conquistarem um lote próximo ao seu, já que eles “*viram que a luta dava certo*”. Assim, essa família passou a usar as redes sociais de parentesco como a principal forma de relacionamento e troca de informações sobre quais e quando eram as melhores possibilidades de assentar mais gente da família no local:

*Pesquisador: a senhora trouxe sua família já no acampamento pra cá?*

Não, eu fiquei sozinha aqui. Só quando eu via que ia ter lote sobrando que chamava minhas filhas. Umas vieram agora, mais recente. Antes eu ficava sozinha né. Fiquei toda a luta sozinha no acampamento. Ficava eu e Deus, tinha os amigos da luta, meus vizinhos aqui, mas da família não.

*Pesquisador: e depois como a senhora trouxe os filhos e netos?*

Eu falava com eles para participar só das reuniões que iam discutir novos assentados aqui pro Aurora, eles vinham aqui pra ver o que ia acontecer com os lotes que estavam vagos. Mas sempre que tinha reunião eu ligava e falava pra eles vir que se eles estivessem aqui na reunião era muito mais fácil conseguir um lote.

*Pesquisador: e porque trazer sua família todo pra cá?*

Porque é melhor ter os filhos perto da gente vivendo o sonho com a gente né. A vida boa pra mim eu queria pros meus filhos também. A terra é uma benção pra mim, aí queria trazer meus filhos pra isso aqui também. Foi vindo e conseguindo cada hora um. Eles também não achavam ruim aqui, e aí foi isso, juntamos todos (C, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Com essa comunicação entre os membros da família, sempre que alguém abandonava um lote no PA, um filho de C chegava ao local para participar do novo processo de seleção de beneficiários que se iniciaria. Com esse processo de comunicação propiciado pelas redes sociais de parentesco, ela conseguiu fazer com que seus filhos ficassem raízes no assentamento formando um dos grandes grupos familiares do PA Aurora:

(...) primeiro veio a mais velha com os netos, depois a caçula, essa largou o marido e veio com os filhos ela achava melhor aqui do que lá em Sertãozinho sozinha sem marido. Depois veio meu menino, que é do meio também. Esse veio com os filhos. Agora nós estamos aqui tentando trazer o último que falta, minha outra filha, acho que essa vai vir e ficar aqui em casa até sair uma vaga, só falta ela pra ter a família toda aqui (C, assentada no PA aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Vale ressaltar que, à semelhança do grupo familiar dos “Macarrão”, a “Família de Sertãozinho” também incluiu em sua trajetória um histórico de desintegração familiar, na qual a figura paterna desempenhou um papel desagregador, de violência e negatividade. Outro traço em comum é a separação dos irmãos, em face dos imperativos de sobrevivência econômica e que o assentamento, posteriormente, permite aproximar e reagrupar.

#### **4.1.1.3 – Os Borges: um grupo em vias de desaparecimento?**

Esse grupo também leva em consideração o critério de parentesco nos processos associativos no PA Aurora. O mais velho dessa família é O, natural do estado do Paraná onde era agricultor. Com o passar do tempo ele se mudou para a cidade de São Paulo, onde foi “*tentar a vida na cidade grande*”, pois as condições da agricultura na época não estavam boas. Parte da transcrição de sua entrevista ilustra essa trajetória.

Pompéia, no Paraná. Nasci e me criei na roça. Minha família era toda de roça, mas lá era meio complicado, não tinha apóio à agricultura na época. Depois eu fui crescendo na vida e me virando, foi quando eu fui trabalhar com caminhão na cidade. Vim para São Paulo, na capital. Fiquei muito tempo em São Paulo, trabalhando como caminhoneiro. Mas eu gostava muito de agricultura, mesmo vendo que lá onde eu morava tava difícil, mas em São Paulo eu vi que era da terra que eu gostava mesmo. Em São Paulo não tinha como mexer com agricultura. “É no peito da vaca de roça que se cria um filho, e na enxada que se cria a família”, isso que minha mãe falava pra mim e eu ficava com isso na cabeça. Foi quando a gente, minha família, voltou pro interior, aqui pra Descalvado. Vim cortar cana, “panhá” laranja, fiz de tudo aqui já (O, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Foi no interior de São Paulo, em meio ao trabalho nos canaviais e nos pomares de laranja, que ele conheceu a FERAESP. Assim, ele foi estreitando laços com o movimento e a conquista da terra passou a figurar no seu imaginário como uma tentativa de reconstrução de laços sociais e modos de vida do passado, pois era o que ele buscava na época que residia na capital do estado de São Paulo:

Conheci o P, há mais ou menos 10 anos atrás, foi quando eu participei de acampamentos com ele, lá em Colina, região de Ribeirão Preto. Pra mim isso foi a descoberta de uma nova vida. Porque eu acho que a terra dá tudo pra gente, a luta pela terra é a luta pela vida, pela independência, você deixa de ser empregado para ser patrão do seu tempo. Então o movimento renovou muito minha perspectiva de vida, principalmente quando fiquei sabendo que aqui ia ter uma ocupação, aqui era ainda melhor porque eu já estava morando aqui (...). O importante da luta é a conquista, minha terra, minha vida de volta. Aqui eu tenho mais força pra viver, mesmo com todas as dificuldades, eu tenho na vida (O, assentado no PA Aurora, entrevista pesquisa de campo, 2010).

Essa “renovação” na perspectiva de vida possibilitou que O estabelecesse projetos a partir da união de sua família novamente, porém em outro espaço. Ele participou do acampamento em outro município próximo a Descalvado, mas lá não conseguiu se assentar. Nessa época ele não desistiu da luta. Foi quando surgiu a possibilidade de construção de um assentamento em Descalvado. Nesse contexto, seus filhos, que também residiam nesse município, influenciados pelo “chefe da família” aderiram ao movimento e ao sonho da terra própria que o pai tinha e de união da “família grande”. Esse objetivo está explícito quando ele foi questionado sobre o significado da terra:

Manter uma família. Eu to velho, to quase morto, mas tinha que lutar para outras pessoas, para minha família. Aqui eu posso ver minha família crescer junta de novo. Se eu morrer pelo menos deixo isso aqui pra eles, uma conquista com muita luta e que todos vão saber que eu ajudei (O, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa da campo, 2010).

Portanto, do mesmo modo que a família “Macarrão” e que a “Família de Sertãozinho”, o grupo dos “Borges” também foi influenciado pelo *habitus* de parentesco na construção de projetos futuros. Esse grupo foi fortemente entusiasmado pela trajetória do patriarca que conheceu o movimento social de luta pela terra anteriormente

à ação coletiva em Descalvado, e amplio o campo de possibilidades de reconstrução familiar e do modo de vida rural.

Sua visão de mundo influenciou outros membros da família que acabaram se juntando à luta quando esta foi construída em Descalvado. Assim, diferentemente dos “Macarrão”, que conheceram a luta em Descalvado, e da “Família de Sertãozinho”, cuja matriarca foi influenciada pela irmã assentada em outro projeto da FERAESP, o grupo dos “Borges”, principalmente a partir do membro mais velho da família, sabia das possibilidades concretas que a política de reforma agrária poderia lhe auferir, pois já estava participando de outras ações do movimento social na região.

Mas, esse grupo teve uma particularidade no PA Aurora que é de fundamental importância para discutir a permanência ou não do mesmo no assentamento e com isso sua influência política no território.

Assim que construído o assentamento, um pouco depois da época da constituição dos grupos de bases, alguns integrantes dessa família não se adequaram a algumas regras morais estabelecidas no território recém constituído. Entre elas estava o respeito aos vizinhos e aos limites dos lotes, o que incluía respeitar a produção agrícola de cada família.

Em uma conversa informal, um assentado afirmou que tinha sido roubado recentemente quando estava ausente trabalhando na cidade de Descalvado. Nessa ocasião ele percebeu que tinha desaparecido do seu lote uma quantidade considerável da colheita de alguns produtos, que era principalmente para alimentar as criações, algumas ferramentas de trabalho e que seu carro também não estava mais no barraco.

Nesse contexto, em uma das reuniões gerais dos assentados, ele relatou o acontecido dizendo que estava desconfiado de que um dos integrantes da “família Borges” tinha cometido o delito, pois havia recuperado o carro no lote dessa pessoa. Segundo o assentado roubado, o autor do furto já tinha passagem pela polícia, isto é, já havia sido detido em outra ocasião no município de Descalvado e que “*não era gente boa*”. Assim, nessa ocasião houve um evento (a acusação) que novamente interferiu nos relacionamentos dos assentados.

Como anteriormente, quando houve a acusação de cooptação de um dos coordenadores na época dos grupos de base, foi realizada uma espécie de avaliação, já que outros assentados também declaram ter tido “problemas” com a família do acusado. Passado algum tempo após o evento, os assentados, “mais espertos” em termos de

equacionar os conflitos, decidiram denunciar o caso. Foi quando houve a confirmação da acusação de furto. Nesse contexto, a punição foi a mesma estabelecida anteriormente, pois, como já foi dito, roubar é uma infração no assentamento que fere o que designamos de economia moral dos pobres, no sentido dado por Thompson (1998).

Assim, mais uma família é pressionada para deixar o assentamento por ultrapassar normas sociais e morais dos assentados. Essa expulsão, assim como a outra, teve conseqüências violentas. Após a saída do acusado e de sua família do PA, outro incidente de incêndio de barraco foi registrado, como mostra a figura abaixo.



Figura 31: Incêndio no barraco do assentado que denunciou o furto na reunião geral do assentamento Aurora.  
Autor: Lucas Magno, 2010.

Nesse contexto, novamente os assentados viram-se na obrigação de protestar contra o incidente, procurando, sempre nas reuniões gerais do assentamento, os autores do incêndio.

Essas ocasiões de exposição pública dos conflitos latentes entre as famílias no PA são as mais polêmicas, pois é quando as lideranças dos grupos “tomam partido” das brigas, e que é seguida pelos seus integrantes.

Com essas acusações contra “os Borges” nas reuniões gerais por grupos não contentes com os “últimos acontecimentos” que poderiam estar relacionados com as pessoas dessa família, podem trazer novas retaliações no PA e causar novos conflitos, e com isso reorganizar grupos de afiliações no local. Mas essa situação, até o momento da pesquisa de campo, não tinha tido maiores desdobramentos.

Assim, a partir da caracterização da trajetória dos diferentes grupos familiares no PA Aurora, consideramos importante avaliar o parentesco como um ponto crucial

dos processos associativos no assentamento que serviu de estratégia de reprodução social e, principalmente, de representatividade política de alguns assentados. Segundo Leite *et al* (2004), a partir da criação do projeto de assentamento, surgem novas dinâmicas e artifícios de criação de espaços sociais através, por exemplo, de redes de sociabilidades. Especificamente no caso analisado, essas redes foram formadas a partir dos troncos familiares comuns: o dos “Macarrão”, o da “Família de Sertãozinho” e o dos “Borges”. Nas palavras dos autores:

(...) as relações familiares e de parentescos (...) existentes anteriormente, unidas à ação dos mediadores (sindicatos e movimentos) e do Estado, reconstroem redes de sociabilidades que possibilitam a participação dos trabalhadores nos processos de organização da luta pelos assentamentos rurais. (LEITE *et al*, 2004: 112).

As famílias de trabalhadores rurais do assentamento estudado realizam migração que se dá em direção a agrupamentos de parentes, pois essa dinâmica populacional está relacionada com os laços pessoais e de solidariedade que as unem (às redes sociais). Assim, as famílias chamam outros membros quando a situação é favorável ou mudam-se para onde estão os familiares quando a situação no local de destino não está boa. Situação evidenciada pela entrevistada R, quando ela trata da migração de sua família para o estado de São Paulo onde, segundo seus irmãos, na época as condições de trabalho e vida eram melhores do que as de Minas Gerais; e também por C, pertencente ao grupo da “Família de Sertãozinho”, quando esta percebeu que as condições no assentamento estavam melhores e resolveu trazer algumas pessoas da família para participarem do processo de seleção de novos assentados e que, se possível, ainda vai trazer outros membros para ingressarem na luta em Descalvado.

Assim, migrar para uma área que poderia vir a ser um assentamento rural significou a possibilidade de reprodução de relações sociais, mesmo que em um novo espaço. Por isso, a forma e a função atual dos grupos familiares no território do PA, ou seja, suas territorialidades, com malhas e nós específicos, foram baseadas fundamentalmente nas redes sociais de parentesco (ver figura 32 abaixo).

Consideramos que os *habitus* familiares desses grupos, que foram e continuam a ser baseados no fortalecimento das redes sociais de parentesco, é que garantiram a constituição de coletividades com poder de representação política no local. Isto é, seus

*illusios* foram construídos levando em consideração os *habitus* familiares “dos Macarrão”, da “Família de Sertãozinho” e “dos Borges”, ao longo do tempo e nos diferentes espaços, para a investidura no *campo* das reuniões gerais. Dessa forma, os grupos familiares assentados procuraram investir num mesmo capital social (o de parentesco) para o ingresso em um campo, mas que se apresentam com lastros e trajetórias diferentes.

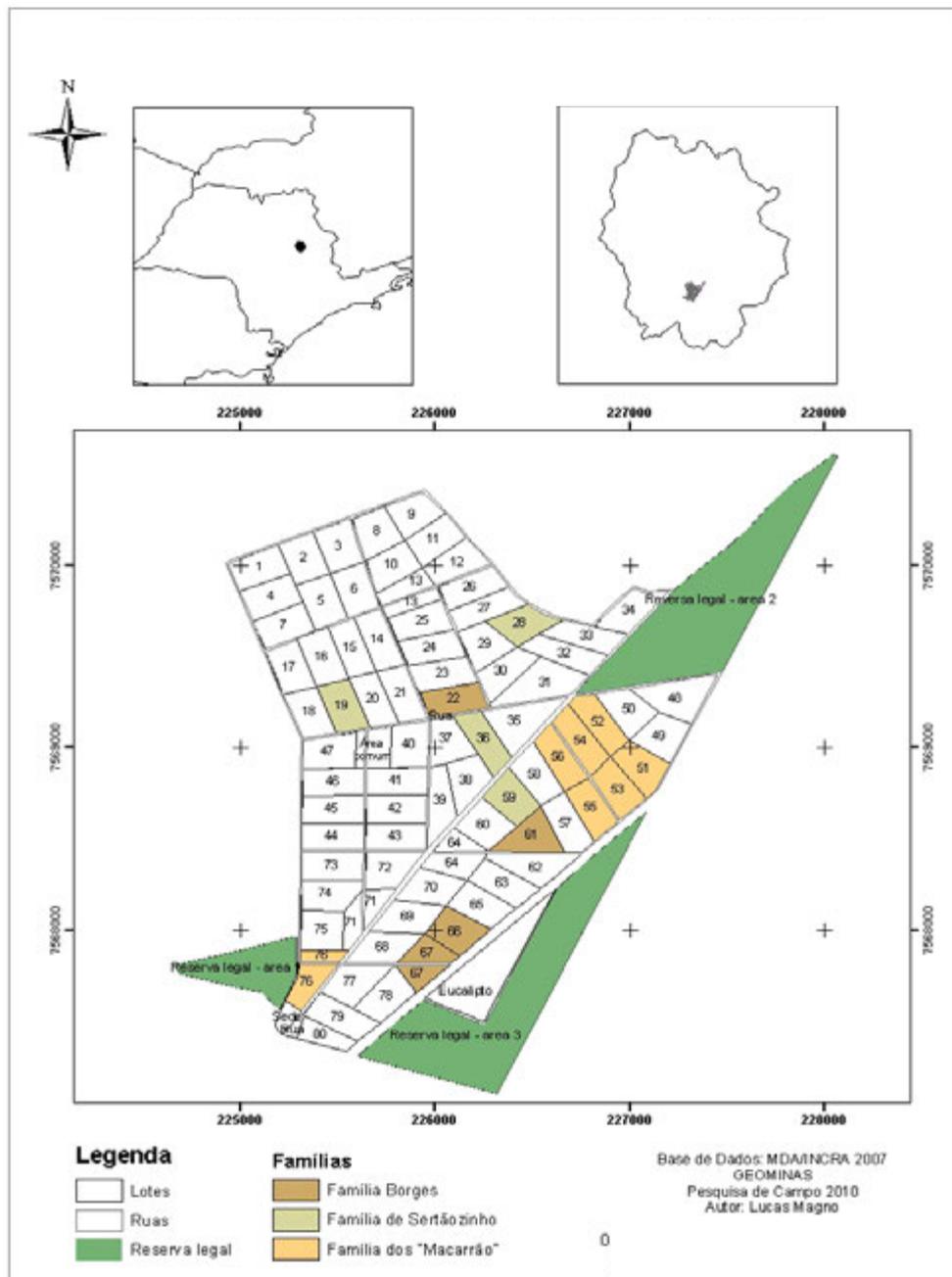


Figura 32. Territorialidade dos grandes grupos familiares no PA Aurora. Fonte: MDA/INCRA; GEOMINAS; Pesquisa de campo, 2010. Autor: Lucas Magno.

#### 4.1.2 – A escola como ponto de encontro e espaço político.

*Pesquisador: E a senhora Dona A, o quê mais gosta aqui no assentamento? De ajudar o povo a ler e escrever, de conversar e tentar resolver os problemas aqui do pessoal que estuda comigo. Eu gosto muito de ajudar o povo aqui mesmo, a parte social aqui é a parte que me faz ficar aqui, tem dias que eu penso em ir embora, mas aí eu penso se eu for como é que vai ser da Dona Maria, do Senhor João que num sabem ler ainda, eles vão ser “judiados” aqui de novo por causa disso. Se for por minha causa não vão não. Eu não deixo. Isso é minha força pra ficar aqui. Tem gente aqui tem medo até de falar, aí eu tento ajudar eles (A, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).*

Esse grupo foi formado, com já mencionado, a partir da inserção de uma assentada nos trabalhos de formação política do movimento social no município de Araraquara. Dona A participava dos cursos da FERAESP, especialmente quando eram aqueles relativos à educação no campo. A partir dessa inserção, ela construiu em seu barraco uma escola para atender a população assentada com aulas de alfabetização, principalmente dos jovens e dos adultos, apesar de haver, algumas vezes na semana, a presença de crianças que acompanham os seus pais e acabam participando das aulas<sup>30</sup>.

Atualmente, 19 pessoas de famílias diferentes participam ativamente das atividades da escola, enquanto outras 5 a freqüentam quando os afazeres domésticos permitem, ou seja, esporadicamente (ver figura 33 abaixo).

---

<sup>30</sup> É bom lembrar que as crianças estão regularmente matriculadas na rede municipal de ensino de Descalvado e que vão à aula na escola do assentamento esporadicamente, apenas para acompanhar seus pais, pois eles não têm com quem as deixar. Nessas ocasiões, pais e filhos estudam juntos.

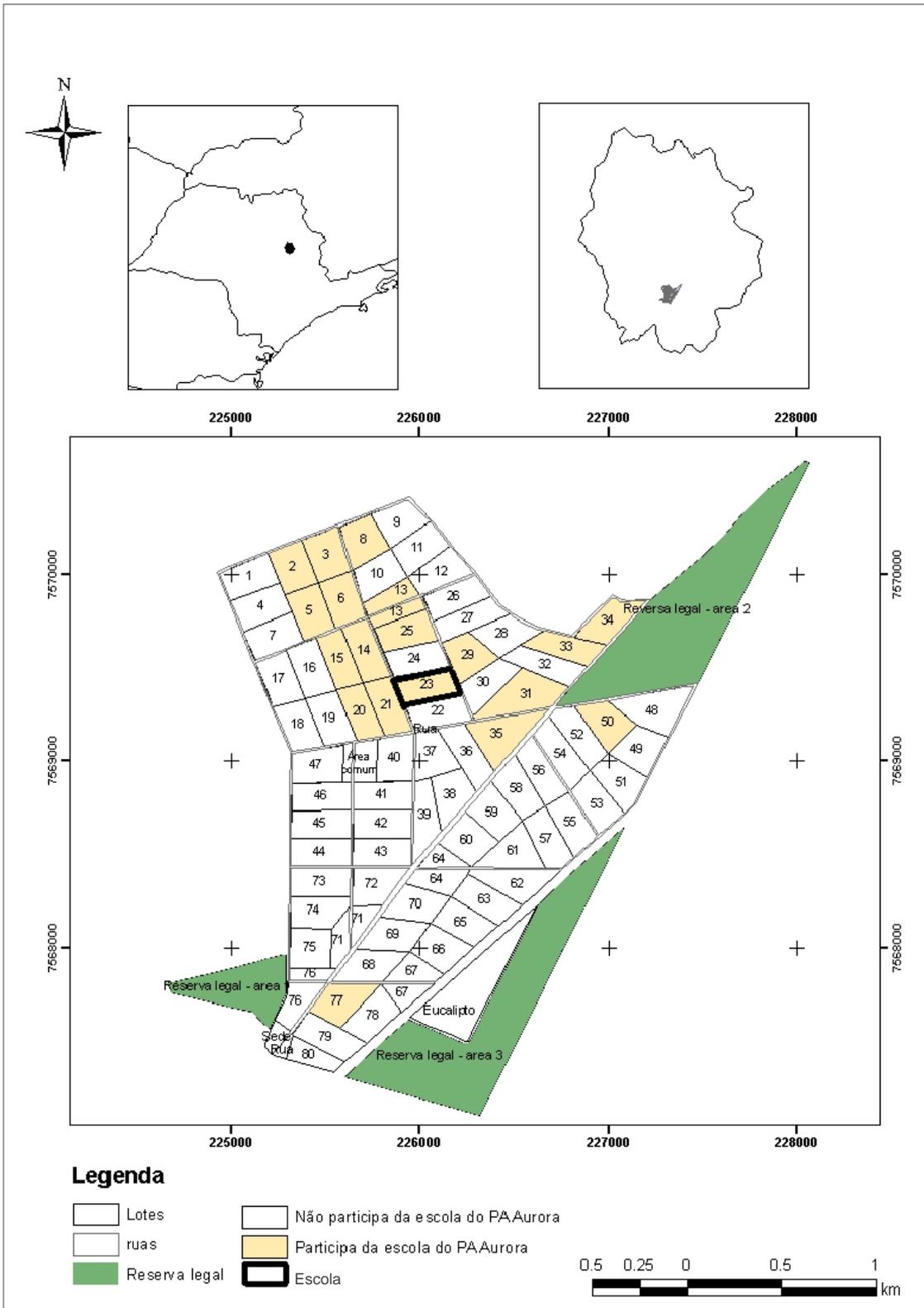


Figura 33. Territorialidade dos assentados que freqüentam a escola no PA Aurora.

Fonte: MDA/INCRA; GEOMINAS;

Pesquisa de campo, 2010.

Autor: Lucas Magno.

Esse novo espaço de encontro construído no assentamento foi, no decorrer do tempo, fazendo parte da sociabilidade de muitas famílias no local. Ou seja, o nó (a escola) edificado no território possibilitou novos fluxos de pessoas, de informação e, conseqüentemente, de poder no PA.

Esse nó foi constituído em função de existir entre os assentados uma grande parte de pessoas analfabetas ou semi-analfabetas, que já haviam sido prejudicadas justamente por não saberem ler nem escrever. Ou seja, havia famílias no assentamento com baixo capital cultural, no sentido dado por Bourdieu (1992), que já tinham sofrido processos de subordinação e cooptação e que, por isso mesmo, não queriam experimentar novamente essa situação.

Nesse sentido, a *illusio* dos alunos da escola, no nosso entendimento, foi construída a partir da decepção com a recente experiência de autoritarismo dos grupos de base, e por isso não contestavam as decisões nos subgrupos, e guiada também pela nova possibilidade de aprendizado que os mesmos “deixaram passar” antigamente, quando o trabalho era o mais importante. Assim, essa nova oportunidade posta com esse novo nó no território (a escola) passa a ser vislumbrada por aqueles com baixo capital cultural no assentamento, mas a escola, mais do que um espaço de aprendizado, é considerada também um lugar político por excelência, pois os assentados confiam naquela que os ensina, ou seja, em Dona A.

Segundo depoimento de Dona A, os alunos da escola não participam da reunião geral do assentamento enquanto ela não estiver presente:

Aqui é assim: quando soltam um rojão é reunião geral com a FERAESP; dois é com o pessoal do INCRA; e quando soltam três rojões é porque querem que eu esteja presente pra ajudar os assentados que não sabem ler a ver os documentos que eles distribuem. Então, enquanto eu não estiver nas reuniões, o pessoal da escola não assina nada e não resolve nada. E quando tem reunião, o povo daqui da escola fala: “olha, dona A não chegou, então não vai começar a reunião”. Sabe, eu acho que por eu estar na escola trabalhando alfabetização com eles, eles confiam em mim, no meu trabalho aqui e sabem da importância disso pra vida deles né. Eles confiam muito em mim. Eles preferem que eu esteja nas reuniões para ajudar eles, vai que eles são enganados de novo né. Hoje eles estão mais espertos, já sabem ler algumas coisas e muitos que nem sabiam escrever o nome já estão escrevendo. Isso é muito gratificante. Quando a gente vê que hoje eles assinam o nome deles e não precisam usar mais o carimbo sabe, na mão, então, isso é muito gratificante ver eles assim empolgados em assinar o próprio nome. Eu espero ver o pessoal da minha escola tudo alfabetizados, não sendo mais passado pra traz assinando coisas que eles num sabem o que é. Não quero ver eles mais

sendo enganados. Eu tenho essa missão aqui, alfabetizar e dar oportunidades pra eles, o direito de saber deles. Eu demorei muito descobrir que minha vida é a escola, fui descobrir aqui no assentamento, por isso acho que esse assentamento pra mim é muito importante, são vidas novas que estão se refazendo aqui. Se eu soubesse que tinha escola no movimento antes, aí eu acho que tinha entrado bem antes no movimento pra trabalhar com isso. Porque é duro você ver a pessoa perguntar o que está escrito no papel que eles assinaram e ver que não foi aquilo que eles falaram de verdade pra eles, isso me dói muito. Quando eles vêm aqui pedir informação sobre papelada pra assinar corta um coração. Então eu dedico minha vida pra essas pessoas. Isso machuca, por eu saber e eles não, e o pior, tem pessoas que se aproveitam disso pra fazer maldade com esses que num sabem ler e escrever. Isso é minha vida: ensinar e aprender também com eles, é isso que eu espero pro futuro aqui, que minha escola tenha cumprido a missão dela que é alfabetizar (Dona A, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Como descrito na transcrição acima, pode-se perceber que a escola passa a funcionar como um dos principais nós do território do PA Aurora, aonde muitos assentados vão não só para participarem de um processo de ensino-aprendizado, mas também para discutir aspectos políticos do local, quando a decisão e as discussões conduzidas por Dona A são fontes importantes para a tomada de decisão dos que freqüentam a escola e não sabem ler nem escrever.

Além disso, a escola funciona também como um ponto de redistribuição de mantimentos que a prefeitura municipal dispõe para os assentados de forma geral (figura 34) como feijão, milho, arroz, etc; momento que todos do local se encontram na escola e procuram saber das decisões e processos de ensino aprendizados por eles desenvolvidos. Assim, esses momentos são importantes para a sociabilidade dos assentados, pois é quando são trocadas informações sobre possíveis decisões a serem tomadas nas reuniões gerais do PA.

O trabalho de alfabetização de Dona A é respeitado pelas pessoas que não participam da escola, pois eles sabem da importância que a educação tem na vida social e política do assentamento. Segundo as entrevistas com os assentados que participam da escola:

Aqui na escola vem muita gente e ficamos conversando, você viu que eu gosto de falar né, então aqui é um ponto de encontro do pessoal que quer conversar sobre os acontecimentos do assentamento. E não é só gente que freqüenta a escola que vem quem não freqüenta também aparece. Eles sabem que aqui é um lugar importante para o assentamento. E quando tem aula aqui num pode ter reunião no mesmo horário das aulas, foi uma regra que a gente colocou e o pessoal respeita sim, num tem coisa mais importante do que a educação aqui, e o povo sabe disso, tem que ensinar

escrever e ler sim aqui, e isso todo mundo sabe o quanto faz diferença (Dona A, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

A escola funciona aqui no assentamento mesmo. Muita gente participa. Eu vou sempre que posso, preciso aprender mais estudos porque eu não tive tempo quando era novo e agora Deus me deu essa oportunidade e não posso perder. Todo mundo aqui no Aurora sabe da importância de estudar, por isso ninguém critica a gente da escola não, eles tiveram estudo e sabem ler os documentos que passam pra gente. E a gente que não sabe? Então eles sabem disso e sabem que é preciso que a gente aprenda também. (S, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).



Figura 34: Distribuição de feijão aos assentados, produto doado pela prefeitura municipal de Descalvado para a subsistência e também para o plantio.

Autor: Lucas Magno, 2010.

Assim, diante do processo de territorialização da escola no PA Aurora, podemos aferir que ele foi induzido pelo *habitus* político principalmente do movimento social no local, na tentativa de formar novos líderes no assentamento. Esse objetivo da FERAESP, aparentemente, está sendo alcançado, pois a escola além de agregar pessoas com *illusios* parecidos (a aquisição de capital cultural para não sofrerem mais discriminação e cooptação) também se coloca como um importante espaço político no PA.

Ou seja, a escola é local de construção de capital cultural e, ao mesmo tempo, de capital político para a investidura no *campo* das reuniões gerais do PA. Com relação ao capital político, esse é construindo principalmente pela figura da professora, que é a porta voz legítima do “povo” da escola e que “traduz” os documentos distribuídos pelo INCRA, pela FERAESP ou pela prefeitura municipal para os assentados, em especial para aqueles alunos da escola. Nesse processo, são discutidos posicionamentos a serem tomados por todos que Dona A “ajuda”, e que só têm representatividade quando ela está

presente nas reuniões gerais do assentamento. Ela, portanto, é uma liderança legitimada por boa parte dos assentados, tanto daqueles que participam da escola como quanto daqueles que não participam desse espaço social.

Assim, mais do que um lugar de cultura no assentamento, a “escolinha de Dona A” é um espaço político de encontro e discussão de projetos futuros para o PA Aurora.

#### **4.1.3 – Os “irmãos da igreja”.**

As práticas religiosas e os templos sagrados também representam pontos no território (nós) de grande importância para a sociabilidade dos assentados, sendo apontado em boa parte dos questionários e das entrevistas como um dos principais lugares de encontro da população do assentamento.

A principal forma de manifestar as práticas religiosas no local é através da igreja de orientação evangélica, ou através de algumas novenas e rezas nas casas de alguns assentados, quando estes são católicos. Apesar de estes últimos serem a maioria no local, são os protestantes que têm destaque quando se fala em organização de grupos e de ajuda a assentados carentes, pois, como algumas pessoas relataram, *“ultimamente as novenas não têm acontecido mais”*.

Assim, além dos cultos dos fiéis, a igreja evangélica tem papel importante: é um local para a prática de atividades de lazer e de encontros políticos dos que dela participam. As atividades desenvolvidas pelos fiéis ou, como eles dizem, pelos *“irmãos da igreja”* (categoria nativa) são voltada fundamentalmente para a atividade religiosa. Porém, é comum após os cultos que os assentados se encontrem para discutir problemas e projetos para o assentamento, e em determinados casos, eles decidem se fazem campanhas para auxiliar pessoas com dificuldades financeiras e que estão sem alimentos no PA Aurora, como é evidenciado no depoimento abaixo.

Ah, a igreja aqui pra mim é importantíssima. Quando eu cheguei aqui, eu vim depois que já era assentamento né, eu não conhecia ninguém aqui em Descalvado. Conhecia algumas pessoas aqui no assentamento que eu tinha visto em Motuca (município onde a FERAESP organizou um acampamento e onde alguns assentados passaram antes da vinda para Descalvado), mas mesmo assim não tinha tantos contatos com eles. Foi aí que conheci o pastor da igreja. Ele falou pra eu frequentar os cultos e que se precisasse de alguma coisa era só procurar por ele. E eu precisei, teve época, logo que cheguei que eu comia arroz puro aqui, porque não tinha o quê comer né, foi quando os “irmãos da igreja” que tinham mais condições me ajudaram. (Si, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

No início da construção do PA não existia projeto de igreja alguma para o assentamento. As pessoas devotas tinham que se deslocar até um dos bairros urbanos próximos ao assentamento para participarem de missas ou de cultos religiosos. Mas, com o passar do tempo, os fiéis, particularmente os protestantes, sentiram a necessidade de construção de um templo religioso no local, haja vista que muitos deles não tinham condução para ficar indo e voltando, na maioria das vezes à noite, para cidade para participarem dos cultos sagrados.

Para os assentados, a igreja seria um ponto de encontro fundamental para a sociabilidade daqueles que a freqüentam, e mesmo daqueles que não são evangélicos, pois seria um local para “*ouvir a palavra de Deus*”, o que significa dizer que a igreja seria um lugar de estar bem com o sagrado em momentos de dificuldades.

Nesse contexto, em uma das reuniões gerais do assentamento, ainda na época de funcionamento dos grupos de base, houve a necessidade de discussão da construção do templo religioso no local. Sem contraposição dos outros assentados, houve a votação a favor da construção da igreja. Assim, aqueles que eram protestantes se responsabilizaram pelo projeto, procurando junto ao pastor da igreja que eles freqüentavam na cidade alguns recursos e materiais para a sua implementação. Através do sistema de mutirão, alguns assentados de orientação evangélica se dispuseram a edificar o templo sagrado na área comunitária, já que a igreja não representava ameaça para os demais assentados e que poderia ser freqüentada por todos no assentamento (ver figura 35).



Figura 35: Igreja evangélica do PA Aurora construída na área comunitária do assentamento.

Autor: Lucas Magno, 2010.

Com os problemas relacionados aos grupos de base que fizeram com que eles desaparecessem, a igreja passou a ser o local de encontro principal dos fiéis no assentamento. Estes não freqüentavam nenhum outro espaço além desse templo e das reuniões gerais no PA Aurora, pois, segundo eles, os “*bares e as festas são lugares impróprios para os irmãos da igreja*”, isto é, são lugares profanos. Assim, sem um lugar de discussão política por excelência, a igreja passa a assumir tal função, mesmo que em momentos de descontração após os cultos, como já colocado.

A religião dos assentados, algumas já definidas anteriormente à ida para a luta pela terra, mas que no acampamento não se colocava como um elemento de identificação entre os “sem terra”, no assentamento passa a ser considerada como fator de identidade social, já que possibilita agrupamentos com fins políticos, sociais e, principalmente, culturais entre aqueles de *habitus* religiosos semelhantes.

No total, são 15 famílias no assentamento Aurora que freqüentam ativamente a igreja, portanto, são estas que se consideraram evangélicas (ver figura 36 abaixo). No entanto, outras mais vão, vez por outra, aos cultos para testemunharem a palavra de Deus. Estas, apesar dessa participação incipiente, não se consideraram evangélicas, elas afirmaram nos questionários serem católicas (representativa de 8 famílias assentadas) e que iam para os cultos somente como uma forma de lazer. As outras 51 famílias se consideraram católicas e disseram nunca terem ida à igreja do assentamento, mas que respeitam a crença dos outros assentados.

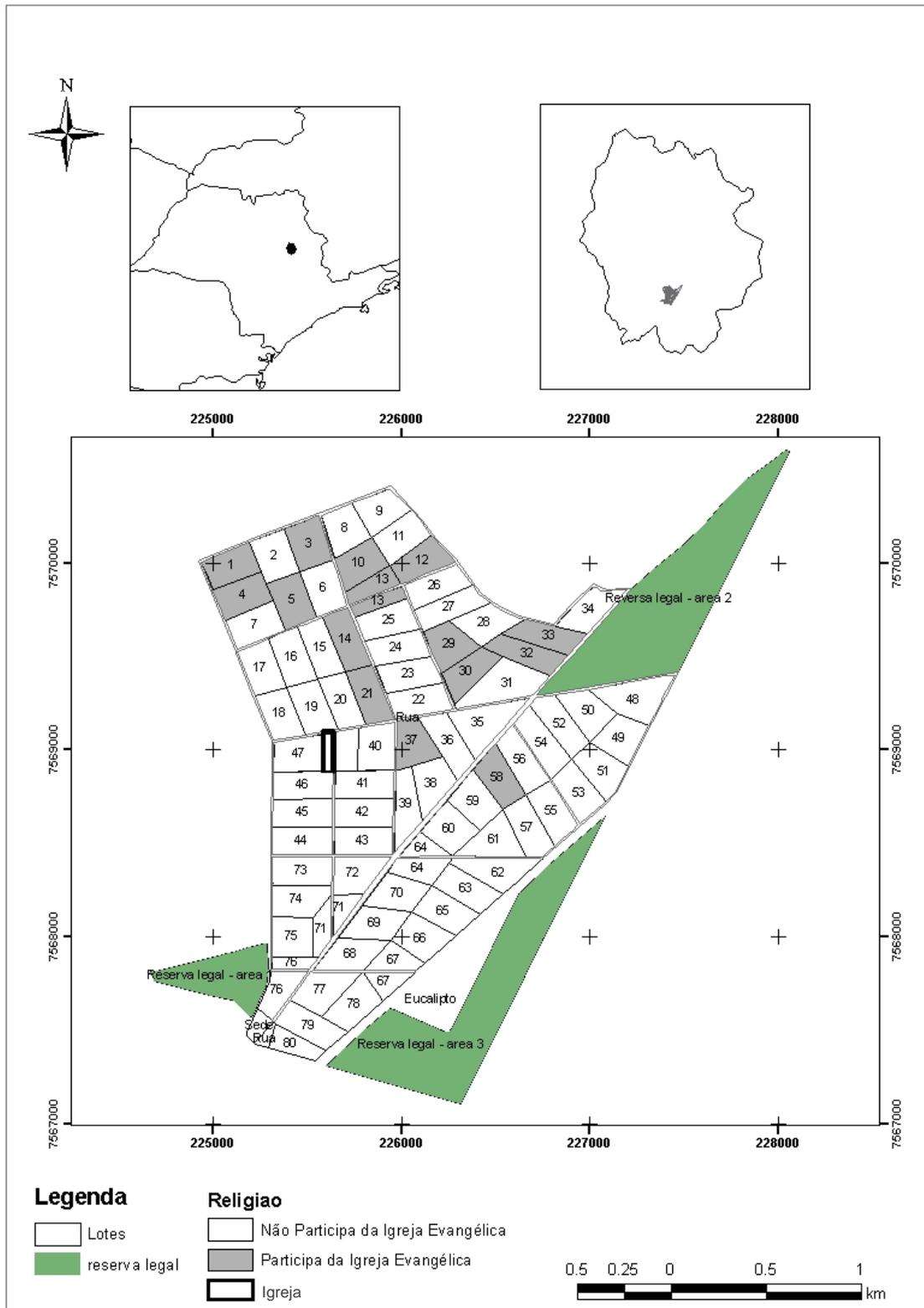


Figura 36. Territorialidade dos assentados evangélicos no PA Aurora.

Fonte: MDA/INCRA; GEOMINAS;

Pesquisa de campo, 2010. Autor: Lucas Magno.

Como haviam ocorrido problemas de ordem moral e imperdoáveis para os assentados nos grupos de base e também com relação ao “grupo dos Borges”, como já evidenciado, a igreja passou a ser a principal referência em termos de moralidade para seus fiéis e, conseqüentemente, um espaço político. Assim, nas reuniões gerais do assentamento os freqüentadores da igreja procuravam sempre tomar uma decisão que fosse condizente com o *ethos* por eles aceito e discutido nos espaços sagrados. Ou seja, a religião como fator de identidade sociocultural passa a influenciar as decisões políticas dos assentados evangélicos.

Porém, não havia entre os “irmãos da igreja” uma pessoa que assumisse a figura de liderança no assentamento. Assim, suas decisões não eram tomadas de forma coordenada ou em reuniões periódicas com o grupo, mas fundamentalmente nos espaços de descontração após os cultos, oportunidade que eles tinham de expor ao pastor os problemas e decisões a serem enfrentadas por eles no assentamento, pedindo a este orientação na condução do “grupo dos seus fiéis”.

Não vejo problema em conversar com os “irmãos da igreja” sobre problemas aqui do assentamento não, e nem com coisas de trabalho. Se precisar trabalhar com eles eu vou na hora, porque eles já me ajudaram muito aqui. Porque a gente faz coisas juntos, então tomamos decisões juntos sim, e o pastor é uma pessoa conhecida, sabe de muita coisa, por isso a gente conversa com ele antes sobre sua opinião, pra saber o que ele acha das discussões que estão acontecendo aqui no assentamento. E a igreja é importante aqui no assentamento, muita gente participa dos cultos, então tem muita gente que se ajuda aqui sim (SI, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Olha, eu prefiro mais é ficar com meu lote aqui, mas quando preciso de ajuda os “irmãos da igreja” estão sempre lá pra ajudar no que der e vier (...). Então é assim, se precisar trabalhar com o pessoal da igreja não vejo problema, ainda mais quando o pastor está junto do povo aqui, ele ajuda muito o pessoal da igreja, ele tem muita experiência né. Nas reuniões muita gente prefere falar das coisas antes com o pastor do que tomar decisão assim sem mais nem menos. É porque o pessoal, muita gente, não tá preparado pra tomar certas decisões sozinhos aqui. (M, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Nesse contexto, o pastor é considerado a liderança dos fiéis, não somente religiosa, mas também política. No entanto, ele não reside no assentamento, embora contribua de forma significativa para a argumentação desse grupo nas reuniões.

No mapa 7 acima, pôde-se perceber que há uma sobreposição de territorialidades de alguns assentados que freqüentam a igreja e também daqueles que participam da escola no assentamento (mapa 6). É justamente isso o que Haesbaert

(2002; 2007) designou de multiterritorialidade, pois eles vivenciam duas influências construídas nas relações socioculturais que operam sobre uma base espacial e que molduram o território do PA. Assim, a territorialidade é produto das relações socioculturais projetadas no espaço.

Essa dupla influência de grupos entre os assentados que participam da escola e da igreja não gera maiores conflitos entre a população do assentamento. Pelo contrário, os assentados que vivenciam essa multiterritorialidade, principalmente entre aqueles que são evangélicos, por não terem no assentamento uma liderança (já que quem tem esse papel é o pastor que não reside no local) apóiam-se nas discussões e decisões do “pessoal da escola”, pois as referências de moralidade e sociabilidade entre eles não diferem muito. Assim, Dona A, de maneira indireta, também influencia alguns dos posicionamentos políticos dos “irmãos da igreja”, tendo em vista que os assentados que vivenciam a multiterritorialidade levam as discussões da escola para o grupo dos freqüentados da igreja, apresentando as decisões que irão ser tomadas pelos freqüentadores da escola que acabam por influenciar também o posicionamento dos “irmãos da igreja”.

#### 4.1.4 “Os individuais”

Para falar da trajetória social do grupo que estamos designando de “os individuais”, um paralelo com a definição de Coelho e Botelho (2000: 12 - 13), sobre o que é ser individual feita a partir da significação dos assentados no leste de Minas Gerais, é de grande valia:

O que é ser *individual*? É “*não abrir mão de ter seu lote marcadinho*” e de ir lá trabalhar com a família e com “*outros companheiros*” que queiram, “*Tem de querer, se não, não dá!*”. É fazer o que “*está com vontade*” e ninguém “*dizer o que eu devo fazer hoje ou amanhã.*” É se recusar a “*ser mandado*”, seja lá por quem for. É “*manter a tradição*”, é realizar o “*sonho de ter a minha terrinha, de cuidar de meus bichinhos pra lá*”. Mas é também perceber que “*não existe nada que é seu, por que num tem jeito. Num tem nada que a pessoa fala assim, é meu! Porque a pessoa vai ali e faz uma roça... às vezes eu trabalho lá sozinho, Deus e eu, trabalho. Um cara chega e ‘de quem é essa roça?’ e eu num vou falar assim, ‘é minha!’ Ela é nossa, porque num tem jeito ‘docê fazê’ uma roça e ela sê só sua, porquê se ela for só sua, ‘o cê’ tem de comer ela toda sozinho. Então, ela num é minha, ela é nossa.*”, e assim poder dizer: “*Eu sou individual, mas minha cabeça não*”, “*eu sou individual, mas toda vida fui do conjunto*”, “*da terra comunitária*”. As dificuldades de organização existem não por um “individualismo”, mas pela “*dificuldade de entendimento e diálogo*”, pela falta de “*hábito de discutir*” ou simplesmente porque “*acho que cansei*”. Seu discurso tem uma articulação, mas não aquela de discursos orientados por sistematizações teóricas partilhadas com o campo científico. Na vida política interna do grupo reina a idéia de maioria simples que dificulta as tomadas de decisão “*no*

*conjunto*”: se 19 “*qué*”, mas 20 não, aí começam os rachas! Assim, a construção da ordem social dentro do grupo não é baseada no individualismo moderno, mas na permanência das tradições familiares, hierarquicamente estruturadas, em que o chefe da família é a referência e concentra o poder de decisão. O desejo de autonomia expresso nas falas encontra dificuldades de orientar a efetivação do trabalho “no *conjunto*”. Falando de si mesmo um individual concluiu: “*Enquanto a gente num começar assim, a ter um diálogo, a gente fica meio confuso. Individual é assim, é meio confuso.*” Mas, também, esse personagem não é um pequeno produtor familiar por algumas razões. Morando há pouco tempo no lugar, sofre com o desconhecimento do “*clima e sol*”. Estão sob uma terra, de certa forma, nua, com muitas coisas a serem feitas para a reprodução da unidade familiar de produção: o serviço é muito e a mão-de-obra escassa, quando os filhos estão muito jovens. Ele começou a produzir endividado, sua produção está vinculada aos insumos de capital (créditos) e à necessidade de pagamentos dessas dívidas. As relações de vizinhança e compadrio estão sendo redefinidas e as tradições insistem em permanecer como orientação de vida, mesmo que as condições de exercício de autonomia estejam ligadas a um desejo, impresso no imaginário coletivo, de ser pequeno proprietário. As formas associativistas, de versão muito semelhante à ação comunitária cristã, como mutirão, povoam as expectativas de alguns que, até o momento, só têm ocupado o “*tempo precioso*” e pode trazer “*algum resultado, mas não o bastante*” para facilitar a vida do individual e sua família. Ser individual não é ser individualista, termo que, por sinal, nenhum dos entrevistados desse grupo, até o momento, utilizou ou se defendeu como estigma. A pecha de individualista não faz sentido para eles, nem tampouco significa ficar sozinho. Ser individual implica ter na família a referência de vida partilhada e de objetivo de desenvolvimento, enfim, é ser pessoa e não indivíduo (COLEHO; BOTELHO, 2000: 12 - 13).

Essa definição se mostra bastante próxima da feita pelos assentados do PA Aurora pertencente a essa categoria. Vejamos:

Eu quero mais só eu mesmo, com minha família né. Porque quando a gente tem nossa terra, é a primeira terra que eu tenho, eu quero fazer minhas coisas aqui. Ter meus projetos com mãe e minha irmã. Gosto mais de trabalhar no meu tempo, mas se precisar de ajuda, tenho esse meu vizinho aqui ao lado que é muito bom, ele ajuda muito a gente aqui. Junto já tem a área comunitária ali em cima. Deixa eu com o que eu sempre quis ter que é a terra. (P, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

Nós precisamos de uma união maior aqui. Mas eu acho difícil hoje. Hoje eu to mais individual aqui porque, por enquanto, não tem muito trabalho coletivo não e também se tiver trabalho junto como vai ser? Eu não quero ser mandado por outros não, aqui quero ter meu trabalho. As pessoas estão trabalhando pra sustentar a família né, e esse é o meu caso. Não posso ficar correndo atrás de coisas coletivas se eu num tenho o que comer aqui em casa. Aí, por isso, estou trabalhando mais com minha terra só mesmo. Mas se um vizinho precisa de ajuda, eu ajudo com o que posso, porque amanhã ou depois sou eu que posso precisar de ajuda. Só produzo individual, mas não sou sozinho aqui, entende? Então, se tiver é bom, mas meu lote aqui eu produzo mais é aqui mesmo por enquanto. Mas se tiver futuramente a gente participa sim. Hoje em dia eu cansei um pouco de ficar discutindo isso, to precisando mais é produzir aqui no meu lote mesmo. Ajudar coletivo é bom. Ajudam sim, pra tirar a vaca do buraco aqui se precisar todo mundo vai junto. Mas, por enquanto, só meus vizinhos me ajudam e na produção é mais aqui o

pessoal aqui de casa mesmo (M, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Ser individual, portanto, perpassa a necessidade de reprodução social da unidade de produção familiar. Ser individual não é seguir o individualismo moderno, mas pensar na família enquanto unidade estruturadora do grupo doméstico no assentamento e na vizinhança como uma rede social de ajuda mútua. Ser individual é, acima de tudo, viver o sonho realizado da terra própria, conquistada na luta coletiva, e que será o patrimônio da família e não de um grupo com quem não têm maiores afinidades em termos de identificação social.

Como colocado por Coelho e Botelho (2000), na citação direta acima, o ser individual é estar “meio perdido”, pois, no caso analisado nesse trabalho, “os individuais” não têm um espaço político de discussão grupal, nem mesmo uma pessoa que represente seus interesses na arena pública do assentamento. Suas decisões são ora influenciadas por um grupo, ora por outro. E essa influência é definida por interesses imediatos, econômicos ou não, da unidade de produção familiar dos que não têm grupo no PA Aurora.

Assim, podemos aferir que esse “grupo” no assentamento foi formado levando em consideração o *habitus* familiar de cada unidade de produção, isto é, foi construído a partir da trajetória individual específica de cada família, anterior ao assentamento e no interior do PA. Seus interesses (*illusions*) são definidos fundamentalmente nas reuniões gerais do assentamento, não tendo um espaço político anterior à participação na arena pública do PA como os outros grupos de afiliações existentes no PA.

Assim, essas pessoas “individuais” (o maior número no assentamento, 21 lotes se consideraram sem grupo - ver figura 37, que representa a territorialidade dos mesmos) são apostadores que os grupos existentes no PA tentam convencer para angariar votos em suas proposições. Eles funcionam, certa maneira, como eleitores que dão ou não legitimidade às decisões de cada grupo de afinidade no assentamento, sendo seus “votos”, portanto, uma importante ferramenta para garantir a representatividade das lideranças que surgem junto aos grupos no local.

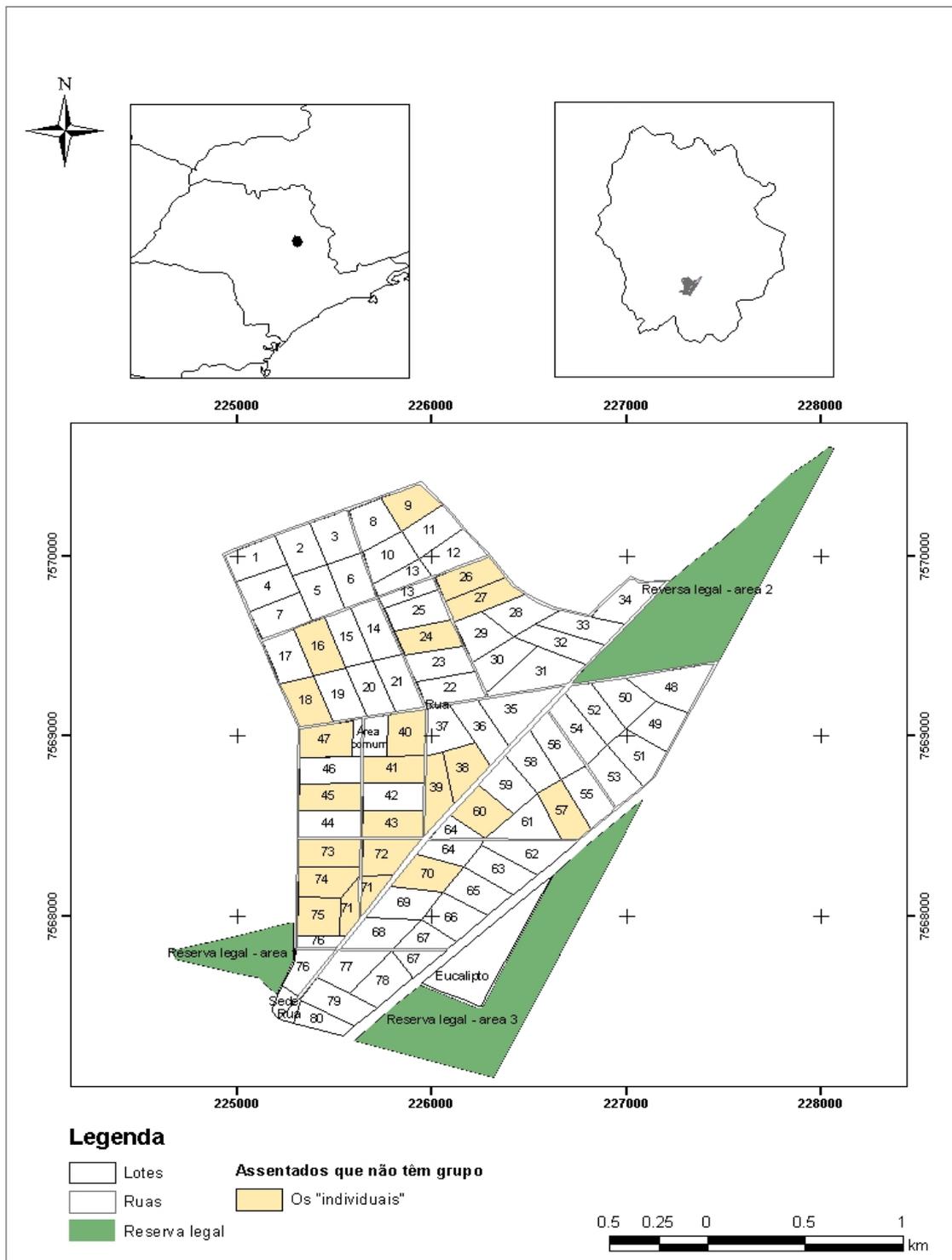


Figura 37. Territorialidade dos assentados que não participam de nenhum grupo no PA Aurora.  
 Fonte: MDA/INCRA; GEOMINAS;  
 Pesquisa de campo, 2010.  
 Autor: Lucas Magno.

Assim, o “grupo dos individuais” tem uma participação como observadores e avaliadores da situação nas reuniões gerais do assentamento (no *campo* - ver figura 38), pois seu posicionamento político é tomado tendo em vista as proposições dos grupos com quem eles têm menos diferenças ideológicas e de identificação social, seja ela cultural, de parentesco ou mesmo de projetos de desenvolvimento para o território. Ou seja, os individuais fazem uma avaliação de interesses dentro da arena pública do assentamento de acordo com seus planos futuros para o local e para o *habitus* familiar, e que não perpassam, necessariamente, um consenso anteriormente discutido e acordado em outros espaços políticos (na escola, na igreja ou nos outros grupos familiares existentes) das diferentes alianças existentes no território do PA Aurora.



Figura 38: Arena pública (espaço comunitário) das reuniões gerais do assentamento rural Aurora.  
Autor: Lucas Magno, 2010.

#### **4.2 – Quando as diferenças entre os grupos de afinidades ficam de lado: os objetivos em comum e a (re)afirmação da identidade social.**

Mesmo com os conflitos e com as muitas identificações sociais que possibilitam processos dissociativos e associativos no interior PA Aurora, há momentos em que o grupo reafirma uma identidade social comum perante os “outros”, isto é, frente aos de fora do assentamento, sejam eles do INCRA, da prefeitura municipal ou mesmo frente à população descaldadense de uma maneira geral. Porém tal identidade não é mais a de “sem terra”. Agora eles se apresentam como assentados do município.

Ou seja, existem ocasiões em que a heterogeneidade social da população assentada, que possibilita diferentes “ângulos” de visão do todo (do assentamento) e a formação de distintos grupos de afinidades no local, é posta de lado e a forma como eles

se apresentam para os agentes externos é feita de maneira homogênea, dado ao aparecimento, novamente, de objetivos comuns aos assentos.

O enfrentamento conjunto dos agentes externos para a conquista, por exemplo, de bens comunitários para o assentamento, seja no que tange à infra-estrutura, à saúde ou às conquistas políticas para os assentados, auxilia no resgate da identidade social diluída em meio às contradições geradas nos processos associativos e dissociativos da população do PA Aurora. A figura abaixo é ilustrativa de uma das reuniões dos assentados com representantes da prefeitura municipal para reivindicarem a distribuição de água no assentamento, que até então se dava apenas através da caixa d'água instalada pelo INCRA.



Figura 39: Reunião dos assentados com representantes da prefeitura municipal para reivindicar a distribuição de água para o PA Aurora. Autor: Willian Cruz, filho de um assentado. Fonte: arquivo pessoal de Willian Cruz, 2009.

São várias as situações em que eles reafirmam uma identidade social comum. Todavia, nos limites dessa dissertação, elencamos uma específica para possibilitar a discussão desse processo: as relativas ao preconceito da população nativa com os assentados.

O acesso à terra possibilitou aos assentados constituírem novo território e também nova identidade social no município de Descalvado. Esse processo, porém, não esteve isento de conflitos com o entorno, com o centro urbano do município, local de encontro dos assentados com a população nativa. É nesse embate constante, haja vista que a transição entre o assentamento e a cidade é inevitável, que a nova identidade

social ganha mais visibilidade no município, isto é, são nesses momentos que os assentados percebem uma alteridade maior, que os engloba de forma genérica.

Os assentados vão freqüentemente à cidade motivados pela compra de alimentos que eles não produzem nos seus lotes, para a aquisição de roupas e também para ir aos postos de saúde e aos hospitais municipais já que no PA inexistem tais serviços. Além disso, eles também participam de festas, dos cultos, das missas e de outros eventos públicos no perímetro urbano de Descalvado, principalmente aqueles assentados considerados nativos que já mantinham tais relações anteriormente à institucionalização do assentamento. Assim, em todos os casos, a relação com a cidade é intensa e muito importante para a sobrevivência e sociabilidade dos assentados.

Esse trânsito coloca em evidência a nova identidade desses trabalhadores, ou seja, traz ao público descaldadense os assentados do PA Aurora, o que reflete na visão que os habitantes das cidades têm a respeito deles e, por consequência, da reforma agrária.

A presença do assentamento parece dividir a opinião pública, o que já era de se esperar, dados os intensos debates e representações midiáticas sobre conflitos fundiários e reforma agrária no país. Esse pré-conceito desemboca em ações, tanto por parte da população descaldadense como por parte dos próprios assentados.

Segundo os assentados, no momento inicial de luta pela terra, a população da cidade tendeu a ver “com maus olhos” os “sem terra”, pois estes são sempre taxados de “os vagabundos que não gostam de trabalhar”, “os desordeiros”, “os pingaiadas”, todas elas adjetivações negativas que influenciam, inclusive, a própria sobrevivência dos “sem terra” no município, pois, como muitos entrevistados nos disseram, e as falas abaixo são representativas, os comerciantes não vendiam nenhum produto para quem estivesse acampado no Aurora e nem os hospitais atendiam direito as pessoas.

(...) no início, quando era acampamento ainda, não vendiam um pão se quer pra quem estava aqui, a gente tinha que pedir pra uma pessoa do acampamento que era de Descalvado pra comprar as coisas pra gente. Porque tem gente aí que o pessoal da cidade conhece, mas se era gente nossa que era de fora, esquece, era muito difícil um lugar que vendia pra gente. Fiado então, nem morrendo de fome (S, assentado no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

(...) se você aparecia no hospital e falava que era do Aurora eles iam te enrolando, enrolando até que você desistia e ia embora sem atendimento. Quando fala que é dos sem terra, eles conhecem a gente como os sem terra, eles logo torcem o nariz. Mesmo no posto de saúde, mais no início, eles nem queriam atender a gente. Parecia ate que eles tinham um pouco de nojo da

gente sabe. Aí as pessoas aqui começaram a reclamar disso. Eu fui lá e conversei com o secretário da saúde e expliquei o que estava acontecendo. Ele contou a história dele pra mim, falou que ele era sitiante também, e conversamos muito até se acertar. Por que os funcionários seus tratam a gente com tanta diferença? Eu falei assim com ele e ele falou que ia dar um jeito nisso, que isso era imperdoável. O médico que está atendendo a gente agora é bom de mais, uma excelente pessoa, agora melhorou muito. Esse médico num faz diferença com a gente não. Outra coisa que acontecia no início era quando a gente ia comprar na cidade, eles num queriam vender pra gente. Quando fala que você é do assentamento eles arrumam uma desculpa na hora e num vendem. Mas espera aí, o dinheiro do pessoal da cidade num é igual o nosso que a gente está dando lá? Então ela tem que vender né, igual pra todo mundo. (A, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010)

São várias as histórias que os assentados contaram quando questionados sobre o “preconceito” que sofreram, e alguns ainda sofrem dos habitantes citadinos. Mas, o que é importante destacar nos limites dessa dissertação, é que essas ações de preconceito e de discriminação contra os “sem terra” geraram reações da população assentada, fazendo com ela reafirmasse a identidade social perante os descaldenses.

No início do assentamento, momento em que era mais conflituosa a relação com a população da cidade, os assentados se organizaram para a realização de uma manifestação no centro da cidade, na praça conhecida popularmente como “Jardim Velho”, com a distribuição de folhetos informativos sobre quem eram e o que faziam os “sem terra” em Descalvado. O folheto segue abaixo.

## **CARTA DOS SEM TERRAS DO HORTO AURORA**

### **À POPULAÇÃO DE DESCALVADO E REGIÃO**

**APRESENTAÇÃO:** Somos trabalhadores de Descalvado, lutando por um futuro melhor para nós, para nossos filhos, e também, para nossa Gente de Descalvado.

**PORQUE LUTAMOS:** A Fazenda conhecida como Horto Aurora, pertencia a FEPASA do Governo Estadual, e em 1986 foi arrendada para empresa particular, indústria RIPASA S/A CELULOSE E PAPEL (de Limeira), explorar suas terras com plantação de eucaliptos, para transformar em papel e ganhar dinheiro. A FEPASA foi vendida ao Governo Federal, que hoje é o verdadeiro dono das terras do Horto Aurora.

**DESCOBERTA:** Descobrimos que as Leis dizem que terras do Governo devem servir para Reforma Agrária, e serem distribuídas a quem precisa de terra, para morar e trabalhar.

**O QUE QUEREMOS:** Somos cidadãos brasileiros e não podemos ficar mais calados, vendo terras públicas sendo exploradas, promovendo lucros de grande empresa. Enquanto isso, nós e outras pessoas do povo, sofremos dificuldades, e a esperança de um futuro de prosperidade está cada vez mais distante.

**PEDIMOS APOIO:** Sabemos que essa luta não será fácil, e que ainda vamos passar por muitos desafios. Mas, preferimos viver lutando do que ficarmos acomodados. Precisamos do apoio de cada morador de Descalvado, e principalmente, de nossas autoridades.

**NOSSA VITÓRIA SERÁ A VITÓRIA DE TODOS.**

Mais trabalho. Mais renda. Mais oportunidade. Mais desenvolvimento.  
Que as riquezas produzidas na Fazenda Aurora sirva nossa gente  
e não mais para encher os cofres da RIPASA.

**QUE DEUS ABENÇOE A TODOS E A NOSSA LUTA**

Figura 40: Folheto informativo que os assentados do PA Aurora distribuíram na praça “Jardim Velho” como uma reação ao preconceito sofrido pela população descaldense logo no início da construção do assentamento rural. Fonte: arquivo pessoal de alguns assentados do PA Aurora.

Quem nunca se queixa da presença dos assentados são as pessoas diretamente envolvidas com a construção civil, especialmente os comerciantes. Isto porque com a realização das primeiras obras de infra-estrutura no assentamento (das casas de alvenaria) assim como com a chegada dos primeiros créditos para os assentados, a

economia local, especificamente a relacionada com o setor da construção civil, aqueceu significativamente. É claro que as alterações ou impactos provocados pela presença dos assentados e do assentamento na economia local muitas vezes são sutis e moleculares e só se potencializam ao longo do tempo e em conjunção com vários fatores que igualmente a influenciam. Mas, é importante destacar que essa nova categoria que surge, “o assentado” e não mais os “sem terra”, vai conquistando um reconhecimento social frente a esse setor da economia urbana, pois com a circulação dos créditos recebidos por eles nesse tipo de comércio, bem como dos recursos federais destinados às obras de infra-estrutura, traz impactos na economia que são percebidos por esse setor especificamente e pelos governantes de maneira geral. A fala de uma assentada transcrita abaixo é ilustrativa:

(...) o pessoal em Descalvado, o pessoal tá vendendo pro assentamento, que percebe o consumo nas lojas de material de construção. Então, eles estão até subindo os preços, eles falam que é o INCRA né, o governo que vai pagar, aí eles sobem os preços. Isso até no começo não tinha, eles na verdade nem queriam vender pra gente, tinham muito preconceito, mas agora eles viram que o INCRA paga, agora eles até ligam querendo vender. Isso só que melhorou, nas lojas de material de construção. (R, assentada no PA Aurora, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Estudos realizados por Ferreira Neto e Doula (2003) no noroeste do estado de Minas Gerais, com os quais podemos fazer um paralelo, refletem sobre a questão das representações e estigmas na interação população urbana e assentados de reforma agrária. Esses autores encaminham a análise de maneira a demonstrar que quando os assentados são vistos positivamente é por conta de aumentarem as vendas do comércio, ou seja, são “bem quistos” quando fazem circular dinheiro no comércio local. Já quando são vistos de maneira depreciativa, as características atribuídas a eles, geralmente, se referem a não naturalidade do município onde o assentamento de instalou, ou seja, ao fato de o assentamento ser formado por “gente de fora” e não formado por “conhecidos”; e às representações que os meios de comunicação fazem sobre os movimentos sociais, em especial sobre o MST, criando estereótipos no imaginário da população brasileira, particularmente na urbana. Quanto a isso, Ferreira Neto e Doula (2003: 49) sustentam que, “(...) apesar dos avanços obtidos pelos movimentos sociais contemporâneos, o imaginário do brasileiro sobre sua população rural retoma esses padrões de classificação calcados no estereótipo”.

Outro estudo com o qual podemos fazer uma aproximação no que tange às diferentes representações depreciativas da população urbana sobre os assentados em projetos de reforma agrária é o de Moura (2010). Essa autora, a partir da concepção de estabelecidos e de *outsiders* de Norbet Elias, onde o primeiro se refere à “boa sociedade” construída a partir da combinação de tradição, autoridade e influência política local e o segundo são os considerados não membros de “boa sociedade”, ela fez uma análise de modo a perceber os diferentes discursos envoltos nos distintos atores dos municípios onde se localizam assentamentos rurais no sul do estado do Espírito Santo. Segundo a autora:

(...) ao se pensar todo o processo da implementação de um assentamento rural em um determinado município, percebe-se que em muito Elias (2000) contribui com a análise, já que os assentados vivem estigmatizados por todos os atributos associados a eles, principalmente no que o autor denominou *anomia*, tendo em vista que os assentados de reforma agrária são vistos pela população urbana como indivíduos que não se inserem no grupo já estabelecido e são retratados, assim como no estudo de Elias, como “os de fora”, “pessoas de lá”. Os assentados são vistos como um grupo desarticulado de famílias, sem relação prévia com o município, ou seja, a população urbana atribui aos assentados uma marca depreciativa (MOURA, 2010: 61).

Um fato que permite compreender tal representação negativa construída sobre os assentados, de acordo Ferreira Neto e Doula (2003), diz respeito ao processo de constituição dos assentamentos rurais marcado, na maioria dos casos, por conflitos sociais. Isso acaba por reforçar as concepções negativas da população urbana quanto a presença dos assentamentos no “seu” município. Os autores esclarecem que:

Após a identificação da área, o processo de ocupação dá-se por duas motivações principais: o conflito explícito com o proprietário, o que implica em maiores custos para os trabalhadores na organização da resistência e ao enfrentamento da polícia e dos eventuais pistoleiros; e a ocupação motivada pela necessidade de pressão sobre o INCRA (FERREIRA NETO e DOULA, 2003: 49).

A partir dessa citação, pode-se dizer que, ao contestarem a ordem local, os assentados são vistos como aqueles perturbadores da dinâmica social e política do município. Esse fato se complica quando eles são, majoritariamente, “de fora”, ou, como na interpretação de Moura (2010), *outsiders*, isto é, migrantes de outras localidades e “de fora” da “boa sociedade”.

Nesse contexto, a alteridade é estabelecida, mas, como num movimento de retroalimentação, a identidade também é afirmada: “*nós somos assentados do Aurora*”. O “outro”, nessa situação o assentado, é concebido como aquele que vem e se instala

em um território pertencente ao grupo dos já estabelecidos, os descalsvadenses. Mas, segundo Zimmermann (1994), a retomada de um projeto coletivo da população assentada, nesse contexto os “de fora”, possibilita a adoção de um sistema de alianças capaz de (re)conquistar espaços de visibilidade diante dos atores políticos e sociais do município com projetos de assentamentos; possibilitando o reconhecimento das demandas primordiais para o sucesso dos mesmos e, principalmente, afirmando a identidade social quando são postos em situações de depreciação. Isso explica a reação dos assentados em praça pública, distribuindo folhetos esclarecedores sobre a identidade social denominada pela população urbana de “sem terra” e também sobre as demandas dos assentados em terras descalsvadenses.

Tomando como referência a teoria de Bourdieu, podemos dizer que, novamente, os assentados articulam suas *illusios*, a partir de uma característica comum imputada pelos “de fora” do assentamento àqueles que participaram da luta pela terra em Descalvado, para reivindicarem melhorias em termos de infra-estrutura e também para responder ao preconceito da população nativa. Nesse contexto, os assentados reafirmam a identidade social tomando como referência ações que demonstram a legitimidade das ocupações (do *habitus* da luta) em terras descalsvadenses e, com isso, tentam reverter uma imagem negativa pré-construída a respeito da nova identidade (a de assentado) e do novo território (o assentamento) que está surgindo no município de Descalvado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos rurais representam um novo momento e um novo lugar na experiência de vida e na trajetória social de trabalhadores da região Central do estado de São Paulo. Isto é, o acesso à terra carrega uma dimensão fundamental da (re)construção identitária dos trabalhadores excluídos com a redefinição técnica do espaço regional e, especificamente, da produção agrícola da cana de açúcar. E esse processo tem como pilar a demanda da política de reforma agrária.

Como pôde ser visto no decorrer dessa dissertação, a terra enquanto representação social se constituiu em uma importante categoria norteadora de um processo de mudança identitária; colocou-se, na mesma medida, como norteadora de um processo concreto de mudança geográfica que possibilitou a construção de novas relações da sociedade com a natureza (espaço). Esse movimento foi lido nesse trabalho através dos conceitos de identidade e de território.

Esclarecemos que a identidade construída em meio ao processo de luta se colocaria como territorial, pois a conquista da terra, o “ponto de chegada”, foi encarado como a principal causa dos engajados na luta - o trufo da mudança sociogeográfica -, ou seja, a conquista do território passou a ser a referência fundadora da mudança. Além disso, também o vemos como sendo uma nova forma de produção territorial do rural regional, através da constituição de novas ruralidades (território e territorialidades) posta com os assentamentos rurais em meio aos canaviais e às usinas, formas espaciais tradicionais na região Central do estado de São Paulo.

Assim, explicamos que os processos históricos e sociais que levaram ao surgimento de assentamentos rurais na região Central paulista esteve atrelado a mudanças estruturais do contexto global da produção capitalista, e também ligados a (re)organizações de representações e trajetórias sociais dos trabalhadores excluídos dessas mudanças que promoveram alianças e ações coletivas em prol de novos projetos de vida para os mesmos e que estavam ligados à territorialização de um projeto de assentamento rural.

Essas considerações foram feitas pela ótica dos que avaliam o rural como um lugar de trabalho, de vida, de autonomia e de liberdade. O sonho da “terra prometida” construído pelos “sem terra” em Descalvado foi a principal representação capaz de garantir, por intermédio das ações coletivas de ocupação, dos conflitos fundiários e da institucionalização do assentamento rural, a liberdade, a sobrevivência e a continuidade

da vida do grupo familiar (reprodução social) através do patrimônio conquistado e que poderá ser deixado para as futuras gerações (território familiar). Em outros termos, foram essas características elencadas pelos “sem terra” percebidas através das suas trajetórias sociais por diferentes espaços como sendo parte fundamental das motivações para a entrada na luta, o que possibilitou a emergência de uma nova ruralidade no município de Descalvado através do rito institucional de demarcação do espaço (apropriação e dominação do território): criou-se o Projeto de Assentamento Rural Aurora.

O direito ao trabalho sem patrão foi parte fundante desse processo da construção de uma nova ruralidade, através das representações sociais que justificaram, em grande parte, a realidade e as ações dos “sem terra” em Descalvado: terra para trabalhar, morar e sustentar a família. Assim, o acesso a esse recurso concretizou o direito ao trabalho “livre” que significa mais do que um emprego ou atividade produtiva, porque possibilitou o “trabalhar para si”, visto, antes de tudo, como uma condição de liberdade para os agora assentados que já sofreram com subemprego, instabilidade e precariedade de condições de produção, desemprego e submissão ao patrão.

O processo de luta e a construção simbólica colocaram a terra também como um lugar de vida, de moradia, capaz de acolher e dar sentido à existência social de muitas pessoas do assentamento rural Aurora, pois trouxe “o passado de volta”, já que muitos dos assentados foram agricultores nos lugares de origem ou moraram no meio rural. Assim, a busca de um “lugar” foi fruto de situações marcadas pela falta de um “canto” para viver e morar, revelada pelas trajetórias errantes dos “sem terra”.

As pessoas são forçadas, pela falta de emprego, pela instabilidade do trabalho sazonal, pela vontade dos proprietários de terras (casos dos bóias-frias) a constantes deslocamentos (desterritorializações). As histórias de vida dos assentados podem ser consideradas como verdadeiros “itinerários biográficos”, gerando desejos e reforçando representações em que a casa e o lugar de moradia são um “porto seguro”, um lugar da “família grande” e de dignidade para criar os filhos. Isto é, idealizam o rural como um lugar de vida.

As pessoas se “deslocam” (desterritorialização) em busca de trabalho, e a possibilidade de “enraizamento” (reterritorialização, mesmo que em outros moldes do que se viveu no passado) com o assentamento materializa segurança, porque estabelece um ponto de referência (um endereço) e uma localização geográfica que é, ao mesmo

tempo, uma localização social (de agricultor) no seio da sociedade. Possuir um lugar se transforma, portanto, em um lugar existencial, constitutivo do ser, na referência que contrasta com a ausência de um local para morar ou mesmo com as incertezas de um acampamento.

Esses argumentos comuns dos “sem terra” foram traduzidos com o conceito de *illusio* que, por sua vez, foi construído através do entendimento dos *habitus* dos sujeitos engajados na luta pela terra (*campo*) nesse município, o que nos levou à confirmação da nossa primeira hipótese levantada. Ou seja, a luta pela terra e o seu resultado - a criação do assentamento, inclusive como um lugar existencial - gerou uma nova organização social, econômica, política e territorial no município de Descalvado. Assim, o território do assentamento passa a ser a referência para a reconstrução de uma representação identitária, permitindo interiorizar a noção de ser alguém e que esse alguém fosse visível na sociedade. E essa visibilidade (alcançada no processo de conquista da terra) possibilitou o estabelecimento de uma nova relação com o “outro”, com a “sociedade”, mas também entre os pares forjando uma identidade territorial (social) na e da luta: o ser “sem terra”.

Mas o assentamento se configurou também, conforme a construção teórica de Bourdieu, num espaço social onde as posições dos atores foram redefinidas pelo capital específico que os movimentam, tecendo disputas e hierarquias internas e também o modo como eles se apresentam para os agentes externos, para o “outro”. Ou seja, após a conquista do “porto seguro”, o assentamento se reconfigurou, ao mesmo tempo, como “ponto de partida”, pois havia muito que fazer: conquistar infra-estruturas básicas (água e energia), formular a organização política, planejar a produção agropecuária e combater a imagem de “os de fora”.

Nesse contexto, os assentados travaram uma luta concorrencial no interior do assentamento, decorrente das diferentes relações de poder e das trajetórias sociais específicas individuais e coletivas de cada família, das distintas sociabilidades e das diferentes alianças políticas e sociais para investir no campo político de decisões do PA: as reuniões gerais. Essas divisões sociais passaram, ao longo do tempo, a orientar pólos distintos de poder: o da família “Macarrão”, o da “Família de Sertãozinho”, o da família “Borges”, o do grupo da escola e o dos “irmãos da igreja”. O grupo dos “individuais”, por sua vez, foi considerado como aquele que é influenciado pelos outros grupos, assim,

é orientado ora em direção a um pólo, ora em direção a outro, por isso tido como “grupo de controle” no local que garante a legitimidade das diferentes proposições no PA.

Assim sendo, como no estudo de Geertz sobre as aldeias balinesas, foi possível perceber que no assentamento estudado nos diferentes planos de organização social, de poder, de parentesco, da igreja, da escola e da mediação, em cada um se encontra uma lógica de relação própria que nem sempre vive em “perfeita harmonia”. E essas lógicas remodelam a identidade social construída na luta, fazendo com que ela se reelabore e/ou se transforme num constante movimento de associação e dissociação, que ganha destaque na arena pública do local, no embate direto entre jogadores sob o olhar direto de apostadores. Isto é, as sociabilidades baseadas nesses atributos (religião, escolaridade, parentesco e família) (re)modelam as relações sociais e, conseqüentemente, as identidades naquele território.

Além disso, esse movimento identitário deixou marcas no espaço, que foi exatamente o que tentamos desvendar através do mapeamento das diferentes territorialidades no assentamento Aurora. Com esse artifício pôde-se desvendar as diferentes relações de poder que operam sobre uma base territorial, identificando os símbolos do assentamento (do território) que possibilitavam as diferentes territorialidades, percebendo o movimento das identidades e, conseqüentemente, do espaço. Assim, o centro comunitário de reuniões, a escola, a igreja e os próprios limites físicos do assentamento foram considerados como espaços simbólicos (nós do território), pois para além de suas funções práticas, eles demarcam identidades internas e externas, bem como propiciam momentos de encontro ou desencontro e as situações públicas de manifestação da alteridade.

Essa investidura fez com que confirmássemos, em parte, a segunda hipótese levantada. As territorialidades e os grupos no PA são reorganizados por elementos culturais (religião e escolaridade), econômicos (projetos individuais para a unidade familiar de produção), familiares e sociais (as *lealdades primordiais*), mas que não necessariamente passam pelas afinidades decorrentes do lugar de origem dos assentados, a não ser daqueles que são “da família grande”. As redes sociais de parentesco, portanto, são consideradas importantes fatores associativos no PA, mas não são construídas apenas pelos assentados nativos de Descalvado. Pelo contrário, são justamente os “de fora”, os assentados migrantes, que fazem uso delas para estabelecerem processos associativos e, conseqüentemente, “marcar espaço” no

assentamento. Mas, como foi visto, dependendo do tamanho desse espaço demarcado (no sentido físico e também político), esses grupos, principalmente os familiares, atuam também como fatores dissociativos, pelo desequilíbrio de poder e autoridade no PA.

Com relação aos projetos produtivos individuais de cada unidade de produção familiar, estes foram considerados importantes fatores de dissociação da identidade social construída na luta pela terra, mas que não impede que em certos momentos os assentados se unam frente a uma ameaça externa.

Essa questão, inclusive, teve destaque no último capítulo da dissertação, revelando que mesmo com as constantes reestruturações identitárias no interior dos processos sociais e políticos do assentamento, há momentos em que todos os assentados se unem para enfrentar um “problema”. A situação elencada para analisar esse processo foi a reação dos assentados contra o preconceito dos descalvadenses. Nesse evento pôde-se perceber que, para além das afinidades e dos conflitos que os assentados têm no assentamento, a maneira como eles se apresentam ao público (aos agentes externos ao PA) é feita de maneira homogênea, reafirmando uma identidade social comum a todos e escamoteando a heterogeneidade social e política no interior do grupo.

Finalizando, o contexto analisado com esse trabalho nos permite fazer algumas considerações sobre a atuação extensionista em territórios de reforma agrária.

O nosso trabalho contribui para essa discussão, pois consideramos o conflito como uma característica latente do assentamento investigado e “responsável” pelo insucesso de algumas ações dos mediadores sociais que, geralmente, o relegam a situações pontuais e atípicas.

Considerar o conflito como ponto de partida para conduzir intervenções sociais nos assentamentos implica em uma mudança fundamental no planejamento dos PAs e nas estratégias de desenvolvimento rural. O planejamento dos assentamentos de reforma agrária, em boa parte, ainda se baseia no princípio da coletividade harmônica da “comunidade dos excluídos”, onde o conflito e as assimetrias de poder são encarados como situações extraordinárias. Invertendo a lógica dessa avaliação o problema de elaboração de intervenções sociais passa a ser outro: como planejar e lidar com um estado permanente de conflito que se manifesta em diferentes níveis de relações sociais no interior dos assentamentos?

Assim, é necessário, e o nosso estudo contribui para essa argumentação, relativizar posicionamentos rígidos como coletivismo e individualismo na condução de

um trabalho de organização social, política e produtiva nos assentamentos rurais. E essa relativização se dá com a identificação dos diferentes capitais (político, cultural e econômico) que estão em jogo na estruturação do campo social dos PA's.

Por fim, consideramos que este trabalho contribui com os estudos que tratam da questão da formação de grupos de “sem terra”, especificamente os relacionados à migrantes trabalhadores bóias-frias, e também sobre formação de territórios de assentamentos rurais, discutindo a convivência, o cotidiano e as formas de sociabilidades de alguns dos atores dos assentamentos em regiões de grande desenvolvimento agrícola como a Central paulista, que acabam por influenciar estratégias de intervenção social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. de. **Modernização e pobreza**: a expansão da indústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

ASSIS, W.F.T; ZUCARELLI, M.C; ORTIZ, L. **Despoluindo Incertezas**: impactos territoriais da expansão das monoculturas energéticas no Brasil e replicabilidade de modelos sustentáveis de produção e uso de biocombustíveis. 2007. Disponível em <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?c=448&mat=13433>. Acessado em 03/08/2009.

BERGAMASCO, S. M. P. P; NORDE, L. A. C. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (orgs). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. 2º Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 69-116.

BERGAMASCO, S.M.P.P., FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos rurais: caminhos e desafios de pesquisa. In: ROMEIRO, A. *et al.* **Reforma agrária**: produção, emprego e renda - o relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes/IBASE/FAO, 1994. p. 181-191.

BOURDIEU, P. **Economia das trocas simbólicas**. 3º Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 10º Ed. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 8º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRENNEISEN, E.C. **Relação de poder, dominação e resistência**: o MST e os assentamentos rurais. Cascavel: Edunioeste, 2002 (Coleção Thésis).

CAMEFORD, J. C. As reuniões em um assentamento rural como rituais. In: COSTA, L. F. de C. *et al* (orgs). **Mundo rural brasileiro**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica – RJ: EDUR, 2008. p. 181-191.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

CARDOSO, R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (org.). **A Aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 95-106

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHO, H. M. de. **Interação Social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Brasília/DF: Ministério Extraordinário de Política Fundiária – MPF; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento – NEAD; Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA, 1999.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Vol. II (trad. Klauss B. Gerhardt) São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COELHO, F. M. G; BOTELHO, M. I. V. Individual, coletivos e semi-coletivos: autonomia individual e referência coletiva. In: **Anais...X Congresso Internacional de Sociologia Rural**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) e Internacional Rural Sociology of Agriculture, 2000. p. 54 - 66.

D'INCAO, M. C; ROY, G. **Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto**. São Paulo: EDUSP, 2003.

ELIAS, D.. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Revista Scripta Nova**. vol. 10, n° 3, Agosto, 2006. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-03.htm>. Acesso em 15/04/2010.

FERNANDES, B. M. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras: formação e territorialização**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n°6 jan/jun, 2005. p. 24 - 34.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E.T; FABRINI, J. E. (Org.) **Campesinato e territórios em disputas**. São Paulo: Expressão Popular; Editora da UNESP, 2008. p. 273 – 301.

FERNANDES, B. M. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. et. al. (orgs.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008b. p. 173-230.

FERRANTE, V. L. B. A controvertida inversão das regras do sindicalismo rural paulista. In: Sindicalismo no campo: reflexões. **Cadernos do CEDI**, Rio de Janeiro, n° 21, 1991.

FERRANTE, V. L. B. Diretrizes Políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas. In: **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. MEDEIROS, L. S. *et al* (Orgs.). São Paulo: Editora da UNESP, 1994. p.127-146.

FERRANTE, V. L. F. B; BARONE, L. A. Assentamentos na agenda de políticas públicas: a “trama de tensões” em regiões diferenciadas. In: FERRANTE, V. L. F. B; WHITAKER, D. C. A. **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. p. 272-306.

FERREIRA NETO, J. A. **Lideranças sindicais e ação coletiva: a FETAEMG e a luta pela terra em Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 1999.

FERREIRA NETO, J. A; DOULA, S. M. **Assentamentos Rurais**: organização, mobilização e imaginário social. Visconde do Rio Branco/MG, 2003.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1989.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Atlas. 2002.

GOMES, Renata M. **Ofensiva do capital e transformações no mundo rural: a resistência camponesa e a luta pela terra no triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. (Dissertação Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

GONÇALVEZ, C. W. P. Outra Verdade Inconveniente - a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna. In: **Revista Humanitas**. n°.66 Bogotá Jul/Dez. 2008.

GONÇALVES, E. C. Disputa territorial no Pontal do Paranapanema: territorialização da cana de açúcar e dos assentamentos de reforma agrária. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. **Boletim Dataluta** n°. 21. Presidente Prudente, setembro de 2009.

GRAZIANO DA SILVA, J. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 1991. Disponível em: [http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v07n03/v07n03\\_01.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v07n03/v07n03_01.pdf).

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e Identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, 1999. p.15-39.

HAESBAERT, R. Território, Cultura e Des-Territorialização. In: ROSENDAHL, Z. CORRÊA R. L.(orgs.) **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p.115-144

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F. G. B; HAESBAERT, R. **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.p. 33-55.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M; BECKER, B. et al (org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3º Ed. Niterói-RJ: Lamparina, 2007b. p. 43-70.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3º Ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Superintendência regional de São Paulo – SR 08/SP. **Chamada Pública para Seleção de Entidade Executora de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Chamada Pública INCRA/SR 08 N° 01/2010. São Paulo, 2010.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO E NEGÓCIOS INTERNACIONAIS. **Perspectivas do Etanol no Mundo e no Brasil**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.iconebrasil.org.br/pt/?actA=8&areaID=7&secaoID=21>.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (IGC/SP). **Mapa das regiões administrativas do estado de São Paulo**. Disponível em: [http://www.igc.sp.gov.br/produtos/regioes\\_adm.html](http://www.igc.sp.gov.br/produtos/regioes_adm.html). Acesso em: 03/04/2011.

KAGEYAMA, A. et. al. (Coords.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G., GASQUES, J.G., VILLA VERDE, C. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 1990. p. 113-223

KASTEIN, L. C. A. **Conheça Descalvado**. S/D. Disponível em: <HTTP://www.descalvadoonline.com.br/conhecadescalvado/index.htm>. Acessado em: 07/02/2010.

LASCHEFSKI, K. O comércio de Carbono, as plantações de eucalipto e a sustentabilidade das políticas públicas – uma análise geográfica. In: ZHOURI; A; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D.B. (org.) **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 245-284.

LASCHEFSKI, K; ASSIS, W. F. T. Mais cana para o bioetanol, mais eucalipto para a biomassa e o carvão vegetal. In: ORTIZ, V. (org.) **Agronegócio e Agroenergia: Impactos cumulativos e tendências territoriais das monoculturas para a produção de bioenergia**. GT Energia. Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, 2006.

LEITE, S. *et al* (orgs.). **Impactos dos assentamento: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MAGNO, L *et al*. O (re)ordenamento territorial para a produção de etanol em São Paulo: uma análise dos desafios agrários e ambientais. In: FERREIRA NETO, J. A. *et al*. (orgs). **Recursos naturais, sistemas de informação geográfica e processos sociais**. Viçosa: Editora da UFV; Visconde do Rio Branco: Suprema, 2010. p. 195-216.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1989.

MARTINS, J. de S. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARTINS, J, de S. **O Cativo da Terra**. 8° Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. In: **Revista Terra Livre**. São Paulo, ano 18, nº19 jun/dez. 2002. p. 95-112.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização em rede. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

MORAES, A. C. R. de. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1995.

MOURA, R. A. de. **Imagem de nós: relações de estabelecidos e outsiders entre população urbana e assentados de reforma agrária no sul do Espírito Santo**. Dissertação Mestrado Extensão Rural: UFV, 2010.

NAVARRO, Z. Nunca cruzaremos este rio – a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a sociologia militante, e o caso da reforma agrária no Brasil. **XXXII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambú (MG), 2008.

NEVES, D. P. **Assentamentos rurais**: reforma agrária em migalhas. Estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói-RJ: EDUFF, 1997.

NEVES, D. P. Assentamento rural: confluência de formas e inserção social **Estudos Sociedade e Agricultura**, 13, outubro 1999: p. 5-28. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/treze/delma13.htm>. Acessado em 19 de janeiro de 2010.

PASTORAL DO MIGRANTES/GUARIBA. “**Dossiê: 2001-2003. Rota de mobilidade humana para o interior paulista.**” Pastoral de Migrantes /Guariba, 2004. Disponível em: [http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com\\_content&view=category&id=39&Itemid=78](http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=category&id=39&Itemid=78). Acesso: 07/11/2020.

PEREIRA, J. R. Terras e Reforma Agrária. In: WOORTMANN, E. F. (org.) **Significados da terra**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

POVOA NETO, H. A produção de um estigma: Nordeste e Nordestinos no Brasil. In: **Revista Travessia**, n.19, mai/ago, 1994.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROMANO, J. O. Poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos: comentários de um debate. In: MEDEIROS, L.S. de *et al* (orgs). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da UNESP, 1994. p. 249 -258.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1989.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Editora Record, 2004.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4º Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SÃO PAULO. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei estadual nº11.241 de 19 de setembro de 2002 que regulamenta a queimada da palha da cana e dá outras providências.** São Paulo: ALESP, 2002. Disponível em: [http://www.barretos.sp.gov.br/planodiretor/arquivos/lei\\_Est\\_11241.pdf](http://www.barretos.sp.gov.br/planodiretor/arquivos/lei_Est_11241.pdf) Acessado em 10/01/2010.

SIGAUD, L. As condições de possibilidades das ocupações de terra. **Revista Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 17, n.1, 2005. p. 255 – 280.

SILVA, M. A. de M. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

SILVA, M. A. de M. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In: MARTINS, J. de S. (org.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos.** 2º Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 107-158.

SOUZA, M.L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E. de. GOMES, P.C.da C; CORREA, R.L. (org.) **Geografia: Conceitos e temas.** 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 77 - 118.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum.** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TURNER, B. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura.** Petrópolis: Vozes, 1974.

TURATTI, M. C. M. **Os filhos da lona preta: identidade e cotidiano em acampamentos do MST.** São Paulo: Alameda, 2005. 118p.

WANDERLEY, M de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS.** GT 17 – Processos sociais e agrários. Caxambú, MG. Outubro, 1996.

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>

WANDERLEY, M. de N. B. **Urbanização e ruralidade: entre a pequena cidade e o mundo rural. Estudo preliminar sobre pequenos municípios em Pernambuco.** Recife: FUNDAJ, 2001b. Disponível em: <HTTP://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed001f.html>>. Acessado em 09/10/10.

WANDERLEY, M. de N. B. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga. In: MARTINS, J. de S. (org.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos.** 2º Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. de N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social na construção do futuro. In: PETERSEN, P. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009b. p. 33 – 45.

WEID, J. M. V. D. “Agrocombustíveis: solução ou problema?”. In: ABRAMOVAY, R. (Org.) **Biocombustíveis: a energia da controvérsia**. São Paulo: Editora SENAC, 2009. p. 99 - 142.

WELCH, C. A. **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WILKINSON, J. HERRERA, S. **Os agrocombustíveis no Brasil: quais perspectivas para o campo?** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2008. Disponível em: <http://www.observatoriодоagronegocio.com.br/page41/files/AgroCBRPerspectivasNov08.pdf>. Acesso em: 03/08/2009.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, nº 87. Brasília, UnB, 1990. p. 11 - 71.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR. **Produção de cana de açúcar no Brasil. Estatísticas e cotações**. Disponível em: <http://www.unica.com.br/dadosCotacao/estatistica/>. Acesso em: 05/04/2011.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. (orgs). **A insustentável leveza da política ambiental**. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 49-64.

ZIMMERMANN, N. de C. Os desafios de organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L.S. de *et al* (orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da UNESP, 1994. p. 205 - 224.

#### **Fontes e documentos:**

NÃO QUEREMOS GUERRA, QUEREMOS TERRA. **Jornal O comércio**. Descalvado, 27 de jan. 2010.

MAIS DE 200 FAMÍLIAS ESTÃO ALOJADAS NO HORTO DA AURORA. **Jornal O comércio**. Descalvado, 17 de abr. 2010.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ASSENTADOS



**PROJETO:** “De migrante bóia fria a assentado pela reforma agrária: trajetória social e identidade na territorialização do Assentamento rural Aurora em Descalvado-SP”.

Esta é uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, sob responsabilidade do mestrando Lucas Magno (Bolsista do CNPq) e sob a orientação da Prof(a). Sheila Maria Doula.

#### Questionário

Entrevistador: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

##### 1. Identificação

Nome:

\_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Origem: \_\_\_\_\_ Religião: \_\_\_\_\_

##### 2. Família

<b>Idade/sexo/ Escolaridade/ trabalho</b>	<b>Homem (Identificar)</b>	<b>Mulher (Identificar)</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Trabalho (identificar)</b>
<b>0 - 10</b>				
<b>10 - 20</b>				
<b>20 - 30</b>				
<b>30 - 40</b>				
<b>40 - 50</b>				
<b>50 - 60</b>				
<b>Mais que 60</b>				

### 3. Renda:

Assentamento (produção agrícola ou não agrícola)	Fora do assentamento	Ajudas (parentes, amigos, instituições, etc.)	Aposentadoria	Outros	Total
Quant.	Quant.	Quant.	Quant.	Quant.	

Obs:

---

---

### 4. Migração

Quantos municípios que já morou?

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) mais que 4

Quais: \_\_\_\_\_

Quando migrou: \_\_\_\_\_

**Obs:** quando for mais municípios ver a data de cada mudança de localidade.

Qual lugar mais gostou? \_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

Qual lugar menos gostou? \_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

A Família migrou também? ( ) SIM ( ) NÃO

Constituiu Família no local de destino? ( ) SIM ( ) NÃO

Com o que trabalhava no local de origem? ( ) Terra ( ) Assalariado rural ( ) Assalariado Urbano ( ) Não trabalhava ( ) Outra atividade/  
Qual: \_\_\_\_\_

E Antes do assentamento? ( ) Terra (parceiro/Meeiro/Arrendatário/etc.) ( ) Assalariado rural ( ) Assalariado Urbano ( ) Não trabalhava ( ) Outra atividade/  
Qual: \_\_\_\_\_

Participava ou participa de algum movimento social? ( ) Sindicato ( ) Luta pela terra ( ) outros/

Qual: \_\_\_\_\_

**Obs:** identificar o nome seja qual for categoria.

Veio como? ( ) Grupo amigos ( ) Sozinho ( ) Parente ( ) outro/

Qual: \_\_\_\_\_

### 5. Ingresso no movimento

Por quê?	Quando?	Quem te influenciou?	Onde?	Expectativa de participar?

**Obs:** \_\_\_\_\_

### 6. Constituição do Assentamento

Assentamento (motivação)	Quando (data)	Como (participou do acampamento)	Aquisição da terra	Gosta (Pertencimento /ou mudaria?)	Deu certo? Era o que esperava?
Relacionamento com as pessoas (Bom/Ruin/Ótimo/Etc)	Acha Violento	Existe trocas de dias de trabalho, ajuda mútua, mutirão (Solidariedade)	Existe diferença (alteridade/igualdade)	Acampamento/ Assentamento: qual a diferença?	O que mais sente falta do lugar de origem?

O que te agrada e te desagrada no assentamento?

<b>Elemento/aceitabilidade</b>	<b>Agrada</b>	<b>Desagrada</b>
Morar no meio rural		
Trabalho agrícola		
Pessoas (diferentes origens)		
Festas		
Alimentação		
Assistência Técnica/Extensão Rural		
Relação com a prefeitura		
Movimento social		
Produção coletiva		
Produção individual		

Obs: \_\_\_\_\_

Por ordem de importância, quais são os principais problemas por morar no assentamento?

- ( ) Infraestrutura (água/eletricidade/moradia/ etc.)
- ( ) Assistência Técnica e Extensão Rural
- ( ) Saúde
- ( ) Educação
- ( ) Transporte
- ( ) Violência
- ( ) Preconceito
- ( ) Outro \_\_\_\_\_

Vende algum produto agrícola? ( ) SIM ( ) Não.  
Qual \_\_\_\_\_

Compra produtos de alimentação na cidade? ( ) SIM ( ) NÃO.  
Qual \_\_\_\_\_

Quem presta assistência técnica para os assentados? ( ) Empresa pública de ATER  
( ) Secretaria municipal ( ) Empresa Privada ( ) INCRA ( ) Mov. Social ( )  
Outro \_\_\_\_\_

**Obs:** Identificar qual é a principal ação extensionista no assentamento \_\_\_\_\_

### **7. Habitação/Redes sociais**

Como foi construída sua casa? ( )construiu sozinho (Família) ( ) Mutirão ( )  
Pagou pedreiro ( ) Ajuda de pessoas ou instituições ( ) Movimento ( )  
Outro \_\_\_\_\_

água tratada: ( )SIM ( )Não/ Lixo? ( )Queima ( )Recolhem ( )Jogam  
no rio ou no mato ( ) Outro \_\_\_\_\_

Tem mais alguém da sua família morando no Assentamento que não do núcleo de casa?  
( ) SIM ( ) NÃO  
Quem \_\_\_\_\_

E do local de origem? ( )SIM ( )Não. Você acha isso bom? ( )SIM ( )NÃO  
Por  
quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Conta com a ajuda de algumas dessas pessoas, da família ou do local de origem, no  
trabalho aqui no assentamento? ( ) SIM ( ) NÃO  
Quem \_\_\_\_\_

Você acha que existe alguma diferença entre os moradores de lugares diferentes aqui no  
Assentamento: ( ) SIM ( ) NÃO.  
Qual \_\_\_\_\_

O que significa o assentamento pra você?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Qual a importância de ter uma terra?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

O que mais sente falta do local origem? E o que tem aqui no local de destino que é  
melhor do que no lugar de origem?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Quais são seus projeto futuros?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA



**PROJETO:** “De migrante bóia fria a assentado pela reforma agrária: trajetória social e identidade na territorialização do Assentamento rural Aurora em Descalvado-SP”.

Esta é uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, sob responsabilidade do mestrando Lucas Magno (Bolsista do CNPq) e sob a orientação da Prof(a). Sheila Maria Doula.

## **ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

### **1-INFORMAÇÕES GERAIS:**

Nome entrevistado (a):

\_\_\_\_\_

Tempo de residência no Assentamento: \_\_\_\_\_

### **2-TRAJETÓRIA SOCIAL E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA**

- Poderia me contar um pouco quem você é? Onde nasceu? Onde e com o quê já trabalhou? (assalariado rural, Assal. Urbano, produtor rural, etc)
- Se for trabalhador rural (da cana ou laranja) perguntar por quê trabalhar com isso?
- Onde morou (municípios)? Espaço rural ou espaço urbano? etc.
- Já se associou a sindicatos, movimentos sociais, etc; antes de vir aqui pra Descalvado?
- Quais e Por quê?
- Quais grupos te orientaram na entrada em um movimento social? (trabalho, família, ...)
- Qual o significado de ter uma terra pra você?
- Os movimentos sociais ajudam nisso, com a conquista da terra? Por quê?
- Teve medo de quê no processo de ocupação e luta por uma terra? Por quê?

### **3-PROCESSO DE FORMAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO RURAL:**

- Você poderia me contar um pouco da história que você conhece sobre o assentamento?
- Por quê esse nome, Horto Aurora?
- E do movimento de luta pela terra (FERAESP)? Como que você ingressou nessa luta?
- O que você via com a possibilidade de conquistar uma terra em Descalvado?
- Participou de ocupações antes? Quais e Onde? Como foi?

- E do acampamento aqui, anterior ao assentamento, você participou?
- Como que era o acampamento? Você acha que é diferente do assentamento? Por quê?
- Você conhece todo mundo aqui no assentamento?
- Como você acha que são os relacionamentos aqui? São solidários uns com os outros ou é “cada um por si”?
- Existe diferença entre as pessoas de diferentes lugares, exemplo, de nordestinos com paulistas, de mineiros com baianos, etc?
- Tem mais gente do lugar que você veio aqui? Como são os relacionamentos? (Bom, ruim, são pessoas que tenho mais intimidade, etc)
- Existe produção coletiva aqui no assentamento?
- O que você acha disso?
- Existe associação aqui? Como funciona? Ou as pessoas se ligam a outros grupos?

#### **4-PROCESSOS IDENTITÁRIOS NO ASSENTAMENTO:**

- Por que o sr. (sra) veio morar aqui no Assentamento em Descalvado?
- Como o sr. (sra) adquiriu a terra/lote? (doação, compra, herança, sorteio, etc.)
- Conte mais como foi esse processo do INCRA aqui na regularização fundiária?
- O INCRA participa agora mais do que antes ou não? E a Prefeitura?
- O sr. (sra) gosta de morar aqui?
- O que sr. (sra) mais gosta no assentamento? (lugar, pessoas, etc.)
- O Sr. se sente ligado ao Assentamento? Por quê? (Significado do território)
- Se o sr. (sra) tivesse a oportunidade, gostaria de morar na cidade? Por quê?
- O Sr. sente falta de que na sua vida? (do local de origem, da alimentação, etc.)
- Que problemas o sr. (sra) e a sua família enfrentam por morar aqui no Assentamento?
- O sr. (sra) gosta da casa onde mora?
- Quais são seus projetos de vida aqui para o assentamento?
- Como é a assistência técnica aqui para os assentados? Quem presta? Como é?

#### **5-COTIDIANO:**

- Como é o dia-a-dia de quem vive aqui no Assentamento?
- O que o Sr. faz quando não está trabalhando? O que o Sr. faz para se divertir?
- Aqui como as pessoas, normalmente, fazem para se divertir?
- Com o que trabalham? A maioria é com a produção agrícola?
- As pessoas participam da igreja?

- O Sr.(a). participa de alguma igreja? A sua religião é muito ativa aqui?
- Há alguma festa aqui no Assentamento que o Sr. participa? (Congado, festa religiosas, ritos religiosos.)?
- O Sr. acha que essas festas continuam sendo feitas como eram antes, no local de origem?
- Todos participam juntos das festas que existem aqui? Ou não, uns não se misturam com outros?
- Quais são os lugares de encontro aqui no assentamento? (Associação, bar, etc.)

#### **6-REDES SOCIAIS NA VIZINHANÇA:**

- Como são as relações entre os moradores aqui do Assentamento? Há brigas? As pessoas se ajudam?
- O Sr.(a), por exemplo, conta com a ajuda de algum vizinho ou parente em algum momento (no trabalho na agricultura (se for o caso), ou para conseguir algum trabalho, no cuidado com os filhos, etc)?
- O Sr. acha que existe alguma diferença entre os moradores mais antigos e aqueles moradores que mudaram-se para cá recentemente? Ou não tem essa mudança de pessoas entrando e saindo do assentamento?

#### **7-TRABALHO:** Identificação/Caracterização do trabalho (principal, secundário ou terciário):

- Em que o Sr. (a) trabalha?
- O Sr. trabalha com a terra?
- Que produtos o Sr. cultiva?
- Já vendeu algum produto?
- O que você compra na cidade?
- Tem ajuda de alguém? Os filhos ajudam? Os vizinhos ajudam? Se sim, em época de colheita pode contar com a ajuda dos filhos e/ou de algum vizinho?

#### **8-IDENTIFICAÇÃO COM A TERRA:**

- O Sr. trocaria o trabalho do Sr. por outro?
- Qual a importância tem para o Sr., ser dono da terra em que trabalha?

#### Se tem importância:

- E com os filhos do Sr., o Sr. acha que eles têm a mesma ligação? Ou eles querem/sentem vontade de sair daqui, ir para outro lugar?
- Se trabalha em outra atividade, além da agricultura:

Além dessa atividade, faz alguma outra atividade para completar a renda? Se sim qual? Onde?

- Se trabalha em outra atividade:

- Em que o Sr. trabalha?

- O Sr. gosta de trabalhar na atividade que exerce?

- Como é o seu acesso ao local de trabalho? Você tem dificuldade para chegar ao trabalho?

## **9- ALTERIDADE**

- Você acha o Assentamento violento? Por quê?

- Você já presenciou alguma situação de violência mais próxima de você e de sua família nos últimos tempos ocorrida aqui? Em caso de sim, qual?

- Quem são as pessoas mais violentas aqui, os moradores daqui mesmo, ou os de fora?

- Você acha que existe preconceito das pessoas de fora que não conhecem as pessoas aqui do assentamento? Por quê?

- E entre as pessoas daqui de dentro, como é esse relacionamento? Tem conflitos? Por quê?

## **10-HIBRIDISMO**

- Se pudesse trazer coisas de sua terra natal, o que traria?

- E aqui, em São Paulo, o que acha muito bom e que não tem no local de onde veio?

- Prefere aqui ou lá?

- Hoje, quem é você? Está feliz com a terra que tem?

- Em relação ao passado, como está sua vida hoje? Melhorou ou não?

- E pro futuro, o que espera?

## ANEXO

ANEXO – Avaliação do comitê de ética da UFV sobre a pesquisa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS**  
*Campus Universitário - Viçosa, MG - 36570-000 - Telefone: (31) 3899-1269*

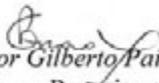
Of. Ref. Nº 0102/2010/Comitê de Ética

Viçosa, 31 de agosto de 2010.

Prezada Professora:

Cientificamos V.Sª. de que o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, em sua 6ª Reunião de 2010, realizada nesta data, analisou e aprovou, sob o aspecto ético, o projeto de pesquisa intitulado *De migrante bóia-fria e assentado em projeto de reforma agrária: trajetórias e identidades na construção do assentamento Horto Aurora em Descalvado, SP.*

Atenciosamente,

  
Professor Gilberto Faixão Rosado  
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos  
Presidente

Professora  
Sheila Maria Doula  
Departamento de Economia Rural

/rhs.